

Sonhos de Liberdade



O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita

Organizadores
Omar L. de Barros Filho
Ricardo Vaz Seelig
Sylvia Bojunga

Coleção Sujeito & Perspectiva Vol. 4

“Na campanha pela Unificação da Itália, Garibaldi foi o único a ter a experiência do Rio Grande do Sul, e um dos poucos que vivenciou a do Uruguai.”

Annita Garibaldi Jallet

“Pouco ou nada foi dito sobre o tratamento e a incorporação dos negros, e inclusive dos indígenas, em um sistema mais democrático e humano.”

Spencer L. Leitman

“No Rio Grande do Sul, há uma história luso-brasileira. No Uruguai, transparece o lado hispano e rio-pratense. Uma terra de fronteiras que encostam umas nas outras, mas também se chocam, e que a história por vezes une.”

Enrique Mena Segarra

“Em termos simbólicos, pode-se dizer que o messias da Itália contemporânea assumiu, isso sim, a forma de três Giuseppi (Josés): Giuseppe Mazzini (1805-1872), Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e Giuseppe Verdi (1813-1901)...”

Voltaire Schilling

“Anita realmente teve um amor inexplicável por Garibaldi, mas ela era uma heroína de fato...”

Yvonne Capuano

“No herói dos dois mundos demonstrava-se a magnitude dos ideais farroupilhas e a profunda ligação dos italianos com o Rio Grande.”

Núncia Santoro de Constantino

“Rezavam o rosário sob uma árvore ou na casa de algum morador, por ocasião de uma festa ou de um enterro ou, ainda, na cozinha quando se encontravam para o filó.”

Luíza Horn Iotti

Sonhos de Liberdade

*O legado de
Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*

Organizadores
Omar L. de Barros Filho
Ricardo Vaz Seelig
Sylvia Bojunga

Coleção Sujeito & Perspectiva Vol. 4



**Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça**

Procurador-Geral de Justiça
Mauro Henrique Renner

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Isabel Dias Almeida

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Anízio Pires Gavião Filho

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Eduardo de Lima Veiga

Corregedor-Geral do Ministério Público
Mário Cavalheiro Lisbôa

Subcorregedor-Geral do Ministério Público
Armando Antônio Lotti

Supervisor do Memorial
Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

Coordenadora do Memorial
Vanessa Scliar

Sonhos de Liberdade

O legado de
Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita



Ministério
da Cultura



Organização: Omar L. de Barros Filho, Ricardo Vaz Seelig e Sylvia Bojunga

Consultoria técnica em História: Gunter Axt

Produção executiva e edição: Laser Press Comunicação

Capa: Antonio Mendes e Eros Lima

Ilustração da capa: "Carga Farrapa", óleo sobre tela de Guido Mondin (318 x 208 cm), pertencente ao acervo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Tradução de textos: Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS) e Traduska

Transcrição de palestras: Regina Cirne Lima Guedes e Anelise Cáceres

Revisão de textos: Elizabeth Castillo Fornés e Ademar Vargas de Freitas

Apoio à produção: Fernanda Fogliati, Mitchi Rio Apa e Fiorella Agrifoglio

Editoração: Vinícius Santos

Tratamento de imagens: Fólio Design e Comunicação

Impressão: Organizações Nova Prova

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S698 Sonhos de liberdade : o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita /
Organizadores Omar L. de Barros Filho, Ricardo Vaz Seelig, Sylvia
Bojunga – Porto Alegre : Laser Press Comunicação, 2007.
224 p. : il. – (Coleção Sujeito & Perspectiva ; 4)

Encartado caderno com ilustrações, reproduzindo retratos
dos personagens históricos, selos e imagens de época.

ISBN 978-85-89344-31-2

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Rio Grande do Sul – Revolução
Farroupilha – 1835-1845. I. Barros Filho, Omar L. II. Seelig, Ricardo Vaz.
III. Bojunga, Sylvia.

CDD 981.65043

Bibliotecária Responsável: Deisi Hauensein CRB-10/1479

Apoiadores institucionais:



Ministério Público
Estado do Rio Grande do Sul



**Assembleia
Legislativa**
Estado do Rio Grande do Sul

Realização:



www.viapolitica.com.br

Colaboração:



Sumário

Mensagem do Ministério Público <i>Ricardo Vaz Seelig</i>	7
Palavra dos editores <i>Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga</i>	9
Os protagonistas italianos da Revolução Farroupilha <i>Annita Garibaldi Jallet</i>	13
A Revolução Farroupilha e o Uruguai <i>Enrique Mena Segarra</i>	37
Os farrapos negros e a política da escravidão <i>Spencer L. Leitman</i>	51
Revolução Farroupilha: significado regional e nacional <i>Helga Iracema Landgraf Piccolo</i>	71
1835: a ordem e o horizonte utópico <i>Miguel Frederico do Espírito Santo</i>	77
A relação entre Revolução Farroupilha e maçonaria <i>Eliane Lucia Colussi</i>	97
Memória, mito e identidade: farroupilhas e italianos no Rio Grande do Sul <i>Núncia Santoro de Constantino</i>	105
Os italianos no Rio Grande do Sul: 130 anos de história <i>Luiza Horn Iotti</i>	117
Garibaldi e a Revolução Farroupilha <i>Alvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto</i>	125
Mazzini, Garibaldi, Verdi e a Unificação Italiana <i>Voltaire Schilling</i>	139
Anita e Giuseppe Garibaldi na Revolução Farroupilha <i>Yvonne Capuano</i>	167

Os Garibaldi como símbolo de integração entre a América do Sul e a Europa Mediterrânea <i>Elma Sant'Ana</i>	175
A Revolução Farroupilha e os italianos: o federalismo e a fronteira <i>Maria Medianeira Padoin</i>	181
Porto Alegre sitiada <i>Sérgio da Costa Franco</i>	199

Mensagem do Ministério Público

Ricardo Vaz Seelig

Procurador de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

É com grande satisfação que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul participa da organização desta obra, resultado do Seminário Internacional “170 Anos da Revolução Farroupilha”, realizado em setembro de 2005, ocasião em que assinalamos, também, os 170 anos do parlamento gaúcho e os 130 anos da imigração italiana em nosso Estado.

Fruto da conjugação de profícua parceria com a Assembléia Legislativa e importantes apoiadores culturais e institucionais, o empreendimento reafirmou o papel que as instituições desejam desempenhar na promoção e proteção do patrimônio histórico e cultural, missão, aliás, conferida pela Constituição ao Ministério Público.

O evento alcançou grande repercussão na mídia e no meio acadêmico, tendo contado centenas de inscitos que lotaram o Teatro Dante Barone, em face da reunião de uma verdadeira plêiade de estudiosos que se debruçaram sobre um dos mais expressivos episódios de nossa história, não só regional como nacional.

Os conferencistas e painelistas convidados, dentre os mais expressivos conhecedores da matéria, discorreram sobre temas como a participação do negro e da mulher na Revolução Farroupilha, o seu contexto político e ideológico, a gestação dos mitos farroupilhas, a participação de estrangeiros como Garibaldi e a relação da Guerra dos Farrapos com a vizinha República Oriental do Uruguai.

A presente edição, coletânea dos textos integrais de tais conferências e palestras, entre tantos méritos, possibilita a abertura de um espaço de reflexão e discussão séria e profunda sobre a nossa história e cultura, marcos edificantes onde se assentam a nossa identidade e personalidade como povo.

Ao cancelar, pois, a publicação dos anais desse grande encontro, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul espera haver contribuído para o debate sobre os elementos fundantes de nossa identidade regional, bem como sobre o fato de que a construção do modo de ser da sociedade gaúcha e nacional não é resultado apenas do consenso e de projetos vitoriosos, mas também do choque de homens e idéias, reveladores da multifária identidade deste país continental.

Palavra dos editores

Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga
Jornalistas e editores

Na era da informação virtual e veloz, este livro é uma provocação, quase um ato de rebeldia. A razão disso está em seu próprio cerne: múltiplas e, muitas vezes, contraditórias abordagens sobre personagens e fatos que não estariam tão presentes nos dias de hoje não fosse o intenso trabalho dos historiadores e pesquisadores. Os vultos aos quais nos referimos na presente obra são os relacionados com a Revolução Farroupilha, que ajudaram a moldar a face política do Rio Grande do Sul e do Brasil, além de sua relação com os países do Cone Sul do continente. Os atores desses episódios da história do século XIX, aqui examinados sob distintas angulações, entre eles os lendários Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi e Anita, praticamente se incorporaram às lendas da construção política, social e cultural da região, os dois últimos também na mitologia das lutas pela unificação do Estado italiano moderno.

Há 30 anos, o instigante pensador Paul Virilio sacudiu o cenário intelectual francês com sua denúncia contra a tirania do tempo real e da velocidade, letais armas de guerra e poder, que hoje atingem o grau absoluto e elevam o conhecimento a uma dimensão infinita, quando sabemos tudo até sobre o que não aconteceu em nosso espaço real. Quando entramos nessa hiperdimensão, corremos o risco de perder a noção de quem somos e, principalmente, de quem fomos, e a memória pode deixar de ser um atributo humano necessário para a preservação de nossa identidade individual e coletiva.

O alerta de Virilio contribui para enfatizar ainda mais o caráter desta obra conjunta, carregada de sentido de humanidade, na medida em que o livro transporta o leitor para um outro universo histórico e mítico, quando os protagonistas regionais dos dramas nele analisados estavam longe de se transformar, para muitos, em heróis e arquétipos das gerações futuras. Era um tempo de “velocidades relativas”, em que “o gaúcho andrajoso sobre um *pingo* bem aparado”, como o descrito por Euclides da Cunha, em “Os Serões”, fustigava a cavalo as tropas imperiais, transportava barcos à vela sobre carretas puxadas por bois, e o legalista reaproveitava, em seu próprio canhão, os projéteis lançados pelo inimigo sobre as trincheiras, no cerco de Porto Alegre.

Naquele tempo, quando as fronteiras do sul do Brasil estavam por se definir, gastavam-se meses em uma boa conspiração, como as que faziam por carta os dissidentes da Jovem Itália, até que mensagens cruzassem o oceano e respostas retornassem para alimentar a difícil e aguda argumentação política sobre realidades e países tão distantes, muitos em pleno processo de conformação.

O salto “para trás”, de olho na História, ocorre justo no ano de 2007, em que a Itália, os italianos e seus descendentes no exterior, dispersos em milhares de comunidades em todos os continentes, assinalam a passagem do bicentenário do nascimento do herói dos dois mundos, o General da Unificação, Giuseppe Garibaldi. Não foi uma coincidência. Este livro começou a se delinear em 2005, quando, juntamente com o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, iniciamos os preparativos para a realização de um grande seminário internacional, que ocorreu de 14 a 16 de setembro daquele ano, no teatro Dante Barone, na Assembléia Legislativa gaúcha.

Na ocasião em que comemorávamos os 170 anos da Revolução Farroupilha, os 170 anos do parlamento estadual e os 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, compareceram ao evento, como convidados internacionais, três relevantes conferencistas: Annita Garibaldi Jallet, bisneta de Giuseppe e Anita, professora, constitucionalista e pesquisadora italiana; Spencer Leitman, historiador norte-americano e referência por seus estudos sobre aquela etapa da vida rio-grandense, em que o fim da escravidão era uma promessa a cumprir; e o diretor do Museu Histórico Nacional do Uruguai, o historiador Enrique Mena Segarra, um devotado estudioso das raízes históricas de seu país e de suas relações com as nações vizinhas. Agora, esta edição reproduz, em língua portuguesa, os conteúdos integrais das três conferências, que conferem à obra a generosa particularidade do “olhar estrangeiro”, mas profundamente identificado e próximo ao horizonte local.

Na oportunidade, participaram das mesas expositoras 12 historiadores e especialistas brasileiros que, tendo como ponto de partida os significados regional, nacional e internacional da Revolução Farroupilha, e suas utopias, mitos, realidades e ordenamento jurídico, retrataram a diversidade das relações sociais geradas pelo movimento irredentista que abalou o Império brasileiro. Foram também focalizados, no encontro, a presença e o destino dos primeiros imigrantes italianos que desembarcaram no Rio Grande do Sul, em 1875, vindos, em sua maioria, do porto de Gênova, a mesma cidade liguriana de onde partira Giuseppe Garibaldi rumo à aventura no Brasil, cerca de quatro décadas antes.

Em conclusão, registramos a importância fundamental da parceria estabelecida com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e a Souza Cruz, patrocinadores deste projeto cultural, e do Ministério da Cultura, que tornaram possível a edição deste livro. Destacamos, também, a marcante contribuição e dedicação dos autores e parceiros institucionais, que nos apoiaram irrestritamente. Da mesma forma, agradecemos às centenas de participantes inscritos no Seminário Internacional 170 Anos da Revolução Farroupilha – o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita, que foram a garantia última do êxito de nossa iniciativa.

Os protagonistas italianos da Revolução Farroupilha

Annita Garibaldi Jallet

*Advogada constitucionalista, cientista política,
bisneta de Giuseppe e Anita Garibaldi*

Premissa

Uma referência sentimental

Desejo, inicialmente, referir-me ao que foi escrito por minha tia, Annita Italia, filha de Ricciotti Garibaldi, irmã de meu pai Sante, que, em 1932, publicou um livro intitulado “Garibaldi in América”. Este livro foi duramente criticado pelo finado professor Salvatore Candido, e o motivo dessa avaliação é que a obra teria pouco ou nada de científico. Nasceu de uma longa viagem que Annita Italia fez ao Brasil e ao Uruguai, percorrendo os caminhos de seus avós, Giuseppe Garibaldi e Ana Maria Ribeiro. A autora nasceu em 1878, na Austrália. Quando começou a viagem pela América Latina, em 1929, já tinha 50 anos. Ela escreveu: “Foi para mim uma viagem de recolhimento e de paixão; uma peregrinação, quase uma consagração.”¹ O seu guia, seu “Baedeker”, foram as “Memórias” de Garibaldi, recordações do seu avô. Quando retorna à pátria, em 1932, publica seu livro em português e em espanhol, antes mesmo que em italiano.

Fazendo uma ligação entre minha conferência e as demais que integram este simpósio, quero dizer que me expesso perante os respeitáveis historiadores e estudiosos brasileiros com o sentimento de não poder adicionar ao seu conhecimento mais do que um testemunho daquilo que li na historiografia italiana, mas, sobretudo, do que aprendi por ocasião de três viagens ao Brasil, terra que hoje já faz parte da minha própria identidade.

Experiências complementares entre Brasil e Itália na primeira metade de 1800

Acredito que seja útil lembrar, também, que, ao nos referirmos ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, assim como à Itália, na primeira metade de 1800,

¹ GARIBALDI, Annita Italia. *Garibaldi in America*. Roma: A. I. Garibaldi, 1932. p.12.

estamos tratando de duas situações políticas muito instáveis, e, por isso, comparáveis em certo sentido. O Rio Grande, no sul do Brasil, era terra de fronteira ainda não totalmente explorada, carente de uma cartografia completa, muito pouco povoada por grupos que dificilmente se fundiriam em uma mesma nacionalidade. Somente a partir de 1801 seria incorporado definitivamente ao Brasil, mais por acordos internacionais do que por escolha. Além disso, o próprio Brasil aspirava sua independência.

A idéia de povoar o Brasil com colonos europeus tem origens antigas, e foi levada em consideração justamente pelo Governo, no Rio de Janeiro, para aumentar a escassa população, até então predominantemente portuguesa. Uma legislação foi criada especialmente, e emissários do Governo foram mandados para a Europa. Outras leis foram adotadas em 1824, tornando a imigração mais orgânica, e atraindo, principalmente, levas de alemães. Os italianos eram poucos até 1875, mesmo que alguns chegassem como austríacos, antes da unificação da Itália. De qualquer maneira, poderiam ser contados nos dedos de uma mão.

Na primeira metade do século XIX, e também depois, não é a grande presença de conterrâneos que atrai uma elite italiana ao Brasil, mas fatos políticos peculiares à Europa (basta lembrar as datas de 1814, 1821 e 1831), que obriguem algumas pessoas importantes, em geral de origem nobre, a ir para o exílio. Quase todos, porém, têm um passado político e levam com eles idéias modernas e de liberdade. Eles encontram uma boa acolhida na elite liberal dos grandes proprietários, em luta para obter do Governo do Rio de Janeiro uma gestão de província mais autônoma, e uma reavaliação dos impostos exorbitantes.

Não se deve, por outro lado, omitir que os imigrados ou exilados italianos encontraram, no Rio de Janeiro, ambientes liberais autóctones, ligados à cultura européia, cosmopolitas, que não esqueceram do grande sonho de Bolívar e não eram indiferentes aos fatos da América do Norte. Havia também uma refinada cultura, vinculada à procura de uma identidade brasileira, que ligava fortemente o romantismo literário e artístico europeu àquele que, com a colaboração também de artistas vindos da Europa, florescia no Brasil, jogando sobre os revoltados do Rio Grande do Sul uma luz romântica, perfeitamente exportável para a Itália².

² Acontece neste momento, em Paris, uma mostra no *Museu della Vita Romantica*, hospedado na casa que foi de Madame de Staehl, voltada a um Brasil romântico, apresentando telas de Alessandro Cicarelli (1811-1879), junto com telas brasileiras e francesas (Nicolas Antoine Tonnay e Jean Baptiste Debret), que fazem parte do acervo da Fundação Estudar, de São Paulo. A mesma imagem romântica deduz-se dos filmes que o Brasil propõe na Europa, inspirados na "Casa das Sete Mulheres", onde os personagens da Revolução Farroupilha, e do século XIX no Brasil, aparecem sempre em uma versão romântica que coincidia com o ânimo da Europa dos tempos de Mazzini e Garibaldi.

A Itália: uma série de estados, um reino ao norte, uma aspiração, mas nada em perspectiva para as idéias liberais e unitárias. Entretanto, ali também havia uma burguesia emergente, iluminada, cosmopolita, sacudida de modo irreversível pela Revolução Francesa e pela grande aventura napoleônica, cujas conseqüências amadureceram antes, depois da Restauração, na Espanha, que dá à América a sua primeira, mas pequena, fornada de exilados europeus.

Os tempos da Revolução Farroupilha foram, na Europa, anos de grande amadurecimento político, no sentido liberal e republicano. E talvez isso explique porque aqueles heróis que não morreram no Rio Grande (essencialmente Garibaldi e Zambecari) pudessem desenvolver, na Itália, uma ação em continuidade com seu empenho no Novo Mundo; principalmente, no caso de Garibaldi, depois de tê-lo aperfeiçoado e ampliado com outras experiências sul-americanas.

O Rio Grande do Sul antecipa, se é possível fazer essa comparação, os problemas da Unificação da Itália. Unido o Brasil, nem todos ficaram satisfeitos com as condições dessa unificação. Assim seria na Itália depois da Expedição dos Mil, onde era mais difícil resolver o problema: o sul da Itália não era, de fato, terra quase completamente vazia, e alguém, no norte, chegou a lamentar-se disso.

As experiências são semelhantes e complementares. Quando se tornar uma República, em 1889, o Brasil antecederá a Itália, e dará início a um novo mito de Garibaldi. No mesmo momento, na Itália de Giolitti, Garibaldi conheceria um eclipse que duraria até a II Grande Guerra.

A presença italiana na Revolução Farroupilha

Entre os grandes momentos dos caminhos comuns, italianos e brasileiros, ocorre a revolução no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, um evento que surpreendeu pela pobreza dos meios, a coragem dos homens, a grandeza dos ideais. Poucos nomes são lembrados do lado italiano: Zambecari, Garibaldi, Rossetti, Cuneo, Carniglia. Estes não são árvores que escondem a floresta. Na verdade são, tão somente, um punhado de italianos, a maioria expulsos, e se não pobres, homens com poucos recursos ganhos com o trabalho, capazes, porém, de mover montanhas. Moveram-nas para contribuir às épicas guerras de liberdade: a revolta espanhola, as jornadas francesas, a agitação em Londres, a participação na Revolução Farroupilha. Garibaldi, Cuneo e alguns outros ainda participaram da independência da República Oriental do Uruguai. Desde então, com o cargo de general, e com uma experiência muito particular, Garibaldi deu o lance decisivo para a Unificação da Itália.

Na campanha pela Unificação da Itália, Garibaldi foi o único a ter a experiência do Rio Grande do Sul, e um dos poucos que vivenciou a do Uruguai. Não devemos nunca esquecer disso ao explicar o mistério do General Garibaldi e as fontes do seu mito.

Mais de 70 anos depois daquele relato de minha tia Annita Italia, já com uma vasta historiografia sobre o tema, posso ser mais precisa do que ela. Também é verdade que há, em mim, um pouco de sentimento: a emoção que senti visitando a estância de Camaquã, hóspede dos descendentes de Bento Gonçalves, ou em frente às antigas casas de Laguna e de seu porto, junto à árvore à sombra da qual nasceu Menotti, o primeiro filho de Garibaldi e de sua companheira brasileira, bem como entre os representantes do povo dessas terras nunca ingratas e nunca esquecidas.

Nada vale mais para mim que o orgulho por meus ascendentes e conterrâneos, que deixaram aqui uma marca do gênio do meu povo, tão apto, por mil razões, a unir-se ao gênio do povo do Brasil.³

O italiano que não estava presente: Giuseppe Mazzini

O ensinamento de Mazzini

Falar dos protagonistas da Revolução Farroupilha implica citar alguém que não estava presente, mas que é um dos principais atores, senão o principal do lado italiano: Giuseppe Mazzini.

O professor Salvatore Candido, cuja obra teria que ser integralmente citada pelo conhecimento que devemos a ele sobre as façanhas sul-americanas de Garibaldi e de seus companheiros, expõe, em detalhes, o papel de Mazzini, então com trinta anos, no caso farroupilha.⁴ Não se pode entender o papel dos outros protagonistas italianos sem antes expor o trabalho de penetração das idéias de Mazzini, desenvolvido por Giovan Battista Cuneo e por Luigi Rossetti, em nome da "Jovem Itália".

³ Para um bom conhecimento da parte italiana dos fenômenos relativos à Revolução Farroupilha, ver Alessandro Gallante *L'emigrazione politica italiana del Risorgimento*. Resenha Histórica do Ressurgimento. Istituto Poligrafico dello Stato Roma, abril-set. 1954, pp. 223-242. Ver também *Il movimento migratorio italiano dall'unità nazionale ai giorni nostri* aos cuidados Franca Assante, Instituto Italiano para a História dos Movimentos Sociais e das Estruturas Sociais (Nápoles, 1978).

⁴ Em especial, citamos, de Salvatore Candido: *L'azione mazziniana in Brasile ed il giornale "la Giovine Italia" di Rio de Janeiro (1836) attraverso documenti inediti o poco noti*. Boletim da Domus mazziniana, Piza, n°2, 1968; *Giuseppe Garibaldi, corsaro riograndese (1837-1838)*, Instituto para a História do Ressurgimento, 1963; *La rivoluzione riograndese nel carteggio inedito di due giornalisti mazziniani: Luigi Rossetti e G.B. Cuneo. (1837-1840)*, CNR Valmartino in Firenze, 1973, e *Giuseppe Garibaldi dall'avventura marinara riograndese (1837) al comando della flotta in Uruguay*. Em *Garibaldi, Generale della libertà*, Roma: Ministério da Defesa, 1984.

Deve-se dizer, entretanto, que o terreno era fértil porque, entre os exilados, em grande parte carbonários ou maçons, as idéias de liberdade e freqüentemente de República, já estavam difundidas. Elas precisavam, porém, de um “corpus” teórico e de uma organização política que, por outro lado, estavam presentes no programa de Mazzini.

Escreve Candido:

“Provavelmente quando, no verão de 1831, em Marselha, o jovem Mazzini difundia a sua ‘Instrução geral para os irmanados da Jovem Itália’ e, um pouco depois, o ‘Manifesto’, onde anunciava a próxima publicação do periódico ‘A Jovem Itália’, não poderia imaginar e prever que a associação e a revista seriam logo difundidas no Novo Mundo e teriam exercitado a mais viva influência, não somente sobre os emigrados italianos, mas também, e especialmente, sobre os movimentos latino-americanos de libertação nacional (...).”

De fato, os simpatizantes e os irmanados são mais numerosos entre os exilados do que na Itália, e logo as idéias se difundiriam também através da imprensa de outras línguas, como a espanhola e a portuguesa.

Mazzini não imaginava que dali a pouco seria publicado, no Rio de Janeiro, um quinzenário de rebeldes rio-grandenses em luta contra o Império do Brasil, “O Povo”, dirigido por seus maiores seguidores, Cuneo e Rossetti. E as publicações no Brasil não foram as únicas: também em Montevideú, em Buenos Aires, na América do Norte, e onde quer que propagassem de modo ativo o pensamento de Mazzini.⁵

Os ecos mais numerosos encontravam-se em apreensivas mensagens – providenciais para os estudiosos – que os cônsules do Reino de Piemonte-Sardenha mandavam à Corte de Turim. De fato, de 1835 a 1839, a polícia sarda seguia com vivo interesse a penetração das idéias liberais na costa atlântica da América Latina. Escreve Candido, ainda:

“Exercita (a polícia sarda) uma vigilância ativa nos portos para impedir que do Brasil chegassem *escritos incendiários* editados naqueles países longínquos, e também na Europa, e fossem enviados para a América para que mais facilmente pudessem ser introduzidos no território italiano (...).”

⁵ Ver ainda MASTELLONE, Salvo. *Mazzini e la Giovine Italia 1831-34*. Piza: Domus mazziniana, 1960. 2 vol.

Em 14 de abril de 1836, um sinal neste sentido chegou a Turim, ao Conde Solaro della Margharita, Secretário de Estado para os Negócios Exteriores. Fala-se do "Programa de um jornal eminentemente revolucionário que os sectários pretendem publicar em língua italiana na capital do Brasil, de onde se propõem a enviar, depois, os exemplares para a Itália." Pede-se, então, a maior vigilância para impedir a entrada na de tais escritos no país.

Através destes despachos diplomáticos, somos capazes de seguir, desde 7 de junho de 1834, sempre graças à documentação obtida pelo professor Candido, a vida e os acontecimentos de uma coletividade formada principalmente por lígures, animada, na sua maior parte, pelos ideais republicanos e hostis ao governo sardo. Uma verdadeira rede que se espalha pelo mundo inteiro, mesmo que constituída por poucas pessoas em cada lugar.

O alarme cresce quando a atenção dos jornais mazzinianos volta-se não somente para a Itália (organizaram-se até depósitos nos portos brasileiros para mandar os jornais para a Europa) mas alcança também os países onde esses são impressos. E não é de se admirar do alerta quando a folha "A Jovem Itália", de 26 de março de 1836, assim se manifesta:

"A nós italianos... nos é incumbido de pregar as nossas doutrinas a todos os homens e especialmente aos nossos conterrâneos em qualquer parte do mundo onde nos encontramos, onde se unam (sic) a nós no grande pensamento de nossa irmandade... a juventude italiana correrá em massa para derrubar os tronos, para rechaçar o estrangeiro opressor e nós, mesmo de longe, correremos para participar dos perigos dos nossos irmãos."

A ação se amplifica, essas máximas tornam-se expressão e aviso para uma série de insurreições contra as monarquias imperiais (Brasil) ou as ditaduras (Argentina). Corre a idéia de que querem libertar os escravos, coisa que Garibaldi fará logo, assim que tiver a ocasião, em nome de idéias universais que não se esgotam com um simples gesto de piedade humana.

As idéias republicanas e de Mazzini formam o pano de fundo do jornal "O Povo", que prepara amplamente o terreno para a participação de Garibaldi, mas também do próprio Rossetti, nas insurreições que acontecem por toda a costa do sul do Brasil. Se Zambeccari chegou em 1826 no Brasil, Rossetti, em 1827, Garibaldi, de fato, desembarcou no Rio de Janeiro em janeiro de 1836. A sua presença contribuiu para inflamar os ânimos: ele foi

anunciado como aquele que veio para praticar as idéias de Mazzini, encarregado pelo próprio mestre para este fim.⁶

Enquanto Garibaldi começava a voar com as próprias asas no sul do Brasil, mais inclinado à ação do que ao pensamento, Mazzini via, na Europa, a sua parábola em queda. A atividade mazziniana havia estimulado jovens que deveriam se tornar, em breve, figuras de primeiro plano da política italiana. Porém, na Itália, a falência das conspirações de 1833-1834, geraria, assim, novos exilados políticos, entre os quais Garibaldi, e causaria uma crise profunda de todos os movimentos patrióticos. Por alguns anos a Jovem Itália (e suas seções projetadas como o "Jovem Rio Grande") derrotada e desagregada, cessa praticamente de existir como força organizada na Itália e no exterior.

Giorgio Candeloro, na sua "Storia dell'Italia" moderna, escreve que, naquele momento, houve a dispersão da maior parte dos exilados que haviam se unido em torno de Mazzini. Restaram os poucos que participaram da guerrilha farroupilha. Assim aparece toda a importância da participação de Giuseppe Garibaldi: se não tivesse a oportunidade de começar a combater e de descobrir sua verdadeira vocação, Garibaldi talvez se integrasse de um modo totalmente diferente à sociedade sul-americana. E seria pior ainda se tivesse retornado para a Itália, como fizeram muitos na primeira anistia, ou permanecido na Europa, talvez escondido na França como tantos perseguidos e depois anistiados. Teria vivido em uma Itália, então, cheia de intrigas políticas, de facções, de conspirações carbonárias e, sobretudo, nos tormentos de uma evolução liberal moderada do reino, onde não teria encontrado o próprio papel. Na Itália não havia mais nada a fazer naqueles anos. Mazzini, por sua vez, enrijeceu, não quis entender o tamanho da evolução em processo e ficou fora do jogo por muito tempo, fiel somente a ele mesmo na tempestade de suas dúvidas.

No verão de 1839, Mazzini comunica aos exilados italianos na Inglaterra, na Bélgica, na Suíça, na América, de quem ele consegue obter o endereço, que tem a intenção de reconstituir a Jovem Itália. Poucos aderem, espalhados pelo mundo, mas, em 1840, comunica que recomeçam suas atividades. Na

⁶ Permanece uma pergunta: Salvatore Candido escreve que o partido farroupilha era formado por gente do campo, e por uma elite de jovens idealistas educados por doutrinários entusiastas, entre os quais o italiano Livio Zambecari, partidário das idéias de Mazzini. Como nasceram os contatos e a confiança? Sobre Livio Zambecari, ver *Tra il Reno e la Plata, la vita di Livio Zambecari studioso e rivoluzionario*, organizado por GAVELLI, Mirtide, TAROZZI, Fiorenza e VECCHI, Roberto. Bolonha: Boletim do Museu do Ressurgimento, 2001.

continuação de sua correspondência com Cuneo e Rossetti, talvez estivesse iludido quanto à consistência do movimento entre os emigrantes. Age, entretanto, em um terreno diferente daquele revolucionário ou puramente patriótico: dedica-se à organização dos operários, pensando em um partido democrático. Com este tema, entretanto, não consegue chamar a atenção dos italianos espalhados pelo mundo, que sonham com a libertação da pátria. No mundo dos emigrantes, por outro lado, a situação também mudara. Desapareceram os antigos protagonistas das rebeliões, como Buonarotti, e muitos exilados retornaram do exterior por ocasião das várias anistias. Outros tenderam a adotar a tese moderada de uma lenta mas inevitável evolução dos acontecimentos da Itália, e, no meio tempo, integraram-se à sociedade que os acolhia.

Muitos dos exilados (considerando um número pequeno) haviam, porém, seguido a tradição do voluntariado militar e, depois de 1833-1834, participaram dos levantes endêmicos da América Latina, além daqueles da Espanha e Portugal.

Somente Mazzini poderia reaver alguma influência sobre eles, através de Cuneo, que tinha se instalado em Montevidéu. Mas foi obrigado a aceitar o fato de que poucos ainda acreditavam no método insurrecional e, sobretudo, que ninguém mais via em Mazzini aquele que seria capaz de encontrar soluções práticas para a situação italiana, assim como por sua decidida oposição à mudança proposta por Gioberti.

A passagem de uma ação militar

Para uma ação de tipo militar, porém, havia espaço: quem retornava da América sabia de Garibaldi. Zambecari, em Bologna, que não tinha deixado a atividade patriótica, alimentava o mito de um general vencedor. Também depois do fim da revolução no Rio Grande do Sul, a passagem de Garibaldi no Uruguai, longe de fazê-lo perder sua reputação, permitia que entrasse novamente em contato com ambientes que se comunicavam ativamente com a Europa. Montevidéu era um grande porto, e os exilados de todos os países eram numerosos. Também os diplomatas, oficialmente hostis, contribuíram, com seu alarmismo, a difundir a sua fama na Europa. Portanto, mais que Mazzini, foram o poder de Cuneo e a correspondência dos italianos que prepararam o retorno à Itália de um Garibaldi já decidido a levar a ação para o terreno militar.

O estudioso francês Gilles Pecout⁷ explica que, progressivamente, desde 1831, na Itália, eram colocadas no mesmo patamar a reivindicação de

⁷ PECOUT, Gilles. *Il lungo Risorgimento*. Milão: Mondadori, 1999.

liberalismo político e a patriótica luta anti-austriaca. Aqueles que foram obrigados a ir para o exílio procuraram, nos momentos de união, um modo para permanecer fiéis aos seus ideais juvenis, e tentar algo em favor da pátria sonhada. Mas não buscaram rebeliões e conspirações.

Aqueles que partem para combater ao lado de Garibaldi fazem parte, no máximo, da chamada Congregação do Rio de Janeiro. Deles, sabe-se pouco. São, parece, na Revolução Farroupilha, uns cinqüenta italianos (número confirmado por todos os autores, embora saibamos pouco sobre seus nomes). Levar as idéias para o terreno da luta armada representou um formidável salto de qualidade. Tal fato seria por muito tempo ignorado na Europa, mas serviria de ensinamento àquele que se tornaria o artífice do "salto de qualidade" na Itália.

Das duas partes do mar, o papel dos carbonários e dos maçons

Papel também relevante na concretização das idéias de Mazzini tiveram os carbonários e os maçons, que encontraram no sul do Brasil um terreno fértil. Espalhados e desorganizados, também eles encontrariam na "Jovem Itália" um novo motivo de agregação que os reforçaria. Entre eles identificamos, sem dúvida, Livio Zambecari, conselheiro e secretário de Bento Gonçalves.

Zeffiro Ciuffoletti e Sergio Moravia explicam que há elementos de distinção entre Maçonaria e Carbonaria. A primeira foi laica e anti-clerical, enquanto que a segunda foi invadida por um profundo sentimento religioso que mutuou muitos de seus símbolos com rituais da liturgia e da história cristã. Nas filas dos carbonários, como se sabe, a presença dos religiosos foi bastante elevada. A Maçonaria, além disso, pelo menos em nível estatutário, não se ocupava de política e respeitava as instituições monárquicas vigentes. Já a Carbonaria nascia como instrumento de ação política e lutava pela instauração dos governos democráticos e constitucionais. Evidente, desde o início, foi sua aspiração em se transformar em uma estrutura política limpa e aberta. Apenas a virada constitucional de 1820 o permitiu; a Carbonaria abandonou a dimensão secreta, tornou públicas as próprias seções e começou uma intensa obra de proselitismo em plena liberdade. Se a maçonaria atingia uma ideologia universal e um cosmopolitismo humanitário genérico, que tinha a sua total referência nas várias correntes do pensamento iluminista, a Carbonaria, ao invés, estava impregnada das novas teorias românticas e olhava para o ressurgimento das nacionalidades como próprio horizonte ideal.

A Maçonaria saiu logo de cena. A Carbonaria e as outras sociedades secretas sobreviveram pelo menos até os movimentos de 1831, para ceder, na Europa, ao movimento democrático, mas continuaram a ser uma trama sólida na América Latina.

Logo após as jornadas parisienses de julho de 1830, a Itália tornou-se novamente uma terra de conspirações patrióticas e revolucionárias, em forte ligação com a França, terra de exilados políticos, e também novo berço do liberalismo. Depois do fracasso da conspiração carbonária promovida pelos irmãos Bonaparte, em Roma, em dezembro de 1830, as revoluções começaram a interessar, em fevereiro de 1831, à Itália central. Em Módena, na Romagna, primeiro; depois entusiasmou toda a Itália central. Os austríacos restabeleceram a ordem e enforcaram *Ciro Menotti*, em Módena.

Conclui o já citado Gilles Pecout: "A revolução de 1831, seguida em janeiro do ano seguinte por novos combates entre revolucionários e as tropas pontificias, ajudadas pelos austríacos, deixaram, efetivamente, uma marca na mentalidade italiana e internacional. O seu fracasso é invocado habitualmente como a prova do desastre de uma geração inteira de revolucionários, em primeiro lugar os conspiradores e os conjurados ligados à Carbonaria."⁸

Os italianos, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul Tensão política no Rio de Janeiro

Enquanto a Europa parecia adormecida, mas na realidade afiava as armas para uma grande explosão, a Revolução de 1848, que a teria sacudido em nome daqueles ideais democráticos e tardo-românticos que afligiam também o Brasil, o Império, que tinha levado à independência e suscitado instituições parlamentares, havia imposto uma ordem centralizada. Os movimentos de revolta acentuaram-se no início dos anos 1830, mais por causas internas do que como reflexo da situação na Europa, provocando a abdicação do Imperador e a nomeação de um Conselho de Regência, em consideração à pouca idade do novo Imperador, Pedro II.

Permanecia, de qualquer maneira, um clima de tensão. Guerras de independência e conflitos internos haviam causado graves danos à agricultura, principal recurso da população. Por outro lado, porém, havia o incremento do comércio com a Europa, antes sufocado pelo regime de monopólio que as duas potências ibéricas haviam imposto às colônias. Com os comerciantes e

⁸ PECOUT, Gilles. *op. cit.* pp. 114-115.

banqueiros, sobretudo ingleses, escreve o professor Scirocco, em sua biografia de Garibaldi,⁹ instalaram-se os diplomatas dos Estados europeus nas novas capitais. A fragata De Geneys, a mesma que deveria ter levado Garibaldi se não tivesse escapado de suas obrigações militares, havia trazido ao Brasil o Conde Egesippo Palma di Borgofranco, novo representante do Reino de Sardenha, em relação oficial com o Brasil a partir de 1820. Será a mesma fragata, com as suas freqüentes viagens, que traria a notícia da condenação à morte do jovem Garibaldi, que não pede perdão, e a levar, para Marselha, a primeira carta de Garibaldi endereçada a Luigi Canessa, carta que testemunha o fato de Garibaldi considerá-lo verdadeiramente aquele que lhe empossou como representante da jovem Itália.

Emigrados e exilados estabeleceram-se, sobretudo, na bacia do Rio da Prata, na Argentina, e no futuro Uruguai. Os navios que chegavam, principalmente da Ligúria, levavam e traziam jornais, mas também opúsculos como os da Jovem Itália, além das notícias dos levantes. A necessidade do Governo de Turim de comunicar aos seus representantes diplomáticos os fatos e os nomes dos exilados, informações que depois eram repassadas aos governos locais, gerou, como vimos, a primeira fonte das nossas informações em relação ao assunto.

Podemos, então, sustentar que os primeiros italianos a serem levados em consideração eram aqueles que, embora formassem um círculo restrito de pessoas, tornaram conhecida, na Europa, a situação dos estados americanos: os diplomatas, os comerciantes importantes, expoentes abastados da comunidade italiana capazes, por exemplo, de oferecer uma sustentação social aos menos afortunados, ou de criar economicamente um jornal, uma folha em língua italiana, para propagar idéias. Entre as perguntas que podem ser feitas está aquela sobre os patrocinadores, e, no nosso caso, isso torna mais relevante a ação do segmento mais rica de nossa comunidade no Rio de Janeiro, menos conhecida do que aqueles que, depois, a representaram com a espada na mão.

Relações com a Itália

Com que intensidade os fatos do Brasil poderiam ser conhecidos na Europa? Ainda sobre este ponto nos ilumina o professor Scirocco, que nos

⁹ SCIROCCO, Alfonso. *Garibaldi - Battaglie, amori, ideali d'un cittadino del mondo*. Roma-Bari: Laterza, 2001.

recorda que um navio levava em média sessenta dias para completar a viagem do Mediterrâneo ao Brasil, mais o tempo de entrega de uma carta ou de um pacote. Pode-se calcular que uma troca de correspondência se fazia, mais ou menos, no arco de seis meses, escreve Scirocco. Isto nos faz ter uma noção mais precisa das trocas epistolares entre Mazzini e Garibaldi, entre Cuneo e Mazzini, e explica também, em parte, como se originou a confusão que existia há tempo nas relações entre Mazzini e Garibaldi, Cuneo e Garibaldi, Rossetti e Mazzini.

Adaptação de Garibaldi no Rio

Quando Garibaldi chegou ao Rio de Janeiro sabia-se dele tão somente que tinha uma condenação à morte à revelia, por ter participado de uma rebelião mazziniana, e isso valia todos os passaportes junto à comunidade republicana. Mas não se sabia que tinha sido Luigi Canessa, de Marselha, a indicá-lo como representante da Jovem Europa, que o encontro de Taganrog com Cuneo nunca tinha acontecido, e muito menos o encontro com Mazzini em Gênova. Nas suas "Memórias", Garibaldi é pouco preciso no que diz respeito ao fato, mas hoje a reconstituição daquele período é bem segura.¹⁰ O professor Romano Ugolini dá uma explicação para a distorção dos fatos: a necessidade tardia de consagrar o mito de um jovem herói que teria sido envolvido e iniciado nas teorias de Mazzini, já em 1833, e que seria o mensageiro capaz de se impor perante aqueles que já exerciam um papel na comunidade dos exilados. De fato, chegando ao Rio de Janeiro, Garibaldi não encontra um terreno virgem.

O professor Scirocco sustenta que "o bandido condenado pelo motim de Gênova, já personagem, homem-imagem dos revolucionários, pela renúncia de procurar o perdão das autoridades, poderia encontrar refúgio seguro mais perto da sua pátria, por exemplo em Constantinopla, onde viveu por longo tempo. Move-se em direção à América por uma escolha precisa, não como um exilado desiludido, mas como um patriota ardente que quer continuar a contribuir com sua obra para o triunfo dos ideais nacionais."¹¹ Os julgamentos de Ugolini e Scirocco não coincidem, porque Scirocco cede alguma coisa ao mito de Garibaldi, enquanto que Ugolini considera muito mais casuais os

¹⁰ Em mérito pode-se fazer uma comparação das obras recentes de UGOLINI, Romano. *Garibaldi, genesi di un mito*. Roma: Ateneo, 1982, e de SCIROCCO, Alfonso (op. cit.).

¹¹ SCIROCCO, Alfonso. Op. cit. p. 32.

acontecimentos de Marselha e sua partida, devida também a uma epidemia de cólera em Marselha e arredores. Mas o importante é que, naquele momento, Garibaldi descobre sua vocação e também seu talento: individualizou nas idéias de Mazzini um alicerce, e, entre os mazzinianos, um ambiente que o acolhe, o leva, o reconhece.

A condenação à morte em Gênova é a declaração de nascimento de Garibaldi. O encontro com Luigi Rossetti, com Cuneo e depois com Zambeccari é o início de seu protagonismo político e militar, e é isso que nos interessa.¹²

Os companheiros, as ajudas

Luigi Rossetti (apelidado Olgiate) o recebe de braços abertos e imediatamente nasce entre os dois uma centelha que o próprio Garibaldi descreve, de modo eficaz, nas suas "Memórias".

"Os nossos olhos se encontraram e não parecia ser a primeira vez, como era na realidade. Sorrimos reciprocamente e fomos irmãos pela vida e pela vida inseparáveis."¹³

No ano de 2000, Tabajara Ruas publicou nos jornais o seu belo "Garibaldi e Rossetti"¹⁴ e contribuiu de modo excelente ao conhecimento dessa nobre figura. Será dada, depois, constante referência à obra de Yvonne Capuano sobre esse ponto e muitos outros.¹⁵

Existem outras personalidades fortes neste lugar, entre elas Giuseppe Stefano Grondona. A relação entre os dois nunca foi fácil. Também Garibaldi recorda dele nas "Memórias". Grondona é qualificado por Garibaldi como "gênio quase infernal". Esse lígure, antigo jacobino, foi companheiro de luta de Giacomo Mazzini, chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1815, foi expulso em 1823, por suas idéias, e readmitido em 1834 pelo regime liberal de Pedro II. Mesmo sendo mais ligado à idéia da revolução universal do que à da italiana, entra em contato com Mazzini e obtém as publicações da Jovem Itália que traduz, criando com meios próprios uma Sociedade Filantrópica italiana. Em um primeiro momento, Garibaldi o ajuda, entra em uma loja local da Maçonaria

¹² Entre o mito e realidade, também GREVVY, Jerome. *Garibaldi*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2001.

¹³ GARIBALDI, Giuseppe. *Memorie autobiografiche*. Florença: Barbera, 1888, p.15.

¹⁴ RUAS, Tabajara. *Garibaldi e Rossetti*. Organizado pela Associazione Culturale Italiana del Rio Grande do Sul, 2000.

¹⁵ CAPUANO, Yvonne. *De sonhos e utopias. Anita e Giuseppe Garibaldi*. São Paulo: Melhoramentos, 1999, e *Garibaldi o leão a liberdade*. São Paulo: Totalidade, 2000.

ria para inserir-se no ambiente (Grondona é maçom), a famosa “Asilo de la Vertud”. Mas Garibaldi considera-se envolvido diretamente por Mazzini, porque o é por Canessa, e cria-se imediatamente uma dificuldade com Grondona. Em breve, Garibaldi deve se impor sobre Grondona, e não o perdoará nunca. Será por isso que Grondona não conseguiu nunca retornar à pátria?

Retornam, ao invés, em 1839, outras personagens presentes na congregação do Rio de Janeiro, e são os seus relatos feitos à polícia que nos iluminam sobre muitos fatos, entre testemunhos forçados e delações. Vincenzo Raimondi, Gian Battista Folco, sobretudo Cesare Corridi, que tinha como apelido Pietro Carnesecchi, e poderia ser o mesmo de Michele Lando. Ele emprestará o apelido de Carnesecchi para Grondona, já indiciado pela polícia, quando retornar à Itália. Qual dos dois se esconderá na verdade sob o nome de Carnesecchi? Os pareceres não concordam.

Uma consideração sobre a questão da idade dos participantes da Jovem Itália. Estamos acostumados a ver nossos heróis como muito velhos. Mas, consideremos a idade deles em 1835: Mazzini tem 30 anos e Garibaldi tem 28. Zambeccari, que já era um grande cientista, tem 33. Giovan Battista Cuneo (apelidado de Farinata degli Oberti) nasceu em Oneglia, em 1809, tem 26 anos, mas tinha 24 quando foi obrigado a ir para o exílio (será um dos poucos a morrer na Itália, em seu leito, em Florença, em 1875, depois de ter sido eleito deputado em 1849, embora decidisse voltar a viver na América Latina). O genovês Luigi Rossetti, diretor, junto com Cuneo, do jornal “O Povo”, morre combatendo próximo a Viamão, em 24 de novembro de 1840, com pouco mais de trinta anos.

Quase um time de rapazes, diríamos hoje, de jovens irrequietos, somente aptos para uma revolução de farrapos... Rossetti chegou ao Rio de Janeiro em 1827; Cuneo em 1835, com Pietro Gaggini, relojoeiro, também condenado pelos fatos de Gênova, em 1833, e moravam juntos. Ambos têm um bom grau de cultura: Rossetti estudou Direito, Cuneo tem talento de jornalista e de escritor. Para ajudar Garibaldi a se impor, e especialmente a superar sua inferioridade cultural que poderia dar uma vantagem a Grondona, que organiza contra ele uma verdadeira sabotagem, Cuneo cria, em março de 1836, um jornal que intitula “A Jovem Itália”. Seu objetivo é preparar atividades subversivas na Itália.

Os meses de preparativos para a ação

A revolução já iniciara quando Garibaldi chega ao Rio de Janeiro. Tendo deixado Marselha, em 8 de setembro de 1835, chega à capital brasileira no

final do ano. No início de 1836, volta ao mar, graças aos fundos recolhidos por Giacomo Picasso, carbonário, comerciante bem-sucedido que parece ter oferecido quase a soma necessária para comprar a embarcação de vinte toneladas, batizada "Mazzini". Os irmãos Francesco e Luigi Zignano, grandes negociantes, também o ajudam (o papel deles deve ser estudado), além de Stefano, Giacomo, Paolo Antonini, de Montevidéu, e Luigi Nascimbeni, que faz a intermediação entre os Antonini e Rossetti, junto com Natalio Rusca.

Garibaldi começa a comerciar junto com Rossetti. As idéias circulam. O genovês Domenico Terrizzano batiza sua embarcação de *Giovine Europa*, e o veronês, engenheiro formado na Suíça, Luigi Dalecase (ou Delle Case) nomeia sua embarcação de *La Giovane Italia*. Durante a sua estada no Rio de Janeiro, sabemos que Garibaldi morava com Dalecasi, na rua Fresca nº 7. Este comprometera-se na tentativa mazziniana de 1834, em Gênova, mas conseguiu fugir e, naquele mesmo ano, se estabeleceu na Bahia, onde preparou um navio para viagens de longo percurso, pouco tempo após transferir-se para o Rio de Janeiro.

As atividades subversivas dos italianos no exílio não estavam voltadas inicialmente para a vida política local. Eram destinadas a alimentar a sua chama patriótica, desta vez sob a forma do Socorro Mútuo que os mantinha unidos. Quem escrevia, como Cuneo, o fazia pela Itália. Seria toda a solidariedade voltada ao exilado Garibaldi destinada somente a propiciar-lhe um trabalho? É de se duvidar. Cuneo e Rossetti descobrem no jovem Garibaldi as qualidades do homem de ação, e este é um momento fundamental na vida de Garibaldi.

Passa-se à ação

Garibaldi navega como comerciante há mais de um ano quando sua vida entra em uma outra dimensão. Enquanto amadurecia o projeto de encontrar Cuneo em Montevidéu, incapaz de se contentar com uma tranqüila atividade de comerciante, fica sabendo da rebelião deflagrada no sul do Brasil. Estamos nos primeiros meses de 1837, a Província Rio-grandense está em revolução desde 1834, mas no segundo semestre de 1836, os Imperiais levam a melhor e prendem, depois da derrota sofrida em Fanfa, o Coronel Bento Gonçalves e o seu secretário, o italiano Livio Zambeccari. Este, capturado na batalha de Fanfa no início de outubro de 1836, escreve a Cuneo para pedir algo para ler "que contenha palavras de Liberdade".

Bento Gonçalves era um maçom muito ativo. Tinha organizado diversas lojas pela fronteira e, em seu projeto político, assim como no de

Zambeccari, não havia somente a revolução política mas também uma forte aspiração à revolução social, que Zambeccari sonhava igualmente para a Itália. As idéias dos exilados se cruzavam com as do Partido Republicano da Província do Rio Grande, muito influenciado pelos oficiais do exército. Eram idéias libertadoras e modernas, que foram bem recebidas pela elite liberal dos grandes proprietários, entre os quais estavam Bento Gonçalves e boa parte de seus oficiais.

Zambeccari faz parte da segunda geração de exilados, daqueles caçados pelos fatos de 1821. Naquele momento ele tinha apenas 19 anos. Chega à América do Sul em 1826, depois de uma dura experiência na Espanha e de estudos apaixonados na França e na Inglaterra e retoma a atividade científica e política no Rio Grande. Em Porto Alegre filia-se a uma loja maçônica. Na realidade é um carbonário com idéias mazzinianas. Contribui amplamente para formar o espírito da revolta. O encontro decisivo acontece na prisão de Santa Cruz onde Rossetti e Garibaldi entram sem grandes dificuldades em fevereiro de 1837, depois de uma primeira rápida visita só de Rossetti, mas onde vieram à tona as idéias de Garibaldi, de iniciar a guerra corsária pela costa brasileira.

Quando chega a "autorização para navegar" das autoridades do Rio Grande, Garibaldi sente-se envolvido em um papel legitimado, não de corsário, mas de capitão de um navio de guerra. O belo dessa situação é que Garibaldi e Rossetti, com alguns outros italianos, partem do Rio de Janeiro para conduzir a guerra deles, sempre como comerciantes, mas quem pode ignorar quem são?

Garibaldi parte do Rio para a guerra corsária contra o Brasil. Tem apenas 30 anos. Será a sua primeira experiência de comandante, e aparição dos traços de genialidade que distinguirão as suas façanhas. Recebe o grau de capitão-tenente, deve coordenar e armar duas embarcações que estavam sendo construídas no Rio Camaquã. Cada uma das embarcações recebe uma tripulação de 35 homens: uma é comandada por Giuseppe Garibaldi, a outra por John Griggs, um americano também seduzido pela causa farroupilha.

Os protagonistas menos conhecidos

De Garibaldi e Rossetti já sabemos. Mas tem também Luigi Carniglia a quem Garibaldi estima muito, e que salvou a sua vida mais tarde em um combate no Rio da Prata. Garibaldi chegou a desejar para ele um monumento na sua cidade de Deiva, perto de La Spezia, e Deiva de fato erguerá um monumento que mostra Carniglia que sustenta Garibaldi ferido. Aqui

Garibaldi também usa tons épicos nas suas “Memórias”. Escreve: “Eu quero falar de Luigi. E por que não deveria falar? Por ser plebeu? Por ter nascido na multidão daqueles que trabalham para todos? Por não pertencer à classe alta, que geralmente não trabalha para ninguém e consome por muitos? Grande era o seu espírito, diz Garibaldi, “ao proteger-me, ao cuidar-me como uma criança na desventura, quando era incapaz de me mover, fraco, ao ponto de ser abandonado por todos! No delírio da morte sentava-se ao meu lado Luigi, com a freqüência e a paciência de anjo: então nos deixava um momento para chorar.” E conclui: “ainda um mártir da liberdade, um dos tantos italianos destinados a servir em qualquer lugar, fora da sua infeliz terra natal.”¹⁶

Tem também Eduardo Mutru, que tem 24 anos em 1834, nativo de Nizza Marittima, marinheiro de 3^a classe a serviço Real. Garibaldi também é de Nizza Marittima: Mutru, condenado a morte junto com ele, é um companheiro de juventude.

Embarcam também o genovês Pasquale Lodola, encarregado do serviço de popa, e dois marinheiros, Giovanni Lamberti e Giacomo Fiorentini. Este último morre em 1837, na ponta de Jesus Maria, onde Garibaldi ficou gravemente ferido. “Um dos melhores companheiros italianos”, define Garibaldi. Era de La Maddalena, na Sardenha, onde Garibaldi teria decidido estabelecer mais tarde a sua morada. Da ilha de Capraia tinha um outro marinheiro, Antonio Lima, ou Lama. Gabarroni, ou melhor, Giovanni Gavazzane, o João Gavarron, que deveria ser o piloto da Mazzini, não conseguiu embarcar. Havia também Maurizio Garibaldi, que não era parente do nosso bom marinheiro.

Na Congregação, ou seja, na seção da Jovem Itália no Rio, encontrava-se também o nome de Gris (ou melhor, Giacomo Criss, apelido de Picasso). E assim sabemos que, em 1838, encontravam-se ainda nas prisões brasileiras como proprietário da embarcação Mazzini, Tersani (ou talvez o próprio Domenico Torrisano, encontrado por Garibaldi em casa Delacazi, este também comerciante abastado) e Vincenzo Raimondi. Este último faz parte da geração mais velha, tendo nascido em Finale Marina, em 1788. Havia militado nas armadas napoleônicas e depois de várias travessias transferiu-se para a América Latina, em 1831. Volta à pátria em 1838, já com 50 anos. Giovan Battista Folco resulta também na “relação” dos filiados da Congregação do Rio, mas é pessoa rica e talvez seja informante do Reino. Tem também Carlo Belgrano di Oneglia e Luigi Vacani, mestre de música, colaborador no jornal.

¹⁶ GARIBALDI, Giuseppe. *Memorie autobiografiche*. Op. cit. pp.29-30.

Diz-se que uns cinqüenta italianos participaram da Revolução Farroupilha, e talvez alguns dos filiados da Congregação do Rio também, porém é difícil sabê-lo.

Na Foz do Rio Araranguá, em 15 de julho, Garibaldi naufraga. Nas "Memórias" diz que naquele momento os italianos eram sete. Morreram Mutru, Carniglia, Luigi Staderini, Navona, talvez o próprio Lorenzo N. que Garibaldi recorda nas Memórias. Quem será Giovanni D.?

No fim da vida, Garibaldi encontrou Francesco Anzani, próximo de São Gabriel. Nascido em Alzate, na Brianza, em 11 de novembro de 1809, com 17 anos fugia para combater na Grécia. Fez parte do movimento republicano de Paris, em 1832, e combateu em Portugal e Espanha nas fileiras dos constitucionais. Depois emigra e combate com as poucas forças republicanas que permaneceram fiéis a ele, mas logo Anzani escreveu que não tinha mais nada a fazer, e foi encontrá-lo em Montevideú. Deixando o Brasil pelo Uruguai, Garibaldi os deixou sob o comando de Napoleone Castellani, de Montevideú, que queria armar um navio para ajudar Garibaldi, deslocou-se até Alegrete para fazer um acordo com Bento Gonçalves, mas não alcançou o seu propósito. Todavia, foi naquela ocasião que se fortaleceu o vínculo entre Garibaldi-Anzani-Castellani e, naturalmente, Cuneo, que levou os resultados para o Uruguai, na fase seguinte da vida de Garibaldi.

A percepção da Revolução Farroupilha na Itália

Perguntamo-nos por quais caminhos a epopéia sul-americana chega à Itália, e em que época. Quando Garibaldi retornou à Itália, no início de 1848, sua reputação ficou garantida graças à divulgação entre os emigrantes e, nos ambientes oficiais, pelas relações dos representantes do Reino na corte de Turim. É provável, porém, que tenha sido sobretudo a aventura uruguaia a chamar a atenção, em virtude da importância dos cargos assumidos por Garibaldi, e pela capacidade de organização demonstrada por ele (graças também a Francesco Anzani). De qualquer maneira, as publicações da Jovem Itália, de "O Povo", alguma coisa fizeram pelo jovem chefe. Mas foi especialmente a biografia de Cuneo, publicada em 1850, a dar uma visão geral da sua vida até então. Garibaldi, quando recebe o texto em março de 1850, escreve para o autor. "Li a biografia e vislumbrei a previsão do amigo"¹⁷. Esta biografia será fundamental não tanto pelos efeitos imediatos, mas pelo fato que outros autores que escreverão sobre Garibaldi na América do Sul possam inspirar-se.

¹⁷ Epistolario di Giuseppe Garibaldi, Vol. 1 (1834-1848), Instituto para a História do Ressurgimento, 1973.

Citamos somente uma passagem de Cuneo: “Toda a vida de Garibaldi é um contínuo e fecundo sacrifício à liberdade e à pátria. Nas suas ações como homem privado, assim como nas de homem público, nos alegres encontros com os amigos como nas sérias e graves assembléias teve sempre como argumento das suas idéias e dos seus discursos: Pátria e Unificação.”

Os sublimes anseios da sua grande alma elevaram-se àquele altíssimo conceito; não cuidou de mais nada, por isso foi sempre visto combater e a causa americana defender com o mesmo ardor com o qual combateu na Lombardia e em Roma. “Acompanhou sempre o pensamento e continua foi a ação.”¹⁸

Em suas “Memórias”, cuja primeira edição foi em 1872, o próprio Garibaldi evoca muitos episódios e as recordações dos amigos mais queridos. Giuseppe Guerzoni, em 1882, incluirá outros elementos que esclarecerão a cronologia dos eventos.¹⁹ O interesse dos historiadores, porém, concentrou-se sobre os fatos italianos e, talvez por sua posição na Itália, era melhor que Garibaldi deixasse de lado as suas passagens de corsário e de aventureiro.

Todavia, podemos tecer algumas considerações gerais sobre a presença dos italianos na Revolução Farroupilha. Os italianos foram poucos e muitos deles morreram, mas, com o tempo, o mito de Garibaldi se expandiria na América do Sul, ajudado pela presença de uma brasileira a seu lado, conferindo identidade à consistente emigração italiana, que, sucessivamente, teve participação no povoamento do Brasil.

Mesmo tendo sido uma guerra perdida, representou para Garibaldi uma extraordinária lição de vida. Naqueles cinco anos, Garibaldi tornou-se ele mesmo, e não perdeu nunca mais as características que foram a sua força em situações muito diversas. Quando se dedicou à redação das suas “Memórias”, Garibaldi não se esqueceu dos seus companheiros italianos de aventura. Recordando a morte de Rossetti, exprime-se assim:

“Não existe um ângulo da terra onde não apareçam os ossos de um italiano generoso! E a Itália os esquece... aqueles que fizeram bonito o seu nome no novo mundo! Em todas as regiões do mundo! Ela sentirá a falta...”

Foi um caminho estranho aquele seguido pela fama de Garibaldi, nascida na América Latina e caída rapidamente no esquecimento, exceto para

¹⁸ CUNEO, Giovanni Battista. *Biografia di Giuseppe Garibaldi*. Livorno: Raffaello Giusti, 1932, pp.58-59.

²⁰ GUERZONI, Giuseppe. *Garibaldi*. Florença: G. Barbera, 1882, 2 vol.

um círculo restrito de imigrantes.²⁰ Mas, dali partiu para a Itália, graças à diplomacia de todos os países presentes no Rio da Prata e arredores, aos jornais da imigração e à obra de Cuneo, e, sobretudo, graças ao retorno à pátria do próprio Garibaldi, bem como aos fatos de 1848-49.

O herói regenera-se nos fatos italianos, da República Romana à Expedição dos Mil, o mito não se enfraquece com Aspromonte e Mentana, e, finalmente, se reativa com a morte, que dá lugar a uma quantidade inacreditável de celebrações e comemorações. Depois baixa rapidamente na Itália um silêncio que mal se abre para algumas manifestações oficiais, cada vez mais raras.

É o advento da República brasileira que leva a uma reconsideração do sentido e da importância da Revolução Farroupilha. Deste momento em diante, inicia a construção de Garibaldi como um mito incomparável. O herói da Revolução Farroupilha começa a fazer parte, junto com sua esposa, da história e da identidade do Brasil, e é um herói com dimensão mundial. O mito expande-se lentamente na primeira parte do século XX, explode com o cinquentenário da morte de Garibaldi, em 1932, e serve de propaganda ao Fascismo, a tal ponto que Mussolini manda levar para Roma, ao Gianicolo, as cinzas de Anita sepultada em Nice por vontade do herói, ao lado de sua mãe.²¹ É preciso, porém, esperar os anos que sucedem a Segunda Guerra mundial para que autores brasileiros e italianos comecem a se interessar pela biografia do herói, até a explosão do centenário da morte, em 1982, onde o conhecimento de Garibaldi no Brasil deve muito, na Itália, à obra de Salvatore Candido, por anos diretor do Instituto de Cultura de Montevidéu.²² Não evoco aqui a excitação dos autores brasileiros e a minuciosa redescoberta dos fatos da Revolução Farroupilha e dos seus protagonistas, com desdobramentos romanescos (Manuela, Anita), que fazem parte da comunicação cultural, veículo para a constituição de uma identidade nacional.

²⁰ CARNICCI, Andrea. *Garibaldi nell'Associazione dell'emigrazione italiana*. in *I Garibaldi dopo Garibaldi, la tradizione famigliare e l'eredità politica*. Organizado por Zeffiro Ciuffolotti, Arturo Colombo, Annita Garibaldi Jallet. Manduria: Piero Lacaíta, 2005, pp 215-144.

²¹ GRIMALDI, Ugoerto Alfássio. *L'utilizzazione del mito garibaldino ad opera del fascismo*. In *Garibaldi, generale della libertà*. op. cit. 605-614.

²² Muitas outras obras deveriam ser citadas, entre as quais: DELLA PERUTA, Franco. *Garibaldi tra mito e politica in Conservatori, liberali e democratici nel Risorgimento*. Milano: Angeli, 1989; BENINI, A e MASINI, P.C. (a cura di) *Garibaldi cento anni dopo*. Atas do encontro de estudos garibaldinos. Bergamo, março 1982; *Giuseppe Garibaldi e il suo mito*. Ata do II Congresso de História do Ressurgimento italiano (Gênova, novembro de 1982), Roma, *Istituto per la storia del Risorgimento*; Simpósio internacional do Instituto Latino-Americano, Roma. *Presenza di Garibaldi in America Latina* Roma, 1983. Atas datilografadas. Ver, em especial, GARDELIN, M., *L'immagine di Garibaldi nel Rio Grande do Sul*. De mais fácil leitura são: Ivan Boris *Gli anni di Garibaldi in Sud America 1836-1848*. Milão: Longanesi e C., 1970, e LAMI, Luigi. *Garibaldi e Anita corsari Mondatori* Milão, 1991.

Garibaldi e Anita na história brasileira

Tal processo continuou no tempo e, a partir de 1870, no Rio Grande do Sul, deveu-se à assimilação do mito garibaldino em âmbito nacional, após a aceitação da Revolução Farroupilha como mito nacional. Surpreende-nos, contudo, que Garibaldi, e quase somente ele, tenha ficado vivo no culto popular. Por quê? Creio que seja também por uma questão de imagem, pela qual Garibaldi sempre foi favorecido: graças a Cuneo em Montevidéu, mas também ao pintor Gallori, e, mais tarde, na Itália, a Alexandre Dumas e a uma profusão de artistas. O Rio Grande do Sul foi a terra dos gaúchos, nômades que se deslocavam à procura de trabalhos temporários nas grandes planícies, vingadores do mais rígido individualismo e da lei do mais forte, capazes de gestos de coragem extremos, mas pouco acostumados à vida em sociedade. Na transfiguração literária da figura do gaúcho, criada pela Sociedade do Parthenon Literário, por volta dos anos de 1870, as características do herói romântico prevaleceram, obscurecendo a conotação primitiva... Sobre todos esses pontos me satisfação de retomar a análise de Núncia Santoro de Constantino, em seu trabalho dedicado aos italianos em Porto Alegre, com importante bibliografia.²¹

O mito do gaúcho começou, então, a fazer parte integrante do mito da Guerra dos Farrapos, fortalecendo-a com atributos românticos e fornecendo-lhe elementos para a formação de uma moral coletiva, que, por sua vez, deu lugar a uma abundante produção literária, pelo menos até 1900...

Os elementos do mito garibaldino, que chegaram à América Latina depois de 1860, foram reelaborados, fazendo de Garibaldi um gaúcho entre os gaúchos. Na realidade, o mito do herói foi reinterpretado usando motivos tradicionais que se prestavam à individuação do herói romântico: sua chegada no Rio de Janeiro e o encontro com Rossetti, o episódio do transporte dos navios por terra, o naufrágio do Farroupilha... (e outros fatos entre os quais o primeiro amor por Manuela e o encontro com Anita), o Garibaldi que bebe mate, o Garibaldi que canta romanças italianas.

O físico de Garibaldi compunha-se de elementos que vinham da Europa, mas que eram formados na América Latina, onde foram amplificados pela aura do mito. O poncho, os olhos azuis (ou melhor, claros) a grande barba, são somente alguns atributos de um vasto cliché: na mitologia rio-

²¹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di una identità*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ed. Fondazione Giovanni Agnelli Luglio, dezembro de 2002.

grandense, Garibaldi foi homem do mar, corsário ou capitão da Marinha da República, esquecendo a sua contribuição nas batalhas de terra.

Mas não são somente as fontes literárias a formar o imaginário da opinião pública rio-grandense. Na história do Rio Grande do Sul, escrita em 1901 por João Maia, e adotada nas escolas do Estado, Garibaldi é definido como "intrépido", e a coragem nos combates é o atributo que antes, e mais do que os outros, consegue fazê-lo ser aceito como estrangeiro no difícil contexto rio-grandense.

No momento do seu desaparecimento, os órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul, além de evidenciar a grandeza, voltando ao tema da coragem indomável e do amor pela liberdade, iluminado pelo desinteresse frente a glória e a ambição pessoal, reivindicaram-no como seu herói.

O entusiasmo pela figura de Garibaldi era genuíno em 1882, mas ficou ainda mais evidente em 1889, quando o Rio Grande tornou-se parte de uma República, realizando, assim, os ideais da Revolução Farroupilha. O governo republicano fez uma homenagem a ele, dando o seu nome a uma localidade. No centenário do seu nascimento as comemorações seguiram-se por todo o Estado.

De fato, o mito contribuía para formar um aparato ideológico da nova realidade republicana, em uma relação positiva com a Itália, de onde provinham muitos filhos do Rio Grande. Quando se aventuraram a denegrir a imagem de Garibaldi, foram os próprios imigrantes a defender o herói, e encontraram o apoio do povo rio-grandense.

É necessário dizer que os companheiros de Garibaldi foram bem mais esquecidos, por essa simplificação dos eventos históricos que os reconduzem a um herói, somente por sua natureza. Cabe também reconhecer o mérito de Garibaldi de ter ligado a sua figura, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, à de uma brasileira, Anita. Salienta-se até a existência de um Garibaldi brasileiro, o primeiro filho de Garibaldi e Anita, nascido em Mostardas, em 1840, em condições dignas da epopéia.²⁴

Uma parcela do vento da história passa quando Menotti morre, em 1903: o poeta Gabriele D'Annunzio vai saudar os restos mortais de Menotti, que repousa no Agro Pontino, em Carano. O féretro de Menotti vai de Roma para Carano, para o último descanso. Juntam-se para escoltá-lo os antigos

²⁴ Para Menotti, o Garibaldi brasileiro, destaca-se a obra de Elma Sant'Anna, de Porto Alegre, divulgada em várias publicações. Elma Sant'Anna é também artífice da irmandade entre Mostardas e Carano, a cidade onde viveu Menotti com sua família.

pastores, os condutores das boiadas e dos cavalos da campanha romana, com suas grandes capas e chapéus de abas largas. O poeta vê neles os gaúchos no meio dos quais nasceu, e que vieram a escoltá-lo para levá-lo onde os horizontes são ainda mais amplos.

A própria figura de Bento Gonçalves é relevante para aquela parte do mito de Garibaldi que se formou no Brasil, porque ele foi o caminho entre a sua terra e a elite dos italianos: Garibaldi, mas, antes dele, Zambeccari, que levava a Cuneo e a Rossetti. A escolha de Zambeccari como secretário, por parte de Bento Gonçalves, diz alguma coisa a respeito da cultura e a distinção do espírito deste oficial, rico proprietário, expressão elevada da cultura da sua terra. Ele é a imagem perfeita do caudilho na qual Garibaldi sempre se inspirará, homem livre e iluminado, herdeiro direto do grande Bolívar. A casa de Caprera é, para mim, a realização de um sonho de proprietário de uma estância, livre na sua ilha, e onde, como diria Garibaldi, "Daqui contemplo o infinito", como nas imensas terras americanas, de quem Caprera reúne muito da infinita beleza.

Mas os protagonistas italianos da Revolução Farroupilha não entram, até agora, no mito, que parece ter-se concentrado todo em Garibaldi, herói romântico. Pode-se esperar que desse importante encontro se sobressaia a realidade de um grupo de personalidades excepcionais, todas indispensáveis ao intento. Somente através de sua ação coletiva – homens e idéias – se explica que um homem que tinha respirado por 14 anos o ar do Brasil e do Uruguai possa ter sido, justamente graças a isso, um dos maiores artífices da unificação da Itália.

A Revolução Farroupilha e o Uruguai¹

Enrique Mena Segarra

Historiador, Diretor do Museu Histórico Nacional do Uruguai

Ao iniciar, quero dizer que meu ponto de vista é o uruguaio. Creio que minha melhor contribuição para este seminário é transmitir-lhes algumas noções sobre a história de meu país, a partir de um enfoque conceitual, às vezes cronológico. Pelo que li, trata-se de uma história um pouco alterada e maltratada em alguns textos brasileiros.

Há uma relação dialética entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai dada pela história. São povos vinculados pela geografia, pelo regime econômico e pelos costumes. No Rio Grande do Sul, há uma história luso-brasileira. No Uruguai, transparece o lado hispano e rio-pratense. Uma terra de fronteiras que encostam umas nas outras, mas também se chocam, e que a história por vezes une.

Quando começou a Revolução Farroupilha, o governo do Uruguai era presidido pelo general Manuel Oribe. Recordemos que o país tinha apenas sete anos de independência e cinco de vida constitucional. Mas, vamos aos antecedentes imediatos, de 1835. Refiro-me à revolução de Artigas, que começou em 1811, e teve como meta a implantação do federalismo, ou seja, a organização das províncias emancipadas da Espanha, em pé de igualdade e com laços federativos. A revolução oriental conduzida por Artigas, entretanto, derivou rapidamente ao radicalismo.

Iria Artigas querer uma independência das terras que depois seriam chamadas de República Oriental do Uruguai? Jamais. Esse nunca foi seu desejo. Além disso, quando foi estabelecida a República, e ele, em seu longo exílio paraguaio de 30 anos, foi convidado a voltar para sua pátria, essa, então isolada, já não era a pátria que ele almejava.

Artigas projetou a união federal de todas as províncias. Provavelmente, contava-se entre elas o Rio Grande. Sabemos que Artigas tinha aliados no Rio Grande. Mas estamos muito mal informados com relação às entidades envolvi-

¹ Texto transcrito e traduzido do espanhol para o português da conferência proferida no Seminário Internacional "170 Anos da Revolução Farroupilha – o Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita" e revisado pelo autor.

das e a profundidade dessas relações. Isso deve valer como um simples ponto de referência que permanece em aberto para pesquisas mais aprofundadas.

No ano de 1815, no plano social e econômico, concretizou-se o regulamento da Província Oriental para a repartição das terras. Isso era uma novidade para a revolução hispano-americana e só encontra parâmetro na primeira etapa da revolução mexicana, na época de Hidalgo. Cabe dizer que, quando ocorre a invasão lusitana, no ano de 1816, o temor à expansão desse republicanismo radical na região não era apenas um pretexto: era uma causa real.

Outras causas são também conhecidas. Uma delas era o velho desígnio português de chegar ao Rio da Prata, considerado como fronteira natural, se é que existe realmente algo natural em matéria de fronteiras. Eu penso que não. Mas, somando-se a isso, surge o temor do contágio através de uma ideologia que alterava as próprias bases da estrutura social. Em pouco tempo, o general Carlos Frederico Lecor, à frente de suas tropas, tomou Montevidéu. Começa, então, o período Cisplatino, chamado assim na história uruguaia, que compreende a etapa de 1817 a 1828, durante o qual a Província Oriental teve primeiro o governo português e, depois, o brasileiro, como resultado da independência do Brasil.

Como foi recebida a invasão portuguesa? Aqui nós temos um fator principal: o general Lecor e seus homens são bem-vindos a Montevidéu, apesar da intensa resistência a eles na Campanha. Por que foram bem recebidos? Porque a classe alta sentia-se afetada pela revolução radical na base de sua subsistência, que era a propriedade de terras. Quando essa revolução começa a distribuir terras, nenhum proprietário se sente seguro, dadas as limitações que essas divisões acarretariam. E, além disso, esse patriciado, como se chamava a classe alta em Montevidéu, alimentava grandes esperanças em uma abertura comercial que possibilitasse o protagonismo nas trocas com a Europa. Isso quer dizer que, inicialmente, havia colaboração da classe alta, enquanto que, na Campanha, no campo oriental do Uruguai, muitos patriotas combatiam os portugueses em uma guerra sangrenta.

O término dessa guerra permitiu o surgimento de um personagem determinante durante um quarto de século ou mais, a figura de Fructuoso Rivera. Ele foi o último dirigente militar, o último caudilho de fato, que manteve a resistência oriental. Ele se rende a Lecor, mas de uma forma negociada, mediante um pacto. O acordo se deu na Convenção de Tres Arboles, que foi seguida pelo encontro de Guadalupe, no qual ele mesmo ficou cara-a-cara com Lecor para consolidar as bases pactuadas.

Mas que bases eram essas? Por um lado, a promessa dos portugueses de respeitar a situação rural da forma como se encontrava. Por outro, havia a posição pessoal de Rivera. Por quê? O caudilho inseria-se entre o governo português e o povo “criollo” da Campanha. Esse caudilho comandaria em nome do rei de Portugal, e, dessa forma, estenderia sua proteção aos proprietários que receberam terras de Artigas. Como é possível perceber, essa proteção, porém, era condicionada à fidelidade ao novo caudilho, Rivera. Aquele que não acatasse sua autoridade, não teria sua proteção. O elemento protetor é essencial na relação entre o caudilho e a massa.

O processo da etapa Cisplatina levou a uma grande reticência, que foi crescendo entre o patriciado de Montevidéu, que não encontrou os benefícios que almejava. Os historiadores uruguaios e rio-grandenses podem me corrigir se eu estiver errado, mas o fato é que, ao começar a invasão portuguesa, havia 13 estaleiros no Rio Grande do Sul. Já no ano de 1825, havia 120. Isso demonstrava uma grande drenagem do gado oriental em direção ao Rio Grande. Os benefícios comerciais que o patriciado de Montevidéu achava que poderia encontrar, portanto, não se concretizaram.

Hoje sabemos bem como eram as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha. A praça foi dominada pelos comerciantes ingleses, e não pelos orientais e uruguaios, nem sequer pelos portugueses. Criou-se, então, um ambiente propício para a cruzada dos “33”, que começou com um desembarque, em abril de 1825. Qual era o objetivo? Aqui está um ponto-chave, que até no Uruguai às vezes é mal compreendido, sobretudo do ponto de vista das festas e comemorações patrióticas. O que buscavam essas pessoas em 1825? Quem era o alvo de suas proclamações?

Lavalleja, no ato de pisar as terras de sua pátria, se dirige aos “argentinos orientais”, ou seja, “argentinos do leste”. O objetivo da Revolução de 1825 concretizou-se nas leis ditadas pela Assembléia de Florida, no dia 25 de agosto do mesmo ano. Ao meu ver, é algo que se considera erroneamente em meu país como o Dia da Independência Nacional. Foi uma independência, mas provinciana, e não nacional.

Em ato simultâneo, nessa sessão da Assembléia, ditou-se uma primeira lei que é a de independência. Independência do rei de Portugal, imperador do Brasil, ou de qualquer outro soberano do universo? O Brasil, obviamente, já era independente, de modo que havia uma alteração na ordem política. Mas, estávamos, de certa forma, sob a égide da independência brasileira.

A segunda lei é a da união com as Províncias Unidas do Rio da Prata, a que “sempre pertenceu em nome dos laços mais sagrados que o mundo

conhece". Esse era o pensamento da Assembléia, não um mero fingimento como alguns sempre falavam – a verdadeira independência provincial. É através de cada uma delas que se dá a integração original nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Primeiro veio a batalha de Rincón, em que Rivera derrotou dois oficiais brasileiros. E, depois, a grande batalha "criolla" de Sarandi, no dia 12 de outubro de 1825, em que Lavalleja e Rivera derrotaram Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro, que, então, combatiam sob o pavilhão brasileiro. Esse acontecimento militar motivou o Congresso de Buenos Aires a aprovar a lei de incorporação da Província Oriental às Províncias Unidas, aceitando, assim, as leis de 25 de agosto. O fato provocou uma guerra entre as Províncias Unidas e o Império. O exército que se formou sob o comando de Martín Rodríguez, para atuar na campanha contra o Brasil, ganhou o nome de Exército Republicano, não por casualidade.

Esse exército disseminou o ideário republicano no Rio Grande do Sul e, dessa maneira, durante o transcurso da guerra, Lavalleja e o sacerdote José Antonio Caldas, brasileiro republicano, vincularam-se aos dirigentes liberais rio-grandenses, civis e militares. O que buscava Lavalleja com essas vinculações, com esses nexos? Ele queria provocar a secessão da Província do Rio Grande, certamente para integrá-la sob o laço federal. Isso se confirmaria no ano de 1828.

Rivera, por sua vez, apegou-se à revolução de 1825 de uma forma até anedótica, pitoresca. Ele sempre manteve a "sua independência". Até o ponto que fugiu da Província Oriental e refugiou-se em Entre Ríos, na Argentina. Tanto Lavalleja como o governo portenho supunham que Rivera convivia de alguma forma com os imperiais. E realmente havia uma convivência, mas não era com eles e sim com os rio-grandenses. Por um lado, Lavalleja; por outro, Rivera, procuravam a mesma coisa, embora cada um a seu modo.

Quando, em 1828, Rivera invade as missões orientais e as ocupa, reúne um congresso em São Borja, que declara sua independência e incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata. Ou seja, o mesmo modelo político que havia sido utilizado no ano de 1825 na Província Oriental. Naquele momento, Rivera supunha que esse exemplo poderia se estender a todo o Rio Grande. Confirmando essa idéia, o diplomata britânico Lord Ponsonby informava a George Canning que "a maioria dos rio-grandenses estava ansiosa por se insurgir contra o imperador".

Não houve plebiscito para saber quem desejava se integrar às Províncias Unidas ou se tornar independente, se a maioria ou a minoria. Embora rivais entre si, os dois caudilhos principais do Uruguai concordavam com o

propósito de propiciar a secessão do Rio Grande. E isso por razões permanentes, que iam além da conjuntura bélica que encontraram. Havia o temor em relação à enorme magnitude do Brasil e, portanto, de sua influência incontestável sobre os países vizinhos. Isso ocorria pela facilidade de trânsito entre as províncias brasileiras e a oriental, de forma que uma expansão brasileira seria, em primeiro lugar, meridional.

Tanto foi assim que, muito posteriormente, no ano de 1864, em que mais uma vez ocorreram crises nas relações entre o Uruguai e o Brasil, foi publicado, em Montevideu, um folheto de 47 páginas intitulado "Verdadeiro perigo das Repúblicas do Prata". Em sua maior parte, esse texto é uma explicação histórica que sublinha o risco de ter uma fronteira com o império brasileiro, e insiste na conveniência de incentivar a independência do Rio Grande. Essa idéia, portanto, perdurou por décadas.

Mas, como reflexo de uma complexa relação de poder militar e equilíbrio de forças, a diplomacia britânica trabalhava para obter a paz e terminar com o conflito que obstaculizava o desenvolvimento de seu comércio. Isso levou à Convenção Preliminar de Paz, de 28 de agosto de 1828, que teve como parte fundamental a independência de um novo Estado, que foi chamado de Estado de Montevideu, mas que, na Constituição de 1830, seria chamado de Estado Oriental do Uruguai e, depois, pelo uso, de República Oriental. Foi um Estado que nasceu em circunstâncias anormais. E, quero frisar bem: sem limites estabelecidos, isto é, com uma indeterminação geográfica. Não se sabia onde acabava a soberania oriental e onde começava a soberania dos vizinhos. Isso não era problema com as Províncias Unidas, com a Argentina, porque ali estava o Rio Uruguai como delimitador.

Mas, onde era o limite terrestre com o Brasil? Não estava fixado. A Convenção Preliminar de Paz não definia isso. Portanto, a nascente diplomacia uruguaia tinha como objetivo essencial estabelecer um favorável tratado de limites. Mas até que ponto isso seria possível? Até que linha? Até a linha de Santo Ildefonso? Definir os limites era o objetivo da diplomacia uruguaia. Esse mesmo fato complicou nossas relações além das fronteiras porque não era possível, então, pensar apenas em relações bilaterais com o Brasil. O Rio Grande detinha personalidade e interesses próprios que o convertiam em fator que sempre deveria ser levado em conta.

Tais fatos nos conduzem a outro ponto crucial para nossa história: nascemos para a vida independente sem um sentimento de nacionalidade. Claramente, em toda a região, os estados precederam as nações. Existia um sentimento nacional em todo o Brasil, desde o Pará até o Rio Grande, desde

Pernambuco até o Mato Grosso? Suspeito que não. E garanto que tampouco havia um sentimento de nacionalidade na Argentina, e menos ainda no Uruguai. Deu-se ali um fenômeno próprio daquela época: as alianças entre partidos mais ou menos afins em suas orientações, que passavam por cima de fronteiras puramente teóricas, quando não inexistentes.

Em 1842, em plena Guerra Grande, quando era de se supor que nosso país, independente há 14 anos, tivesse uma nacionalidade mais consolidada, Rivera, o presidente do Uruguai, e o governador da Província de Corrientes, Pedro Ferré, em troca de correspondência, dão-se mutuamente o tratamento de "estimado compatriota". Poderia um presidente do Uruguai se dirigir a um hierárquico argentino como compatriota? Claro que não! E mais, em 1835, quando Oribe assumiu o poder, escreveu ao coronel Correa Morales, que era agente do governo de Rosas em Montevidéu, dizendo-lhe: "Você sabe que sou federal de coração". Referia-se ao federalismo do partido argentino. Seria como mesclar soberanias e simpatias políticas num coquetel totalmente inossoso, que não poderia ser ingerido. Isso era o que acontecia. Não havia um sentimento nacional generalizado.

Dessa maneira, a época nos dá um estranho espetáculo das alianças partidárias trans-fronteiriças. Alianças de farrapos com orientais, de caramurus e orientais, ou federalistas argentinos e "blancos" orientais, de unitários argentinos e "colorados" orientais, segundo as divisões e orientações que existiam também dentro do nosso país. Ou seja, um entrecruzamento de lealdades, passando por cima das fronteiras hipotéticas.

Desde o princípio, porém, existia desconfiança. Em março de 1829, encontramos uma carta de Pedro Trápani, que se dirigia a Lavalleja. Mas, antes de falar dela quero dizer uma palavra sobre Trápani. Ele era o cérebro de Lavalleja, o seu guru político. Lavalleja não era um homem de muita visão e nem de largos horizontes. Era, sim, um grande guerreiro, que lutava com bravura. Mas Trápani pensava politicamente por ele. No sentido ideológico, foi o verdadeiro pai da independência oriental, fato que, lamentavelmente, é tão esquecido em nosso país. Trápani escreveu para Lavalleja sobre um reforço de tropas imperiais dirigidas ao Rio Grande e Santa Catarina. Diziam, no Rio de Janeiro, "que o imperador sabia que Fructuoso e Tomás García de Zúñiga seguiam seu plano de agregar as províncias de São Pedro e Rio Pardo ao Estado Oriental. Não sei se isso era verdade ou apenas conversa".

Pouco depois, Trápani insiste no mesmo tema: "essas tropas (...) embora algum dia pudessem servir contra nós, agora servem para conter seus próprios súditos em ordem, guardar suas fronteiras e evitar que a anarquia se

introduza em seus domínios, pois sempre esperam que logo os orientais se tornarão anárquicos e montoneros. Deus queira que tal coisa não aconteça". Mas aconteceu, lamentavelmente.

A grande habilidade política de Rivera permitiu-lhe assumir a primeira presidência constitucional do Uruguai. Quase ocorreu uma guerra civil, quando a Constituição ainda não havia sido jurada. Então, termina a disputa do chamado "pacto dos compadres", porque Lavalleja e Rivera eram compadres entre si. Rivera foi padrinho de casamento de Lavalleja.

Conforme o acordo dos generais, em 18 de julho de 1830, foi promulgada a Constituição da República. Lavalleja, então, ficou como governador provisório até que entrassem em jogo as instituições determinadas pela Constituição. Rivera ficou como comandante-geral da Campanha. Quem ganhou foi Rivera, pelas condições e forma como as eleições ocorriam naqueles tempos. Tanto é assim que os deputados do interior sempre eram mais numerosos que os de Montevideu por razões constitucionais. Se os deputados de Montevideu eram por Lavalleja, os do interior eram por Rivera. Os do interior, por pressão, foram escolhidos a partir do compromisso de apoiar Rivera. Então, ele foi escolhido pela Assembléia Geral. Essa dicotomia entre o campo e a cidade se mantém até hoje.

Durante sua gestão na presidência, Rivera privilegiou aqueles que, como ele, haviam servido ao Império, o chamado Círculo Imperial, ou Assembléia Imperial, na etapa Cisplatina. Desta forma, foram marginalizados os patriotas de 1825, que reconheciam Lavalleja como caudilho. Ele, então, insurgiu-se em armas, em 1832, e, a partir deste momento, restabeleceu seus contatos com os liberais do Rio Grande. Formulou uma série de promessas que somente poderia cumprir se vencesse Rivera, o que não sucedeu. De qualquer modo, encontrou no Rio Grande base logística e apoio armado.

Do outro lado do Rio da Prata, crescia, de maneira avassaladora, a influência daquele que seria a figura de proa nos acontecimentos futuros, o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Rivera, por sua vez, mantinha íntimos laços com os emigrados unitários de Lavalle. Quando Lavalleja volta a invadir, em 1834, seu exército é chamado de "Restaurador".

Cumpridos os quatro anos do mandato presidencial, que terminaram em outubro de 1834, surgiu um lapso de tempo que resultou do fato de que o presidente deveria ser escolhido em uma sessão da Câmara no dia 1º de março de 1835. Nesse interregno, Rivera se fez designar comandante-geral da Campanha, cargo que o convertia em verdadeiro presidente paralelo, já

que controlava todas as tropas que estavam fora de Montevidéu. Verdadeiramente havia um outro mandatário.

No dia 1º de março de 1835, o general Manuel Oribe foi eleito por unanimidade da Assembléia Geral como o segundo presidente da República. Não é verdade que devesse sua eleição à influência de Rivera, como este pretendeu depois. Oribe venceu porque o patriciado que integrava as câmaras queria um governo de ordem, sem revoluções e, além disso, um governo honesto. Entretanto, com uma mistura de carisma e idoneidade, Rivera nunca soube diferenciar entre os fundos do Estado e os seus próprios fundos. Na época, um tribunal de contas encontrou 174 motivos para ações contra a gestão financeira de Rivera.

Oribe foi o primeiro presidente que assumiu o governo do Uruguai com um plano orgânico para um país independente, ou seja, com uma idéia, uma arquitetura própria. Para isso, era necessário que o Uruguai se desligasse dos conflitos que agitavam a Argentina e o Brasil. Ele reorganizou as finanças que estavam em estado desastroso desde a gestão de Rivera. A aposentadoria, a universidade, tudo necessitava ser organizado no país. Mas isso dependia de duas circunstâncias que não se concretizaram. A primeira era a unidade do poder. E ali estava Rivera. A segunda, manter-se neutro nos conflitos de fronteira. Nada disso foi possível.

A ampla maioria da opinião pública uruguaia simpatizava com a Revolução Farroupilha. Em setembro ou outubro de 1835, Lavalleja escreveu ao presidente Oribe: "Confesso a V. que sou muito amigo do Coronel Bentos [como se diz no Uruguai, ele se refere a Bento Gonçalves,] que celebrarei infinitamente o êxito da revolução que ele empreendeu. Em primeiro lugar, porque com isso deve ganhar a causa da liberdade e o sistema americano; em segundo, porque teremos como vizinho um estado pequeno, igual às nossas forças, ao qual não podemos temer. Não (seria) assim se o império permanecesse de pé, pois sempre haveria ambiciosos que quisessem nos colocar sob o jugo, que à força de tantos sacrifícios soubemos romper. É por isso que não tenho porque negar a minha opinião, pois eu acho que deve ser a de todos os meus compatriotas. Já que não é dado proteger a uma porção de americanos que querem ser livres, deixemos que eles conquistem então o precioso bem. E não vamos nos intrometer em suas questões, e guardemos a neutralidade que nos convém."

Assim mesmo, Lavalleja continuava com seus contatos rio-grandenses. Isso ele demonstrava numa carta de dezembro de 1835, que recebeu do rio-grandense José Gonçalves de Vasconcelos Jardim, que dizia:

“As reflexões de Vossa Excelência sobre os acontecimentos ocorridos nesta capital, o modo de pensar de Vossa Excelência acerca deles, os seus sentimentos, tudo patente ao caráter ilustre do americano que arrancou das garras do despotismo o brioso Estado Oriental do Uruguai. Sim, meu bom amigo, eu me congratulo com Vossa Excelência pelo triunfo que alcançou a causa da liberdade nesta província, tanto tempo vítima do despotismo e caprichos de dois perversos à toda prova.”

Oribe, cujo distanciamento com Rivera era cada vez maior, por razões já mencionadas, pretendeu sinceramente manter a neutralidade. Naquela época, porém, manter a neutralidade era impossível. Como controlar uma fronteira de centenas de quilômetros, mais do que flutuante e pouco habitada? Ele precisaria de milhares de soldados para isso. Uma das medidas de Oribe havia reduzido o exército para economizar recursos do orçamento militar. Além disso, Oribe não tinha nenhuma relação com os caudilhos riograndenses. Tampouco era um caudilho. Ele sugeriu, então, a Almeida Vasconcellos, encarregado de negócios do Brasil em Montevidéu, que os governos legais do Uruguai e do Rio Grande ajudassem um ao outro diante das tentativas revolucionárias de ambos os lados.

Em outubro, Oribe marchou pessoalmente à fronteira de Cerro Largo pois, naturalmente, desconfiava das intenções de Rivera e de Lavalleja. Lá, encontrou-se com o comandante-geral da Campanha. Uma testemunha, que depois seria o famoso Andrés Lamas, secretário de Rivera, disse que pareciam dois acampamentos inimigos porque Rivera, na época, andava revivendo velhos sonhos regionalistas. Alimentava a idéia de uma regionalização que tivesse como eixo o Estado Oriental, com seu porto de Montevidéu, e que abrangesse o Rio Grande do Sul e a Mesopotâmia argentina, as províncias de Entre Ríos e Corrientes. E não falava de Misiones, porque havia perdido seu caráter de província nos últimos anos.

Em meados de 1836, Rivera levantou-se em armas contra o governo de Oribe. Recebeu a cooperação armada dos unitários argentinos exilados, liderados pelo general Lavalle. Assim, surgem as duas bandeiras, a branca, por Oribe, e a vermelha, por Rivera. Foi na batalha de Carpinteria que, pela primeira vez, enfrentaram-se em combates as duas divisas, em setembro de 1836. Rivera e Lavalle refugiaram-se no Rio Grande, acompanhados de 400 homens, que, então, entraram para o serviço imperial. Mas Rivera sempre jogou com duas cartas, de forma que voltou a entrar em contato com os dirigentes farrapos, sobretudo quando Bento Manuel Ribeiro abraçou a causa revolucionária. Em Piratini, o coronel argentino Martiniano Chilavert, delegado

de Rivera, negociou com José Mariano de Mattos uma fórmula de cooperação militar (junho de 1837). E não devemos esquecer que grupos de combatentes farrapos entravam e saíam permanentemente do território uruguaio.

Na mesma época, aproximadamente, o governo de Oribe resolveu estabelecer negociações com o governo do Rio de Janeiro, enviando para lá Carlos G. Villademoros. Suas instruções encaminhavam para a assinatura de um tratado de limites que reconhecesse os direitos territoriais do Uruguai, até pelo menos a linha do Rio Ibiquí, se não fosse possível atingir a linha de Santo Ildefonso. Posteriormente a este, poderiam assinar um tratado de aliança que estabeleceria a colaboração de ambos os governos, uruguaio e brasileiro, contra os seus respectivos revolucionários. Esse tratado de aliança era o que interessava ao chanceler imperial. Ou seja, existia uma inversão de prioridades. Para o Uruguai, primeiro o tratado de limites e depois o tratado de alianças. Para o Brasil, primeiro o tratado de alianças e depois o tratado de limites. As negociações foram árduas.

Abria-se a possibilidade de um acordo quando chegou ao Rio de Janeiro uma notícia horrível. Rivera não somente havia invadido o Uruguai, mas também havia derrotado as forças do governo de Oribe na batalha de Yucutujá, em 1837. Isso marcava a instabilidade do governo uruguaio, que provocou, logicamente, o desinteresse do governo imperial na negociação, prevendo que o governo uruguaio pudesse cair a qualquer momento.

Por outro lado, a aliança entre Rivera e os farrapos pareceu se consolidar em agosto de 1838, com a assinatura de um tratado redigido pelo mesmo Andrés Lamas, firmado por Chilavert e de Mattos, representantes das partes, no arroio Cangüé, no acampamento de Rivera. Pelos termos, a República Rio-grandense reconhecia o sublevado Rivera como única autoridade existente no Uruguai. Por sua vez, Rivera reconhecia a independência do Rio Grande e se manifestava em estado de guerra contra seus inimigos. Não era pouco. Rivera prometia, além disso, que faria imediatamente um tratado de aliança ofensivo e defensivo com o governo de Piratini. Foram acrescentadas várias cláusulas de ordem militar, que "arrumavam" as fronteiras que juridicamente nem existiam, dado que permitiam a passagem, sem obstáculos, do exército de Rivera para o Rio Grande, e do exército farrapo para a República Oriental.

É provável que, naquela data, grande parte da Campanha já estivesse sob o controle de Rivera. Mas existiam dois artigos secretos adicionais no acordo com os farrapos. O segundo deles dizia o seguinte: "O general-em-chefe defensor da Constituição [assim se intitulava Rivera] obriga-se por si, para o povo e o exército a quem representa, a não descer jamais da cadeira da

Presidência nos termos marcados pela lei sem passar imediatamente a ocupar o lugar de comandante-geral da Campanha da República Oriental com as atribuições conferidas até aqui legalmente a este emprego e nunca menos, a fim de que possa suceder, ao seu turno, o seu próprio sucessor na cadeira da Presidência quando este dela descer; e assim sucessivamente passará de presidente a comandante-geral da Campanha a presidente, por todo o tempo que durasse a atual guerra gloriosamente sustentada pelo povo rio-grandense.”

Aqui surge o conceito de Rivera sobre poder político, um conceito patrimonial. Ele se considerava o governante natural do Uruguai, e não queria violar demais a Constituição, porque as violações repetidas são mal vistas. Ele colocava vários fantoches que manipulava e se intitulava como General da Campanha.

Na batalha de Palmar, no ano de 1838, Oribe foi derrotado por Rivera e Lavalle, e se viu reduzido a Montevideú. Ali recebeu um último e inesperado golpe. A França estava em conflito com o governador Rosas, de Buenos Aires. A frota do almirante Leblanc precisava de uma base com rapidez. Então, ele estava impedido de estabelecer a Argentina como base de suas operações, que não poderia ser outra senão Montevideú. De maneira agressiva, Leblanc exigiu que o presidente Oribe lhe permitisse utilizar o porto de Montevideú para suas operações militares. Oribe não concordou.

Se Oribe tivesse cedido, seu governo teria se salvado. Mas negou-se a trair a causa americana com a qual estava profundamente envolvido, em troca de uma possível ajuda francesa contra Rivera. A causa americana, entretanto, acabava resultando em muitos benefícios para o imperialismo europeu. Na ocasião, a França seguia a saga da Inglaterra, e passara a acentuar suas ações coloniais desde 1830, quando conquistou a Argélia. Em 1838, combateu com o México na chamada Guerra dos Pastéis e, no mesmo ano, atacou a Confederação Argentina.

Assim, os franceses, ao desembarcarem em Montevideú, provocaram a queda de Oribe, que se refugiou em Buenos Aires, onde Rosas o reconheceu como presidente legal, em outubro de 1838. A França financiou Rivera, que ocupou o poder, acompanhado de seus aliados: os unitários, os franceses e os farrapos. Os unitários estavam dentro do seu exército formando as unidades melhor organizadas ao mando de Lavalle. Além disso, os militares e civis argentinos sustentavam em Montevideú a chamada Comissão Argentina, que tinha muita influência na imprensa e nos meios políticos do Partido Colorado, formado por Rivera. Os franceses mantinham a frota dentro de

Montevideu. Se quisessem, teriam destruído a cidade, e, além disso, sustentavam Rivera financeiramente. Ele conseguiu extrair dos franceses a fabulosa soma de 100 mil francos. Poderia romper com os unitários? Não. Poderia romper com os franceses? Não. Poderia romper com os farrapos? Sim! Assim o fez, começando, em seguida, uma tratativa com o governo imperial para deles se desligar.

Contudo, as pressões dos franceses e dos unitários foram muito fortes sobre Rivera. Em fevereiro de 1839, ele teve que declarar guerra ao governador Rosas, em conflito com a França, assim intervindo diretamente nas guerras civis da Confederação Argentina.

Rivera, entretanto, sempre quis fazer a paz. Ele não tinha nenhum interesse verdadeiro na guerra contra Rosas. O Uruguai já havia limitado suas ambições em relação ao tema. Mas Rivera acabou atingido por uma desgraça, porque Lavalle organizara-se, em Montevideu, para atacar Rosas, contando com a conivência de importantes políticos.

Tal manobra foi chamada por Rivera, em uma carta indignada, de "a famosa manganeta do perverso Lavalle". "Manganeta" significa um arдил, o famoso engano de Lavalle, que, antigamente, era tão seu amigo e colaborador. A guerra transferiu-se para o território argentino. Novamente surgia uma outra contradição, porque o general Oribe, que continuava ostentando a condição de presidente da República Oriental do Uruguai, foi designado por Rosas como comandante-em-chefe do Exército Unido de Vanguarda da Confederação Argentina.

Era a Guerra Grande. Outra vez enfrentavam-se Rivera e Oribe. Curiosamente, dois homens que se intitulavam presidentes do Uruguai combatiam no território argentino, situação que perdurou até a terrível batalha de Arroyo Grande, em dezembro de 1842. Foi uma epopéia trágica para Lavalle. Perseguido por Oribe, derrotado nas batalhas de Quebracho Herrado e de Famaillá, na Província de Tucumán, Lavalle fugiu e morreu, de uma forma que nunca ninguém conseguiu esclarecer. Com tudo isso, a atenção se desviou dos acontecimentos do Rio Grande, enquanto havia um outro cenário em primeiro plano.

Um acontecimento pessoal, nesse período, vinculou a cidade de Montevideu com os fatos rio-grandenses. No início de 1842, Giuseppe Garibaldi chegara a Montevideu e se colocara à disposição do governo Colorado. Vinha acompanhado por Anita e pelo pequeno Menotti. Ele já havia visitado as costas orientais em 1837, quando exercia sua carta de corsário em nome da República de Piratini.

Em fevereiro de 1843, o exército de Oribe, composto por uruguaios e argentinos, no começo mais argentinos que uruguaios, estabeleceu o sítio de Montevideú. Naquele momento, os farrapos já estavam na defensiva e em seu ocaso. Não mais poderiam influenciar no Rio da Prata, nem sua aliança era desejável para nenhum dos lados em choque. No entanto, a convivência econômica continuava. Como exemplo, o governador de Entre Ríos, Urquiza, grande latifundiário e fiel a Rosas, vendia gado aos farrapos por meio de um representante em Montevideú. Em troca, pedia charque, que passava por Montevideú antes de chegar ao seu destino final, que era alimentar o exército imperial. Esse era um negócio muito próspero.

Assim, o futuro protagonista da influência brasileira no Rio da Prata será o império. Mas com uma ressalva, como anunciou no Rio de Janeiro, em 1844, o ministro uruguaio Francisco Magariños: "O governo brasileiro não se atreve a se comprometer no exterior sem haver terminado a luta na Província de São Pedro". Isso significava que, para o governo no Rio de Janeiro, era necessário vencer em definitivo a resistência farrroupilha. Depois sim, teriam o caminho livre, para reunificar todo o território do Brasil, sob o mando do governo carioca. O império se preparava para influenciar sobre os conflitos platinos, como em pouco tempo passou a ocorrer.

Os farrapos negros e a política da escravidão

Spencer L. Leitman

*Bacharel em História pela Universidade do Estado de Nova York,
mestre e PhD em História pela Universidade do Texas*

O tema subjacente desta conferência é fundamental para a compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, visto que a escravidão e suas conseqüências, assim como nos Estados Unidos, são as contradições centrais do que foi o início do governo republicano constitucional. Os pais fundadores da nascente República do Piratini, porém, expressando as novas idéias de republicanismo, infundidos com os conceitos de *égalité e fraternité*, ignoraram e, portanto, maltrataram aqueles que se haviam tornado seus irmãos na guerra.

Infelizmente, não temos documentação escrita dos farrapos negros e de outros escravos da época dos farroupilhas. Na falta de seus pensamentos e experiência, precisamos confiar nos materiais daqueles que foram seus senhores. Não podemos ter mais do que esperança de dar alguma forma às sombras deixadas para trás pelos farrapos e escravos negros. Em parte, há uma responsabilidade histórica de produzir, ou pelo menos proporcionar, uma visão de como suas vidas podem ter sido, assim como as daqueles que os subjugaram.

Talvez os farrapos negros, ao entrarem nas fileiras da Revolução Farroupilha, acreditassem que as funções de combate seriam os primeiros – embora pequenos – passos rumo à igualdade.

O general, ao analisar o tratado recentemente assinado dando fim à Revolução, interpretou seu significado como o de que todos os ex-escravos que haviam sido libertados – resultado da união às forças opositoras – seriam devolvidos a seus proprietários originais, incluindo, talvez, seus próprios fugitivos. Os antigos escravos que haviam recebido sua liberdade para lutar contra os revolucionários estavam, então, acampados na cidade do porto, e o general queria que eles fossem entregues a seus oficiais; claramente agitado por causa do seu iminente prejuízo econômico, ele deu prioridade à questão em seu quartel-general antes de visitar seus pares militares derrotados. Entretanto, não conseguiu convencer seu visitante a devolver seus soldados negros. A lógica do general derrotado provou ser forte demais. Ele disse que aqueles homens já não estavam mais escravizados, pois haviam

sido libertados durante o curso da Revolução, antes que o tratado dando fim ao conflito fosse assinado. Além disso, precisava honrar a promessa de libertação do seu monarca. Foram, então, embarcados em um navio para serem mandados embora.¹

Tudo isso pode parecer familiar à primeira vista, mas neste elenco de personagens da cena histórica acima não estavam os generais Caxias, Canabarro ou Bento Gonçalves. Tudo ocorreu sessenta e dois anos antes, no quartel-general do general George Washington, em Tappan, Nova York, em 1783. Washington, comandante das forças vitoriosas da Revolução Americana, e que logo depois seria o presidente dos Estados Unidos da América, estava lamentando a ação britânica de transferir seus soldados negros libertos, inclusive os que poderiam ter sido sua propriedade, à Nova Escócia, muito longe do seu alcance e do alcance do seu país.

Colocar ex-escravos e homens libertos em uniformes também foi controverso e politicamente sensível no Brasil. Os planos para a sua disposição após o final da Revolução Farroupilha deveriam ter provocado questões morais, constitucionais e pessoais profundas. Mas isso não aconteceu. A discussão sobre a escravidão foi limitada. As idéias de liberalismo dos farrapos não eram incompatíveis com as tradições autoritárias da época. Na América do Norte, os revolucionários haviam retirado da mesa essa questão ameaçadora e potencialmente divisória. A escravidão estava claramente em oposição aos princípios fundadores da Revolução Americana. Em primeiro lugar vinha a proteção da nova união. Os riscos de enfrentar questões que penetravam no tecido econômico e social da nação agora independente eram muito arriscados naquele momento. Também no Rio Grande do Sul nunca houve de fato a questão de "fazer a revolução e a democracia ao mesmo tempo".²

Na sessão parlamentar de 1845, o paulista Alves Machado respondeu aos fracos questionamentos do representante de uma minoria sobre rumores relativos a emissários secretos da Corte e expedições governamentais disfarçadas rumando para o sul na conclusão da Revolução Farroupilha, o

¹ HOCHSCHILD, Adam. *Bury the Chains*. Boston, 2005, pp. 101-103.

² ELLIS, Joseph J.. *Founding Brothers*. Nova York, 2002, pp. 116-117; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A guerra dos farrapos e a construção do estado nacional. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, 1985, p. 59. Os melhores estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul são as obras de Mário Maestri, em particular *O escravo no Rio Grande do Sul* e *A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho* (Caxias do Sul, 1984); e *O escravo gaúcho: resistência e trabalho* (Porto Alegre, 1993). Outro trabalho interessante, especificamente sobre a escravidão durante o período farroupilha é de Margareth Marchiori Bakos, *A escravidão negra e os farroupilhas*, In: *A Revolução Farroupilha*, pp. 79-97.

que ia contra o direito de propriedade. Apesar de a oposição estar atrás de respostas e detalhes que cercavam os acertos finais e os custos dos farrapos negros libertados com o Tratado do Ponche Verde, os dois grupos parlamentares estavam de acordo em relação à inviolabilidade da propriedade privada.

No entanto, ao conceder à oposição o direito de questionamento, Alves Machado não queria qualquer discussão ou investigação no programa de pacificação que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul: "... acha que o que for justo mais tarde, agora não o é." Exatamente como o general britânico havia respondido a George Washington, Machado Alves argumentou que os escravos já haviam sido libertados em 1838: "os escravos entregues pela Revolução foram libertados graças ao que estatuí o aviso de 19 de novembro de 1838, cuja cláusula 3 mandou que todos os escravos militarizados pelos rebeldes que se apresentassem às forças legais fossem avaliados e postos em liberdade, avaliados para pagá-los a seus donos".

Houve um precedente histórico na Bahia durante o período de independência. Caxias, então, segundo Machado Alves, estava executando as palavras do imperador. Em resumo, Machado Alves fechou para sempre a questão da alienação dos farrapos negros ao dizer: "Não é bom que sejam chamadas todas estas cousas a exame; porque o que se lucra hoje com isto? Nada: nada há que ganhar e muito há a perder." A maioria aplaudiu. Com efeito, o governo imperial honrou e estendeu a interpretação do aviso de 1838, que concedia liberdade aos farrapos negros desertores. Alves Machado minimizou os números para que sua audiência mais solidária suavizasse o impacto da inviolabilidade dos direitos de propriedade, dizendo "que os escravos da revolta não tornam ao poder dos senhores e não excedem a 200, incluídos na soma os 120 que David [Canabarro] entregou no ato da Paz".³

Não importou o discurso histórico acalorado décadas depois sobre a Surpresa de Porongos e o Tratado de Ponche Verde, nem os papéis desempenhados pelo Barão de Caxias e por David Canabarro. É quase certo que os farrapos negros, lanceiros e da infantaria, e muitos outros que haviam servido como escravos, e que permaneceram como tais durante a Revolução Farroupilha, foram involuntariamente colocados de volta em posições de reduzida autonomia. A escravidão era um sistema incrivelmente adaptador,

³ VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. (Porto Alegre, 1933), vol. VI, pp.507-509; ver também LEITMAN, Spencer L. *The Black Ragamuffins*, In: *The Americas*, vol. XXXI11, janeiro de 1977, n.3, pp.504-518.

centrado no trabalho, na coerção e no controle. Talvez os farrapos negros, com o fim da revolução, tenham sido levados de navio a outras províncias para trabalharem em empreendimentos do Império, ou tenham sido divididos e colocados nas fileiras da Cavalaria Ligeira de Caxias. Com medo da doutrinação política dos farrapos e da inquietação dos escravos, eles não foram devolvidos aos seus proprietários anti-separatistas. Esta era a questão de direitos de propriedade que o legislador minoritário queria trazer à baila à frente de Alves Machado.⁴

O conceito de liberdade no sistema escravista brasileiro é ambíguo. Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, onde as linhas divisórias entre liberdade e escravidão eram bem definidas, aqui no Brasil, em 1845, corriam rumores abafados no Rio de Janeiro e cochichos no Rio Grande do Sul. Havia pouca pretensão no que diz respeito ao destino dos farrapos negros uma vez que a situação militar estava resolvida e eles tinham sido removidos, isolados ou colocados em um ambiente militar. Nem todos eram livres e iguais. Os farrapos negros eram tidos, por todos, como socialmente inferiores, além de potencialmente perigosos.

As contradições e falsas promessas eram correntes e visíveis, e constituíam uma ideologia tradicional aceita, confirmadas por considerações econômicas e sociais. Apesar de quase todos se beneficiarem com esse resultado, os escravos e farrapos negros, é claro, recebiam menor autonomia. Nem os antigos farrapos, nem os legalistas vitoriosos queriam o retorno de soldados negros politizados. No fim, para os farrapos estancieiros, que eram brancos, e tinham sido derrotados, o banimento dos farrapos negros deve ter servido, de certa forma, como vingança em relação aos seus competidores provinciais, de quem eles haviam sido tomados.⁵

⁴ Como exemplo desse debate, ver: VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução*. Porto Alegre, 1933, seis volumes; SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha: pequena história da grande revolução*. Rio de Janeiro, 1963 (com farta documentação da época de 1835-1845); e DOCCA, E.F. de Souza. *O sentido brasileiro na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, 1935. Sobre os farrapos negros, ver BENTO, Claudio Moreira. *A Revolução Farroupilha: corpo dos lanceiros negros farroupilhas*. In: www.rescnet.com.br.

⁵ BENTO, Claudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul, 1635-1975*. Porto Alegre, 1976. A posição final dos farrapos negros permanece obscura. Caxias, em ofício de 4 de março de 1845, ordenou que os farrapos negros ainda em armas fossem agregados aos Corpos de Cavalaria de Linha. Entretanto, ainda restavam dúvidas em relação ao destino final de todos aqueles que haviam servido. Manoel Felisardo de Souza e Mello, May 24, 1848, Arquivo Nacional, IJ 6471. Ver os vigorosos e aviltantes comentários de Caxias, em 1846, então um Conde, quando escreveu: "a última classe da sociedade, desgraçada de todas as luzes da religião e da civilização e por causa tão animais, e mesquinhas, como a inteligência dos bugres selvagens, e dos escravos africanos que as cometem," In: BAKOS, Margareth Markiari. *A escravidão negra e os farroupilhas*. p. 96.

A Revolução Farroupilha fluiu no tempo e no espaço geográfico. Parecia se mover a passos descansados, com erupções repentinas, mas infreqüentes, que se transformavam em batalhas significativas. A maioria dos encontros militares ficou na categoria de escaramuças. Mestres da insurgência, as forças farrapas recorreram a ataques flexíveis no estilo guerrilha, manobras evasivas e conhecimento do terreno, o que permitiu que sobrevivessem. Com seus movimentos longos, especialmente nos últimos anos da guerra, eles operaram a maioria das vezes na campanha, usando técnicas para importunar e provocar o inimigo, concentrando seus esforços em acumular recrutas e suprimentos essenciais de cavalaria.⁶

A existência militar dos farrapos foi profunda e continuamente dependente da disponibilidade de soldados negros, fossem escravos ou não. Ataques a estâncias e charqueadas legalistas eram fontes certas de escravos, homens libertos e vagabundos. Farrapos brancos da Guarda Nacional podiam receber dispensa para voltar para casa e sustentar suas famílias e fortunas, enquanto os soldados negros eram mobilizados como tropas da primeira linha.

Além disso, a resposta dos rebeldes rio-grandenses a essa constante necessidade de obter homens, cavalos e gado era a de que servia para expandir as operações dentro do Rio Grande do Sul. Eles também desenvolveram contatos com estados vizinhos, províncias e caudilhos do outro lado da longa fronteira. Afastados dos portos de Porto Alegre, Norte e Rio Grande, e das lagoas e sistemas fluviais, os farrapos contavam com apoio importante da Banda Oriental, Entre Ríos e Corrientes. Em troca de roupas, mosquetes, pistolas, espadas e, é claro, cavalos, os farrapos entregavam gado capturado. Da mesma forma, tais acordos também provaram ser negócios privados lucrativos. A vasta campanha servia de refúgio e força para os rebeldes.

Ao final da revolução, talvez mais de 5.000 ex-escravos e homens libertos haviam servido, estavam ainda na ativa, ou se encontravam potencialmente disponíveis para a resistência. Sua presença em si, como uma força motriz formidável, causava ansiedade entre os estrategistas legalistas. Muitos comandantes farrapos acreditavam que poderiam resistir indefinidamente, ou, pelo menos, forçar o Rio de Janeiro a uma paz honrada, o que lhes

⁶ A melhor abordagem breve sobre os farroupilhas continua sendo a de Walter Spalding, em "*A epopéia farroupilha: pequena história da grande revolução*". Entretanto, a mais completa, embora mais tortuosa e mais controversa, é a dos vários trabalhos de Alfredo Varela, incluindo o monumental estudo de seis volumes, "*História da grande revolução*".

permitiria manter suas posições, terras e escravos. A Surpresa dos Porongos provou ser uma solução mais fácil e organizada.⁷

Escravos eram um bem necessário, mas sacrificável, para os rebeldes. O Rio Grande do Sul teve percentuais elevados de negros e escravos, em sua maioria homens de menos de quarenta anos. Parecia sempre haver mais para fins militares, apesar de que, na prática, os farrapos protegiam seus próprios escravos do serviço militar ou estadual. Os principais alvos militares eram as charqueadas anti-separatistas em Pelotas, Piratini e redondezas, e suas estâncias por toda a província. Pelotas tinha a maior concentração de escravos, a maioria deles em idade de combate, na época estimados em 5.000. Estabelecimentos pré-industriais, fisicamente exigentes e cuidadosamente regulados, onde o trabalho era socialmente diferenciado por tarefas, incluíam carneador, servente, salgador, tropeiro, graxeiro, carpinteiro, marinheiro, campeiro e outros. Essa mão-de-obra treinada rendia tropas boas e disciplinadas.⁸

A escravidão, no contexto das charqueadas, era indescritível: o ambiente exigente e severo dentro das fazendas, a brutalidade do trabalho, o abuso físico, chances mínimas para a vida em família, humilhação desumanizante, além do constante medo e uso do chicote. Charqueadas legalistas continuaram a operar durante a guerra, e guarnições legalistas eram posicionadas a fim de mantê-las a qualquer custo. Tal manufatura e comércio eram a base da vida econômica e fiscal da província. Os farrapos, privada e publicamente, negociavam gado com o inimigo, como faziam mais regularmente com Montevidéu. Para minorar as dificuldades comerciais inerentes à guerra, em Pelotas, e seu escoadouro para o mar, Rio Grande, estancieiros farrapos organizaram suas próprias charqueadas no distrito baluarte de Jaguarão, que lhes permitia pontos alternativos de embarque em Rio Grande e Montevidéu.

⁷ Claudio Moreira Bento, em "O negro" (p.160), seguindo Antônio José Gonçalves Chaves, em "Memórias economo-políticas sobre a administração pública do Brasil" (1822), reeditado por J.B. Hafkemeyer, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 11:11-111, 1922, pp.3-185, calculou o número de pretos e mulatos na Província, livre ou escravos, como algo em torno da metade da população total ou um pouco mais de 50.000, dos quais 18.000 eram escravos. Após a revolução, o tenente-coronel José Gomes Portinho escreveu anotações sobre o trabalho de Tristão de Alencar Araripe, "Guerra civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos", (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XL11:2, 1880,115-364; XLV:1,1882,35-236; XLVI:2,1883,165-564; XLVII:1,1884, 47-238.) Ver as anotações paralelas de Portinho marginal notation, in Alfredo Varela Collection, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul, LXX11 (1880, p.192, p.86). Portinho reivindicou que os rebeldes rio-grandenses poderiam ter erguido um exército de cerca de 6.000 libertos.

⁸ Ver WEIMER, Gunter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1991; e LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul 1818-1833*. Porto Alegre, 1997.

As novas charqueadas de Jaguarão necessitavam, então, de mão-de-obra. O reabastecimento de escravos, mesmo nas melhores épocas, era difícil. Os mercadores de escravos do Rio de Janeiro sempre haviam colocado a província esparsamente povoada em último lugar na sua lista de clientes preferenciais. A fim de proteger seus investimentos e assegurar produção constante, os donos de charqueadas encontraram métodos adicionais de cobrar a cooperação dos escravos através de tarefas rotativas. Não devemos, de forma alguma, subestimar ou tentar entender os horrores das charqueadas. Escapar para a vida militar nas linhas farrapas tinha que ser melhor. Armados e movendo-se no interior do Estado, as perspectivas de deserção e liberdade aumentaram.⁹

A vida nas estâncias, para os escravos, apresentava vantagens em relação às charqueadas. Nestas, eles recebiam alguma autonomia dentro dos limites do regime escravista. O trabalho na campanha sempre teve pouca demanda. Os estancieiros desenvolveram esquemas de trabalho em suas propriedades que usavam trabalhadores escravos, livres e semilivres. Como a caça ao gado e as fronteiras das fazendas iam invadindo áreas ao norte da Banda Oriental, especialmente durante épocas de ocupação e conflito, os estancieiros agressivamente organizavam operações com suas grandes famílias, agregados, escravos e capital. Como a era do gerenciamento de terras, dedicada a uma melhor procriação de gado, instalação de cercas e pastos melhorados, ainda estava por vir, rio-grandenses sedentos por gado procuraram terras melhores para pastagens na Banda Oriental.¹⁰

Listas de donos de terras rio-grandenses, em 1840, na Banda Oriental, mostram que quase a totalidade deles tinha escravos. Nem todos desempenhavam as atividades típicas do gaúcho; alguns cuidavam do trabalho doméstico, trabalhavam em pequenas plantações de mandioca, milho e trigo, ou faziam tarefas gerais. Um dos primeiros especialistas brasileiros em assuntos platinos, naquela época, escreveu enfaticamente que a produtividade dos fazendeiros rio-grandenses no Uruguai dependia de escravos. A vida dos estancieiros estava mais harmonizada aos ritmos naturais e menos regimentais da tradicional agricultura de plantação. Quando os farrapos arremetiam contra as fazendas legalistas, os escravos levados não eram considerados

⁹ Ver LEITMAN, Spencer L. *Slave cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850*. In: *Revista de História*, n.101, São Paulo, 1975, pp.167-177.

¹⁰ MAESTRI, Mário. *O escravo*, pp.36-39.

aliados em potencial a serem transformados em soldados chefiados por líderes republicanos progressivos, mas sim como instrumentos de luta. A liderança e o caráter dos farrapos podiam ser definidos pelo modo como seus novos recrutas eram tratados.¹¹

Com efeito, os farrapos estavam desenvolvendo um sistema duplo de recrutamento. Um deles, fragmentário e difícil de supervisionar, era apoiado pelo governo; o outro permitia aos comandantes pegarem tudo que necessitassem. Escravos confiscados eram uma “solução baseada no direito da guerra”. Explorados como a “Estância do Império”, os rebeldes rio-grandenses mostrariam ao Rio de Janeiro como fariam uso de seus recursos e escravos, o que eles tinham em quantidade suficiente.¹²

Algumas áreas onde a rebelião havia se movido em fluxos e refluxos estavam agora totalmente despovoadas de escravos. Apelando à generosidade patriótica de seus cidadãos, o governo republicano esperava que os estancieiros farrapos entregassem voluntariamente seus próprios escravos para uso militar. Mas eles estavam hesitantes em fazê-lo. Um bem-sucedido estancieiro/charqueador foi o ascendente Domingos José de Almeida, talvez ele mesmo um mulato. Ministro do Tesouro dos farrapos e patrocinador do jornal rio-grandense *O Povo*, Almeida levou muitos de seus habilidosos escravos para Montevideú, onde esperava montar novas operações. Isso protegeria as propriedades recebidas como prêmios durante a guerra e, ao mesmo tempo, colheria benefícios, já que cada vez mais gado confiscado era levado a Montevideú. Esses acordos de negócios, que envolviam seu devedor principal e seu cunhado, eram “cheios de contingências” em função de sua posição dentro do governo farrapo. Seus planos falharam e, ao final da guerra, ele havia perdido quase todos os escravos.¹³

O decreto militar farrapo de 20 de abril de 1838, que criava o Depósito Geral do Recrutamento, mostrou a dificuldade de se juntarem grupos social e racialmente diferentes. Objetivos contraditórios e totalmente irrealistas alimentaram ressentimentos e insatisfação entre os novos e oprimidos recrutas. Acima de tudo, o decreto exigia dos comandantes de campo “inspirar nos recrutas, por todos os meios ao seu alcance, o amor e a adesão à causa sagra-

¹¹ O diplomata brasileiro era Duarte da Ponte Ribeiro, em “As relações do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata de 1829 a 1843” (Rio de Janeiro, 1936).

¹² Rascunho de um oficial encarregado do recrutamento, Coleção Varella, VC, XXXV.

¹³ Ver LEITMAN, Spencer L. *The Black Ragamuffins*. In: *The Americas*, vol. XXXI, janeiro de 1977, n.3.

da da Independência e Liberdade de sua Pátria". Novos recrutas aderiam às escolas de cavalaria, infantaria e artilharia. Os instrutores ensinavam a arte da guerra, virtudes morais, cívicas e militares. Inicialmente, os membros da Guarda Nacional recusaram-se a se associar às tropas de negros da primeira linha, temendo a perda de autoridade e da habilidade de entrar e sair da vida militar conforme suas necessidades econômicas.

Recrutas brancos que haviam aderido voluntariamente e faziam parte de uma classe mais alta podiam se juntar a qualquer corporação. Uma segunda seleção dos mais qualificados entre índios, escravos e homens libertos entrava para o famoso 1º Corpo de Lanceiros Negros, que foi completamente segregado e provido com todos os oficiais brancos. Assim como outras tropas farrapas, eles eram pobremente alimentados, vestidos e armados. Em 1839, dos cerca de 4.500 soldados nos exércitos farrapos, em torno de 1.000 eram negros. Aqueles considerados inferiores na escala social, ou menos capazes, serviriam nos "Corpos de Infantaria e Caçadores".¹⁴

A maioria dos escravos confiscados das fazendas, portanto, ia para o Corpo de Lanceiros, enquanto a maior parte daqueles tirados das charqueadas, geralmente sem habilidades com cavalos, era alistada na infantaria. Conforme a guerra se arrastava, o percentual de escravos e homens libertos no exército sem dúvida aumentava; os outros componentes militares tornavam-se menos ativos, desertavam ou trocavam de lado.

Durante o longo curso da Revolução, a administração farrapa, decreto após decreto, espalhava a retórica da liberdade, mas criava uma mistura inflamada de vingança, ganância, ressentimento social e racial e patriotismo mal-colocado. Tais atos fizeram com que os legalistas perdessem seus direitos à propriedade e seus privilégios, degradando, também, a propriedade humana. Antigas desavenças tornaram-se atos de represália, fazendo com que o gado confiscado fosse levado para além da fronteira de Montevidéu, ou de volta às charqueadas próximas dos portos lacustres através de linhas legalistas. Alguns comandantes farrapos participavam do empreendimento da Revolução como guerreiros mercadores. "Nada há que contenha os traficantes, sendo o único ideal ganhar dinheiro."¹⁵

Além disso, o decreto de 12 de novembro de 1836 ajudou a formar a consciência revolucionária e também, em parte, a diferenciar os amigos dos

¹⁴ BENTO, Claudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro, 1993, v 2.

¹⁵ VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, 1933, vol.VI, p.467.

inimigos ao adotar o laço nacional tricolor. As cores serviam para distinguir e separar seguidores farrapos dos legalistas, bandidos e desertores do exército. Homens libertos também usavam o laço tricolor. Os escravos confiscados das propriedades legalistas, mas que não eram levados às frentes de guerra, não o usavam.

Os farrapos valorizavam os ideais de governo sólido e eficiente. Como a mais fidedigna depositária da liberdade, a Guarda Nacional espelhou o entusiasmo e o heroísmo de 20 de setembro de 1835, quando o comandante da Guarda Nacional da província, Bento Gonçalves da Silva, entrou triunfantemente em Porto Alegre. A Guarda servia de instrumento para a construção, a conservação e a expansão do apoio político local. Em teoria, era composta de cidadãos comuns de todas as camadas sociais, e que faziam a sociedade funcionar; mas, é claro, excluía os escravos. A administração ficou sob a jurisdição do ministro da Justiça, apesar de que, em tempos de guerra, suas unidades poderiam ser incorporadas ao exército, como aconteceu com o sistema de milícia que substituíra em 1831. Tornou-se a maneira que os liberais parlamentares do Rio de Janeiro tinham para conter o exército indisciplinado dos idos de 1820, e um modo de exercer controle social no interior. Sob a proteção de seus comandantes, os pobres e sem-posses seriam mantidos fora de suas fileiras e retidos como mão-de-obra local. Além disso, a Guarda Nacional criava cidadãos-soldados que sustentavam o compromisso cívico, protegiam a liberdade individual e garantiam a responsabilidade política. Havia uma ligação essencial ao fato de carregarem armas e aos privilégios da cidadania. Pensadores liberais temiam que a manutenção de exércitos enfraquecesse a liberdade.¹⁶

Mais adiante, o decreto farrapo de 4 de outubro de 1837, considerava que homens para o alistamento na Guarda Nacional eram “cidadãos de boa conduta, robustez, patriotismo e adesão à causa republicana”. Apesar de problemas evidentes em levantar tropas, isenções constituíam a ordem do dia e eram dadas àqueles que apresentavam como substitutos ao serviço “um escravo alforriado”. Também ficavam isentos filhos de mulheres viúvas, administradores de fazendas com mil cabeças ou mais sob sua responsabilidade, administradores de fazendas e oficinas com mais de seis escravos, arrieiros, e outros pequenos artesãos que possuíam lojas. Para melhor proteger suas

¹⁶ Sobre a Guarda Nacional e a política brasileira, ver o excelente trabalho de BARMAN, Roderick J. *Brazil, the forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford, 1988.

extensas estâncias, isenções eram dadas aos peões, conforme o tamanho de seus rebanhos. Este número variava de um a quatro peões para rebanhos que tinham entre uma e 3.000 cabeças, até sete a doze peões com rebanhos entre oito e 20.000 cabeças. Para os legalistas, sua terra, sua propriedade, seus bens, e, acima de tudo, seus escravos estavam desprotegidos, e conseqüentemente, considerados caça justa e aberta. Recrutadores e dignitários farrapos procurando substitutos usavam armas, ameaças e vinganças pessoais para expandirem suas fileiras.

Até 1838, os dignitários da Guarda Nacional haviam sido eleitos e vinham dos setores econômicos mais influentes da província. Normalmente, eles eram estancieiros importantes que freqüentemente substituíam ou dominavam oficiais civis em função de que seus poderes políticos e econômicos estavam aumentando. A organização apresentava a estratificação social tradicional, conexões familiares e políticas. Já que a Guarda era dividida em duas categorias distintas, ativos e da reserva, permitindo que o excedente de homens mais respeitáveis se tornassem oficiais da reserva. A longa lista de dispensas os protegia do serviço de forma que pudessem melhor atender a seus interesses, sem negar-lhes os privilégios que a posição oferecia.¹⁷

Os estancieiros receberam bem a instituição da Guarda também por outros motivos. Talvez, até mais do que em outros lugares do Império, os estancieiros rio-grandenses enfrentassem condições desfavoráveis que poderiam acabar em desordem social. Há anos, o Rio Grande do Sul estava à disposição de Portugal, e depois do Brasil, para armas e tropas na defesa das fronteiras. Má administração e má apropriação de recursos do exército, entre outras formas de corrupção, prejudicaram a capacidade de os estancieiros controlarem por si mesmos o interior. Durante as Guerras Cisplatinas, um longo serviço de guerra havia incorporado a milícia ao exército regular, o que a manteve distante de seu próprio propósito. O prestígio e o poder associados à Guarda deram aos comandantes precedência sobre a administração civil, embora muitos simplesmente usurpassem todos os poderes, conforme a necessidade, em suas jurisdições.

Já que o estancieiro exigia uma força de trabalho compatível, e um sistema ordeiro de vida política, a Guarda lhe dava a oportunidade de usar uma opção militar para controlar os gaúchos legalmente libertos, outros va-

¹⁷ Ver debates em LEITMAN, Spencer L. *The Black Ragamuffins*, e BENTO, Claudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*.

gabundos indisciplinados e os arrieiros – estes essenciais, mas de idéias independentes. Eles, por sua vez, para proteção, se ligaram a estancieiros importantes como seus patrões. A capacidade de os comandantes distribuírem posições dentro desta estrutura recentemente formalizada fortificou sua base de clientes e lhes permitiu entrelaçá-los em suas ligações familiares e pessoais. Isso resultou em uma força política dinâmica às vésperas da revolução e chegou a ajudar na ignição das aspirações políticas de homens como Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro.

Em outubro de 1836, a fim de proceder à guerra mais completamente, embora Bento Gonçalves tivesse sido preso após a derrota em Fanfã, o governo republicano inicialmente tentou desenvolver um exército mais estruturado sob a direção de João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos, os quais tinham treinado anos antes na Academia Real Militar do Rio. Quatro brigadas foram criadas. José Mariano de Mattos comandou a 3ª Brigada, que incluía o 1º Corpo de Lanceiros Negros da primeira linha. Porém, três anos mais tarde, em outubro de 1839, sob pressão militar, o exército foi novamente reorganizado para refletir melhor sua ligação com a força fundadora da Revolução, a Guarda Nacional, e com o tipo de guerrilha sendo praticada.

A cavalaria da Guarda Nacional estava completamente dominada, composta principalmente por homens e oficiais dos distritos do interior. Neste exército mais móvel, ocorreriam as depredações militares dos farrapos. Nem todos os oficiais farrapos fizeram a aposta cega do novo governo, e nem todos foram leais, o que se demonstra pelas deserções de Bento Manoel Ribeiro. No entanto, ficou visível nos últimos estágios da Revolução que os oficiais da Guarda Nacional estavam mais leais a seus distritos locais, onde tinham interesses econômicos e sociais tradicionais, do que ao governo em Piratini, o qual estava cada vez mais sob ataque. Ao final da guerra, muitos aproveitaram novas oportunidades oferecidas por Caxias e pelo Rio de Janeiro.

A unidade militar dos farrapos era tênue. Circulares militares solicitavam que os oficiais contivessem abusos. Entretanto, não havia uma prestação de contas estruturada. Em dezembro de 1837, o governo republicano tentou evitar o uso particular de escravos confiscados, os quais deveriam ter sido entregues ao exército regular. O ministro farrapo da guerra, José da Silva Brandão, buscou regularizar procedimentos e dar força ao novo governo. Suas razões eram dúbias: primeiramente, ele não queria que os comandantes lutassem entre si pelos restos da guerra; em segundo lugar, queria con-

vencer os legalistas e os neutros dos benefícios a serem obtidos com o governo republicano.¹⁸

De alguma forma, havia uma hierarquia (ou sistema) de autoridade em cascata, com os níveis mais baixos da administração farrapa aptos a defenderem-se das solicitações, exigências e ordens de seus superiores imediatos. Às vezes, o governo não era informado do que ocorria localmente. Ninguém, por sua vez, nos níveis (postos, cargos) mais altos da liderança farrapa, tinha controle absoluto e incontestado sobre a administração e o exército, à exceção, talvez, de Bento Gonçalves no estágio eufórico inicial da Revolução.

Os legalistas rotularam as ações farrapas como arbitrárias e opressivas. Mas eles precisavam encontrar estratégias para responder ao recrutamento forçado, aparentemente bem-sucedido, empregado pelos republicanos. Os legalistas precisavam manter a lealdade e o suporte militar local e dos poucos que ainda estavam em cima do muro. Uma série de contramedidas foram tomadas, especificamente direcionadas aos farrapos negros. Escravos lutando pelos rebeldes, capturados em combate, sofreram muitas chibatadas e foram expulsos da província e, ao final da Revolução, devolvidos aos seus proprietários de direito. Motivado também por medo de agitação social, o governo imperial decidiu libertar escravos farrapos em armas se eles se apresentassem às autoridades legais. Não se permitiria que permanecessem na província.¹⁹

A Revolução Farroupilha produziu alguns militares extraordinários, mas também exigiu pensadores que pudessem gerar idéias novas e excitantes e escritores que pudessem explicá-las lucidamente. O movimento possuía republicanos notáveis locais e do exterior. Zambecari, Rossetti, Mariano de Mattos e Luiz José dos Reis Alpoim estavam entre os nascidos

¹⁸ José da Silva Brandão para Serafim Gonçalves Moreira, 28 de fevereiro de 1838 (cópia de circular), Coleção de Alfredo Ferreira Rodrigues, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, "Documentos para a história da revolução de 1835," v.11.

¹⁹ Bernardo Pereira da Vasconcellos para Antônio Elisiário de Miranda e Brito, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1838, AHRGS, Avisos da Justiça. A tentativa legalista de parar e punir os farrapos conduziu os rebeldes rio-grandenses a um forte decreto de resposta, em 11 de maio de 1839, em Caçapava. Em suma, ele demonstrava o quanto os farrapos precisavam desesperadamente manter seus soldados e, em particular, a importância dos farrapos negros. "Libertar os cativos aptos para a profissão das armas, oficinas e colonização, a fim de acelerar, de pronto, a emancipação dessa parte infeliz do gênero humano." O decreto prosseguia: "O presidente da República, para reivindicar os direitos inalienáveis da humanidade, não consentira que o homem livre rio-grandense de qualquer cor com que os acidentes da natureza o tenham distinguido sofra impune e não vingado, o indigno, bárbaro, aviltante e afrontoso tratamento." Já o decreto de 16 de maio de 1839, de Caçapava, avisava os farrapos negros que eles retornariam à servidão caso tentassem desertar.

fora da província. Entre os ativistas da província, estavam Sá Britto, Pedro José de Almeida, Marciano Pereira Ribeiro e Bento Gonçalves, que serviram como a expressão ideal da Revolução Farroupilha. Antes de setembro, a província possuía diversos jornais combativos, os quais continham materiais e opiniões avançadas sobre republicanismo e federação. Farrapos iluminados antes e durante a revolução desafiaram as alegações de superioridade econômica e intelectual do Rio de Janeiro e do Império, dessa forma, implicitamente, levantando a questão da igualdade de todos os homens, o que deveria incluir negros e mulatos. Na verdade, os mulatos gravitavam em números na direção do incipiente e mais liberal Partido Farroupilha no início da década de 1830.²⁰

Na Convenção Constitucional farrapa em 1841, José Mariano de Mattos decidiu que, se os republicanos quisessem vencer a guerra, precisariam de tropas em massa ou estariam lutando por uma causa perdida. Ele apresentou uma proposta para a abolição total da escravidão, tentando traduzir em prática o liberalismo e o republicanismo que havia herdado. Sua proposta foi derrotada. Uma minoria barulhenta na Convenção, liderada por Antonio Vicente, considerava José Mariano de Mattos um mulato vil e fraco. Além disso, achavam, ele e seu amigo miserável, Bento Gonçalves, dois demônios desprezados por todos os homens decentes. A abolição teria "o fim sinistro de tudo confundir para, no início da geral consternação, roubar-nos mais amplamente e evadir-se para o país vizinho".²¹

Embora o projeto constitucional da República Rio-grandense fosse um documento progressista para sua época, com referências a novas práticas, proteções, linguagens e instituições, ele não incluía novos participantes. En-

²⁰ "Manifesto do coronel Bento Gonçalves da Silva justificando a arrancada de 20 de setembro de 1835" In: SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha: pequena história da grande revolução*. Rio de Janeiro, 1963. pp.283-291. Bento Gonçalves apresentou os argumentos mais abrangentes sobre o porquê de os farrapos acreditarem que eram forçados a se rebelar. Nesses manifestos, ele especificamente se refere à violação das sagradas garantias de *habeas corpus* de Mariano de Mattos e a "escandalosa introdução de africanos." Apesar do aparente ataque ao comércio de escravos, (mas não à escravidão propriamente), Bento Gonçalves não explora mais esse tema e junta, na mesma frase, um ataque à introdução de dinheiro do cobre, que era um grande tema em todo o Brasil na década de 1830. Indiretamente, Bento Gonçalves estava atacando o que muitos acreditavam ser a influência da classe portuguesa no Rio de Janeiro (ver SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha: pequena história da grande revolução*. p.85). Portanto, parece que ele estava se referindo à manipulação do tráfico comercial do Rio de Janeiro em vez da do Rio Grande do Sul, ou à ascendência do Rio em todos os assuntos comerciais. Para mais, ver, LEITMAN L. Spencer. *A Brazilian urban system in the nineteenth century: Pelotas and Rio de Janeiro*. In: *Urbanization in the Americas from its beginnings to the present*, eds. Richard P. Schaedel et. al., The Hague, 1978, pp. 491-503.

²¹ VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, 1933, vol.VI, p.17.

tretanto, o governo farrapo e sua tentativa constitucional valiam mais do que o exposto pela condenação histórica de Araripe muitos anos depois: "Tudo estava subordinado à turbulência, e essa república não passava de um arraial ambulante militar". Os líderes farrapos, tanto os de mentalidade militar, quanto os de fortes ideais republicanos, provavelmente concordariam com uma solução que lhes permitisse serem obedientes ao Rio de Janeiro se tivessem tido um reino mais livre localmente, apoiado por garantias constitucionais. Como parte de um movimento político mais amplo, o projeto constitucional não ofuscou líderes individuais fortes que estavam no campo junto às tropas. Os que podiam votar e servir segundo a nova constituição proposta tinham propriedades e escolaridade. Os homens libertos estavam especificamente excluídos do voto. A Convenção Constitucional fracassou ao final em decorrência de discordâncias internas sobre a questão delicada do confisco de propriedades legalistas.²²

Sem reforços dramáticos no número de escravos, ou assistência militar substancial de caudilhos uruguaios não confiáveis, a Revolução estava se transformando em uma série de encontros esporádicos, tentando se evadir de um exército legalista revigorado sob o comando apto do Barão de Caxias. Caxias foi o primeiro dos generais-presidentes da província a exercer uma liderança militar e política eficaz no Rio Grande do Sul. Ele demonstrou um compromisso político com os legalistas da região, levando o exército ao campo para desgastar as cada vez mais fracas forças farrapas. Distanciando-se de maneira arrojada dos que lhe haviam precedido, Caxias aplicou pressão constante para evitar que os farrapos reabastecessem a revolução através da fronteira, ao mesmo tempo construindo suas próprias reservas de homens, materiais e, em particular, cavalos. Além disso, Caxias cultivou um relacionamento forte com o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Ele percebeu que o poder provincial não era puramente militar, mas fiscal. O governo no Rio, por sua vez, aceitou ter encontrado em Caxias sua última melhor esperança para derrotar a Revolução Farroupilha, concordando com suas constantes solicitações de financiamento.

No início de 1844, Caxias conhecia as dificuldades que os farrapos tinham em fomentar uma guerra de confronto. Ele já havia recebido diversas súplicas de paz e realizado trocas de prisioneiros, tinha informações sobre as

²² RUSSOMANNO, Victor. *História constitucional do Rio Grande do Sul: esboço (1835-1930)*, Pelotas, 1932, p. 82.

divisões internas e intrigas entre os líderes farrapos, e conhecia suas disputas com os caudilhos uruguaios. O mais acessível, David Canabarro, era então o general-comandante dos farrapos, removendo os primeiros heróis da Revolução, Bento Gonçalves e Sousa Netto, a papéis mais secundários. Com base em notícias mandadas por Bento Manoel, agora lutando pelo Império na zona de operações de Alegrete, Caxias sabia que Canabarro tinha somente "400 negros e esses mal-montados".²³

A força de guerra e as reservas de cavalos dos farrapos estavam gradualmente se esvaindo, e esses sinais positivos eram motivo para continuar com a campanha. Mas Caxias era um estudante de guerrilha e contra-revolução. Muito embora ele tivesse seis mil tropas no campo, controlasse todos os portos, as guarnições militares ao longo da fronteira e as pequenas cidades da Campanha, e estivesse perseguindo Canabarro, Caxias ainda precisava de um único golpe para esclarecer a todos os farrapos que eles não podiam mais manter suas forças cambaleantes. Havia farrapos cansados e impacientes com vontade de voltar à vida provincial sob o Império, se recebessem garantias de local e posição, especialmente de reintegração ao exército.

A resposta foi a Surpresa de Porongos, após a qual veio a assinatura da Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845. O artigo 4 libertou escravos farrapos que haviam lutado por rebeldes recentemente derrotados. Surpreendentemente, a Corte havia recompensado escravos que haviam tomado armas contra o Império e que tinham sido capturados entre os mais leais ao Rio de Janeiro. Araripe deu aos farrapos crédito por não terem abandonado seus compatriotas negros e, ao mesmo tempo, elogiou o senso de justiça do Rio ao concordar com esta perigosa cláusula que determinava um precedente, atacava a propriedade privada e a base do sistema escravista brasileiro.

Deve-se compreender que os líderes farrapos viviam em uma sociedade predominantemente não branca: escravos, homens libertos, índios, mulattos e mestiços. Assim, embora buscassem poder local e a remoção do que consideravam impostos regionalmente injustos e onerosos, eles não necessariamente queriam cortar laços com o Rio de Janeiro, até porque, depois de tudo, esta cidade e o Império eram e permaneceriam seus principais parceiros comerciais. Desde o início, os rebeldes mantinham a instituição da monarquia em grande respeito. Para alguns, o problema ainda estava na influ-

²³ De Caxias ao ministro da Guerra, em 2 de Janeiro de 1844, em ARARIPE, *Guerra civil*, XLVII: 2, p. 179.

ência regressiva inaceitável de Portugal sobre a Corte. Além disso, os farrapos temiam mudanças radicais, as quais poderiam alterar a ordem hierárquica social.

Embora a retórica da revolução parecesse radical, democrática e às vezes separatista, os rebeldes rio-grandenses realmente queriam um forte poder local. Talvez eles não tivessem iniciado uma revolta se o Rio de Janeiro tivesse enviado presidentes provinciais que defendessem e apoiassem os partidários do poder local. No início da década de 1830, os rio-grandenses haviam visto uma série de reformas políticas serem paralisadas com a chegada de presidentes provinciais empenhados em exercer os poderes do Governo central.

Após a abdicação de D. Pedro I, em abril de 1831, em favor de seu jovem filho, para que este fosse supervisionado por uma regência mais aberta a interesses regionais, o Rio de Janeiro havia entrado em um período de relativa reforma. Foram criados o Código de Processo Criminal, dando funções policiais e judiciais aos juizes de paz, e a Guarda Nacional. Além disso, houve o Ato Adicional de 1834, que pareceu centralizar o poder nas assembleias provinciais, as quais, à época, pela primeira vez, defendiam melhor os interesses regionais. No entanto, os presidentes destas assembleias ainda eram nomeados no Rio de Janeiro.

A Revolução Farroupilha não levou novas classes sociais à política nem ofereceu expectativas à população escrava. Pouco ou nada foi dito sobre o tratamento e a incorporação dos negros, e inclusive dos indígenas, em um sistema mais democrático e humano. Deve-se ressaltar, entretanto, a força e a perseverança da política local. Mesmo assim, esperava-se mais do Rio Grande do Sul, com suas características e história ímpares: individualismo endurecido pela fronteira, casas maçônicas, jornais republicanos, alguns com editores em cujas terras não havia escravidão, e oficiais que lutaram junto com os farrapos negros. Quando homens lutam juntos por sua nação sob a mesma bandeira, eles devem se tornar uma fraternidade.

Mesmos os mazzinianos italianos, com seu fervor ideológico, ignoraram os escravos e outros povos sem posses. Garibaldi apontou com orgulho suas habilidades de luta, mas silenciou sobre seu espaço e futuro na sociedade. Nem os seguidores da Jovem Itália perturbaram as tradições, costumes e história brasileiros. O espaço dos farrapos negros foi resultado de circunstância, e não de crença ideológica. As atividades e técnicas dos Zambecaris e Rossettis ampliaram o espírito revolucionário farrapo e o conectaram a tendências revolucionárias então atuais na Europa. Desde o início, no Prospecto

Nº1, Vol. 1, o porta-voz revolucionário "O Povo" afirmou que "o poder que dirige a revolução tem que preparar os ânimos dos cidadãos aos sentimentos de fraternidade, modéstia, igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria". Os italianos, escrevendo, aconselhando, atuando como soldados e servindo como intermediários comerciais eram mais nacionalistas que revolucionários sociais. Sua posição combinava nacionalismo romântico com liberalismo constitucional. Sua interpretação para o poderoso significado de irmandade era para homens da mesma cor e classe. Havia pouco ou nada escrito sobre a inclusão de escravos ou outros grupos na nova ordem republicana que nascia na Campanha.²⁴

Os italianos estavam combatendo a monarquia com seu legado de tirania. A Revolução Farroupilha seria a chama nacionalista que se incendiaria e se espalharia às outras províncias dominadas opressivamente pelo Rio de Janeiro, criando um estado republicano federalista. Eles confiavam no apelo emocional da pátria e da virtude republicana. Em um editorial de "O Povo" foi publicado o seguinte: "Não somos uma horda de salteadores (...) Aqui o direito de propriedade é garantido, os bens dos próprios dissidentes são respeitados, há amor à ordem e à liberdade individual", referindo-se às diferenças entre rio-grandenses e cabanos de Panelas de Miranda e Jacuípe.²⁵

Os farrapos estavam apelando tanto a seus próprios seguidores quanto aos outros na província. A Guerra dos Cabanos e a Cabanagem haviam rapidamente se transformado de feudos partidários em movimentos de agitação social. Seria necessário resguardar-se destes e de outros movimentos que continham insurreição racial, como o Male, em Salvador. Expressões típicas de Mazzini, de nacionalismo de estado-nação, coincidiam perfeitamente com o respeito farrapo pelo poder local e por seus interesses econômicos. Os emigrantes italianos e os farrapos conheciam os perigos inerentes aos levantes em massa de negros.

Há um legado histórico nas experiências dos farrapos negros. Ideologicamente, eles poderiam ser considerados parte de um período heróico onde não há vencedores nem vencidos. O louvor, tanto a legalistas quanto a farrapos, continua firme até hoje. A maioria lembra da Guerra dos Farrapos como uma revolução popular que promoveu expressões modernas de

²⁴ Sobre os italianos, ver CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe garibaldi: corsaro riograndense*. Turim, 1964; e LEITMAN, Spencer L. Italian Revolutionaries in the Empire of Brazil. In: *Italian Americana*, v.2, n.2, 1976, pp. 143-156.

²⁵ *O Povo*, v.1, n.21 (editorial).

republicanismo e federalismo. Tendências separatistas foram sumariamente derrotadas. Mesmo com as mortes e todo o sofrimento, a revolução não chegou a excessos fratricidas de outras guerras regionais e civis. Se os farrapos negros deixaram a servidão, fizeram-no da mesma forma como seus ancestrais nela haviam entrado, com quase nada além das roupas nas suas costas, ou talvez um novo uniforme militar dado pelo Império, ou trabalhando como escravos privilegiados nas fazendas imperiais de Santa Cruz.

A cláusula da Paz de Ponche Verde, entretanto, pelo menos do modo como foi escrita, transformando escravos em homens libertos, integrou uma tendência na história brasileira, a da criação de uma ampla classe de negros livres como parte do sistema multirracial do país. Além disso, facilitou ao Rio de Janeiro a libertação de 20 mil escravos para que esses lutassem na Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870. Para ter tropas e entrar na guerra, o governo nacional precisou oferecer a promessa de liberdade. O exército, em oposição crescente ao sistema escravista, passou a ter números consideráveis de negros e mulatos nas fileiras inferiores. Tal oposição começou a se infiltrar na classe nacional de oficiais, o que acelerou o processo da abolição no Brasil, em 1888.

Revolução Farroupilha: significado regional e nacional¹

Helga Iracema Landgraf Piccolo

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo,
professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Inúmeras abordagens da Guerra dos Farrapos são possíveis. Como pesquisadora da história política do Rio Grande do Sul no século XIX, sempre me preocupei com a ênfase no caráter regional da guerra, que, por vezes, degenerou em uma profissão de fé, de um provincialismo inconseqüente. Lembro disso sempre que abordo este tema: nem todo o Rio Grande do Sul foi farroupilha. É quase impossível quantificar quantos foram farroupilhas e quantos não foram.

Não há dúvida de que foi uma revolução regional, mas não é esse o aspecto que, no meu entendimento, dá o grande significado político que a Guerra dos Farrapos obteve em termos nacionais. Lembro as alianças políticas com lideranças platinas que, já antes de 1835, assustavam o Governo Imperial, sem esquecer o Quadrilátero Artiguista, que incluía o Rio Grande do Sul.

A chamada Revolução Farroupilha não foi só uma sucessão de lutas, de combates com vitórias de ambos os lados que se confrontaram. Ela produziu textos historicamente importantes e que mostram o seu significado nacional. Destaco o manifesto de 29 de agosto de 1838, subscrito por Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida, e a troca de correspondência havida em março de 1840, entre Bento Gonçalves e Gaspar Menna Barreto, este último, comissionado pelo então presidente da Província, Saturnino de Sousa Oliveira, que vai levar ao conhecimento do Governo Central, em maio, essa correspondência, acompanhada de um ofício onde coloca a leitura que ele, como presidente da Província, faz das considerações apresentadas por Bento Gonçalves.

Cabe registrar também um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados por Miguel Calmon, deputado pela Bahia, ligado ao Partido Conservador, no dia 19 de maio de 1837. Para ele, o 20 de Setembro não era uma questão provincial, mas sim nacional, uma questão de princípios, o que, segundo ele, ameaçava a integridade do Império, o que era confirmado pela

¹ Texto transcrito da palestra proferida no Seminário Internacional "170 Anos da Revolução Farroupilha - o Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita" e revisado pela autora.

proclamação da República de Piratini, como era então chamada a República Rio-grandense.

Entendo ser necessário fazer algumas considerações sobre o contexto político nacional quando o deputado baiano fez esse pronunciamento. É um momento de grande instabilidade política, não só no Rio Grande do Sul, mas em toda a América Latina, relacionada com as independências, a organização política dos estados e a construção das nações que surgiram de antigas colônias das duas monarquias ibéricas. Entretanto, essa instabilidade política pode ser atestada não só no Brasil e na América do Sul. Lembro, por exemplo, da França, que sempre foi um modelo utilizado por aqui. Quando eclode no Rio Grande do Sul o que nós chamamos de Guerra dos Farrapos, ela surge em um momento da história da França que se situa entre duas grandes revoluções: a de 1830 e a de 1848, ambas relacionadas com os desdobramentos da Revolução Francesa de 1789.

Entendo que a Guerra dos Farrapos ainda tem que ser explicada a partir do processo de descolonização que se operou no Brasil. Ela é, para mim, um desdobramento da independência do Brasil, que foi institucionalizada pela Carta Constitucional de março de 1824, e que tem a sua grande reforma, que foi o Ato Adicional de 1834, exatamente às vésperas da Guerra dos Farrapos. Nem a Carta Constitucional de 1824, nem o Ato Adicional de 1834 evitaram o surgimento e a divulgação de uma série de projetos políticos que contestavam exatamente a organização política consubstanciada nos textos constitucionais citados.

No caso específico brasileiro, estávamos numa conjuntura em que as elites dirigentes, que governavam a partir do Rio de Janeiro, encontravam-se preocupadas com a construção da Nação. Basta ler os discursos pronunciados na Câmara dos Deputados. Nessas manifestações, percebia-se claramente como era complexo construir uma Nação tendo como base uma sociedade escravista. Assim, diversos projetos políticos para a organização do Estado e da Nação foram elaborados.

A questão nacional estava no centro dos debates e de todos os projetos políticos, pensados a par da existência de um texto constitucional. Em 7 de abril de 1831, dia da abdicação do nosso primeiro imperador, o governo do Brasil ainda não se não nacionalizara. O abraqueiramento pensado e desejado era limitado pela influência portuguesa, que persistia. Em todos os seus pronunciamentos, Bento Gonçalves bate constantemente na tecla, ou seja, a influência portuguesa permanece e ela é responsável pela crise política.

Quando do discurso de Miguel Calmon, em 1837, aproximava-se o final da primeira regência una brasileira, exercida pelo Padre Feijó, acusado

de conivente com os farrapos. O grande problema, que hoje não é tomado muito em consideração, foi que no mesmo momento também havia eclodido no outro extremo do Brasil, no Pará, a Cabanagem. Esta tinha um outro significado em termos sociais. Aqui, as lideranças farroupilhas integravam o que se pode chamar de uma elite proprietária regional. Bem diferente era o perfil dos combatentes na guerra que se travava na Amazônia.

É evidente que o Império não dispunha de recursos suficientes para enfrentar esses dois movimentos, um no norte e outro no sul, e Feijó preferiu concentrar suas preocupações no norte.

A regência de Feijó foi extremamente conturbada. Basta recordar que, em menos de dois anos em que ele foi regente, sucederam-se quatro gabinetes. Isso já era indício de que havia uma crise institucional. A Guerra dos Farrapos, sem dúvida alguma, contribuiu, tal como outros movimentos que ocorreram no período regencial, para a instabilidade política que, segundo os discursos da elite dirigente, ameaçavam a estabilidade institucional do Brasil.

O fato levou outro deputado baiano, Antônio Ferreira França, a apresentar na Câmara, em 13 de maio de 1837, um projeto de lei interessantíssimo, mas que praticamente não é citado na historiografia sobre a Revolução Farrroupilha. Era um projeto de lei que emanciparia o Rio Grande do Sul caso a Assembléia Provincial, em caráter extraordinário, declarasse que o Rio Grande do Sul não mais queria fazer parte do Brasil. Caso a Assembléia Provincial declarasse que desejava continuar unida ao Brasil, e às demais províncias, então, segundo Ferreira França, deveriam ser tomadas algumas providências. O presidente da Província não mais seria diretamente nomeado pelo Governo Central, como até então. Ele passaria a ser escolhido em lista tríplice (como se escolhiam os senadores) enviada ao Governo Central que escolheria um dos nomes. O mais significativo, diante de uma luta armada, era que esse presidente da Província nomearia o comandante das armas da própria Província. Quer dizer, isso daria uma configuração muito diferente do que estava previsto no texto da Constituição de 1824 e no Ato Adicional de 1834.

Não é preciso dizer que tal projeto mostrava o quanto se preferia que o Rio Grande do Sul se separasse a persistir a instabilidade política da qual era acusado. Portanto, o separatismo não era só defendido por lideranças farroupilhas. O projeto foi rejeitado. Um ano depois, em 1838, houve o famoso manifesto, que, para mim, é um dos documentos mais importantes da Guerra dos Farrapos, assinado por Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida. Sobre o manifesto quero sublinhar que, nele, se visualiza a defesa de uma nova organização política para o Brasil, ou seja, uma confederação das províncias.

Com Feijó afastado, o poder caiu nas mãos do Partido Conservador, o mesmo que, pela força, não conseguira acabar com a guerra no Rio Grande do Sul. Foi nos estertores do seu domínio, isto é, em março de 1840 (seu domínio duraria até julho, às vésperas da maioria de Dom Pedro II), que surgiu a citada correspondência entre Bento Gonçalves da Silva e Gaspar Menna Barreto. Trata-se de um documento no qual Bento Gonçalves teorizava sobre o movimento, os princípios que nortearam a Revolução, fazendo uma profissão de fé do "Direito das Gentes ou princípios da Lei Natural aplicados à condução e aos negócios das nações e dos soberanos", conforme Emmerich von Vattel.

Eu gostaria de lembrar essa troca de correspondências com o Governo Central em que a palavra mais freqüentemente usada pelo próprio presidente da Província era conciliação. Para Gaspar Menna Berreto, conciliação significava perdão e esquecimento dos crimes cometidos pelos farrapos. Para Bento Gonçalves, conciliação, nesse sentido, não servia. Na verdade, conforme o presidente da Província, o que Bento Gonçalves queria era uma meia separação do Brasil, algo inadmissível para a dignidade da Nação e do trono.

Em uma linguagem que mostrava a influência maçônica, Bento Gonçalves começa por acentuar a influência nefasta da intriga dos lusitanos em nossos destinos. Ele não aceita que os farroupilhas fossem chamados de rebeldes. Diz: "O que fizemos não foi uma rebelião e sim estamos fazendo uma resistência legítima". E, por isso mesmo, enfatiza Bento Gonçalves, o que há é uma guerra civil, e a ele foi conferida a alta missão de libertar os sul rio-grandenses. O Rio Grande do Sul farrapo, ou melhor, a República Rio-grandense, tinha um governo independente, um povo independente. Diz ele: "Não tem juiz nem superior sobre a terra". E é isso que Menna Barreto questiona ao se dirigir a Bento Gonçalves.

Permito-me ler trechos da troca de mensagens, porque são páginas que dignificam a guerra. Diz Bento: "Nem eu nem os rio-grandenses desejamos nos desligar absolutamente do Brasil. A mesma religião, a mesma linguagem, os mesmos usos, os mesmos costumes, vínculos de sangue, laços de amizade, e, finalmente, as mais ternas simpatias inclinam o nosso coração a favor de um povo que consideramos irmão. Gozando de uma absoluta independência no regime dos nossos negócios internos e peculiares, não duvidaríamos quanto ao mais submeter-nos a um Governo Geral que velasse sobre os interesses da União".

Respondendo a Menna Barreto, diz Bento Gonçalves: "Vós me argüis de querer que nos tratem como um governo, como um povo independente

que não tem juiz nem Superior sobre a terra. E, com ufania, o senhor me pergunta: de onde veio este Direito das Gentes? Responderei: é de Vattel. É ele quem nos diz que o uso dá o nome de guerra civil a toda guerra que se faz entre os membros de uma mesma Sociedade Política. Se estão de um lado os cidadãos e, de outro, o soberano com aqueles que lhe obedecem, basta que os descontentes tenham alguma razão de tomar as armas para que se chame a esta desordem guerra civil e não rebelião. O príncipe não deixa de chamar rebeldes todos os súditos que lhe resistem abertamente. Mas quando estes são assaz fortes para resistir-lhe, para obrigá-lo a fazer a guerra regularmente, é indispensável que ele a considere como guerra civil. A guerra civil rompe os laços da sociedade e do governo, ou pelo menos suspende a sua força e efeito. Ela dá nascimento, em uma nação, a dois partidos independentes que se olham como inimigos e que não reconhecem algum juiz comum”.

Ora, é evidente que estava sendo escrito um discurso em que se defendia que o Rio Grande do Sul era uma nação à parte do Brasil, o que, evidentemente, não podia deixar de assustar. Isso permite que se entenda a fala de Antônio Pereira Rebouças, outro baiano, que dizia na Câmara dos Deputados, em março de 1843: “É preciso acabar com a rebelião do Rio Grande do Sul, ainda que seja como for, porque ou se acaba com ela, ou ela acaba com o Brasil”. E perguntava: “Seria desonroso admitir a separação do Rio Grande do Sul para evitar o sacrifício do todo?”

Ainda em 1843, um personagem que os farrapos abominavam por sua atuação no Rio Grande do Sul como juiz, nas vésperas da guerra, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, mais conhecido como Barão de Quarai, na Câmara dos Deputados, representando a Paraíba, dizia: “Separado o Rio Grande do Sul, o Brasil se despedaçará”.

Naquele ano de 1843, havia sido apresentado o anteprojeto da República Rio-grandense. Não era uma Constituição original porque sofrera inúmeras influências, inclusive do próprio texto da Constituição Imperial, e também da Constituição dos Estados Unidos, no que concerne ao Senado. Entretanto, a maior influência foi a da Constituição uruguaia de 1830.

O anteprojeto de Constituição farroupilha não chegou a ser discutido no plenário da Assembléia Constituinte. Como o próprio professor Spencer Leitman já nos disse, aquela Assembléia foi extremamente tumultuada. Briga entre a maioria e a minoria, briga entre os “fontouristas” e os “gonçalvistas”. Mas, para mim, a importância desse projeto está exatamente no fato de que representou uma alternativa de construção do Estado Nacional Brasileiro.

1835: a ordem e o horizonte utópico

Miguel Frederico do Espírito Santo

Mestre em História, membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

“Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense (...)”.
General Neto, em 11 de setembro de 1836, diante das forças revolucionárias, no Campo de Menezes.

A ruptura institucional, subsequente à proclamação de Neto, à epígrafe, e à ata declaratória da independência, datada do dia seguinte, firmada no acampamento volante na costa do Rio Jaguarão, reafirmando os termos da proclamação e anunciando uma próxima Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa, foi corroborada pela Câmara Municipal de Jaguarão, dias após, a 20 de setembro, ao aderir à secessão.

A Câmara Municipal de Jaguarão, em sessão extraordinária de 20 de setembro de 1836, aprovou, por unanimidade, “a deliberação da maioria da Província a respeito a ficar desligada da família brasileira e instituindo um governo republicano”. Aprovou, também, que fosse dada publicidade ao ato por editais e oficiado a Bento Gonçalves,

“mostrando-lhe a deliberação que tomou este corpo municipal e pedindo-lhe queira dirigir interinamente o timão do governo deste Estado, como chefe e protetor da República e liberdade rio-grandense, devendo marcar o dia em que se deve proceder à eleição dos deputados, para a Assembléia Constituinte, na mão de quem deve depositar os poderes, que ora inteiramente se lhe confiam para este os transmitir a quem achar conveniente”¹.

¹ VARELLA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto: Chardron, 1915, v. 2, pp. 840 a 841.

O desastre do Fanfa², de 4 de outubro, estimulou fosse logo dado caráter definitivo à República, com a organização do seu governo, tendo a Vila de Piratini como centro das operações, devendo para lá rumarem não só os pró-homens da revolução como todo cidadão que quisesse participar dos atos programados. Em Piratini, todos os vereadores de sua Câmara eram republicanos e, na sessão preparatória do dia 5 de novembro de 1836, pelo presidente Vicente Lucas de Oliveira foi proposta:

“a independência e a república, com a cláusula de poder o novo estado ligar-se pelos laços da federação àquelas das Províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema de governo”³.

No dia 6, a Câmara de Piratini voltou a se reunir para presidir a eleição dos primeiros magistrados da nova República, anunciando expressamente aos presentes que:

“nesta sessão se havia de proceder à eleição do presidente e vice-presidente constitucional da República, cumprindo ao mesmo convocar, logo que o permitam as circunstâncias, uma Assembléia Geral Legislativa Constitucional da República Rio-grandense para formar a Constituição da República, em cujo seio depositará os poderes que se lhe delegam e governará, finalmente, este Estado pelas leis em vigor”⁴.

Embora João José de Oliveira Guimarães tivesse sido indicado pelo comandante do Exército Republicano, general João Manoel de Lima e Silva, o povo reunido elegeu Bento Gonçalves presidente da República Rio-grandense e vice-presidentes Antônio Paulo da Fontoura, José Mariano de Mattos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães. Face à ausência do presidente escolhido, então submetido à prisão do Império, foi eleito, para substituí-lo, enquanto durasse seu impedimento, José Gomes de Vasconcellos Jardim, que tomou posse imediatamente.

² A batalha do Fanfa durou de 2 a 4 de outubro. Os revolucionários tiveram 120 mortos, deixaram 15 canhões e 900 prisioneiros, entre os quais Bento Gonçalves, Onofre Pires e Zambecari.

³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1982, p. 186.

⁴ Ata da sessão de 6 de novembro de 1836 da Câmara de Piratini in VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto: Chardron, 1915, v. 2.

Piratini foi feita a capital do novo Estado.

Bento Gonçalves foi recolhido em 26 de agosto de 1837 ao Forte do Mar, na Bahia, de onde fugiu em 7 de outubro seguinte. Chegou a Piratini e assumiu a presidência da República Rio-grandense em 16 de dezembro de 1837.

A República deveria dar forma a si própria, cumprindo os desígnios de sua fundação, segundo as pautas do liberalismo e, mais precipuamente, de sua expressão jurídica, o constitucionalismo. Na impossibilidade da convocação da Assembléia Constituinte do Estado, o presidente Bento Gonçalves da Silva, através de decreto de 18 de setembro de 1838, convocou um Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios,

“ao qual o presidente da República possa consultar nas suas deliberações a fim de que estas apareçam com o cunho da retidão que tanto anela” e determinando que as Câmaras Municipais, imediatamente, “passem a nomear um Procurador Geral que, para os fins indicados e no Conselho referido represente o seu município”.

Foram nomeados procuradores-gerais em Piratini, Jaguarão, Rio Pardo, São Borja, Alegrete, Cachoeira, Cruz Alta, Caçapava, Triunfo e Setembrina. O Conselho só foi instalado em 21 de dezembro de 1839, em Caçapava, então precária capital do Estado. Realizou sessões nos dias 21, 22 e 23 de dezembro. Sua proposta mais significativa foi a da pronta instalação da Assembléia Geral Rio-grandense, constituinte e legislativa, com trinta e seis deputados. Opinou, também, favoravelmente, ao seqüestro dos bens dos portugueses e brasileiros dissidentes da causa republicana⁵.

Em atenção ao que havia proposto o Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios, Mariano de Mattos, no exercício da presidência da República, no impedimento de Bento Gonçalves, por decreto de 10 de fevereiro de 1840, estabeleceu que se procedesse à eleição dos deputados constituintes e, além desses, de vereadores e juizes de paz e marcou o dia 30 de abril daquele ano para a instalação da Assembléia, em Caçapava. Na mesma data foram baixadas as instruções “Para se proceder às eleições da Câmara de Deputados à Assembléia Constituinte e Legislativa do Estado Rio-grandense, dos membros das Câmaras Municipais e dos Juizes de Paz”.

⁵ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1983, 2. ed., pp 163 a 166.

As eleições só puderam ser realizadas em outubro de 1840. A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa da República, entretanto, só pôde se reunir em 1842, em Alegrete, graças ao empenho de Bento Gonçalves que, em Cacequi, a 13 de julho daquele ano, transferiu o comando do exército republicano para Souza Netto e lançou uma proclamação na qual prometia a imediata convocação da Assembléia Constituinte:⁶

“Rio-grandenses! A época da liberdade e da justiça vai ser marcada em nossa história. (...), o governo da República Rio-grandense vai quanto antes convocar o Congresso Nacional para estabelecer as leis fundamentais, por que tanto almejam os verdadeiros republicanos”.

“Para levar a efeito tão grandiosa obra, eu vou dirigir o leme do governo. (...) Viva a liberdade! Viva a futura Assembléia do Rio Grande!”

Convocada por decreto de 3 de agosto de 1842, realizou sessões preparatórias em 29 e 30 de novembro daquele ano, com a presença de vinte e dois deputados. Foi presidente das sessões preparatórias o deputado vigário apostólico Francisco das Chagas Martins d'Ávila e Souza, o candidato mais votado nas eleições para a Constituinte, e primeiro e segundo secretários os imediatos em votos, entre os presentes, deputados Silvano José Monteiro de Araújo e Paula e Francisco de Sá Brito⁷.

Para evitar um vácuo constitucional, a Constituição do Império foi adotada, provisoriamente, na República Rio-grandense.⁸

Em 24 de setembro de 1842, começou a circular, em Alegrete, “O Americano”, periódico oficial da República Rio-grandense, publicação bi-semanal, que foi veiculado até 1º de março de 1843. Domingos José de Almeida era seu redator principal. No editorial de seu número inaugural vem afirmada a orientação do jornal em explicitar “certos princípios de direito público, princípios que formam nosso credo político ou doutrina republicana que professamos de coração”.⁹

⁶ RUSSOMANO, Victor. *História Constitucional do Rio Grande do Sul*, 2. ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, pp. 106 a 107.

⁷ Ata da 1ª Sessão preparatória da Assembléia Nacional. O AMERICANO, nº 20, v. 1, 10 dez. 1842 in *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução 1835 - 1845*, 2 v. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos/Globo, 1930, p. 271.

⁸ O Americano, nº 2, v. 1, 28 set 1842, p. 1, in *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835 - 1845*, 2º vol, Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 1930, p. 197.

⁹ O Americano, nº 1, v. 1, 24 fev 1842, in *Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835 - 1845*, 2º vol, Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 1930, p. 193.

Assim, como preparação do povo para os embates da Assembléia Constituinte, “O Americano” suscitou a discussão sobre temas fundamentais do constitucionalismo, divulgando, precipuamente, o magistério de Benjamin Constant¹⁰. As publicações de 28 de setembro, de 1º, 5, 8 e 13 de outubro de 1842 versam sobre “A Soberania do Povo”; as publicações de 19 e 22 de outubro de 1842 versam sobre “o poder representativo e o modo de o exercer”; as publicações de 2, 5, 9, 12, 16 e 19 de novembro, sobre “o modo de formar-se a representação nacional”; a publicação de 23 de novembro traz algumas noções sobre a Constituição do Estado de Massachussets; as publicações de 26 de novembro, 10 e 14 de dezembro de 1842, apresentam o que é uma constituição, do que ela deve conter em geral e como se deve compor; as publicações de 17 e 21 de dezembro de 1842 discutem a necessidade de uma constituição política; as publicações de 21, 28 e de 31 de dezembro de 1842 e de 4 e 14 de janeiro de 1843 versam sobre os Direitos Individuais.

O discurso liberal dos rio-grandenses, no mesmo diapasão do liberalismo brasileiro, preconizava a necessidade de ordenação do poder nacional, com base no federalismo¹¹ e a emancipação do povo de uma ordem absolutista, que se traduzia como a afirmação do indivíduo perante o Estado e a definição dos direitos e garantias individuais.

A Assembléia Constituinte foi instalada no dia 1º de dezembro de 1842. A fala da abertura foi proferida por Bento Gonçalves:

*“Senhores representantes da nação rio-grandense:
(...), se aproxima o dia em que, banida a realza da terra de Santa Cruz nos havemos de reunir para estreitar os laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses.
(...), começam os vossos trabalhos e cessa desde já o poder discricionário, de que fui investido pelas atas da minha nomeação. Cumprindo, pois, as condições com que fui eleito, eu o deponho em vossas mãos.*

¹⁰ Benjamin Constant (1767-1830) foi o modelo da geração de pensadores políticos que organizou o estado brasileiro depois da independência. Braz Florentino anota que Constant *até certo tempo foi o publicista europeu mais vulgarizado em nosso país, parece ter sido duas vezes legislador no Brasil: na Constituição e no Código Criminal (...)* SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *Lições de Direito Criminal*. Recife: S/E, 1872, p. 205, n 1. Arinos acrescenta que Constant *foi, para a geração dos fundadores do Império, aquilo que mais tarde foi Comte para os fundadores da República. Por isso encontramos em todo o pensamento político dos fundadores do Império a marca de Benjamin Constant.* MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *As Idéias Políticas no Brasil in O Som do Outro Sino*, Rio de Janeiro: EdUB/Civilização Brasileira, p. 155.

A primeira necessidade do estado é uma constituição política baseada sobre os princípios proclamados no memorável dia 6 de novembro de 1836.

Bem penetrados da importância da nossa missão e das circunstâncias excepcionais em que nos achamos, a vós cumpre decretar os meios, recursos e elementos com que deve contar o governo para o bom desempenho das suas funções. Senhores representantes da nação rio-grandense! A felicidade e a sorte da República está hoje em vossas mãos. (...). Está aberta a sessão.¹²"

Iniciados os trabalhos, para a mesa da Assembléia, foram eleitos como presidente o padre Hildebrando de Freitas Pedroso e, para vice-presidente, Serafim dos Anjos França.

Na sessão do dia 2 de dezembro de 1842, foi constituída a comissão especial, de cinco membros, os deputados José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Francisco de Sá Brito, José Mariano de Matos, Serafim dos Anjos França e Domingos José de Almeida, para apresentar o projeto de Constituição. Na sessão de 17 de janeiro de 1843, realizou-se a cerimônia da fala da deputação constituinte, em resposta ao discurso da abertura do presidente da República, na qual a Assembléia aceitou a devolução dos poderes de que o presidente, ao ser eleito, fora investido. Bento Gonçalves, então, comprometeu-se a continuar concedendo os meios, recursos e faculdades indispensáveis ao bom desempenho do governo e a fazer os maiores esforços para organizar a constituição política do Estado.

Em 8 de fevereiro de 1843, a comissão especial apresentou à Assembléia o projeto de Constituição. Seu proêmio tinha a seguinte redação:

"Em nome da Santíssima Trindade, nós representantes do povo da república Rio-grandense, reunidos em Assem-

¹¹ Nesse sentido, Demétrio Ribeiro assinala que "Após a campanha da Cisplatina, o ânimo rio-grandense afez-se a reconhecer, resoluto, a peremptória desvantagem do regime centralizador com que fora inaugurada a Independência de 1822. Mil vezes corria, de rancho em rancho, a houvessem fundado na autonomia, racional e prática, dos elementos livremente componentes do Brasil, para assegurar-lhe a unidade do território inquebrável e necessária. É que desde então, a descentralização das províncias, ou a **federação** a constituir-se por todas elas, predominou na terra dos gaúchos e foi-lhe o supremo ideal político, mais e mais estimulada pela abdicação do primeiro Imperador, e logo adiante, pela promulgação do Ato Adicional, conquistas eméritas do liberalismo descentralizador" in RIBEIRO, Demétrio (Gaúcho Velho). O Republicanismo Gaúcho, *Revista do IHGRGS*, ano XXIII, n. 90, Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943 P. 195 a 203.

¹² RUSSOMANO, Victor. Op. cit., pp. 113 a 115.

bléia Geral, devidamente autorizados por nossos constituintes para fixar as regras fundamentais do estado, e estatuir uma forma de governo adequado a seus costumes, situação e circunstâncias, que proteja com toda a eficácia a vida, a honra, a liberdade, a segurança individual, a propriedade e a igualdade, bases essenciais dos direitos dos homens, desejando satisfazer a vontade de nossos concidadãos, firmar a justiça, promover a felicidade pública e assegurar o gozo de todos estes bens para nós e nossa posteridade, estabelecemos, decretamos e sancionamos a Constituição do teor seguinte (...)."

Dez títulos lhe configuravam. O primeiro versava sobre *a forma de governo, território e religião*; o segundo, sobre *a cidadania rio-grandense*; o terceiro, sobre *a soberania, poderes e representação nacionais*; o quarto, sobre *o Poder Legislativo*; o quinto, sobre *o Poder Executivo*; o sexto, sobre *o Poder Judiciário*; o sétimo, sobre *o governo e a administração interior dos municípios*; o oitavo, sobre *as disposições gerais e as garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos rio-grandenses*; o nono, sobre *a observância das leis antigas* e o décimo, sobre *a publicação, juramento, interpretação, reforma e observância da Constituição*.

Dois dias depois de apresentado o Projeto de Constituição, a Assembléia dissolveu-se pela pressão do exército legalista, já às portas de Alegrete, e das dissensões internas. Os deputados ao Congresso Constituinte formaram duas correntes mediadas por um abismo. Uns queriam que Bento Gonçalves mantivesse os poderes discricionários; outros queriam a limitação desses poderes. A minoria não dava quorum. A confusão estava instalada. O 1º vice-presidente da República, líder da minoria e contestador de Bento Gonçalves, foi assassinado. O assassinato foi atribuído a Gonçalves, que foi desafiado por Onofre Pires a duelar. No duelo Pires pereceu. Do esfrangalhamento da Assembléia Constituinte e do desmoronamento da República permaneceu o Projeto da Constituição.

O preâmbulo que introduz o projeto, com a invocação da Santíssima Trindade e o artigo 5º do Título I, que define a religião Católica Apostólica Romana como a do estado, permitindo às demais o culto doméstico ou particular, em casas sem forma exterior de templo, anula os propósitos da separação da Igreja do estado, reivindicação liberal de natureza estruturante. O Estado de cariz liberal não é confessional, é neutro, agnóstico, na dicção de

Sampay¹³, e deve reconhecer a equivalência ideal de todas as cosmovisões religiosas. A separação da Igreja do Estado é o corolário da liberdade de consciência, liberdade esta que é o primeiro pressuposto para a conversão do homem de servo do absolutismo estatal em indivíduo espiritual¹⁴. A opção pelo Estado confessional católico, quando o Rio Grande do Sul já tinha uma avultada percentagem de acatólicos significa, no mínimo, uma limitação do projeto. Não se pode esquecer, no entanto, a forte influência do clero que, embora liberal, não se afastava do dogma católico.

Sobre o princípio federativo, que era o grande objetivo liberal rio-grandense¹⁵, no âmbito da ordenação do poder nacional, não só não houve nenhuma definição, como o documento ofereceu uma estrutura de poder de cunho centralizador. A descentralização não se coadunava com a guerra e a guerra adiava o federalismo.

A afirmação do indivíduo frente ao Estado e o reconhecimento das garantias de seus direitos civis e políticos filia, sem sombra de dúvidas, o projeto ao movimento constitucionalista. Um dos vieses do constitucionalismo era a desconstrução do antigo regime e a proposta de Constituição, no artigo 208, ao proibir a fundação de morgados e de bens vinculados e a concessão de títulos de nobreza, honras ou distinções hereditárias e, no artigo 214, ao proibir as corporações de ofícios, seus juizes, escrivães e mestres tem, claramente, esse endereço. O projeto de Constituição assegurando o acesso à propriedade em igualdade de condições, por exemplo, proibindo os morgadios¹⁶ e as corporações de ofício, é de sua época. Não discrepa do espírito que presidiu a fatura do Código Napoleônico, que, em 1809, ao instituir a partilha forçada estabeleceu a igualdade dos quinhões hereditários, alterou a estrutura familiar e extinguiu a propriedade absoluta, limitando o velho amplo poder de disponibilidade do pai sobre os bens submetidos a seu domínio.

O Projeto não se converteu em Lei, mas nele se contêm as raízes do nosso direito constitucional republicano e consubstancia o maior esforço que o movimento constitucionalista, de cariz liberal e democrático, logrou em

¹³ SAMPAY, Arturo Enrique. *La Filosofía del Iluminismo y La Constitución Argentina de 1853*, Buenos Aires: Depalma, 1944, p. 10.

¹⁴ Sobre o tema, entre outros: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Introdução à Filosofia Liberal*. São Paulo: EdUSP/Grijalbo, 1971.

¹⁵ PICCOLO, Helga. Considerações em torno do Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, Separata do n. LII da *Revista de História*. São Paulo: Revista de História, 1974, p. 198.

¹⁶ Morgado tanto designa o filho primogênito titular do morgadio quanto os bens que o integram.

nosso país, na primeira metade do século XIX, prenunciando as conquistas republicanas das vésperas do século XX.

Para se entender o movimento constitucionalista dos farroupilhas rio-grandenses deve-se ter presente que, quando o Brasil se fez Reino, em 1815, no mundo ocidental cristão, duas tendências opostas disputavam o espaço de Napoleão. Uma, afirmadora da liberdade burguesa, do constitucionalismo, da independência nacional, pelo prosseguimento do que a Revolução Francesa havia começado e que, na metade do caminho, foi desviado pelo então prisioneiro de Santa Helena. A outra, tentando restabelecer o *status quo* anterior à Revolução, o Antigo Regime¹⁷, com a política de gabinete, o regime patriarcal, o despotismo ilustrado¹⁸.

Para opor-se à corrente liberal revolucionária, Metternich, no Congresso de Viena, nesse mesmo ano de 1815, formulou um novo sistema de equilíbrio europeu de poder, no qual a Áustria e a Prússia constituíam um centro forte e a Rússia e a França dois extremos igualmente fortes. Surgiu a Santa Aliança, cognominando a liga das monarquias absolutas, para defender o princípio da legitimidade dos reis contra as aspirações liberais e constitucionalistas, propugnando pelo retorno ao Antigo Regime. Reafirma o direito divino dos monarcas, atribuindo a Deus o princípio da autoridade real e se comprometendo com a manutenção da fé católica. No Brasil, uma ramificação declarada da Santa Aliança foi o "Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz", de vida efêmera, vigindo de 2 de junho de 1822 a 15 de maio de 1823.

O despotismo ilustrado português continha as contradições que iriam prostrá-lo e que vinham do início do século XVIII, quando D. João V abriu as portas para o Iluminismo, e os oratorianos¹⁹ substituíram os jesuítas no Colé-

¹⁷ ANTIGO REGIME é o nome dado, na historiografia da Revolução Francesa, ao regime político vigente na França, até aquele momento: uma monarquia absoluta, na qual o soberano concentrava em suas mãos, de forma irrestrita, todos os poderes da soberania do Estado; daí passou a designar as monarquias absolutas da Europa Ocidental, cuja sociedade se dividia em três estados, o clero, a nobreza e a burguesia.

¹⁸ LÜCKWALDT, Friedrich. La Época de la Restauración, in STERN, Alfredo et alii. La Revolución Francesa, Napoleón y la Restauración (1790-1848), in GOETZ, Walter. *História Universal*, t. VII, 6 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1962, p. 410.

¹⁹ A Congregação do Oratório foi fundada em Roma, por São Felipe Nery em 1564 e estabeleceu-se em Portugal no século XVII. Os oratorianos, modificando o currículo tradicional, enfatizavam as matemáticas e as ciências na preparação de seus alunos para o mundo dos negócios, in GAY, Peter. *The Enlightenment - The science of freedom*, v. 2, N.Y. - London: W. W. Norton, 1977, p. 507 - 508. "(...) singularizou-se, entre nós, no século XVIII pela sua afeição à Filosofia Natural conforme era tratada pelos Modernos": CARVALHO, Rômulo de. *A Física experimental em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: ICLP, 1982. Esteve presente no Brasil de meados do século XVII até 1830, quando foi oficialmente extinta.

gio das Artes e na Universidade de Coimbra, com o propósito de afastar o pesado legado medieval. O consulado pombalino, sob as luzes josefinas, reforçou a cunha modernizadora cravada no Antigo Regime e facilitou a formação de uma geração de inspiração iluminista e de orientação liberal²⁰.

Uma das expressões dessa geração, o grupo da Casa Literária do Arco do Cego, criada sob o influxo da ação renovadora do pombalismo, patrocinada por Rodrigo de Souza Coutinho e coordenado pelo Padre José Mariano da Conceição Veloso, reunia, entre outros, Hipólito José da Costa, Martim Francisco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e José Feliciano Fernandes Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo²¹.

No Brasil, em Olinda, o Seminário de D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, fundado em 1798, foi um grande centro de reflexão, formação de quadros e difusão de idéias liberais²².

D. José Joaquim compôs parte do quadro docente do Seminário com oratorianos²³. O ensino da Congregação do Oratório de Recife, que atuava como filial da Casa de Lisboa, era de excelência²⁴. A Congregação estava presente no Brasil, mais particularmente em Pernambuco, desde meados do século XVII e sua adesão às idéias liberais era notória, tanto que, em 1710, quando foi deflagrada a "Guerra dos Mascates", conflito armado entre os nobres da terra de Olinda e os comerciantes burgueses de Recife, os oratorianos não só se alinharam com os recifenses, como o Pe. João da Costa, do Oratório, foi um dos líderes dos mascates e chamado de "Congregado-Mor dos levantados"²⁵. A Congregação do Oratório amanhou a seara e o Seminário de Azeredo Coutinho cultivou os frutos do pensamento liberal.

²⁰ Como luzes josefinas nos referimos ao período entre 1750 e 1777, em que reinou D. José, sucessor de D. João V, no qual o absolutismo ilustrado atingiu seu ponto culminante em Portugal e esse país foi preparado para a revolução liberal do século XIX (a Revolução Constitucionalista do Porto).

²¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p.83 a 88. A autora apresenta a Casa Literária do Arco do Cego como um centro de arregimentação do saber, onde se reuniam estudantes de Coimbra, chegados do Brasil e que servia, também, com "centro de ocupação providencial àqueles estudantes que precisavam aumentar seus recursos pecuniários".

²² Idem, ibidem, p. 88 a 95. A autora trata o Seminário de Olinda como um centro de instrução e divulgação do saber alinhado com o reformismo ilustrado. Sobre o Seminário de Olinda, consultar ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda*. Campo Grande: UFMS, 2001.

²³ LIMA, Ebion. *A Congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.134.

²⁴ Idem, ibidem, p. 135, 136: "por provisão de 15 de março de 1755 consentiu o rei que os alunos da Madre de Deus (do Oratório) pudessem entrar na Universidade de Coimbra sem prestarem exames de admissão" e "A Rainha Dona Maria I, em 1787, por provisão, integrou a Cadeira de Filosofia mantida pela Congregação do Oratório, em Recife, no sistema oficial de ensino, cujo professor passou a ser remunerado pelos cofres públicos".

²⁵ LIMA, Ebion. *A Congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 123.

A Europa da Santa Aliança ou de Metternich, o chanceler que personificou a reação das dinastias contra o espírito da revolução, foi a Europa de 1815 a 1848. Esse período entrou na história como a “Época da Restauração”.

Para o movimento constitucionalista, ao qual a Santa Aliança se opunha, a constituição escrita era “a expressão de um sistema que tinha no individualismo e no liberalismo as bases naturais da estrutura governativa das sociedades humanas”.²⁶ O constitucionalismo se sedimentou, basicamente, sob o magistério de John Locke e o pensamento de Montesquieu e Rousseau. A Constituição Norte-americana de 1787 foi o “modelo que correspondeu ao anseio geral de fazer constar de um certo número de normas solenes e imutáveis, compendiadas em documento especial, as bases do governo do Estado”.²⁷

Não se deve entender por Estado constitucional ou liberal aquele cujo ordenamento jurídico-político parte de um documento básico, de uma Constituição escrita, erigida como pedra angular do sistema jurídico, mas aquele em que se encontra reconhecida e garantida uma esfera de liberdade ao indivíduo frente ao poder público. Tal liberdade é o traço decisivo que caracteriza o Estado liberal-burguês, qualquer que seja a estrutura política de seu governo. Responde a uma valoração do indivíduo, que só no Estado liberal-burguês alcança uma plasmação político-institucional. Essa valoração do indivíduo, que adquire plasmação política no Estado liberal, tem sua origem no Renascimento²⁸.

Na sociedade que se delineia nos anos terminais do Antigo Regime, os direitos individuais, quando presentes na subjetividade de seus portadores, ainda não tinham meios de se fazer valer e adquirir consistência objetiva e atuante frente ao poder absoluto do monarca. O movimento constitucionalista visava construir os meios formais de proteção do indivíduo contra o Estado opressor, encarnado no rei absolutista, dando validade e eficácia aos direitos individuais.

A doutrinação liberal em Pernambuco, com o Seminário de Olinda, com o Aeropago de Goiana, de Câmara Arruda, “onde o livro de Reynal sobre a revolução americana era de leitura de todos; a Declaração dos Direitos do Homem”, e “o almanaque do Père Gerard, traduzidos para o português, eram

²⁶ MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, 1994, p. 7.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 9.

²⁸ AYALA, Francisco. *El Problema del Liberalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

especialmente difundidos"²⁹ logo daria seus frutos. Foi o 6 de março de 1817. A insurreição Pernambucana de 1817 era constitucionalista. Buscava a desconstrução do Antigo Regime. Sustentava o primado do indivíduo e afirmava o princípio da soberania popular, "que reside no Povo inteiro, e cada cidadão tem direito igual de concorrer para o seu exercício", conforme a Declaração dos Direitos Naturais, Cíveis e Políticos do Homem. Pretendia inaugurar um regime de igualdade e de respeito ao direito de propriedade individual e propugnava pela independência e pela república. De março a maio de 1817, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte formaram uma república liberal. A convocação de uma Constituinte para o mês de abril foi uma das primeiras decisões administrativas tomadas pelos dirigentes da nova República. A junta de governo da Revolução era chefiada pelo padre João Ribeiro Pessoa de Mello e nela se destacavam os padres José Martiniano de Alencar e José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o *Padre Roma*. Amaro Quintas observa que uma das vertentes da Revolução de 1817 foi o Seminário de Olinda, que tinha no Padre João Ribeiro seu maior representante: "A potencialidade revolucionária a Danton de Domingos João Martins e o intelectualismo daquela geração educada no enciclopedismo e nos princípios do Contrato Social iam, com o apoio da oficialidade profundamente nativista, provocar o 6 de Março"³⁰. No Conselho figurava o Ouvidor de Pernambuco, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, em cuja casa, em Olinda, funcionava um dos clubes políticos, a Universidade Democrática. Mesmo que de passagem, quando se trata da Revolução de 1817, não pode deixar de ser mencionado o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, egresso das aulas da Madre de Deus, dos oratorianos, que foi capitão de guerrilhas da Revolução e depois representante de Pernambuco nas Cortes constituintes; deixou uma "História da Revolução de Pernambuco de 1817" e na apreciação de Motta "constituiu-se em ponto de referência fundamental para que se possa compreender não apenas as vicissitudes e as peculiaridades do liberalismo brasileiro mas também o nacionalismo emergente às vésperas da Independência"³¹.

Não foi o exemplo de 1817, entretanto, o mais próximo desencadeador do processo de constitucionalização no Brasil. O marco desse processo foi a Revolução Constitucionalista do Porto. A Inconfidência Mineira, a Revolução

²⁹ BONFIM, Manoel. O Brasil, nova edição, Brasileira v. 47. São Paulo: CEN, 1940, p. 102.

³⁰ QUINTAS, Amaro. *A Revolução de 1817*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 102.

³¹ MOTTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 244; o autor trata especificamente sobre "Muniz Tavares e a visão liberal da revolução" da p. 245 a 281.

de 1817, a pregação dos oratorianos, a atuação das lojas maçônicas, o magistério do Seminário de Olinda, entre outros momentos da construção do processo liberal-burguês, desde a Guerra dos Mascates em 1710, foram relevantes para a preparação de um ambiente propício ao êxito do esforço de constitucionalização.

A situação portuguesa, em 1820, era de crise em todos os planos da vida nacional:

- a) crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos do governo, transferidos para o Brasil;
- b) crise ideológica, nascida da progressiva difusão de idéias que consideravam a monarquia absoluta um regime opressivo e obsoleto;
- c) crise econômica, resultante da emancipação econômica do Brasil;
- d) crise militar, originada pela presença dos oficiais ingleses nos altos postos do exército e pela emulação dos oficiais portugueses que se viam preteridos nas promoções.

A situação econômica era de depressão geral: o vinho estava em decadência pela abertura dos portos do Brasil aos vinhos de todas as nações; a indústria paralisou-se com a livre entrada em Portugal e no Brasil da mão-de-obra inglesa, com cujos preços não pôde competir; o comércio decaiu extraordinariamente, não só pela abertura dos portos do Brasil, que privou Portugal do exclusivo mercantil, mas pela concorrência de todas as nações marítimas; para o Brasil vinha, todos os anos, uma porção considerável das rendas de Portugal.

À situação interna de Portugal somava-se a situação política da Espanha. Durante o período das lutas napoleônicas, os resistentes liberais espanhóis aprovaram uma Constituição³² que estava em vigor quando, após a queda de Napoleão, o rei Fernando VII pôde regressar à Espanha. A Constituição foi suspensa e Fernando VII governou como rei absoluto. Em 1820, um pronunciamento militar em Cádiz, secundado por muitas províncias, obrigou o rei a voltar ao regime constitucional.

Foi nessa conjuntura que eclodiu a Revolução portuguesa de 1820³³. A iniciativa partiu de um pequeno grupo de liberais que fundaram, em 1818, o *Sinédrion*, agrupamento político cujo objetivo era discutir a evolução do pro-

³¹ Constituição de Cádiz, de 1812.

³² Segundo Euclides da Cunha "Na revolta portuguesa o que aparece no primeiro plano é a corrente generalizada do constitucionalismo, que ia assoberbando a Europa depois da Restauração. Mas os seus reagentes eram outros. Resumiam-se na circunstância de haver-se deslocado o trono para o Brasil, instituindo, aqui, a autonomia econômica" in CUNHA, Euclides. Da Independência à República in *A Margem da História*. São Paulo: Lello Brasileiro, 1967, p. 182.

cesso político em Portugal e Espanha. A figura mais notável do grupo era Fernandes Tomás que, na primeira reunião do *Sinédrio*, em seu discurso, condensou as causas diretas da revolução: ausência do rei; economia depauperada; intromissão inglesa e exemplo espanhol.

O *Sinédrio* obteve a adesão de muitos militares das guarnições do Norte. Em 24 de agosto de 1820, aproveitando-se da ausência do regente Marechal Beresford³⁴, um regimento de artilharia saiu de seu quartel, ouviu missa campal debaixo de formatura e, com uma salva de vinte e um tiros, anunciou que estava feita a revolução. Um dos coronéis leu uma proclamação que dizia:

“Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisional que chame as cortes a fazerem uma constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males”.

Em 15 de setembro, as tropas de Lisboa revoltaram-se, aderindo ao movimento. A revolução não encontrou qualquer resistência e despertou um enorme entusiasmo. “Depôs a regência, criou um governo provisório, proclamou a constituição espanhola de Cádiz e convocou um congresso para estabelecer a constituição do reino”.³⁵ Acreditava-se que se entrava em uma nova era na história e via-se na futura constituição a solução miraculosa de todos os problemas portugueses.

As primeiras notícias da revolução, enviadas pela regência a D. João VI, chegaram em 17 de outubro de 1820³⁶, anunciando-lhe haver convocado as antigas cortes e anistiado os militares. As notícias de que a tropa jurara fidelidade ao rei, às cortes e à futura constituição chegaram em 12 de novembro de 1820³⁷.

A revolução foi recebida com entusiasmo no Brasil. Brasileiros e portugueses estavam unidos em apoio à revolução liberal. eclodiram revoltas liberais no Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro. O primeiro território brasileiro a aderir à revolução constitucionalista foi o Pará, jurando, em 1º de janeiro de 1821, a constituição que as Cortes decretassem. No Rio de Janeiro, a revolta partiu da guarnição militar portuguesa. O Príncipe D. Pedro serviu de medi-

³⁴ O regente Beresford estava no Rio de Janeiro, onde fora pedir a D. João VI maiores poderes pessoais para conter os conspiradores.

³⁵ LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 164, 165.

³⁶ Pelo bergantim Providência.

³⁷ Pelo brigade de guerra Infante D. Sebastião.

ador entre o rei e as tropas revoltadas. O rei, no dia 24 de fevereiro de 1821, jurou que aceitaria a constituição que as Cortes de Lisboa viessem a decretar, qualquer que ela fosse.

Através do decreto de 26 de fevereiro de 1821, D. João VI determinou que, em todo o país, fosse prestado juramento às bases da constituição que fosse decretada pelas Cortes de Lisboa. Em princípios de abril, esses fatos e o decreto já eram conhecidos no Rio Grande do Sul, e como as autoridades não lhe davam cumprimento, a guarnição da Vila do Rio Grande sublevou-se, depondo o sargento-mor Mateus da Cunha Telles.

Em Porto Alegre, ausente o Capitão-Mor Conde da Figueira, o governo era exercido por um triunvirato composto pelo Tenente-General Manuel Marques de Souza, ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e pelo vereador Antônio José Rodrigues Pereira. O estalo deu-se no dia 26 de abril de 1821. Alcides Lima conta o que se passou³⁸:

“A tropa e o povo amotinam-se e exigem, em altos brados, o juramento imediato da constituição. Pelas duas horas da madrugada, estavam na praça, em frente à residência do governo, o batalhão de infantaria e artilharia armado e municiado de pólvora e balas, conduzindo duas bocas de fogo. Ao som do rebate reuniram-se-lhe, imediatamente, todos os corpos existentes em Porto Alegre e fizeram comparecer à sua presença o ouvidor da Comarca, o juiz de fora, o cônego vigário-geral e o desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança. E, depois, obrigando-os a irem trazer o governo interino, a câmara e o clero fizeram jurar a constituição no meio da praça, ao raiar da aurora, que foi salva-da com vinte e um tiros. Inaugurava-se, assim, por um ato de energia popular, o desmoronamento do antigo regime”.

Segundo o testemunho de Saint-Hilaire, o pronunciamento não foi obra do povo e sim das tropas estimuladas pelos comerciantes, quase todos europeus. Já para Homem de Mello, o principal motor do tumulto de 26 de abril foi o padre José Rodrigues Malheiros Trancoso Soutomaior que, por isso, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro a 21 de maio seguinte.

³⁸ LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 167.

O pensamento liberal foi introduzido no Rio Grande do Sul pelo clero, pelos militares e pelos comerciantes.

As Cortes de Lisboa promulgaram, em 18 de abril de 1821, um decreto que dispôs sobre a instalação de juntas governativas nas capitânicas brasileiras. Esse decreto não foi logo observado no Rio Grande do Sul, embora tivesse havido tentativa de fazê-lo cumprir³⁹.

Em 20 de agosto de 1821, João Carlos de Saldanha⁴⁰, tomou posse como capitão-general do Rio Grande do Sul. Saldanha, de acordo com Saint-Hilaire, denunciou a existência de liberais exaltados entre os oficiais portugueses da guarnição rio-grandense: "Parece, desgraçadamente, que as idéias ultra-liberais têm assaz penetrado entre eles". Mais adiante, consigna: "Foi-me fácil perceber quanto as idéias revolucionárias se tinham infiltrado no seio das tropas européias".⁴¹ Saint-Hilaire, entretanto, admite que o próprio Saldanha não estava longe de partilhar essas idéias.

Antero José Ferreira de Brito e Antônio Manuel Corrêa da Câmara, oficiais do exército e liberais exaltados, em 16 de outubro reagiram contra a posse de Saldanha, por entenderem que ela contrariava o decreto de 18 de abril e "dirigiram-se aos notáveis de Porto Alegre e aos comandantes da tropa, com o anúncio de que o senado da câmara, autoridade eclesiástica, todos os corpos de linha e milicianos e uns trezentos homens do povo, armados, estavam prontos para, na madrugada seguinte, proclamarem um novo governo na praça pública".⁴²

Já em 1821, no Rio Grande do Sul, os liberais dividiam-se em moderados e exaltados. Varella⁴³ afirma que os constitucionais exaltados sempre desconfiados e prevenidos contra o governo do general, chegaram a estar determinados à criação da junta. Afinal, prevaleceu a opinião dos moderados que, fundados na reputação de Saldanha, apoiaram seu governo.

A orientação exaltada era corrente entre os militares rio-grandenses, que a difundiam com base no prestígio que obtiveram nos cinco anos da guerra contra Artigas, então recém finda e da qual retornaram cobertos de glória e aclamados pelo povo. Manuel Marques de Souza, José de Abreu (já

³⁹ No Rio Grande do Sul, a junta governativa só foi instituída em 22 de fevereiro de 1822.

⁴⁰ João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, depois Duque de Saldanha, era, pela via materna, neto do Marquês do Pombal. Era filho do 1º Conde do Rio Maior.

⁴¹ VARELLA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*, v. 1. Porto: Chardron, 1915, p. 136.

⁴² VARELLA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*, v.1. Porto: Chardron, p. 135.

⁴³ Idem, *ibidem*. A afirmação é feita com apoio em carta de Antonio Bernardes Machado, de 10 de setembro de 1821.

cognominado de o Anjo da Vitória), Chagas Santos, Felix de Mattos, Antero de Brito, Corrêa da Câmara, Bento Gonçalves, Bento Manoel e outros militares eram conhecidos e apontados como modelos de virtude e patriotismo. A propósito, Lima destaca que:

“A classe militar era a mais respeitada, a mais conceituada mesmo. Fortes com a estima da província e orgulhosos de seus feitos de armas e de sua fama, começaram os militares mais prestigiosos a comunicar entre si idéias exaltadas e foram formando núcleos dirigidos a um novo regime político. Por essa ocasião chega à Província a notícia da rebelião do Porto. Em breve ela percorre todas as classes e na confusão que naturalmente envolveu a todos, os militares põem-se à frente do povo dirigindo o movimento”.⁴⁴

A pregação liberal no Rio Grande do Sul foi reforçada pelo padre José Antônio Caldas⁴⁵. Em 1826, o padre Caldas era Cura de Cerro Largo, tendo antes sido Presidente da Junta Econômica e Administrativa de Mello. Na fronteira com o Brasil encontrou Bento Gonçalves, Alencastro e um grupo de jovens oficiais em cujo espírito semeou idéias de liberalismo e democracia. Porto põe em relevo que “do 4º Regimento de Cavalaria, sediado em Cerrito, só se opõe às idéias de Caldas o capitão José Rodrigues Barbosa. Os outros todos, inclusive o Marechal Sebastião Barreto se deixam influenciar”⁴⁶. Diversos membros do clero rio-grandense orientavam-se pela opção liberal.

Com destacada atuação política, tiveram relevo os Padres Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, conhecido como Padre Chagas e Juliano de Faria Lobato. Ambos integraram uma sociedade, Chagas como presidente e Lobato como secretário, mantenedora de um gabinete de leitura que publicava o jornal “O Compilador”, em Porto Alegre, veiculador de idéias liberais,

⁴⁴ LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 166.

⁴⁵ Caldas nasceu em Alagoas, em 1783. Oriundo do Seminário de Olinda, desde cedo destacou-se na pregação das idéias liberais. Foi eleito, por sua Província, deputado à Constituinte de 1822. Após a dissolução da Constituinte consagrou-se à intensa ação subversiva, tendo sido preso. Recolhido inicialmente na fortaleza da ilha das Cobras, foi transferido, depois, para as prisões de São João, Lage e finalmente Santa Cruz, de onde se evadiu para o Prata em janeiro de 1825. No Prata, foi mentor de Lavalleja. Integrou o exército de Alvear e, como capelão do exército das Províncias Unidas, participou da batalha de Ituzaingó.

⁴⁶ PORTO, Aurélio. O Processo dos Farrapos, in *Publicações do Arquivo Nacional XXXI*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1935, p. 521 a 528.

que circulou entre outubro de 1831 e novembro de 1932⁴⁷. Importante, também, foi a ação dos padres Antônio Vieira da Soledade, João de Santa Bárbara, Hildebrando de Freitas Pedroso e Antonio Pereira Ribeiro⁴⁸.

O Rio Grande do Sul, no período, na ótica de Carlos Dante de Moraes⁴⁹, vivia um momento de grande abundância e prosperidade:

- a) a criação de gado, a indústria da carne e a exportação de produtos bovinos incrementavam-se consideravelmente;
- b) as guerras contra Artigas propiciaram a pilhagem de enormes rebanhos nas estâncias orientais;
- c) a Província tinha cento e vinte mil habitantes e o rebanho bovino era de cinco milhões de cabeças e o cavalar de um milhão;
- d) em consequência das lutas platinas, que criaram embaraços ao intercâmbio de Buenos Aires e Montevidéu, o centro do tráfego mundial de carne seca deslocou-se para o porto do Rio Grande.

A acumulação de capital propiciou que negociantes pudessem dispensar os serviços do governo, contratassem a dragagem, por conta própria, do canal do Rio Grande e fizessem obras públicas. Nesse período foi lançada ao São Gonçalo a primeira barca a vapor, significativamente batizada de Liberal, iniciando a navegação a vapor entre Rio Grande e Pelotas. A barca foi fabricada nos estaleiros do arroio Santa Bárbara e a máquina a vapor foi importada dos Estados Unidos pelos comerciantes Domingos José de Almeida, Antônio José Gonçalves Chaves, José Vieira Vianna e Bernardino José Marques Canarim⁵⁰.

Ante esse surto de prosperidade, a Corte respondia com os métodos obsoletos e estreitos da máquina oficial. Entre o espaço que se desenvolvia e a estrutura estatal emergiam graves dessintonias. Anunciava-se uma ruptura e a humilhação e o fracasso de Ituzaingó e a *journalées des dupes* de 7 de abril de 1831, foram seus epicentros mais flagrantes.

O movimento constitucionalista dos farrapos não discrepava de sua matriz brasileira e, mesmo, se apresentava como regenerador das revoluções da independência e da abdicação. Nesse sentido Apolinário Porto Alegre lem-

⁴⁷ BARRETO, Abeilard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 37.

⁴⁸ O padre Antonio Pereira Ribeiro era tio de Marciano Ribeiro, que foi médico pela Universidade de Edimburgo (Escócia) e presidente da Província do Rio Grande do Sul.

⁴⁹ MORAES, Carlos Dante. O Povo Rio-Grandense nas Vésperas de 35, in *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense*, Porto Alegre: Globo, 1959, p. 91 a 124.

⁵⁰ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e Fatos da Revolução Farrroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990, p.

bra que “o Rio Grande salvou em 93 a revolução de 15 de novembro, como em 35 salvara a de 7 de abril”.⁵¹ Bento Gonçalves, em seu manifesto de 25 de setembro de 1835, afirmou como um dos objetivos maiores da Revolução de 20 de setembro “sustentar em sua pureza os princípios políticos que conduziram a Nação ao sempre memorável Sete de Abril, considerado o da regeneração e total independência do Brasil”.⁵²

Tentaram!

⁵¹ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 31. 7 de abril de 1831 é a data da abdicação de D. Pedro I.

⁵² OSÓRIO, Fernando Luiz. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935, p. 15.

A relação entre Revolução Farroupilha e maçonaria

Eliane Lucia Colussi

Professora do Curso de História da Universidade de Passo Fundo

A Revolução Farroupilha é considerada um dos episódios mais importantes e simbólicos da história política e cultural do Rio Grande do Sul. Entre os aspectos que freqüentemente justificam a sua grandeza está a vinculação com a construção da identidade regional. Os diversos episódios em torno da revolução sustentam as teses, com algumas variações, das diferenças de “ser gaúcho”. Porém, a temática “farroupilha” somente passou a ser foco de estudos mais aprofundados e sistemáticos nas primeiras décadas do século XX. As comemorações do “Centenário da Revolução”, em 1935, inauguraram a entrada da Guerra dos Farrapos no discurso historiográfico e na própria história do Rio Grande do Sul¹.

Os aspectos mais relevantes na descrição e na interpretação da revolução residem na centralidade do descontentamento de setores da elite socioeconômica sul-riograndense com a política centralista imperial. Nesse sentido, pretendo propor algumas reflexões que possam contribuir para o debate sobre o papel da revolução na história do Brasil meridional. A abordagem principal focaliza os farrapos e a provável influência da maçonaria no decorrer da guerra. Antecipo meu posicionamento a propósito da questão: tal influência não foi fundamental e nem decisiva. Contudo, frente à complexidade da realidade social do Rio Grande do Sul no contexto, a maçonaria esteve presente e, em alguma medida, contribuiu para os resultados daquele movimento político histórico.

Considero relevante que não se perca de vista, ao analisar o quadro histórico do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX, as suas peculiaridades em comparação ao resto do Brasil. Na conjuntura em que eclodiram os movimentos de contestação ao colonialismo, a Província de São Pedro cumpriu, na minha opinião, um papel coadjuvante. Tal situação não

¹ A valorização da temática sobre a Revolução Farroupilha deve muito aos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que, no caso das comemorações do Centenário Farroupilha, organizaram um importante congresso de estudos e, posteriormente, publicaram na forma de anais o debate ali ocorrido. Ver: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre, 1936.

poderia ser diferente, pois a tardia incorporação ao território brasileiro e sua localização de fronteira projetou, em muitos aspectos, uma condição periférica. Os protagonistas do movimento emancipacionista, com forte influência das idéias iluministas e liberais das correntes francesas, residiam ou atuavam próximos aos centros econômicos e políticos de maior envergadura. O processo que culminou com a independência do Brasil teve, evidentemente, a adesão, mesmo que tardia, também da elite política e intelectual sul-riograndense. O movimento maçônico, que crescera juntamente com a difusão dessas idéias, chegou ao Rio Grande do Sul três décadas depois que nas regiões centrais do Brasil.²

A maçonaria, a Revolução Farroupilha e as narrativas historiográficas

A historiografia sul-riograndense dedicou pouco espaço ao estudo sobre a presença da ordem maçônica na história do Rio Grande do Sul. Sobre as narrativas historiográficas vinculadas ao tema, recorri a um trabalho já realizado anteriormente e específico sobre a maçonaria no Rio Grande do Sul. No referido trabalho, utiliza-se uma classificação das narrativas historiográficas a partir da análise de dois grupos de autores: a historiografia não-acadêmica e a historiografia acadêmica.³

Neste texto, darei ênfase apenas às questões envolvendo a maçonaria e a Revolução Farroupilha. A maçonaria freqüentemente é mencionada por historiadores não-acadêmicos, que quase sempre abordam a temática valorizando, de forma exagerada, a participação maçônica nos acontecimentos relativos à Revolução Farroupilha. É comum que se explique o espírito associativo, as academias e sociedades literárias como tendo sido o berço da maçonaria no Rio Grande do Sul.⁴

Na década de 1830, a elite intelectual gaúcha aderiu mais intensamente e quantitativamente ao pensamento iluminista e liberal, especialmente de origem francesa. Mesmo que alguns autores acreditem haver indícios da existência de atividades maçônicas na província antes da década de 1830, não há, até o momento, comprovação documental dessas atividades. Com

² O presente artigo é inspirado em outro trabalho de minha autoria: COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

³ Idem.

⁴ Esta constatação confirmaria um fenômeno cultural e político ocorrido em esfera internacional nos séculos XVIII e XIX. O nascimento, divulgação e recepção do pensamento "burguês" ou iluminista e liberal encontrou nessas sociedades literárias um espaço de sociabilidade fundamental.

base nessa constatação, é possível relacionar Revolução Farroupilha e movimento maçônico pois eles são, no mínimo, concomitantes e conectados no campo das idéias.

Em termos da abordagem encontrada entre historiadores não-acadêmicos, destaca-se o trabalho de João Pinto da Silva. Ao tratar do ambiente intelectual do Rio Grande do Sul às vésperas da Revolução Farroupilha, o autor explica a difusão das sociedades e clubes literários e secretos como fundamentais na vida política e cultural da província. As dificuldades econômicas enfrentadas pelo Rio Grande do Sul em razão de sua condição periférica, e de economia voltada para o mercado interno, teriam estimulado a resistência às políticas do poder central. Tal situação coincidia com um ambiente cultural propício à difusão de associações de “lojas misteriosas”. Entre as sociedades secretas, a de maior destaque, na perspectiva da organização maçônica, foi o gabinete de leitura “O Continentino”, instalado na cidade de Porto Alegre.⁵

Na visão da maioria dos autores desse grupo historiográfico, o clima de radicalização política que opunha “caramurus” e “liberais nativistas” havia sido, em muito, intensificado pela ação dos maçons gaúchos. A maior parte dos liberais gaúchos assumira a opção farroupilha em razão dos privilégios centralizadores do Império brasileiro, que desenvolvia uma política econômica vinculada à provável influência da instituição no campo cultural, isto é, na difusão do ideário que mais tarde seria assumido discursivamente pelos líderes farroupilhas.⁶

Um episódio extremamente valorizado por historiadores desse grupo, e que confirmaria a relação entre maçonaria e farrapos é o da fuga de Bento Gonçalves do presídio na Bahia. Walter Spalding dedicou um capítulo de seu trabalho à descrição desse episódio e aos detalhes da articulação maçônica que teria permitido a libertação do líder Bento Gonçalves.⁷ Bento Gonçalves foi aprisionado em 1836 e enviado, inicialmente, para o presídio Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, foi transferido para o Forte de São Marcelo, na Bahia.

Interessante em relação ao episódio da fuga do líder farroupilha é a menção que se fez da existência de uma trama maçônica com a finalidade de

⁵ SILVA, João Pinto da. *A Província de S. Pedro* (interpretação da história do Rio Grande). Porto Alegre: Globo, 1930, p. 121.

⁶ ANTUNES, Deoclécio Paranhos. *Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da independência à república*. In: Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2. p. 217.

⁷ SPALDING, Walter. *Farrapo*. Porto Alegre: Sulina, s/d, p. 134.

libertar Bento Gonçalves. Segundo alguns autores, a intervenção maçônica se efetivou a partir do momento em que Bento foi identificado como "irmão". Com efeito, não se pode deixar de considerar o fato de que, efetivamente e de forma surpreendente, Bento Gonçalves retornou ao Rio Grande do Sul em setembro de 1837. Se tal complô se deveu à ação de maçons ou de liberais simpáticos aos farrapos é, ainda, uma questão em aberto.

Entre os historiadores não-acadêmicos encontram-se, também, as obras publicadas por historiadores maçons. Essas narrativas são as que mais divulgaram a idéia de que a maçonaria foi fundamental para a eclosão e para o desenrolar da Guerra dos Farrapos. Deve-se considerar que, quantitativamente, o grupo não produziu um grande número de obras. Entretanto, deve-se levar em conta que muitos intelectuais maçons integraram instituições culturais importantes, como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e, dessa forma, direta ou indiretamente, produziram e influenciaram a divulgação de interpretações que valorizaram a temática maçônica. Selecionei dois autores que considero fundamentais para a tentativa de construção de uma história da maçonaria gaúcha. Nos dois casos, a inclusão do tema "Revolução Farroupilha" aparece com destaque.

Morivalde Calvet Fagundes é autor de inúmeros trabalhos sobre a maçonaria gaúcha. Um de seus méritos refere-se ao cuidado de comprovar suas afirmações com evidências documentais. Frequentemente, o autor transcreve parte de documentos por ele localizados, o que sustentaria em muito suas explicações. Um exemplo é quando transcreve documentos do período farroupilha que confirmam a ocorrência de rituais de iniciação maçônica de Thomas Ferreira Valle, em 1839, na cidade de São Gabriel, e de David Canabarro, em 1841, na cidade de Alegrete. Evidentemente que, para o autor, o fato de vários líderes farrapos terem sido maçons confirmaria a influência da instituição naquele contexto.⁸

O segundo historiador maçom escolhido para este trabalho foi Carlos Dienstbach, autor que publicou uma importante obra sobre a maçonaria gaúcha.⁹ Entre um grande universo de informações, dados e documentos apresentados pelo autor, destaca-se, também, a questão da influência da maçonaria no processo revolucionário. Entre os documentos que reforçam suas con-

⁸ FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Revelações da história da maçonaria gaúcha*. Hoy es historia, Montevideu, ano 4, n. 20, 1989. p. 42-43.

⁹ Trata-se da obra DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha: história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. (4. v.).

vicções, ele aponta, em especial, um documento que conferia a Bento Gonçalves a missão de regularizar e filiar lojas e maçons nos locais percorridos pelos revolucionários. Muitas lojas maçônicas teriam suas raízes nessa modalidade de instalação.¹⁰

Quanto ao segundo grupo historiográfico em análise, e que denominei de acadêmico, aparecem poucas obras disponíveis que abordem temáticas relacionadas à participação da maçonaria na história do Rio Grande do Sul. Entretanto, destaco dois trabalhos que tratam do tema deste artigo: o de Spencer Lewis Leitman e o de Moacyr Flores. O primeiro autor explicou a relação entre maçonaria e Revolução Farroupilha com inserções como a que segue: "Na fronteira, Bento Gonçalves organizou lojas maçônicas aprendendo rapidamente todos os meandros da organização, e usando o serviço postal maçônico como uma alternativa para sua correspondência secreta. Alguns anos depois, um de seus filhos afirmou que Sucre, o codinome maçônico de seu pai, era prova suficiente de sua intenção de estabelecer uma república antes do dia 20 de setembro de 1835".¹¹

Moacyr Flores tratou dessa questão em capítulo específico de sua obra sobre o modelo político e as idéias que influenciaram os farrapos.¹² O autor discorda que a Revolução Farroupilha tenha sofrido influência maçônica. Contudo, debruçou-se sobre algumas questões episódicas e outras de cunho interno da maçonaria. No caso dessas abordagens, considero a obra de Flores exemplar de um modelo historiográfico tipicamente do seu tempo. O autor procurou argumentar seus pontos de vista informando conceitos, informações e explicações de cunho interno da ordem maçônica.¹³

Será que a maçonaria foi importante para a Revolução?

Não há, por certo, como responder de forma conclusiva a essa questão. As fontes documentais e bibliográficas disponíveis não falam o suficiente para que se chegue a uma conclusão plausível. Levando em conta esse ponto de vista, suspeito que, no caso de ter que se chegar a uma resposta, a Revolução Farroupilha foi mais importante para a maçonaria do que o contrário. Para pontuar essa perspectiva, lembro que as primeiras lojas maçônicas já

¹⁰ Idem, p.479.

¹¹ LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 61.

¹² FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

¹³ Idem, p. 40.

estavam sendo implantadas em território brasileiro desde pelo menos o ano de 1800. Por outro lado, somente três décadas depois se tem notícia oficial da instalação de loja no Rio Grande do Sul, a loja Filantropia e Liberdade, fundada em 25 de dezembro de 1831, na cidade de Porto Alegre.

A estreita vinculação entre a primeira loja maçônica e o gabinete de leitura da "O Continentino", caracteriza uma das primeiras formas de atuação da maçonaria no Rio Grande do Sul. Os integrantes de lojas maçônicas atuavam discretamente em razão do caráter sigiloso da própria instituição. Também buscavam se proteger da perseguição política ou religiosa que por ventura pudesse se desenvolver.¹⁴

Volto à questão das origens da maçonaria gaúcha salientando que os liberais gaúchos, que já haviam aderido à causa emancipacionista em 1822, ganharam a adesão de setores descontentes com a política centralista da monarquia recém instalada no Brasil. Aliado a isso, havia o descaso para com as necessidades, sobretudo econômicas e fiscais, das províncias periféricas. A abdicação do imperador, em 1831, assim como as primeiras medidas dos governos regenciais, suscitaram um aumento da frustração por parte da elite gaúcha em relação ao governo central, e foram os integrantes dessa vertente política, muitos deles participantes de sociedades secretas, os responsáveis pela organização do movimento revolucionário de 1835. Nesse ponto, podemos, de alguma forma, ligar maçonaria e Revolução Farroupilha, pois as oficinas maçônicas eram, no entanto, um espaço privilegiado de debate e de aglutinação dos liberais radicalizados.

As primeiras lojas foram, certamente, de iniciativa de um pequeno número de maçons, familiarizados com os "segredos" da ordem no centro do país, ou mesmo no exterior, e que criaram ou encontraram espaços de atuação nos clubes ou sociedades de cunho liberal. O exemplo mais expressivo e já mencionado anteriormente foi, sem dúvida, "O Continentino", cuja ênfase, dada neste trabalho, se deve ao fato de ser o mais bem documentado; com isso, não descartamos que outras sociedades ou gabinetes de leitura tenham sido embriões maçônicos.

No decurso dos confrontos da revolução não existiam condições regimentais mínimas para que as lojas maçônicas ou prosseguissem com suas atividades ordinárias e extraordinárias. O clima geral de instabilidade políti-

¹⁴ Sobre esta questão ver o trabalho de MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.

ca e social tornava difícil a regularidade das cerimônias e a observância sobre a correção que deveria existir para a realização dos rituais e dos procedimentos administrativos previstos nas constituições e regulamentos. Assim, em condições excepcionais, a ordem maçônica buscou alternativas de funcionamento para que a sua incipiente situação não retrocedesse.

Nessa mesma perspectiva, cito duas situações de lojas maçônicas que se posicionaram como aliadas das tropas imperiais: a loja União Geral, situada na cidade de Rio Grande, e que fora fundada no ano de 1840, portanto, em meio à revolução. Foi numa cerimônia no templo maçônico pertencente a essa loja que se deu a iniciação do Marquês do Herval, Manuel Luis Osório. Para que se entenda o posicionamento de Osório é importante lembrar que, na primeira fase revolucionária, ele compunha as forças farroupilhas. Entretanto, suas divergências vieram à tona quando da Proclamação da República Rio-grandense, em 1838, quando então aderiu às tropas imperiais¹⁵.

Outra situação similar ocorreu em São Leopoldo, na loja União e Fraternidade. Um dos maçons de destaque da loja, e que assumiu a posição política favorável às forças centralistas imperiais, foi o líder da comunidade alemã, João Daniel Hillebrand. Entre os aspectos biográficos que credenciam sua figura na história regional estão o fato de ter sido considerado um médico humanitário, presidente da Câmara dos Vereadores de São Leopoldo, fundador da Companhia de Voluntários Alemães e chefe geral da Colônia. Nos dois casos, fica evidenciado que a ordem maçônica não ficava imune aos confrontos e disputas políticas e ideológicas inerentes a cada realidade histórica.

Consideração final

Esses e outros exemplos historiográficos me fazem acreditar que a Revolução Farroupilha contribuiu decisivamente para a expansão de um tipo de pensamento político que aproximou parcela da elite regional à causa maçônica. Em sentido contrário, essa mesma revolução impediu a expansão maior da maçonaria, pois foi um obstáculo para a consolidação das estruturas administrativas maçônicas. A maçonaria encontrava-se em fase de instalação na província quando eclodiu a revolução. Dessa maneira, dificilmente teria a força, o prestígio, o sentimento conspirativo e liberal necessário para influenciar ou interferir decisivamente num episódio da proporção da Guerra dos Farrapos. Que alguns líderes

¹⁵DIENSTBACH, Carlos. Op. Cit., p. 518-519.

farrapos tenham sido iniciados na maçonaria no período anterior à eclosão da mesma, ou no transcorrer da guerra civil, não restam dúvidas. Contudo, esse argumento por si só não garantiria sustentação nas teses de que a maçonaria foi fundamental na organização ou desenlace da guerra.

Lembro, ainda, que o debate sobre a questão da identidade regional deve levar em conta que a sociedade gaúcha se encontrava dividida política e ideologicamente. De um lado, lutavam homens identificados com a causa farroupilha e, de outro, os segmentos que combatiam com as tropas imperiais. Assim, importante, nesse contexto, é assinalar a presença de maçons em ambos os lados do conflito. Reitero o meu posicionamento assumido no início deste artigo, qual seja, acreditar que a influência da maçonaria no desenrolar da Revolução Farroupilha não foi fundamental e nem decisiva. Entretanto, a instituição contribuiu, e isso não é pouco relevante, na difusão das idéias liberais no seio da elite política e cultural na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Deoclécio Paranhos. *Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da independência à república*. In: Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2. p. 215-266.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.
- DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. (4. v.).
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Revelações da história da maçonaria gaúcha*. Hoy es Historia, Montevideu, ano 4, n. 20, p. 41-50, 1989.
- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.
- SILVA, João Pinto da. *A Província de S. Pedro (interpretação da história do Rio Grande)*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- SPALDING, Walter. *Farrapo*. Porto Alegre: Sulina, s/d.

Memória, mito e identidade: farroupilhas e italianos no Rio Grande do Sul

Núncia Santoro de Constantino

Doutora em História Social, docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

É bem conhecida e faz parte da História Regional a participação de italianos na Revolução Farroupilha. Tal participação, entretanto, está praticamente restrita à narrativa da presença de Garibaldi, Anzani, Rosseti e Zambecari, sendo que, no primeiro, estão condensadas as maiores atenções, personagem de primeira grandeza na memória coletiva, verdadeiro mito e símbolo de uma identidade étnica entre imigrantes também no Brasil meridional.

Desde 1840, há traços de italianos na Província. Por volta de 1870, formam comunidade, pois os membros de uma comunidade têm um projeto comum, como explica Basbaum.¹ Assim, desejam auxiliar-se mutuamente e preservar traços culturais da origem comum; por isso fundam associações em várias cidades rio-grandenses, sendo a primeira sociedade estabelecida em Bagé, no ano de 1871.

Mas, quem eram esses senhores italianos que fundavam sociedades para o mútuo socorro e quais os fatores que impulsionaram sua vinda para o Rio Grande do Sul?

Diz Spencer Leitman que, desde a década de 1830, os italianos controlavam o sistema de navegação interna do Rio da Prata e eram membros fixos das tripulações dos barcos de cabotagem na América do Sul.²

Avé-Lallemant, lembrando o ano de 1858, escreve que se deslocava de Itaqui para Uruguaiana, sendo comodoro do barco "(...) um velho marinheiro italiano de Livorno que, por quase quarenta anos, navegava o Rio Uruguai, conhecendo suas particularidades."³

Muitos dos italianos, cuja presença registrava-se no Brasil meridional, eram lígures, súditos dos príncipes de Savóia, do Piemonte, e foram se esta-

¹ BASBAUM, Leôncio. *História e Consciência Social*. São Paulo: Global, 1982. p.145-50.

² LEITMAN, Spencer. "Revolucionários Italianos no Império do Brasil". In: PESAVENTO, Sandra et al. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p.100-101.

³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul: 1858*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p.292.

belecendo como comerciantes nos núcleos urbanos fronteiriços. Escrevendo sobre a invasão das forças paraguaias a São Borja, o Cônego Gay, testemunha ocular, registra as violências sofridas pelo comerciante genovês Francisco Bergallo.⁴

Costa Franco, desenvolvendo estudo sobre os italianos da fronteira do Rio Grande, afirma que essa presença foi registrada bem antes de 1875⁵. Naquele ano, começaram a ser ocupadas as colônias demarcadas por ordem do governo, seja imperial, seja provincial. O mesmo autor registra que as relações comerciais de fronteira sempre representaram forte atrativo para os estrangeiros, que encontravam amplas possibilidades em comunidades enriquecidas com a pecuária ou com a indústria do charque, mas onde faltavam praticamente todos os produtos de consumo, em zonas que demandavam cada vez mais esses produtos porque rapidamente se urbanizavam.⁶

O Conde D'Eu dirigia-se a Uruguaiana, para a rendição dos paraguaios, finda a Guerra da Tríplice Aliança. Em diário de viagem, narra sua passagem por Santana do Livramento, em outubro de 1865. Lembra que ali havia cerca de 2.000 habitantes; só a metade eram brasileiros; no mais, eram uruguaios, argentinos e europeus. Dentre os europeus, pareceu-lhe predominarem os italianos que, em suas lojas, exibiam bustos do Rei Vittorio Emanuele, que recém unificara a Itália com seus exércitos piemonteses. Onde havia um bilhar, em Santana, o Príncipe leu a tabuleta "Hotel Garibaldi", não deixando dúvida quanto à origem do seu proprietário.⁷

Também sabemos que foram muitos os militares ou elementos militarizados italianos que participaram da Revolução Farroupilha e que acabaram por fixar-se na Província.

Segundo Spencer Leitman, a participação na revolução desenvolveu-se a partir da *Congrega Giovane Italia*, fundada no Rio de Janeiro por republicanos italianos, em torno de 1830. Também Buenos Aires e Montevidéu possuíam núcleos importantes de italianos, exilados políticos, soldados e comerciantes.⁸

Logo, desde o início do século XIX, registrou-se efetivamente uma presença italiana no sul do Brasil, tornando-se mais notada na década de 1830, a

⁴ GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL/ EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. p. 39.

⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. "Imigração Italiana na Fronteira Rio-Grandense". In: *Boletim da Biblioteca Pública do Estado*, Porto Alegre, n.1,v.2, 1975. p.11.

⁶ Id. *Ibid.*

⁷ CONDE D'EU. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. p. 126.

⁸ LEITMAN, Spencer. Op. Cit. p.100-101.

partir da Revolução Farroupilha. Além de Garibaldi, Rossetti ou Zambecari, sabe-se que foram muitos os italianos envolvidos no movimento revolucionário. Matru, Cunco, Carniglia, Valerini, Staderini, Torrisan, entre outros, deixaram registro de sua passagem em território rio-grandense. Muitos permaneceram na Província, como Azzarini ou Obino, companheiros de Garibaldi.

A fixação destes peninsulares nas cidades rio-grandenses deveu-se, em grande parte, ao processo de urbanização que se verificava nessas cidades e, especialmente, em Porto Alegre.

Na década de 1870, apareceram, na capital, nítidos sinais de modernização. Introduzidos o transporte público e a iluminação pública a gás, fez-se a ligação com a zona de colonização alemã, com a construção do primeiro trecho de estrada de ferro na Província.

Herbert Smith, naturalista norte-americano, deixaria impressões sobre a cidade, correspondentes ao ano de 1881. Causaram-lhe admiração as ruas largas, limpas e bem pavimentadas, o grande número de estabelecimentos comerciais, que considerou comparáveis aos de Nova Iorque. Quanto à produção de manufaturas, acreditou ser mais importante do que a de qualquer outra cidade brasileira.⁹

Na década de 1880, outra inovação foi implantada na capital: a Companhia Telefônica inaugurou seus serviços, empreendida com capitais rio-grandenses. Porto Alegre crescera muito, praticamente duplicara a população entre 1872 e 1900, aumento que, em grande parte, resultou do ingresso de estrangeiros que, no período, foram predominantemente italianos. Havia uma crescente demanda para imigrantes que desempenhavam atividades tipicamente urbanas, como artistas, artesãos, artifices, além de comerciantes.

Sendo assim, é possível afirmar que, em grande maioria, os italianos que se encontravam nas cidades gaúchas, e que fundavam associações, eram comerciantes ou proprietários de pequenas manufaturas; havia alguns artistas, como músicos, pintores e escultores; havia muitos fotógrafos também. Fundaram uma sociedade em Porto Alegre, em 1877, a Vittorio Emanuele II, homenageando o rei.

Um movimento pela Unidade Italiana iniciara já na primeira metade do século XIX, de tendência republicana e liberal. Giuseppe Mazzini, do exílio, conclamava os italianos e recomendava sucessivas insurreições. A socie-

⁹ ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v. XXXIV. p.68.

dade clandestina que fundara, *Giovine Itália*, expandia-se e possuía representantes na cidade do Rio de Janeiro.

O jovem Garibaldi esteve entre os propagandistas da primeira hora; tentou inclusive a malograda insurreição de Gênova. Derrotados os mazzinianos, Garibaldi foi condenado à morte aviltante e, foragido em Marselha, decidiu atravessar o oceano. Seu destino é o Rio de Janeiro, onde encontrará muitos companheiros de luta.

O decênio seguinte coincide com a presença de Cavour junto aos soberanos do Piemonte, tecendo uma complicada política externa que resultou na proclamação do Reino da Itália, em 1861.

Revolucionário no Brasil e no Uruguai, Garibaldi retornara à Itália dois anos antes, em 1859. Roma vive, então, sua breve temporada republicana, mas Mazzini e Garibaldi são derrotados. Em seguida, aliado e com a cumplicidade de Cavour, Garibaldi organiza a chamada “Expedição dos mil”, cujos soldados voluntários ficaram conhecidos como os “camisas vermelhas”.

A massa popular esteve ausente do movimento de unificação, constituído por intelectuais, comerciantes, estudantes universitários que “(...) foram os primeiros a unir-se aos voluntários de Garibaldi.”¹⁰ Porque Garibaldi, representando a facção de esquerda, tomava conta da cena. Mas, antes que se verificasse a anexação de Roma pela direita, Garibaldi já está retirado em Caprera. Em setembro de 1877, dessa ilha, escreve uma mensagem para o Brasil, para o Rio Grande do Sul:

*“Miei cari amici,
Grazie per il pregiato titolo di vostro presidente onorario.
Ricordo con gratitudini l'ospitalità ricevuta tra la generosa
popolazione del Rio Grande. Sempre vostro,
G. Garibaldi.”¹¹*

Agradecia aos membros da diretoria da Sociedade “Vittorio Emanuele II” que o nomearam Presidente Honorário. Alguns desses membros eram remanescentes dos batalhões farroupilhas, outros da Legião Garibaldina no Uruguai: Viale, Ratto, Raffo, Piccardo, Azzarini, Obino. Competia a esses homens liderar a construção de uma italianidade, assumiam a responsabili-

¹⁰ SMITH, Mack. *Storia d'Italia*. Roma-Bari: Laterza, 2000. p. 17.

¹¹ *Cinquentenario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sul: 1875-1925*. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero degli Affari Esteri d'Italia, 1925. p.365.

dade pela imagem da *Nuova Italia* no Brasil meridional.

A idéia do “herói dos dois mundos” foi ganhando força. Se o culto garibaldino prosperou, se até o republicanismo norte-americano encontrava um símbolo para imigrantes em Garibaldi, imagine-se entre uruguaios e brasileiros do sul que puderam contar com ele ao vivo e a cores.

Sabe-se da importância das agremiações na construção de uma identidade étnica. O grupo representado pela sociedade italiana acionava estratégias.¹²

As grandes concentrações embandeiradas fizeram visível o grupo étnico, como acontecia nas festividades de 20 de setembro, data nacional italiana. Neste primeiro momento, há predominância de um nacionalismo militar-patriótico entre os expoentes da comunidade.

A Vittorio Emanuele II, como outras sociedades italianas, reforçou traços culturais através de símbolos, como o general Garibaldi, cujo nome já estava glorificado na Itália. Torna-se a figura predileta nas comunidades de imigrantes, representado com a farda de general ou com o uniforme dos “camisas vermelhas”.

É uma primeira representação, e o ateliê fotográfico de Calegari vende quadros com a fotografia de Garibaldi pintada a óleo, multiplicando sua imagem com a camisa vermelha. O quadro estará na parede da casa dos italianos, como símbolo de patriótica italianidade, pois, então, os imigrantes têm finalmente uma pátria-mãe.

Lançada a pedra fundamental de sua mais antiga associação, o edifício próprio da “Vittorio” seria inaugurado em 1904. Imponente construção neoclássica, com mármore na fachada e sacadas de ferro. As três portas de cima guarnecidas por bustos do rei Vittorio Emanuele, de Mazzini e de Garibaldi, heróis do Ressurgimento.

Mas o diálogo cultural continuava na construção de uma outra identidade, diante de novas realidades que surgiam.

Ao tempo da Guerra do Paraguai, precisamente em 1868, um grupo de intelectuais fundara o “Partenon Literário”. Iniciou-se a exaltação da temática gauchesca, houve apologias aos heróis da Revolução Farroupilha, que, de movimento bárbaro e sedicioso, “dissensão civil de traidores que dilacerava a pátria”, como escreveu Caldre e Fião¹³, passou a ser narrado, no final do

¹² OSPITAL, Maria Silvia & CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Construção da Identidade e associações Italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, 1999, v. XXV, n.2. p.131-146.

¹³ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A Divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992. p. 42-3.

século, como gesta de heróis. O Partenon veiculava um movimento romântico e tardio, valorizava o gaúcho como figura do nativo puro, na trilha de José de Alencar, que publica o romance "O Gaúcho", idealizando o "centauro dos pampas".¹⁴

Enquanto isso, era feita a República e, antes que eclodisse a Revolução de 1893, surgiram sérias questões envolvendo súditos italianos.

O cônsul vai relatando tais questões e solicita providências a Roma. Comenta a ação do Correio Católico, que "há muito tempo costumava publicar artigos desfavoráveis à Itália e às suas instituições. Em outubro de 1892, chamou Garibaldi de cão, afirmando que a Itália estava reduzida a uma espedunha de ladrões".¹⁵ O cônsul adverte sobre a violenta tomada de posição pela "colônia" e sobre a hostilidade de grande parte dessa "colônia" contra o Partido Republicano.¹⁶

Em setembro de 1895, o "Volksblatt", publicado em alemão e dirigido por jesuítas, está insultando a Itália na sua data nacional, como "(...) país desprezível, decadente, torpe, miserável...". Os italianos são chamados de "(...) bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis". Afinal, a data nacional festejava a perda de Roma pelo Papa e o clero católico posicionava-se. Alguns líderes da "colônia" organizam uma marcha no centro de Porto Alegre, com centenas de trabalhadores italianos descalços e esfarrapados gritando "morras" aos jesuítas e ao Papa; a turba enfurecida empastela a gráfica que publicava o jornal, na Rua dos Andradas.

Abre-se um processo judicial. Antigas testemunhas oculares foram mudando os depoimentos registrados na Polícia; a ação foi considerada improcedente por falta de provas.¹⁷ Os tempos eram outros, e bem outros.

A Revolução Farroupilha terminara e Castilhos estava no governo. Ideólogo do Partido Republicano, seguia Comte quando defendia "pequenas pátrias", para melhor organizar a sociedade. "(...) provisoriamente organizadas sob uma federação..."¹⁸ Antes da proclamação da República, já defendia a celebração do dia 20 de setembro, eclosão da Revolução Farroupilha, como o

¹⁴ OLIVEN, Rubem Jorge. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 51.

¹⁵ "Da molto tempo era solito inserire articoli sfavorevoli all'Italia e alle sue istituzioni. Nell'ottobre del 1892 diede l'appellativo di cane a Garibaldi, sostenendo che l'Italia era ridotta ad una spelonca di ladri"

¹⁶ Serie Politica P, Brasile, pacco 279 (1881-1920) busta 280. Roma: Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri.

¹⁷ Tribunal do Juri 1884-85. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

¹⁸ PINTO, Celi Regina. *Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p.36.

"Dia do Gaúcho". Ao promulgar uma Constituição Estadual, definiu como insígnias oficiais aquelas "(...) do pavilhão tricolor da malograda República Rio-grandense".¹⁹

Italianos e gaúchos festejavam a mesma data por razões diferentes.

Em 1898, Castilhos foi substituído por Borges de Medeiros, que, ao tomar posse, deixou claras as suas intenções de reativar a imigração, com parecer favorável aos imigrantes italianos. As antigas colônias do interior passaram a ser cuidadosamente protegidas e incentivadas pelo governo estadual. Verificou-se um rápido desenvolvimento na região colonial. Costa e De Boni escrevem que Borges de Medeiros foi o responsável pelos melhores períodos da colonização; ordenou a abertura de estradas e a construção de escolas, e favoreceu a ocupação de terras novas.²⁰

A inspiração regionalista logo se faz notar nessas colônias. Em 1890, as duas primeiras são desmembradas de Montenegro, formando o município de Bento Gonçalves. Em 1900, a outra colônia mais antiga, Conde D'Eu, é emancipada como município de Garibaldi.

Fora exaltada a temática gaúcha pelos literatos do Partenon Literário. E, logo no final do século XIX, surgiria a primeira agremiação tradicionalista: o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, criado em 1898 por Cezimbra Jacques.²¹

A Revolução Farroupilha assumia o primeiro plano na narrativa histórica rio-grandense, com destaque a Garibaldi. No herói dos dois mundos demonstrava-se a magnitude dos ideais farroupilhas e a profunda ligação dos italianos com o Rio Grande.

Em 1883, fora aberto o trecho inicial da Rua Garibaldi. Em 1907, no dia do centenário de nascimento de Garibaldi, a antiga Praça da Concórdia, na Cidade Baixa, recebeu o nome do general. Em 1913, estava inaugurado, na mesma praça, o monumento erigido com fundos da campanha liderada por expoentes do grupo italiano.²² A representação de Garibaldi já não está sendo feita com a farda habitual. Garibaldi agora é o revolucionário farroupilha e já aparece na companhia de Anita, a mãe corajosa, a mulher guerreira.

Grandes festejos marcaram o cinquentenário da colonização no Rio Grande do Sul, em 1925. Um álbum recebeu financiamento do Governo itali-

¹⁹ OLIVEN, Rubem. Op.Cit. p. 73.

²⁰ DE BONI, Luís A. & COSTA, Rovilio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias/ Correio Riograndense, 1984. p. 68.

²¹ OLIVEN, Rubem. Op. Cit, p. 170.

²² CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE. Op. Cit. p. 407.

ano e foi publicado na Editora Globo, cujo proprietário era o italiano Bertaso. Nas primeiras páginas, estampam-se as mensagens de Borges de Medeiros e de Benito Mussolini; o então ministro do Exterior do Reino d'Itália desenvolvia uma intensa ação diplomática, buscando cooptar imigrantes, que, em larga medida, ascendiam socialmente.

Organiza o álbum Mansueto Bernardi, autor do primeiro texto. O título é: "Gli Italiani e la Republica di Piratiny". Na verdade, Mansueto era um intelectual a representar italianos, pois nascera na Itália, de onde viera com três meses de idade e crescera em Veranópolis. Foi um dos fundadores da Revista do Globo; dedicou-se ao estudo de escritores gaúchos; era membro destacado do Partido Republicano Riograndense, num tempo de nacionalismo exacerbado.

Em plena década dos vinte, depois da Semana de Arte Moderna, havia um certo "espírito de época", ou aquilo que Foucault chamou de "dispositivo", definido como um conjunto de estratégias que sustentam diferentes tipos de saber, e que são por esses sustentadas.²³ Nesse dispositivo há uma concepção de regionalismo tradicionalista como manifestação modernista.

Lembra Gutfreind que, apesar de ser limitado o ambiente cultural no Rio Grande do Sul, notou-se no período uma certa efervescência cultural, sendo que o mais importante acontecimento foi a refundação do Instituto Histórico e Geográfico, logo em 1920, aglutinando importante grupo de intelectuais.²⁴

Em todos os sentidos, as mudanças se aceleravam desde o final da Primeira Guerra. A Revolução de 30 é uma forma de expressão desse conjunto de transformações; explode no sul, mais precisamente em Porto Alegre, e seu líder é um gaúcho. O "Rio Grande em pé pelo Brasil" foi a frase proferida por Getúlio Vargas, ao final do discurso que inaugurava a revolução. E continuou sempre salientando a liderança do Rio Grande na regeneração do Brasil.²⁵

Ficava, portanto, reforçada a tendência regionalista. O lançamento da obra de Alfredo Varela sobre a Revolução Farroupilha, em 1933, alimenta essa tendência, mesmo que estivesse isolada, em matriz que defendia a influência platina na formação cultural do Rio Grande. Predominava uma corrente contaminada pelo nacionalismo, representada por Souza Docca, Othelo

²³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 244-255.

²⁴ GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p.11, 23.

²⁵ OLIVEN, Rubem. Op. Cit. p. 60.

Rosa e Aurélio Porto, ganhando força à medida que se aproximava o centenário da Revolução Farroupilha, festejado com grandiosidade em 1935²⁶. No antigo Campo da Redenção, construiu-se o parque que receberia a exposição internacional e que passou a se chamar Parque Farroupilha.

As abordagens em torno de Garibaldi e de sua trajetória no Rio Grande do Sul serão recorrentes, para exaltar a amplitude dos ideais farroupilhas. Seu esforço no comando da estropiada esquadra farroupilha é descrito com entusiasmo pelos membros do Instituto Histórico, na década de 1930. Othelo Rosa exalta o personagem, descreve a passagem de Garibaldi pelo Rio Grande como epopéia; Dante de Laytano, filho de italianos, enaltece o idealismo garibaldino e destaca a famosa travessia dos lanchões por terra.²⁷

Até mesmo Souza Docca, mais contido, descreverá essa travessia dos barcos Seival e Farroupilha, desde Camaquã até Tramandai. Ele reconhece heroísmo em Garibaldi, mas traz alguns elementos novos, criticando autores como Antonio Pereira Pinto, Américo Brasiliense ou Vittorio Buccelli, por excesso laudatório. Em outras palavras, busca depurar aspectos lendários, na trilha da tradição positivista. Spalding vai ainda mais além, apontando razões econômicas que motivaram Garibaldi a abandonar a revolução: em 1841, sai da cena farroupilha, depois de acertar as contas com os chefes revolucionários. Retira-se para o Uruguai, transpondo a fronteira com grande tropa de gado que recebeu como pagamento por serviços prestados.²⁸

É inaugurado o monumento a Bento Gonçalves, em Porto Alegre, durante 1935; surge o obelisco comemorativo à Revolução Farroupilha, em Garibaldi; o busto de Garibaldi na mesma cidade fora inaugurado anteriormente, em 1932, obra de Antonio Caringi.

Com variações, a imagem de Garibaldi permanece no primeiro plano da historiografia rio-grandense. A declaração de guerra ao Eixo, em fevereiro de 1942, não altera tal imagem e beneficia o grupo italiano no Rio Grande do

²⁶ GUTFREIND, Ieda. Op. Cit. p.115.

²⁷ Segundo Flores, Garibaldi entra em contato com os revolucionários em 1836, já deflagrada a guerra. Anita conheceu-o em 1839, quando da invasão de Laguna. Os lanchões Seival e Farroupilha foram construídos sob a fiscalização do irmão de Bento Gonçalves, o juiz de paz José. Esses lanchões subiram o Rio Capivari, de onde foram puxados por juntas de bois até a barra do Rio Tramandai, em percurso de cerca de 50 milhas. O Seival, comandado por Grigs, fez-se ao largo, mas o Farroupilha, comandado por Mutru, levando a bordo Garibaldi, sossobrou, morrendo muita gente, como recorda Garibaldi nas suas memórias autobiográficas.

²⁸ ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935. LAYTANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936. DOCCA, Emilio de Souza. *O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935. SPALDING, Walter. *Os Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, s/d.

Sul. Sabe-se que os italianos aqui foram tratados com certa "amabilidade", se comparados aos alemães.²⁹

Finda a guerra, as medidas para recompor a amizade estremecida não tardam. Mesmo antes da assinatura dos tratados, um decreto libera os bens confiscados aos italianos. Em outubro de 1946, já se encontrava assinada a Declaração de Amizade e de Cooperação entre Brasil e Itália.³⁰ Tanto a guerra foi um acidente de percurso que, entre 1941 e 1950, a imigração italiana no Brasil aumentava cinco vezes. E a imagem de Garibaldi continuava sendo mantida como aquela do herói de dois mundos, inclusive do nosso.

Nos recentes anos setenta, percebe-se um movimento revisionista que destaca um Garibaldi corsário. Mas, nos anos oitenta, festejou-se o sesquicentenário da Revolução Farroupilha, com importante movimento para reviver tradições regionais, com o surgimento de centenas de entidades tradicionalistas, de festivais de música nativista, com consumo de cantores e discos, livros, bailões; com a publicidade fazendo referência a valores gaúchos.³¹ Tal movimento invade as cidades, onde os jovens reaprendem a tomar mate e vestem o poncho.

A Revolução Farroupilha está sendo novamente narrada, desta vez em perspectiva bem mais crítica, em trabalhos de natureza acadêmica, acompanhando os programas de pós-graduação que vêm sendo implantados. Garibaldi é herói multifacetado, humano, insinuante, conquistador, a cara do ator Tiago Lacerda no seriado "A casa das sete mulheres", veiculado pela Rede Globo de TV.

Uma das novidades surgidas nos últimos tempos diz respeito à incorporação de Anita nas narrativas históricas, como um capítulo à parte, resultado da ampla discussão possível a partir dos progressos do feminismo ou da história de gênero. Anita passa a ser contada com os olhos do presente, tão diferente da companheira dos anos trinta, cheia de lacunas reveladoras do preconceito.

Hoje há movimento que reforça a italianidade. Milhares de *oriundi* buscam o passaporte italiano. O Brasil transforma-se em país de emigração.

São estes emigrantes que dançam a *chimarrita* na *piazza*, que até vendem churrasco na Itália. Como fizeram seus avós, reconstroem uma identi-

²⁹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. "Tempo de Guerra e Narrativa". In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

³⁰ CERVO, Amado Luiz. "As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861". In: DE BONI, Luis A. (Org) *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p.29.

³¹ OLIVEN, Rubem. Op. Cit. p. 99.

dade no país de imigração. Garibaldi está sendo “repaginado” para dizer novamente que lutou pela democracia com os brasileiros meridionais. Que vestiu poncho e que reconheceu nos gaúchos homens valentes e hospitaleiros.

Como últimas palavras, lembro que somente personagens de grande porte servem a diferentes propósitos sociais, em diferentes tempos. Garibaldi é forte e viveu intensamente; por isso continua como referência e resistirá ao esquecimento.

Referências bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul: 1858*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- BASBAUM, Leôncio. *História e Consciência Social*. São Paulo: Global, 1982.
- BONI, Luis A. (Org) *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A Divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: DE *Cinquentenario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sul: 1875-1925*. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero degli Affari Esteri d'Italia, 1925.
- CONDE D'EU. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Tempo de Guerra e Narrativa. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.
- DE BONI, Luís A. & COSTA, Rovilio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias/ Correio Riograndense, 1984.
- DOCCA, Emilio de Souza. *O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1959, v. XXXIV.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. “Imigração Italiana na Fronteira Rio-Grandense”. In: *Boletim da Biblioteca Pública do Estado*, Porto Alegre, 1975, n.1, v.2.
- GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL/ EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da

Universidade/UFRGS, 1992.

LAYTANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936.

LEITMAN, Spencer. Revolucionários Italianos no Império do Brasil. In: PESAVENTO, Sandra et al. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

OLIVEN, Rubem Jorge. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OSPITAL, María Silvia & CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Construção da Identidade e associações Italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, 1999, v. XXV, n.2.

PINTO, Celi Regina. *Um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

SMITH, Mack. *Storia d'Italia*. Roma-Bari: Laterza, 2000.

SPALDING, Walter. *Os Farrapos*. Porto Alegre: Sulina, s/d.

Os italianos no Rio Grande do Sul: 130 anos de história

Luiza Horn Iotti

Doutora em História do Brasil, professora do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul

O fenômeno migratório que, no final do século XIX e início do século XX, movimentou milhares de europeus em direção à América, vinculou-se às mudanças estruturais que ocorriam “no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas.”¹ A imigração italiana, ocorrida no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, inseriu-se nesse contexto. Foi um movimento populacional que se encaixou a interesses, tanto do governo brasileiro quanto do italiano.

No caso do Brasil, a vinda de imigrantes italianos relacionou-se ao processo de substituição da mão-de-obra escrava e à política de imigração e colonização do governo brasileiro. Núncia Santoro de Constantino ressalta que,

“A inserção da economia brasileira no mercado internacional viria proporcionar, entre outras coisas, a maciça imigração durante o século XIX. Tornou-se necessário um suprimento de mão-de-obra diversificada para alimentar o crescimento verificado no setor comercial e financeiro, tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o aspecto da qualificação. Foi preciso prover os espaços vazios que surgiram em decorrência do rápido processo de urbanização, prover a mão-de-obra para a crescente lavoura do café que se ressentia da escassez do elemento escravo. Era necessário, ainda, povoar e colonizar diversas áreas improdutivas, especialmente na região sul do país onde se encontrava o principal eixo econômico [...]”²

No caso da Itália, a emigração vinculou-se, inicialmente, ao descarte do excedente populacional, expulso do processo produtivo, em função do de-

¹ GIRON, Loraine. A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. IN: LANDO, Aldair M. et al. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47.

² CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991, p. 53.

envolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém instaurado Estado unitário. No século XIX, a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares. Os camponeses foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído. A indústria mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra disponível. Assim, uma parcela significativa da população italiana foi buscar, em outros países, as condições de vida que sua pátria lhe negava. No total, 24 milhões de peninsulares partiram da Itália, entre 1869 e 1962, para diferentes regiões do mundo.

O governo dos dois países, como forma de garantir o sucesso do empreendimento e o atendimento dos seus interesses, procurou acompanhar e controlar as atividades dos imigrantes aqui estabelecidos.

O acompanhamento do governo italiano realizou-se através dos representantes diplomáticos, adidos do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália. Diplomatas, embaixadores, cônsules e agentes consulares constituíram os nexos, a mediação entre o governo italiano e os emigrantes estabelecidos no exterior. Foram responsáveis, entre outras coisas, pela execução da política emigratória traçada pelo Estado italiano. Por política emigratória entende-se “o conjunto de normas e de atos, e os princípios que os inspiram, através dos quais o Estado interfere no processo de transferência de pessoas em busca de trabalho no exterior”.³

O acompanhamento do governo brasileiro efetivou-se, sobretudo, a partir da promulgação da Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, que garantiu ao Estado o controle do “processo da legalização e legitimação da terra, bem como o da aplicação de recursos na introdução de imigrantes”⁴. Até a República, em 1889, o Império monopolizou a direção do processo colonizador. E, apesar de subsidiar empreendimentos particulares, não abria mão do controle geral do mesmo. Importante ressaltar que a política imigratória brasileira, na maior parte das vezes, oscilou entre a colonização e a importação de braços para a lavoura, sendo enfatizada ora uma, ora outra, conforme o grupo social que estivesse no poder.

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul foi iniciativa do governo imperial brasileiro. O movimento tinha como objetivo “importar mão-de-

³ IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 194.

⁴ GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloisa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 26.

obra" européia e vender as terras devolutas do Império, visando aumentar tanto a população como a produção agrícola. A passagem da Europa ao Rio Grande do Sul era financiada pelas autoridades brasileiras. Os lotes e os eventuais subsídios governamentais – ferramentas, sementes, alimentos etc. – deveriam ser pagos no prazo de cinco a dez anos.

Inicialmente considerada pouco expressiva, a imigração italiana se intensificou a partir de 1882, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Imigrantes italianos entrados no RS entre 1882 e 1889⁵

Ano	Total imigrantes	Italianos	% Italianos
1882	3.549	3.205	90,30
1883	4.402	3.735	84,89
1884	1.985	1.345	67,75
1885	8.286	7.600	91,72
1886	3.354	2.352	70,12
1887	5.326	4.362	81,90
1888	4.927	4.241	86,07
1889	9.787	7.578	77,43
TOTAL	41.616	34.418	82,70

Fonte: CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 174.

A partir dos dados apresentados, pode-se constatar que, de 1875 a 1889, o Rio Grande do Sul recebeu, aproximadamente, 40 mil imigrantes, provenientes sobretudo da Lombardia, do Vêneto e do Tirol, atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias foram as três primeiras colônias italianas no Rio Grande do Sul. Em 1877, foi organizada uma quarta colônia, Silveira Martins, em terras próximas a Santa Maria, na região central do Estado.

A maioria dos imigrantes chegados ao sul do Brasil partiu do porto de Gênova. A travessia, que durava pouco mais de um mês, era feita em navios sobrecarregados. As doenças eram freqüentes e a mortalidade elevada⁶. Do Rio

⁵ Segundo Cenni (2003, p. 175), "faltam elementos correspondentes aos sete primeiros anos, de 1875 a 1881, que fonte alguma registra".

⁶ MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 101- 106; DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovilio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Caxias do Sul: UCS/EST, 1984, p. 96-98; DE BONI; COSTA. *Far la Mérica*. Porto Alegre: Riocell, 1991, p. 92-100.

de Janeiro, após a quarentena na Casa dos Imigrantes, os viajantes eram transportados em vapores para Porto Alegre, numa viagem de dez ou mais dias. Ao chegarem à capital, eram alojados em um prédio precário ou dormiam nas ruas e praças próximas⁷. A seguir, os que se dirigiam a Dona Isabel, Conde D'Eu e Caxias, partiam da capital em pequenas embarcações, que navegavam pelo Cai por sete e mais horas. Os destinados a Silveira Martins faziam boa parte da viagem de trem⁸. No final da viagem, os recém-chegados eram alojados no baracão dos imigrantes, ou enviados aos lotes coloniais, se já demarcados⁹.

As medidas básicas das colônias eram a légua, o travessão e o lote rural¹⁰. A légua era um quadrilátero de 5.500 metros de lado, cortado no sentido longitudinal por caminhos estreitos e irregulares de uns 6 a 13 km, abertos no meio da mata – os travessões¹¹ ou linhas. A medição e a demarcação das colônias e dos lotes coloniais eram feitas por engenheiros agrimensores. O regulamento da Lei de Terras, de 1854, ordenara a demarcação dos lotes coloniais. Em geral, as léguas possuíam 132 lotes¹², irregulares quanto ao tamanho, de 5 a 60 ha., à fertilidade, ao acesso aos mercados e à água.

Todas as colônias possuíam demarcadas suas sedes coloniais, onde se localizavam a administração e os serviços e artesanatos necessários à economia rural. Eram erguidas no centro da colônia, se possível em um terreno plano e elevado¹³. Para tal, abria-se uma clareira na mata, quando necessário. Em Caxias, aproveitou-se uma clareira aberta pela população indígena da região. A área das sedes era dividida, em xadrez, por avenidas e travessas perpendiculares. Os quarteirões, de 100 metros, eram ocupados pelas praças e logradouros públicos ou divididos em lotes urbanos (20 x 50 ou 40 x 60 metros). Deve-se ao mesmo padrão de fundação dos diversos núcleos coloniais a semelhante paisagem urbana das cidades da região.

Os imigrantes, ao chegarem ao seu lote, dedicavam-se à abertura de clareiras nas matas e construía abrigos provisórios de pau-a-pique, cober-

⁷ MANFROI, op. cit., p. 108-110.

⁸ DE BONI; COSTA, op. cit., p. 102-105.

⁹ Ibid., p. 105.

¹⁰ Ibid., p. 53.

¹¹ "Um travessão podia ter somente 36 lotes (dezoito de cada lado da estrada) como no Vitor Emanuel, da 7ª Légua [da colônia Caxias], ou 114 lotes como no seu vizinho Thompson Flores, da 9ª Légua: neste as terras eram consideradas melhores e, por isto, fracionadas em unidades menores, isto é, do mesmo comprimento porém mais estreitas e, pois, de menor superfície. E é por essa razão que num mesmo núcleo colonial os lotes variavam de tamanho ou superfície [...]". (AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 169)

¹² Ibid., p. 62.

¹³ MANFROI, op. cit., p. 114.

tos de galhos. Era um momento difícil. O pinhão, a caça e a coleta ajudaram os colonos nos primeiros tempos. Algumas vezes, a venda da madeira e, eventualmente, o trabalho assalariado, durante quinze dias por mês, na abertura de estradas e caminhos, financiaram os colonos até a primeira colheita. O imigrante Paulo Rossato, de 27 anos, recém-chegado à sua colônia, escreveu, aos seus familiares italianos, em 24 de abril de 1884, uma carta descrevendo os primeiros trabalhos na sua colônia:

“Inicialmente toma-se uma foice de cabo comprido e cortam-se os caniços e as plantas pequenas. [...] Depois, cortam-se todas as árvores maiores. E, depois de cortadas, deixam-nas lá por um mês, após o qual é posto fogo. Queimam-se as folhas, os caniços e os ramos mais finos. As toras menores e os galhos são então colocados em montes e queimados. [...] Depois, semeia-se o trigo entre as toras, cobrindo-o com a enxada [...]”¹⁴

O imigrante construía uma casa provisória para abrigar sua família nos primeiros tempos. Posteriormente, uma maior de pedra, madeira ou alvenaria. As coberturas eram de tabuinhas de pinheiro – *scândole* –, inicialmente e, a seguir, de telhas ou de zinco. Às vezes, decoravam-nas com *lambrequins* – ornato de recortes de madeira para beira de telhados. Para diminuir o isolamento, a residência era erguida junto à linha, à beira do caminho. Paulo Rossato, sete meses depois de chegar ao Brasil, já em sua colônia, iniciou o desmatamento de parte de suas terras e a construção de residência, escrevendo sobre ela, aos seus pais, afirmava:

“[...] agora estou eu mesmo fazendo uma casa, e espero mudar-me para ela a 20 de agosto. Construo em minha colônia, na qual atualmente estou fazendo a derrubada do mato para semear bastante milho. [...] Haverá de construir a casa com quatro metros de largura por cinco de comprimento, pois não posso mais do que isso [...] e depois construiremos outra maior”¹⁵ Ibid., p. 58.

¹⁴ DE BONI, 1977, op. cit., p. 35.

¹⁵ Ibid., p. 58.

O lote era a unidade de base da economia familiar colonial. Praticava-se uma divisão etária, sexual e familiar das tarefas. Os homens responsabilizavam-se pelos trabalhos ligados à agricultura e ao trato dos animais de maior porte. As mulheres, das tarefas caseiras e do cuidado da pequena criação. Entretanto, elas intervinham, ativamente, ao lado dos homens, nos trabalhos agrícolas. Segundo suas forças, as crianças trabalhavam desde os oito anos. Havia igualmente tarefas artesanais masculinas e femininas.

A área dos lotes coloniais era ocupada pelo potreiro; pelo parreiral – localizado nas encostas, próximo à residência –; e pelas terras agricultáveis. Alternava-se o plantio do milho com culturas de inverno, como centeio, cevada, trigo. Plantava-se arroz, batata, feijão, aveia. Criavam-se galinhas e porcos. Uma pequena produção de vinho, cachaça, graspa, banha, toucinho, salame, presunto, manteiga e queijo abasteciam a família e os centros urbanos próximos.

Árvores frutíferas eram plantadas em todo o lote: pereiras, laranjeiras, bergamoteiras, caquizeiros, marmeleiros, figueiras. Os frutos eram consumidos “in natura” ou transformados em geléias e compotas. Parte dessa produção podia ser escoada para o mercado local. Os instrumentos básicos de trabalho eram o arado e a enxada. Uma carroça, uma junta de bois, uma mula ou cavalo, uma *slita* – meio de transporte, sem rodas, semelhante a um trenó –, uma vaca leiteira eram igualmente imprescindíveis à economia colonial. Mudas trazidas da Itália ou obtidas em São Sebastião do Caí permitiram que parreirais fossem plantados ali, onde era possível. Muito logo, os imigrantes contaram com um vinho de discutível qualidade para consumo próprio. As pipas eram armazenadas nos porões e mantinham-se cheias apenas durante os primeiros meses do ano, devido ao desconhecimento das técnicas de conservação. A seguir, cresceu a qualidade dos variedades e dos vinhos, devido a uma crescente e rendosa produção para o comércio¹⁶.

O isolamento era rompido quando se reuniam para rezar. Rezavam o rosário sob uma árvore ou na casa de algum morador, por ocasião de uma festa ou de um enterro ou, ainda, na cozinha quando se encontravam para o filó¹⁷. Em todas as linhas, os moradores reuniram-se em mutirões e constru-

¹⁶ PELLANDA, op. cit., p. 53-54; RAMBO, Balduino. A zona de colonização italiana - estudo geográfico. IN: *Álbum comemorativo do 75 aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950, p. 143- 144.

¹⁷ Encontro social entre vizinhos, que se realizava à noite, depois da reza do terço, onde se contavam histórias, conversava, trabalhava e cantava.

íam capelas de madeira, pedra ou alvenaria, que decoravam primorosamente: altares e imagens em madeira, janelas com vidros coloridos, alfaias de metal e até um sino de bronze no campanário. O fantasma da solidão no meio da mata foi se distanciando.

De uma maneira geral, o imigrante italiano era católico e religioso. As igrejas, escolas, seminários, capelas e jornais clericais foram as principais instituições culturais e políticas, sobretudo no mundo rural. A capela congregava. Cada uma delas era consagrada a um santo padroeiro. Uma vez por ano, os moradores da região reuniam-se para homenageá-lo. Eram as sagras. São Roque, São Valentim, São Pedro, São Marcos, Santa Justina, Santa Corona e tantos outros. Os colonos organizavam-se em comunidades em torno das capelas e elegiam diretorias, os "fábriheiros", que coordenavam as atividades religiosas e sociais das linhas.

Na fase inicial, o isolamento das colônias fez com que se produzisse quase tudo o que era necessário para o consumo local. O comerciante vendia o que o colono não produzia - sal, ferramentas, tecidos, etc. - e comprava o excedente colonial, distribuindo-o em mercados próximos e distantes. Em cada travessão, em cada núcleo colonial surgiram ferreiros, seleiros, funileiros, pedreiros, oleiros, sapateiros, alfaiates, marceneiros. Serrarias e moinhos foram levantados para beneficiarem grãos e madeiras. Mascates percorriam as linhas, levando mercadorias e novidades; tropeiros e carreteiros, com suas mulas bruaqueiras e carretas, levavam e traziam produtos entre os centros consumidores e os portos fluviais, personagens conhecidos neste mundo medido em estações, em safras. O contato com os gaúchos possibilitou trocas de mercadorias, de conhecimentos e de costumes.

A casa de comércio da linha, o baratilho ou venda, articulava-se com o comércio de maior porte dos centros urbanos regionais e estes "exportavam" para centros urbanos maiores. Os agricultores entregavam suas reservas monetárias aos comerciantes das linhas, em troca de juros baixos. As grandes casas comerciais realizaram o que os colonos não conseguiram, isto é, acumular capitais.

A vitivinicultura transformou-se: o vinho produzido artesanalmente, na cantina caseira, passou a ser fabricado por estabelecimentos vinícolas, que foram montando verdadeiro complexo de atividades, desde parreirais até tanoarias, vidrarias, empalhamento de garrações.

Os pais dotavam os filhos com terras e as filhas com o enxoval, que consistia em uma máquina de costura, uma arca com roupas, uma vaca ou

uma mula. O costume do *minorato*¹⁸, aliado ao constante fluxo de entrada de imigrantes, esgotou rapidamente os lotes disponíveis. Logo, a economia colonial atravessou o rio das Antas em direção ao norte do Estado surgindo novos núcleos, entre eles, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Guaporé, Encantado.

A migração foi intensa nas primeiras décadas do século passado. Inicialmente, dentro do próprio Rio Grande do Sul e, posteriormente, para o oeste de Santa Catarina e norte do Paraná. Os netos e bisnetos dos que fizeram a longa viagem não pararam por aí, alguns chegaram até a Amazônia.

As vilas transformaram-se em cidades, em municípios; o telégrafo, o telefone e as estradas de ferro ligaram-nas ao século XX. Os caminhos percorridos por carretas e mulas foram melhorados e neles puderam transitar caminhões e automóveis, levando e trazendo mercadorias. Balsas, pontes e túneis superaram as barreiras impostas pela natureza.

Os lampiões foram substituídos pelas lâmpadas elétricas e as vozes do rádio ecoaram livremente. O ruído dos motores e a fumaça lançada ao ar pelas chaminés das fábricas anunciavam novos tempos.

Em julho de 1910, a ligação de trem entre Caxias e Porto Alegre ensejou as melhores condições para o desenvolvimento econômico da região, pondo fim ao problema dos transportes, que estrangulava o comércio e a produção colonial.

A acumulação comercial de riquezas produzidas pela economia agrícola e artesanal financiou a industrialização da região.

A 1ª Guerra Mundial (1914-18) propiciou o nascimento de empresas de maior porte, devido à interrupção da importação de peças e ferramentas para a produção local. Na década de 20, a Região Colonial encontrava-se integrada à economia nacional e internacional.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram há pouco mais de cem anos. Cultivaram campos, criaram gado, construíram fábricas, multiplicaram-se. Seus descendentes estão presentes em todos os municípios do Rio Grande do Sul, junto com os alemães, os poloneses, os portugueses, os índios, os negros, os espanhóis, os judeus e as outras etnias que constituíram o povo gaúcho.

¹⁸ Costume consuetudinário, através do qual o filho homem mais moço herda a propriedade, em troca do cuidado dos pais.

Garibaldi e a Revolução Farroupilha

Alvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto
Historiadores do Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

A Revolução Farroupilha insere-se no contexto das revoluções liberais ocorridas no Brasil no período regencial — iniciado com o fim do primeiro reinado, em 7 de abril de 1831, até a “maioridade” de D. Pedro II, em 1840. Considerado por muitos contemporâneos como marco efetivo da independência nacional, o 7 de abril, episódio da abdicação do autocrata Pedro I, teve origens¹ na Revolução Francesa de 1830, que depôs Carlos X, um Bourbon, iniciando a monarquia “burguesa” de Luís Felipe:

“A Revolução de 1830 na França, tendo produzido um efeito de choque elétrico no país, inspirou, como uma solução de transação que foi, uma reformulação dos planos dos revolucionários brasileiros que tornasse possível, sob a bandeira nativista, uma composição com os amplos setores, que iam do monarquista liberal ao constitucionalista conservador”².

Na França, a revolução teve como objetivo consolidar o poder burguês ao mesmo tempo em que continha os radicalismos populares, daí o seu caráter de “transação”; no Brasil, a deposição de Pedro I estava envolta em questões que diziam respeito à consolidação da independência e à formação do Estado nacional. Abria-se, dessa forma, um período comumente conhecido como o “avanço liberal” — medidas que aumentaram, por um lapso de tempo, a autonomia local das províncias. Faziam parte desse período o Código de Processo Criminal — que será importante, posteriormente, na atuação dos juízes de paz na Revolução Farroupilha —, a criação da Guarda-Nacional e o Ato Adicional de 1834.

O Código de Processo Criminal, publicado em 29 de novembro de 1832, foi um dos mais importantes instrumentos da descentralização:

¹ Trata-se de influências no plano das idéias. Para uma análise das estruturas econômicas, que fogem ao escopo deste trabalho, leia-se, por exemplo, NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial : 1777-1808*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

² HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: Dispersão e Unidade*. Tomo II, 2º vol. 5º ed., p.9.

“Tornava a autoridade judiciária independente do poder administrativo, submetendo-a à eleição. Estendia a jurisdição criminal à competência dos juizes de paz, também eleitos. O promotor, o juiz municipal e o juiz de órfãos – que até então tinham sido nomeados pelo governo central – passaram a ser escolhidos a partir de uma lista triplíce proposta pela Câmara Municipal”.³

A criação da Guarda-Nacional, ato contínuo ao 7 de abril, tinha inspiração claramente francesa. A lei da Guarda-Nacional francesa foi promulgada em 22 de março de 1831, e “já a 9 de maio do mesmo ano o projeto oferecido ao legislativo [brasileiro], será em linhas gerais o aprovado em agosto”.⁴

Conforme Castro:

“A Guarda-Nacional, como corporação paramilitar, atuou como reforço do poder civil, tornando-se o sustentáculo do governo instaurado com o 7 de abril, e é a Aurora Fluminense, como jornal de situação que proclama: a Guarda-Nacional é inteiramente filha da Revolução de 7 de abril”.⁵

Por fim, o Ato Adicional – mudanças constitucionais aprovadas pela Lei de 12 de outubro de 1832, mas somente levadas a efeito pela legislatura de 1834-1837 – trazia como principais alterações a supressão do Conselho de Estado e a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, com poderes legislativos.

Conforme registrou o presidente deposto pelos revolucionários farroupilhas na província do Rio Grande do Sul, Fernandes Braga, “pode-se dizer, sem medo de errar, que Bento Gonçalves fez a revolta com os juizes de paz, o código do processo e a lei da guarda-nacional”.⁶ Aos três elementos mencionados, acrescentaríamos a criação das Assembléias Provinciais.

Reforçando a tese, Bento Gonçalves, bem como diversas lideranças farroupilhas, era deputado na Assembléia Provincial e, ainda, comandante-geral

³ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: Momentos Decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p.153.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. In: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda-Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p.XIX.

⁵ CASTRO, Op. cit., p. 18.

⁶ Citado por WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O General Farroupilha João Manuel de Lima e Silva (1835-1837)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

da Guarda-Nacional no Rio Grande do Sul; a deposição do presidente Fernandes Braga e a denegação de posse de seu substituto José de Araújo Ribeiro foram levadas a efeito pela Assembléia Legislativa com o concurso dos juizes de paz:

“(…)Veio à Mesa um officio do Juiz Municipal e Chefe de Polícia interino desta cidade, participando que, em todos os distritos da mesma, se estavam reunindo os seus moradores, pedindo aos juizes de paz respectivos que se suste a posse do bacharel José de Araújo Ribeiro, nomeado Presidente da Província, até que o Governo Central aprove a Resolução de 20 de setembro e confirme as medidas tomadas depois dela”.⁷

Iniciada em 20 de setembro de 1835, os revolucionários farroupilhas consideravam sua revolução como continuidade do 7 de abril. Em proclamação datada de 25 de setembro de 1835, apregoava Bento Gonçalves:

“ (...) correstes enfim às armas para sustentar em sua pureza os princípios políticos que nos conduziram ao sempre memorável sete de abril, dia glorioso da nossa regeneração e total independência”⁸.

Com a entrada das tropas farroupilhas em Porto Alegre e a fuga do então presidente da província Fernandes Braga para a cidade de Rio Grande, em 20 de setembro de 1835, a revolta se estenderia, com interregnos militares, até fevereiro de 1845.

Dessa forma, não deixa de parecer irônico o fato de a descentralização promovida pelas reformas liberais terem instrumentalizado as revoltas regenciais, em especial a Revolução Farroupilha, cujo argumento fundamental sempre foi a excessiva centralização do governo central!

O elemento impulsionador das reformas ocorridas no Brasil a partir do 7 de abril foi, como já referido, a Revolução de Julho de 1830 na França. A mesma revolução que seria o elo que ligou o destino de Giuseppe Garibaldi à América do Sul e, em especial, ao Rio Grande do Sul:

⁷ Ata da Assembléia Provincial de 09/12/1835.

⁸ Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835-1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985, p. 268.

“(…) a revolução parisiense de julho, que conduz ao trono Luís Felipe, a revolução belga de agosto e a da Polónia em novembro reanimam o tradicional centro revolucionário de Paris, que volta a ser a capital de todos os exilados”⁹.

De fato, a queda de Carlos X em julho de 1830 — era o representante da restauração de 1815 — provocou uma onda revolucionária na Europa, atingindo a Itália em fevereiro de 1831¹⁰. Foi também a revolução na França que inspirou os seguidores de Mazzini e da “Jovem Itália”, com promessas não cumpridas de Luís Felipe, na sua primeira tentativa de libertar a Itália do domínio austríaco. É o próprio Garibaldi, em suas “Memórias”, que atesta:

“Minha ventura foi ainda maior naquele instante em que ouvi pronunciada a palavra *pátria*, em que vislumbrei no horizonte um primeiro faro aceso pela **Revolução Francesa de 1830**. Existiam, então, homens que dedicavam-se à redenção da Itália!”¹¹ (grifos nossos)

Após a revolução, a ordem. O esperado apoio do governo francês não ocorreu. Para evitar uma radicalização, a França apoiou a Áustria: “No exterior a França deseja a paz: a sua lealdade repulsa injustas desconfianças: ela não é agressiva, mas não consentirá ser atacada em seus direitos”¹².

Diversas sociedades secretas foram fundadas por ex-revolucionários franceses em apoio às “revoluções irmãs”, logradas pela atitude reacionária de Luís Felipe. Tais sociedades recebiam exilados políticos de outros países, em especial, os carbonários italianos, entre eles Garibaldi¹³.

O dilema enfrentado pela regência no período pós-revolução no Brasil era o dilema francês, vejamos:

“A França está fatigada de conspirações: ela tem em horror o despotismo e a anarquia; quer os verdadeiros princí-

⁹ GALLO, Max. *Garibaldi – A Força do Destino*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 52

¹⁰ BERGERON, Louis, et al. *História Universal Siglo XIX – La época de las revoluciones europeas 1780-1848*. V.26 Século XIX. Madri: Espanha Editores, 1976, p. 253.

¹¹ DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 33.

¹² O Observador, Rio Grande, 24/04/1833, n°93. Transcrição de matéria publicada no Jornal Aurora Fluminense do Rio de Janeiro sobre a situação política na França no ano de 1833.

¹³ GOUBERT, Pierre. *História Concisa da França*. V.2. Portugal: Publicações Europa-América, 1996, p. 63.

pios da revolução de Julho que apartam ao mesmo tempo as tradições de uma república, e as doutrinas de uma restauração, que repele com igual energia”¹⁴.

Garibaldi percebia com clareza o estreitamento do regime de julho:

“Na França de 1833, clamores como este [de Mazzini] não eram lançados impunemente. Pouco tempo depois de eu ter-lhe sido apresentado e de haver-lhe afixado a minha adesão, Mazzini, o eterno proscrito, foi forçado a abandonar a França e a buscar exílio em Genebra”¹⁵.

Garibaldi, condenado à morte em sua terra natal, fugiu para a França, onde acabou preso. Conseguindo evadir-se do cárcere e embarcou para o Brasil. O ano era 1834. Iniciava, dessa forma, em terras americanas, a sua jornada de aventureiro, corsário e guerreiro.

Foi na capital do Império brasileiro que Garibaldi entrou em contato com a Revolução Farroupilha. O líder farroupilha, Bento Gonçalves, e seu secretário Tito Zambecari, foram aprisionados no Rio Grande do Sul, após a batalha de Fanfa, em 1836, e levados ao Rio de Janeiro. Ambos estavam recolhidos ao forte Santa Cruz. Zambecari, à semelhança de Garibaldi, era mais um italiano exilado no Brasil. A aproximação entre os dois foi inevitável. Por sua prática como marinheiro no Mediterrâneo, Garibaldi recebeu uma carta de corsário farroupilha - uma autorização para o apresamento de navios, civis e militares, da Marinha brasileira. Em terras americanas, Garibaldi iniciava sua vida de revolucionário:

“Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas, mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes nem cavaleiros mais brilhantes que os da cavalaria Rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das gentes!”¹⁶

¹⁴ O Observador, Rio Grande, 24/04/1833, nº93. Transcrição de matéria publicada no Jornal Aurora Fluminense do Rio de Janeiro sobre a situação política na França no ano de 1833.

¹⁵ DUMAS, Alexandre. *Memórias...*, 2002, p.35.

¹⁶ Carta de Garibaldi a Domingos José de Almeida, datada de 10 de setembro de 1859. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 20/09/1975.

Em que pese ter atuado também como soldado da infantaria, foi como comandante da esquadra rio-grandense que ficaram celebrizados os principais episódios da participação de Garibaldi na Revolução Farroupilha. Para mencionar alguns: o transporte de barcos – lanchões¹⁷ – por terra até a foz do Rio Tramandaí, já que a saída para o mar pela Lagoa dos Patos estava sob o domínio dos imperiais; a tomada de Laguna; a anexação de Santa Catarina e fundação da República Juliana, seu romance com Ana Maria de Jesus Ribeiro, futuramente Anita Garibaldi; concluindo sua participação em 1841, quando se retirou para o Uruguai.

O maior historiador da Revolução Farroupilha, Alfredo Varella, assim definiu a atuação de Garibaldi na Revolução Farroupilha: “Em verdade, parece que, com a presença de Garibaldi, menos tivemos a de um egrégio mortal, do que a de um desses benignos deuses do paganismo, cultuado antanho”.¹⁸

De fato, em todos os festejos cívicos que anualmente celebram a Revolução Farroupilha, Garibaldi é lembrado com veneração, colocado lado a lado com Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto e David Canabarro. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina há clubes e centros de tradição gaúcha em homenagem a Garibaldi; em todas as cidades, praticamente, há uma rua com o seu nome em homenagem a sua atuação na revolução farroupilha.

Serão homenagens merecidas ou há algum exagero nisso tudo? Em outras palavras, terá tido, realmente, tamanha importância a atuação de Garibaldi na Revolução Farroupilha? Onde acaba a história e onde começa o mito? Para responder a essa pergunta, algumas considerações são necessárias.

Primeiramente, o jovem Garibaldi, com então menos de trinta anos, era um entre centenas de outros estrangeiros que tomaram parte na Revolução Farroupilha. Muitos morreram, anônimos, no campo de batalha, outros logo caíram no esquecimento. Em geral, os estrangeiros, que lutaram em ambas as facções, quando aprisionados pelos inimigos eram logo “passados em armas”, pela sua condição de mercenários.

No caso particular da marinha rio-grandense – provavelmente a maior fragilidade dos revoltosos – o “engajamento” era, na maior parte, forçado. Uma espécie de pena imposta a criminosos¹⁹.

O que, então, diferenciou Garibaldi dos demais estrangeiros, incluindo muitos italianos, que lutaram ao lado dos farroupilhas? Garibaldi abandonou a Revolução Farroupilha no ano de 1841, emigrando para o Uruguai. Ao retornar

¹⁷ Lanchão: barco de pequeno calado.

¹⁸ VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Globo, V.5, 1933, p. 292.

¹⁹ MARKUN, Paulo. Op. cit, p.113.

para a Europa, em 1849, retomou sua luta para a unificação da Itália. Já em 1860 conquistou Nápoles e a Sicília, tornando-se mundialmente famoso. A esse tempo, Garibaldi já não era um mero corsário, mas, sim, um general. Dessa forma, o herói Garibaldi, por muitos venerado, não é o corsário farroupilha, mas, sim, o general da unificação italiana. Outro elemento que diferenciou Garibaldi dos seus demais companheiros foi o fato de ter escrito seu livro de “Memórias”, que recebeu diversas edições, dentre as quais, a mais famosa foi a publicada por Alexandre Dumas, de 1860. Assim, os diversos estudos acerca da atuação de Garibaldi, que serviram para criar a sua imagem heróica, têm como principal fonte suas próprias memórias! Acrescente-se a isso que a versão editada por Dumas foi, em muitos aspectos, romanceada, não correspondendo os relatos aos fatos ocorridos. Isso fica mais claro quando comparamos os documentos da Revolução Farroupilha, disponíveis no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, com aquilo que é narrado em suas “Memórias”. Vejamos, por exemplo, como Garibaldi relata sua relação com Bento Gonçalves, o chefe farroupilha:

“No dia em que nos encontramos pela primeira vez, convidou-me para o seu banquete frugal; e conversávamos com tanta familiaridade como se fôssemos companheiros de infância e iguais em posição”.²⁰

Os chefes civis e militares farroupilhas, em sua maioria, eram estancieiros e escravocratas. Não havia espaço, nos postos de comando, para outros segmentos sociais. Garibaldi, um entre tantos estrangeiros a se bater por um causa que não era a sua, não era visto como um igual. A situação dos estrangeiros foi muito bem descrita por outro italiano, amigo de Garibaldi, a pegar em armas na Revolução Farroupilha:

“O General Canabarro escreveu ao Ministro José Mariano de Matos, **lastimando que Garibaldi fosse o Comandante da Esquadilha** e eu o Secretário do Governo. **Os guerreiros estimam que o estrangeiro combata ao seu lado, mas os letrados não gostam de ver um estrangeiro sentado ao mesmo escritório**”.²¹ (grifos nossos)

²⁰ DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907, p. 70.

²¹ Carta de Luigi Rossetti a Domingos José de Almeida, datada de 11/08/1839. Arquivo Histórico do RS, Coleção Alfredo Varela, maço 51, Caixa 15.

Outro episódio, ainda que historicamente pouco relevante, mas significativo ao demonstrar como Garibaldi era visto com desconfiança pelos chefes farroupilhas, foi o namoro de Garibaldi com Manoela, sobrinha de Bento Gonçalves. Assim lemos nas "Memórias":

"Uma dessas jovens, Manoela, era a senhora absoluta do meu coração: sem esperança de poder possuí-la, ainda assim não poderia deixar de a amar. Era desposada de um dos filhos de Bento Gonçalves".²²

Bento Gonçalves não permitiu o romance, disse a Garibaldi que Manoela estava prometida ao seu filho Joaquim. Não era verdade. Bento Gonçalves recebia Garibaldi em sua casa, mas considerava-o um aventureiro, um homem indigno de desposar uma sinhazinha de família tradicional como Manoela. Uma carta de Otacílio Ferreira, sobrinho de Manoela esclarecia a situação:

"O suposto noivado com seu primo, filho de Bento Gonçalves, não passou de um pretexto de seus pais para recusarem o pedido de Garibaldi, pois embora o recebessem em seu lar e o cumulassem de gentilezas não deixavam de considerá-lo como aventureiro, motivo pelo qual opuseram-se ao casamento".²³

Manoela de Paula Ferreira morreu solteira, aos 84 anos, em Pelotas. Era conhecida como "a noiva de Garibaldi".

Mais adiante, em suas "Memórias", Garibaldi destacou a valentia e honradez de seus companheiros marinheiros:

"Durante todo o tempo que fui corsário dei ordem à minha gente para a vida, honra e fortuna dos passageiros ser respeitada... ia dizer debaixo de pena de morte, mas não devo dizer tal, porque não tendo até hoje ninguém infringido as minhas ordens, não tenho tido ninguém que punir".²⁴

²² DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907, p. 76.

²³ *Cincoentenário da morte de José Garibaldi*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. II trimestre, ano XII. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932, p. 254-256.

²⁴ DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907, p.48.

Uma carta de José da Silva Brandão, datada do ano de 1839, ao ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida, apresenta uma situação bastante diferente:

“Exmo. Patricio, Amigo e Sr. O Garibaldi tem-se visto em apuros com a canalha que tem por marinheiros, que estão em uma escandalosa insubordinação e com planos de traição para se passarem para o inimigo, pois pretenderam, em uma noite em que ele se achava doente, agarrá-lo, metê-lo a bordo de um lanchão e levarem-no de presente ao inimigo (...)” ²⁵ (grifos nossos)

Episódio significativo da passagem de Garibaldi na Revolução, por todos enaltecida, foi a travessia dos lanchões, Seival e Farroupilha, da Lagoa dos Patos até as praias de Tramandaí, para então auxiliar David Canabarro que marchava por terra para tomar Santa Catarina:

“Os habitantes gozaram então de um espetáculo curioso e desusado, isto é, verem dois navios em cima de duas carretas, e puxados por duzentos bois, atravessarem cinquenta e quatro milhas, isto é, dezoito léguas, sem a menor dificuldade, sem o mais pequeno incidente”.²⁶

Contudo, a travessia dos lanchões, como de resto praticamente toda a atividade corsária de Garibaldi, muito pouco contribuiu para a consolidação da República Rio-grandense. O barco comandado por Garibaldi foi a pique poucas horas após chegar ao mar, causando prejuízos aos projetos farroupilhas em Santa Catarina. É o que relatou David Canabarro a Bento Gonçalves:

“Garibaldi perdeu as instruções e mais papéis que o acompanhavam, quando felizmente pode só escapar na praia, onde os restos do ‘Farroupilha’ indicam seu desastroso fim; é preciso pois que mandeis instruções para a Marinha, cartas de corso e decretos que marcam a repartição das presas”.²⁷

²⁵ Carta de J. S. Brandão a Domingos José de Almeida, datada de 1839, Anais do Arquivo Histórico do RS, vol.5, CV-2980.

²⁶ DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907, p.83.

²⁷ Carta de David Canabarro a Bento Gonçalves, datada de 14/08/1839. AAHRGS, vol. 6, CV - 3340.

Essa mesma carta, ao pedir decretos que regulassem a divisão daquilo que fosse apreendido, aponta exatamente a função de Garibaldi: um corsário. As atividades corsárias de Garibaldi, no entanto, não foram muito bem sucedidas, ao menos é o que relatou seu colega Luigi Rossetti:

“Garibaldi já fez quatro presas mas desafortunadamente duas delas foram separadas do [barco] Caçapava, que os conduzia por um temporal e uma foi retomada pelo inimigo”.²⁸

Malograda a expedição a Santa Catarina, que em novembro de 1839 foi retomada pelos imperiais, Garibaldi retornou ao Rio Grande do Sul. Trazia junto Ana Maria de Jesus Ribeiro, que, abandonando o marido para seguir o aventureiro italiano, passou à história com o nome de Anita Garibaldi. Nas “Memórias”, Garibaldi omite o fato de Anita ser casada quando ele a conheceu.

Em 1841, com o declínio da Revolução Farroupilha, Garibaldi resolve abandonar o campo de batalha e emigrar para o Uruguai, alegando em suas “Memórias” ter ganho dispensa pelo presidente da República, bem como cerca de 900 cabeças de boi pela sua participação na revolução:

“(…) numa estância, chamada Curral de Pedras, com o beneplácito do ministro das Finanças, eu conseguira reunir, em cerca de 20 dias e à custa de um indizível esforço, algo em torno de novecentos animais – que eram completamente selvagens”.²⁹

Não há evidências de que Garibaldi tenha recebido de fato autorização para deixar a revolução. Aliás, na bibliografia e documentos pesquisados não encontramos menção a esse tipo de autorização, quer seja para estrangeiros ou nacionais. Também é pouco crível que, em função das dificuldades financeiras por que sempre passou a República Rio-grandense, fossem destinadas 900 cabeças de bois para quem estivesse deixando o campo de batalha. Uma interpretação possível para esse episódio é que as tais mil cabeças de bois seriam destinadas a Fructuoso Rivera em pagamento pelo fornecimento de bens, provavelmente armas, enviados do Uruguai aos Farroupilhas:

²⁸ Carta de Luigi Rossetti a Domingos José de Almeida, datada de 30/10/1839. Arquivo Histórico do RS, CV-8.044, maço 51.

²⁹ DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907, p. 143.

"Para D. Fructuoso Rivera. São Gabriel, 6 de abril de 1841. Respeitável Sr. de meu maior apreço. Ao conduto do Capitão-tenente José Garibaldi segue para essa uma tropa de mil reses de saladeiro que V.Exa. se servirá mandar receber e dispor para seu produto, e, depois de pagas as despesas de condução, a aplicar para pagamento de parte da importância dos objetos entregues ao Capitão Joaquim Pereira Fagundes; esta tropa vai em nome do dito Capitão-tenente por me parecer não devê-lo fazer diretamente a V. Ex.^a. Pelo Sr. Matos, próximo a partir para essa, serei mais extenso. De V. Ex.^a amigo o mais obrigado".³⁰

Garibaldi, conforme os relatos de suas "Memórias", nunca entregou os bois a Rivera. Chegando ao Uruguai, Garibaldi teria ainda se dirigido à legação brasileira de Montevidéu pedindo anistia ao Imperador Dom Pedro II, mesmo havendo pedidos dos farroupilhas para que este retornasse ao Rio Grande do Sul³¹.

No ano de 1845 o tratado de Ponche Verde colocou fim à Revolução Farroupilha, encerrando uma luta que durante aproximadamente 10 anos dividiu o Rio Grande do Sul entre farroupilhas e imperiais. Garibaldi, a esse tempo, ainda estava no Uruguai onde permaneceria até 1849, ano em que retornou a Europa para finalmente lutar pela unificação de sua Itália, ficando mundialmente conhecido como o *condottiere*.

A consolidação do Segundo Reinado com o Imperador D. Pedro II, fez com que episódio farroupilha entrasse em esquecimento. Somente em fins do século XIX, com o movimento republicano, a Revolução Farroupilha e a República Rio-grandense foram novamente trazidas a lume; dessa vez, como forma de propaganda. Os jovens republicanos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) apresentaram-se como seguidores dos ideais farroupilhas. Surgiram, então, os primeiros estudos sobre a Revolução Farroupilha, em editoriais dos jornais republicanos, como "A Federação", ou através de livros, como "A História da República Rio-grandense" (1881) de Joaquim Francisco de Assis Brasil e "A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul" (1882), de

³⁰ Carta de Domingos José de Almeida a Dom Fructuoso Rivera, datada de 06/04/1841. AAHRGS, V.3, CV-1598.

³¹ Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. Porto Alegre: o Globo, 1940, 3^o vol. pp.1515-1517.

Ramiro Frota Barcellos, ambos republicanos históricos. Nessa mesma época a imigração italiana para o Rio Grande do Sul se acentuava; importantes cidades floresciam na zona colonial italiana, cuja influência econômica e política rapidamente se acentuava. Era preciso estabelecer um elo entre o novo regime, a República, e o imigrantes italianos. Garibaldi foi o elo perfeito. Garibaldi passou, então, da condição de mero coadjuvante da revolução à condição de herói, lado a lado, como já referimos, no panteão dos revolucionários, com Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto e David Canabarro.

Analisando o contexto político do final do século XIX, associada à importância da imigração italiana no Rio Grande do Sul fica bastante evidente o processo de construção do mito Garibaldi, como um instrumento de propaganda política. Como exemplo mais evidente dessa junção temos o jornal republicano do município de Caxias do sul, em que aparecem, na primeira página, no alto, Bento Gonçalves ao lado de Garibaldi, ambos segurando um coroa de flores com o dístico: "A união faz a força", na parte de baixo a figura do então governador Borges de Medeiros. Surgia, dessa maneira, o mito do herói dos dois mundos.

Bibliografia

- Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia. Porto Alegre: O Globo, 1940, 3º vol.
- BERGERON, Louis, et al. *História Universal Siglo XIX - La época de las revoluciones europeas 1780-1848*. V.26 Século XIX. Madri: Espanha Editores, 1976.
- Cincoentenário da morte de José Garibaldi*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. II trimestre, ano XII. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.
- Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835-1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, 7ª ed.
- DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Estado do Rio Grande do Sul, 1907.
- GALLO, Max. *Garibaldi - A Força do Destino*. São Paulo: Scritta, 1996.
- GOUBERT, Pierre. *História Concisa da França*. Portugal: Publicações Europa-América, 1996, V.2.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: Dispersão e Unidade*. Tomo II, 2º vol. 5ª ed.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. In.: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda-Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MARKUN, Paulo. *Anita Garibaldi, a heroína brasileira*. São Paulo: Senac, 2003.

VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1933, V.5.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O General Farroupilha João Manuel de Lima e Silva (1835-1837)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

Fontes

Atas da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul

Carta de Domingos José de Almeida a Dom Fructuoso Rivera, datada de 06/04/1841. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, V.3, Coleção Alfredo Varela-1598.

Carta de J. S. Brandão a Domingos José de Almeida, datada de 1839, Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol.5, CV-2980.

Carta de David Canabarro a Bento Gonçalves, datada de 14/08/1839. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 6, CV-3340.

Carta de Luigi Rossetti a Domingos José de Almeida, datada de 11/08/1839. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Alfredo Varela, maço 51, Caixa 15.

Carta de Luigi Rossetti a Domingos José de Almeida, datada de 30/10/1839. Arquivo Histórico do RS, CV-8.044, maço 51.

Jornal Correio do Povo – Porto Alegre – RS – (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – MCSHJC)

Jornal O Observador – Rio Grande – (MCSHJC)



Mazzini, Garibaldi, Verdi e a Unificação Italiana

Voltaire Schilling
Diretor do Memorial do Rio Grande do Sul

Introdução

A unificação nacional italiana, alcançada depois de uma luta de quase trinta anos (1831-1861), sonhada por tantos homens e mulheres ilustres do passado, foi um movimento político e cultural *sui generis* na medida em que contou com a participação das mais diversas personalidades daquela época, entre elas, um intelectual, um extraordinário homem de ação e um grande compositor: os três Giuseppi: Mazzini, Garibaldi e Verdi. Esse episódio da luta pela unificação, que muitos consideram como as mais belas páginas da Itália Moderna, foi chamado de *Il Risorgimento*, o Renascimento ou o Ressurgimento, ocasião em que o antigo espírito nacional dos povos peninsulares, que formavam a Itália, em uníssono, voltou a reclamar por sua independência e liberdade.

Giuseppe Mazzini, o profeta da Itália

Nascido em Gênova, em 22 de maio de 1805, em meio a uma família estreitamente vinculada aos carbonários, os jacobinos italianos do início do século 19, Giuseppe Mazzini, ao longo da sua vida de patriota, empunhou a bandeira da unificação da Itália, país que então era apenas uma expressão geográfica, religiosa e cultural, mas não um estado poderoso como a França ou a Espanha. Em 1831, no exílio em Marselha, ele fundou o movimento *Giovine Italia*, a Jovem Itália, com a intenção de mobilizar a opinião dos seus concidadãos para a nobre causa de constituir uma nação “*Una, Independente, Libera, Repubblicana*”. Compôs, com os outros dois Giuseppi, seus contemporâneos, Verdi e Garibaldi, o músico e o revolucionário, a trindade que encarnou a paixão por uma Itália livre, enfim, do controle do Imperador estrangeiro e independente do Papa católico.

A primeira unidade: a romana

Em tempos remotos, alguns séculos antes de Cristo, a península italiana foi unificada pela primeira vez por Roma, depois de uma série de bata-

lhas travadas pelos filhos da “loba” contra seus vizinhos (sabinos, volscos, etruscos, samnitas, celtas, gregos etc...). Estima-se que esse processo de integração tenha encerrado ao redor do ano 262 a.C., ao final das guerras movidas contra as cidades gregas da Itália meridional, quando o Senado romano pôde proclamar-se “Senhor da bota”.

O nome “Itália”, que até então somente servia para designar as terras do sul, difundiu-se por toda a península. Junto com a vitória, o idioma do Lácio, o verso de Virgílio e Ovídio, a fala latina, tornaram-se a língua dominante por toda parte, reforçando ainda mais a sensação de integração entre os peninsulares. Esse fator de coesão interna foi fundamental para explicar o sucesso dos romanos na guerra contra Cartago, quando a península viu-se invadida por Aníbal Barca, em 216 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, ocasião em que o general cartaginês, com todo o seu gênio militar, quase nenhum auxílio obteve dos vizinhos de Roma para alcançar submetê-la.

A soberania de Roma estendeu-se, então, do vale do Rio Pó, ao norte, até Brundisium, bem ao sul, tendo enquadrado todos os povos itálicos, ou promovendo alguns deles à posição de *aliati*, situação reforçada ao final da República, quando boa parte dos peninsulares foi promovida à cidadania romana. Tal iniciativa foi tomada, por primeiro, ainda que de forma modesta, no tempo da ditadura de Júlio César (50-44 a.C.), reafirmada e ampliada pela *Constitutio Antonina* (ou Édito do imperador Caracala), de 212, que fizera de todos os habitantes do império cidadãos com iguais direitos aos dos romanos.

Durante os sete séculos seguintes – do III até o V a.C. – graças à integração cultural, jurídica e política capitaneada por Roma, e reforçada pelo *Edictum Perpetuum* do imperador Adriano, de 131, a península reconheceu basicamente a autoridade legal dos Césares sobre todo o território itálico, até que as invasões bárbaras que assolaram Roma, entre 410 e 476, determinaram-lhe o fim da unidade.

O espelho estraçalhado

O desaparecimento do Império Romano provocou uma involução política na península. Todo o território itálico, a partir do século V, fragmentou-se como se fora um espelho caído, estraçalhado. Cada região, por minúscula que fosse, para desespero de tantos patriotas do futuro, tornou-se então um *paese*, um país, indiferente ou hostil ao que se passava com seus vizinhos. A península inteira voltou, assim, aos tempos pré-romanos, reforçando ainda mais aquilo que chamaram “a mentalidade do campanário”, a não ser senão “uma expressão geográfica”, como a definiu o príncipe Metternich.

Nem mesmo com as agressões externas comandadas pelos sarracenos, normandos ou germanos, durante a Idade Média, nem mais tarde, no Renascimento, ocasião em que, desde 1494, na época da geração de Maquiavel, viu-se palco infeliz de disputas entre os poderosos reis da França e da Espanha, a Itália foi capaz de fazer uma frente nacional para expulsar os estrangeiros. Ao contrário, cada célula que compunha aquele corpo político pulverizado, cada comuna ou cidade, cada condado ou principado, procurava tirar proveito da presença dos estranhos para usá-los contra seus rivais mais próximos. Milão opunha-se à Veneza; esta, à Gênova. Florença estranhava-se com Pisa. Chegou-se, por várias vezes, ao extremo de algum tirano ou de uma família patricia apoiar-se num invasor para fazê-lo agir contra seus próprios concidadãos, como, certa vez, foi o caso dos Médicis, de Florença.

Palco de eternas rivalidades

Tal instituição da cizânia colaborou em muito para fazer da península a terra mais invadida da Europa, atraindo, para dentro de si, as forças da cobiça e da rapinagem internacional, que promoveram o vale do Rio Pó como a região preferencial para que batalhas memoráveis fossem lá travadas. Nada mais fácil, aos invasores, do que penetrarem em um território dividido entre 60 cidades que se intrigavam sem parar umas contra as outras.

Agravou-se, ainda mais, a situação de fraqueza interna pelo fato de haver ainda, ao longo do *Medievo*, duas forças cosmopolitas tentando imperar sobre a Itália: o Sacro Império Romano-germano (fundado por Otão, o Grande, em 962) e a Igreja Católica (reconhecida como oficial por Teodósio, em 390), pois tanto o imperador como o papa da Igreja Universal rivalizavam-se na liderança da república da cristandade. A coroa e a mitra, o poder secular e o poder espiritual, nesse momento em acordo, a maior parte em desacordo, travaram uma longa guerra, nem sempre diplomática, pela hegemonia da Itália e sobre o restante da cristandade européia.

A rivalidade foi tão intensa que se traduziu na formação dos dois grandes partidos dos tempos medievais: os *guelfos* (a favor do Papa) e os *gibelinos* (seguidores do Imperador). O Papado, na contramão da pregação de Cristo, se viu constringido a recorrer às armas para defender o trono de São Pedro de usurpadores e aventureiros impostos de fora pelo imperador ou qualquer outro rei. Portanto, durante séculos a fio, a Itália viu-se assim fragmentada, atomizada, não somente pelos pequenos corpos políticos – a rivalidade entre as cidades-estado –, como também entre os grandes corpos institucionais daquela época, o Império e o Papado.

O desespero da inteligência italiana

Evidentemente, tal situação causava desespero e desânimo entre os pensadores, artistas e intelectuais da Itália daqueles tempos. Dante, exilado e desconsolado com sua pátria natal, implorou, por carta, que o imperador alemão Henrique IV, que marchava em direção à Itália, em 1314, estendesse suas operações até a Toscana, com o objetivo de restabelecer o poder dos seus partidários. Chegou até a redigir um ensaio político, "Da Monarquia", escrito entre 1310-14, propondo o acerto entre o Império e o Papado para que, sob a hegemonia do poder secular, a Itália voltasse a gozar de paz e tranqüilidade com um comando forte, ainda que fosse de um imperador estrangeiro. Tudo inútil.

Tempos depois, em 1347, foi a vez de Petrarca aproximar-se do tribuno romano *Cola di Rienzo*, na expectativa de que seu plano, de formação de uma confederação de tiranos, viesse a dar uma forma qualquer de unidade à península. Petrarca, imbuído pelo patriotismo, propôs-se, num primeiro momento, a celebrar a grandeza romana passada, como uma emulação para o presente infeliz, escolhendo para personagem símbolo de um possível renascer italiano o general romano Cipião, o africano (poema "África"), desaparecido no século II a.C., o homem que afastara o perigo de Roma cair em mãos inimigas e que derrubara Anibal na batalha de Zama, em 202 a.C. Num outro, Petrarca, por igual, enalteceu a pátria na "*Canzone all'Italia*", de 1346.

A mesma preocupação moveu Maquiavel, o vigoroso e tido por amoral escritor florentino, na sua expectativa exposta no derradeiro capítulo do *Il Príncipe* (O Príncipe, de 1513), de que surgisse na Itália, invadida e humilhada da sua época, um príncipe resoluto, um líder corajoso e varonil que a unisse para resgatá-la dos "*barbari*", como ele denominava os reis vindos de fora que faziam da sua pátria um palco de destruições, rapinagens, saques e atrocidades sem fim. Segundo suas próprias palavras:

"Não se deve, pois, deixar passar essa ocasião, a fim de que a Itália conheça, depois de tanto tempo, um seu redentor. Nem posso exprimir com que amor ele seria recebido em todas aquelas províncias que têm sofrido por essas invasões estrangeiras, com que sede de vingança, com que obstinada fé, com que piedade e com que lágrimas... Que italiano lhe negaria um favor? A todos repugna esse bárbaro domínio."

Maquiavel encerra o célebre texto com a chave de ouro de um patriótico verso de Petrarca, que dizia:

“Virtude contra furor/Tomará armas; e faça o combater
curto/ Que o antigo valor/ Nos itálicos corações inda não
é morto”.

Todos eles, esses impressionantes nomes das letras itálicas, frustraram-se porque a unificação, o tão esperado abraço fraterno entre os italianos, clamado em prosa e verso, somente terminou por ocorrer séculos depois de seu desaparecimento. O melancólico Giacomo Leopardi, ainda em 1818 (no canto *All' Itália*), em tom de desconsolo, dizia ver “os muros, o arco, a coluna, a estátua e o ermo/as torres dos antepassados” – os visíveis símbolos da magnitude da Roma antiga –, “mas não via mais a glória nem os louros e os ferros em que tinham sido forjados os nossos antigos antepassados”.

Os tempos se passaram e a Itália que, segundo Francesco Fiorentino, filósofo falecido em 1884, esboçara o seu primeiro *Risorgimento* no século 15, pelas artes (Botticelli, Leonardo, Alberdi, Miguel Ângelo etc.) e, depois, no século 16, pela ciência (Bruno, Telésio e Galileu), estava ainda bem distante de chegar à unificação, visto que este *Risorgimento dei Umanismo* não conseguiu ser alcançado pela política.¹

A Revolução Francesa e a idéia nacional

Precisou a Itália esperar pelos efeitos da Revolução Francesa de 1789, para que seus anseios de liberdade e unificação se vissem renascidos. Adormecido por séculos, sonho de poetas, o legítimo sentimento de voltar a formar uma pátria foi reavivado pelos feitos espetaculares de um jovem general republicano de apenas 27 anos, nascido na Córsega, de família italiana, Napoleone Buonaparte (que, mais tarde, ao estudar em Paris, afrancesou para Napoleon Bonaparte), que se tornara o comandante-em-chefe dos exércitos franceses do fronte da Itália.

Derrotando os austríacos em combates memoráveis no Piemonte e na Lombardia, durante sua campanha de 1796-1797, tomando Milão, onde mandou

¹ Conforme Prota, o *Risorgimento* possuía objetivo altamente civil, político e educativo: pôr a cultura a serviço da independência e liberdade da Itália, formar nos italianos uma consciência nacional e política, dar-lhes um sentido das virtudes civis. Valendo-se de um diálogo profundo com Hegel, Spaventa, Croce e Gentile, notabilizaram-se pelas reflexões elaboradas sobre a temática do espírito, que constitui o eixo peculiar do pensamento filosófico italiano.

hastear a bandeira republicana tricolor (verde-branca-vermelha), Napoleão incendiou a imaginação italiana como ninguém mais o fizera até então.

“Guerreiro invencível” – disse dele o poeta Ugo Foscolo, na sua ode a Napoleão –, “*Venceu e a Itália gritou sua liberdade*”. Foscolo viu no general francês o punhal de Bruto erguendo-se contra a tirania de César (o imperador austríaco).

No ano de 1797, Bonaparte fundou, entre tantas outras, a República Cisalpina (formada pela Lombardia e partes dos estados pontifícios). Rebatizou-a, mais tarde, como a República Italiana, situação que durou até 1804. Essa ação fez com que a região se tornasse o futuro embrião do Estado Nacional Italiano.

Ainda que, bem depois, em 1815, Napoleão fosse derrotado, o sincero desejo de reconquistar a autonomia, a semente do nacionalismo havia sido deixada encravada fundo na alma de muitos italianos, particularmente dos que habitavam as regiões do Norte: os da Lombardia e do Veneto, devido à situação de ocupação que viviam, sendo súditos do monarca de Viena (o Sacro Império Romano-germano, cujo soberano era o imperador austríaco, havia assegurado “seus direitos” sobre boa parte do norte da Itália desde o Tratado de Rastatt, de 1714).

Por outro lado, o culto à idéia de uma comunidade unida em torno de uma mesma língua, religião e cultura, cujo arremate final conduziria à formação de um inquebrantável Estado-nacional, já começara a ser celebrada pelos intelectuais românticos, ainda no século 18. Foi sobre essa base que se sedimentou o princípio político dos revolucionários de 1789, preocupados em constituir uma nação unida e soberana que espelhasse a vontade geral popular, substituindo as antigas divisões e hierarquias feudais que ainda pairavam na geográfica política da Europa. O mito do estado étnico, como observou Ernst Cassirer, foi a principal contribuição do romantismo político, e sua manifestação mais radical deu-se durante a Revolução de 1848. Não sem motivos chamada de “a Primavera dos Povos”, já que se tornou a sementeira da formação futura dos estados da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, e, claro, da Itália.

Mazzini agitador e revolucionário

Ao longo de sua vida como agitador e insuflador de rebeliões patrióticas, poucas vezes Giuseppe Mazzini pôs os pés na Itália. Tanto assim que seus seguidores o denominaram de *L'Esule*, o Exilado. Desde o momento em que foi condenado à morte, em ausência, quando souberam que instigara um levante militar na Sardenha, em 1833, ele tomou a precaução de viver

bem longe da pátria, de preferência em Londres, onde se aproximou muito de Thomas Carlyle e dos socialistas lá refugiados. A essência do mazzinismo e do *Partito d'Azione*, o Partido da Ação, liderado por ele, era provocar uma insurreição popular que levasse rapidamente à queda do regime dos reis e dos padres e que se implantasse, na Itália, uma república soberana. Um dos seus lemas era o dito carbonário "*Anima di fuoco in temprà di ferro*" (Alma de fogo temperada no ferro).

Ainda que incansável, nunca se preocupou muito com a organização dos complôs que planejava ou estimulava através dos seus escritos. Parecia acreditar na combustão popular espontânea, desde que ativada por um pequeno e seletivo grupo de homens decididos. De certo modo, ainda que bem mais cauteloso, ele foi a versão italiana do blanquismo (do revolucionário Louis Blanqui, que sempre que podia, mal saído de uma prisão, se alçava contra os governos da França).

Talvez fosse isso, sua aposta na improvisação e na intuição revolucionária, que o levou a polemizar, em diversas ocasiões, com Marx e Engels, no seu exílio em Londres, pois estes, como bons alemães, acreditavam na organização e na demorada preparação antes de se lançarem nas tarefas da insurreição. Viu-se ele como um profeta crente nas virtudes do voluntarismo e no efeito místico da pátria. Todavia, o desentendimento maior entre Mazzini e Marx deu-se por ocasião da fundação da 1ª Internacional Socialista (1864-1871), pois o alemão resolveu "refazer" o Estatuto Primeiro, dando-lhe um cunho "classista", o que desgastou a posição de Mazzini a favor da integração da classe média no movimento. Em represália, Engels exortou os trabalhadores italianos a se afastarem do mazzinismo, do que nada de efetivo resultou.

Com os episódios dramáticos que se seguiram à Revolução de 1848, Mazzini pôde voltar à Itália para cair bem em meio ao tumulto provocado pela fuga do Papa Pio IX e a proclamação da República Romana, em 1849. Participou na elaboração da Constituição e foi eleito para o Parlamento Nacional como representante de Turim.

Entrementes, o papa apelou aos regimes católicos da Europa para que intervissem militarmente para restaurá-lo no trono em Roma. Um exército francês, sob comando do general Oudinot, desembarcando em Óstia, cercou então a capital, forçando Garibaldi a organizar uma heróica, mas inútil resistência. Desmantelada a república, Mazzini viu-se obrigado a retornar a Londres para mais uma longa temporada de exílio. As duas outras tentativas de acertar um golpe republicano, visando a reverter a perda de Roma, uma em Mântua (1852) e outra em Milão (1853), fracassaram.

Todavia, o derradeiro esforço para obter sucesso pela via revolucionária acabou numa tragédia de grandes proporções. Em 2 de julho de 1857, o mazzinista Carlo Pisacane, que, vindo de Gênova e passando por Ponza, desembarcara no *Mezzogiorno*, na costa napolitana, com 300 seguidores, para surpreender as autoridades borbônicas com uma ação revolucionária, foi cercado e trucidado pelos camponeses da região, num lugarejo chamado Sanza, suspeitando que eles fossem bandidos "*Eran trecento eran giovani e forti e sono morti...*", disse deles num poema da época. Dele, então, escreveram dois dos opositores do Profeta: "*Il profeta ha perduto l'ultima scintilla Del suo fatale prestigio. A Mazzini politico si può cantare il Requiem aeternam*" (O profeta perdeu sua última centelha do seu fatal prestígio. Ao Mazzini político pode-se cantar o Requiem aeternam).

Cavour supera Mazzini

Com o desastre que acometeu Pisacane, encerraram-se as possibilidades de os mazzinistas servirem como a vanguarda do processo nacional italiano. O insucesso da política de Mazzini e o exílio forçado de Garibaldi em Nova York, em 1850, abriram as portas para a política do Conde de Cavour, primeiro-ministro do Piemonte e funcionário da Casa Sabóia. Por meio do Partido Moderado, Cavour liderou o processo seguinte da unificação nacional. Cavour, ao contrário de Mazzini, tinha um estado por detrás e não grupos desorganizados de patriotas.

Aos republicanos e democratas italianos do Partido da Ação só restaram duas alternativas: colocar-se a reboque da estratégia de Cavour (uma complicada articulação de uma frente interclassista com apoio de potências estrangeiras antiaustriacas, alternando batalhas com negociação) ou, simplesmente, isolar-se de tudo.

A tão estimada esperança *dell' Ideale*, da Causa, depositada numa rebelião popular, tão ao gosto do socialismo romântico, um só golpe que abalasse o rei e o papa, teve que ceder à prioridade da unificação acima de tudo, feita por quem fosse, pois, para ele, Roma era o motor da história italiana vocacionada a ambições universais, visto que a Itália seria a herdeira direta da grandeza dos tempos dos Césares. Porém, tal ressurreição da Itália não se faria através de um império opressor, mas colocando-a "unida, republicana e libertada", como um centro exemplar, um facho luminoso ao redor do qual os demais povos da Europa, todos convertidos ao ideal republicano, deveriam formar uma confederação de estados livres.

Mazzini nunca foi um nacionalista de horizontes estreitos, já que enxergara sempre o movimento italiano no quadro geral da emancipação daqueles ainda submetidos por impérios estrangeiros.

Com a adesão de Garibaldi – que até então era o mais audaz *condottiero* dos republicanos – à causa do Vitório Emanuel II e de Cavour, em 1859, a sorte fora lançada. Em nome da primazia da unificação sobre a importância do regime político que a Itália adotaria no futuro, o Partido da Ação concordou em acatar os Moderados.

Solidão e glória de Mazzini

Quando finalmente foi eleito para o Parlamento nacional, criado em seguida à vitória do Piemonte na 2ª Guerra de Independência Italiana (1859), Mazzini, em fidelidade aos seus princípios republicanos, renunciou à deputação por se negar a ter que prestar juramento de fidelidade ao monarca da Itália (Vitório Emanuel II do Piemonte tornara-se o Vitório Emanuel I da Itália). Os herdeiros do mazzinismo tiveram que esperar por mais de 80 anos para que a Itália se convertesse numa república, fato que somente ocorreu ao término da Segunda Guerra Mundial, em 1946. Mazzini – o Grande Conspirador – que morreu solitário e frustrado em Pisa, em 10 de março de 1872, hoje goza do respeito dos italianos e é tido como o verdadeiro pai da pátria. Quando ocorreu a celebração do centenário da curtíssima República Romana, a de 1849, ergueram-lhe um estuendo monumento em Roma.

Garibaldi, o homem-vulcão

Giuseppe Garibaldi, “o herói de dois mundos”, como mundialmente consagrou-se, foi um dos mais notáveis líderes de homens do século 19, e o mais famoso italiano que se conhece na história contemporânea. Dotado de uma coragem pessoal assombrosa, nada lhe parecia ser impossível. Fugido da Europa em 1836, no Brasil, lutou na Revolução Farroupilha (1837-1840) e, no Uruguai, comandou a Legião Italiana durante o longo cerco de Montevidéu (1845-1851). Retornando a sua velha pátria, ainda desunida, com seus companheiros camisas vermelhas, lutou por sua unificação, alcançada somente em 1861.

Escapando da Europa

“Na América eu servi – e servi sinceramente – à causa dos povos. Assim fui adversário do Absolutismo.”

Giuseppe Garibaldi – Memórias, 1859.

Uma epidemia de cólera em Marselha, na França, e a existência de uma sentença de morte do monarca do Piemonte pesando sobre ele, fez com que Giuseppe Garibaldi resolvesse tomar outros ares. Bom marinheiro, militante carbonário, admirador de Mazzini e do movimento Jovem Itália, partindo de Nantes, a bordo do *Nautonier*, não demorou em desembarcar no Rio de Janeiro, em 1836. De imediato, deixou-se subjugar, como Saint-Hilaire antes dele, pelo impressionante espetáculo da baía da Guanabara, maldizendo não ser poeta. Encontrou por lá uma ativa colônia de exilados italianos, uma das tantas que existiam espalhadas pelas cidades da América, depois do insucesso do levante nacionalista contra o domínio austríaco e das monarquias ultraconservadoras da Itália. No meio deles, exilados, estava Luigi Rossetti, um carbonário que fazia as vezes de jornalista e corsário, combinação comum naqueles tempos. Foi Rossetti quem levou Garibaldi a fazer uma visita a Tito Livio Zambeccari, um preso ilustre, homem de sete instrumentos, ajudante de Bento Gonçalves, ambos encarcerados na Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro, após a derrota dos farrapos na ilha do Fanfa, no Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul. Além das afinidades itálicas, cabe ressaltar que os carbonários eram bastante próximos dos maçons, doutrina seguida por Zambeccari, formando um mundo de contatos subterrâneos, devido às suas inúmeras lojas espalhadas pelos quatro cantos, muito úteis nas conspirações anti-absolutistas.

Corsário farroupilha

Decidiram os dois, com o consentimento de Zambeccari, arrumar um barco e, a partir de janeiro de 1837, lançar-se ao mar como corsários. O que conseguiram foi uma sumaca de dois mastros, que batizaram de "Mazzini", dedicada à interceptação dos que navegavam sob a bandeira do Império Austríaco, inimigo dos italianos irredentos. Caçados pela marinha imperial, navegaram para o Rio da Prata em busca de abrigo. Foi dali, partindo das vizinhanças de Montevidéu, que a dupla Rossetti e Garibaldi, cavalgando em vinte corcéis, alcançou Piratini, sede da revolução das lanças. Sua adesão aos gaúchos insurretos contra o regime dos Braganças parecia-lhes a continuidade, em outro país, em outro continente, da luta que moviam ao absolutismo dos Habsburgos na Europa.

Na ausência de Bento Gonçalves, de quem depois ficariam amigos, encantaram-se com a figura de Domingos José de Almeida, o cérebro que organizava a República Sul-rio-grandense. Nenhum dos dois, porém, perdeu tempo. Trazendo alguns operários da Banda Oriental, eles trataram de cons-

truir, num estaleiro, nas beiras da Lagoa dos Patos, uma minúscula flotilha para poder, pelo menos, atazanar os Caramurus pró-Império, comandados por Greenfell, cuja superioridade nas águas era abrumadora. Os farroupilhas, gente do campo, da estância e do laço, viam o mar com estranheza. Coube, assim, a Garibaldi, guerreiro anfíbio, bom na terra, melhor na água, assumir o papel de almirante da revolução.

Garibaldi, almirante da revolução

Sua missão era abrir um frente, bem mais ao norte, nas águas de Santa Catarina, para apoiar a causa republicana em outras paragens. Deu-se, então, o grande feito de transportar os lanchões, por terra, da área da lagoa até o mar, de Capivari à Lagoa Tomás José, próximo a Tramandaí. Atreladas aos duzentos bois que o general Canabarro requisitara, as enormes carretas de dois eixos e doze rodas, atravessando os baixios alagados assolados pelos ventos da região, por seis dias, num trajeto de 104 quilômetros, arrastaram o Seival e o Farroupilha até o oceano. Dali em diante, no mar, onde uma boa parte dos marinheiros afogou-se num infeliz naufrágio, Garibaldi atingiu Laguna, para integrar-se à República Juliana do general Canabarro (proclamada em julho de 1839), afundar navios do Império, e encontrar o amor da bravíssima Anita, no Morro da Barra, mulher que largou tudo a fim de seguir aquele corsário doido.

Esmorecida a revolução no pampa, o infatigável *condottiero* emigrou de volta ao Uruguai, continuando lá, na chamada Grande Guerra, a lutar contra Oribe, um aliado da tirania do portenho Juan Manuel Rosas. Arregimentando uns 400 patrícios seus, organizou a Legião Itália, uma tropa de choque uniformizada com uma *camicia rossa* (a cor vermelha era usada nas charqueadas para atenuar a má impressão visual do sangue dos animais). Quando ele retornou a Itália, na esteira dos acontecimentos revolucionários de 1848, já fixara o seu uniforme: botas, poncho e a camisa vermelha, o símbolo mor das brigadas garibaldinas, os *Mille*, os heróis do *Risorgimento* na luta pela emancipação definitiva da península.

O guerreiro aposentado

Quando a nação italiana conquistou sua unidade, em 1861, sentindo-se com a missão cumprida, como se fora um vulcão cuja lavra secara depois de incontáveis erupções, Garibaldi retirou-se em direção à pequena ilha de Caprera. Lá faleceu, em 1882, sete anos antes de a república ser afinal proclamada no Brasil. Nunca, todavia, Garibaldi esqueceu das aventuras passa-

das em meio às temeridades machas da cavalaria rio-grandense, “a melhor do mundo”, como ele testemunhou, a brava gente que, certa vez, lamentou não dispor na Itália – de “uns 300 deles” – a fim de pôr mais facilmente os opressores dos povos a correr.

Garibaldi e a Legião Italiana

No ano de 1843, formou-se em Montevidéu, por empenho do condottiero Giuseppe Garibaldi que lá se encontrava exilado, um singular corpo revolucionário: a Legião Italiana. Tratava-se de uma pequena força de 400 homens, todos eles voluntários, que, fugidos da Itália, haviam procurado abrigo no Rio da Prata. Cinco anos depois, uma parte deles, liderados por Garibaldi, embarcou de volta para a Itália, com o objetivo de participar da revolução de 1848, a “Primavera dos Povos”. Poucos grêmios militares tiveram destinos tão estranhos, aventureiros e gloriosos como os que fizeram parte da Legião Italiana.

Garibaldi em Montevidéu

“L'insofferenza delle popolazioni italiane al dominio straniero, che fosse al colmo, già era manifesto in tutte le corrispondenze che giungevano nel Plata. L'idea del ritorno in patria e la speranza di poter offrire il nostro braccio alla sua redenzione da molto tempo facevan palpitar l'anime nostre”.(Que o sofrimento do povo itálico submetido ao domínio estrangeiro tivesse chegado ao seu limite, já se encontrava manifesto em toda a correspondência que chegava ao Prata. A idéia de um retorno à pátria e a esperança de poder oferecer o nosso braço a sua redenção, há muito tempo fazia palpitar a nossa alma.)

Giuseppe Garibaldi – Memórias

Licenciando-se da Revolução Farroupilha em abril de 1841, ocasião em que Bento Gonçalves cedeu-lhe, em agradecimento pelos serviços prestados, uma partilha de 900 bois, Giuseppe Garibaldi e sua mulher, Anita, puseram-se, a duras penas, a tropear a manada por 650 quilômetros a caminho de Montevidéu. O casal, inexperiente no ofício, após 50 dias de cavalgada, chegou à capital uruguaia com somente 300 couros. Em pouco tempo estavam reduzidos à pobreza, morando nos limites da modéstia. Garibaldi, já precedi-

do por sua fama de homem legendário, não tardou a enturmar-se com a numerosa colônia de exilados italianos que por lá se encontravam e o tratavam como herói.

Provisoriamente, aceitou uma colocação de professor, mas teve também que se atarefar na venda de bugigangas para, batendo de casa em casa, reforçar o magro orçamento doméstico. Paradoxalmente, sua situação alterou-se quando a cidade de Montevidéu foi posta a sítio pela marinha argentina. Parecia que as guerras saíam ao encalço de Garibaldi onde ele estivesse. A armada inimiga, comandada pelo Almirante Brown, atravessando o Rio da Prata, viera em auxílio do caudilho Manuel Oribe, chefe do partido blanco e inimigo do presidente Fructuoso Rivera, cacique dos colorados (dois partidos que viviam envolvidos às turras em guerras civis).

Era o início do período que, na história uruguaia, ficou conhecido como a Grande Guerra (1843-1851), o longo conflito entre blancos e colorados pelo controle político da República Oriental do Uruguai, que recém se tornara independente, em 1831. Uma guerra que opôs os dois caudilhos, Oribe e Rivera, ensangüentando o pampa uruguaio com a morte dos patriotas. Estando a capital ameaçada, pois a cavalaria e a infantaria de Oribe mantinham-na cercada por um cinturão de acampamentos e bivaques, não demorou para que o governo uruguaio, sabedor dos feitos de Garibaldi na travessia do Capivari e na tomada de Laguna, lhe oferecesse um elevado posto na marinha nacional (praticamente inexistente).

Líder de homens, agradecido pela acolhida dos orientais, o famoso guerrilheiro não podia se negar a colocar-se ao lado do governo que o prestigiara e que estava passando por maus bocados. Em pouco tempo, arregimentou seus conterrâneos e formou a Legião Italiana, que se tornaria lendária na história do Prata e da própria Itália². Para uniformizar a sua gente, ele recorreu a um lote de camisas vermelhas (*camicia rossa*) que seria enviado às charqueadas argentinas e que terminaria parando nas docas do porto de Montevidéu. Desde então, aquela cor imortalizou os combatentes garibaldinos.

Guerreiro anfíbio, Garibaldi saía-se bem no leme dos barcos e empunhando o sabre nas cargas de cavalaria. Os combates que a Legião

² A Legião Italiana, grupo de homens unidos ao redor de um líder, lutando por uma causa em comum, fez escola. Reforçou a idéia, defendida pelo revolucionário francês Auguste Blanqui, por Lênin e por Che Guevara, dos que afirmavam que o sucesso de uma revolução depende muito mais da decisão de uns poucos homens do que da vontade das massas.

Italiana travou na Grande Guerra dos uruguaios, como se deu na batalha do Salto de Santo Antônio, devido ao número escasso de gente que a compunha (de 400 a 600 homens no máximo), serviram mais de diversionismo para aliviar a pressão sobre a capital do que como um resultado efetivo que pudesse alterar as posições de Oribe ou o rumo da guerra.

Quando arrefeceu um pouco a pressão sobre a capital, Garibaldi recebeu a notícia, vinda da Itália, de que os povos europeus estavam se insurgindo por todas as partes. Convencendo Anita a embarcar, prontamente ajuntou os seus magros pertences para, atravessando o Oceano Atlântico, ir aderir ao movimento rebelde, desejando fazer parte da Revolução de 1848. Entrementes, enquanto Garibaldi lutava na Itália, a Grande Guerra uruguaia seguiu até 1851, quando o Império do Brasil declarou guerra ao ditador Rosas (que apoiava Oribe), intervindo abertamente no conflito.

Derrotada a coligação Oribe-Rosas, uma paz temporária foi acertada entre os blancos e os colorados do Uruguai.

De volta à Itália

Pouco tempo depois de seu desembarque em Gênova, Garibaldi, vestindo a camisa vermelha e bombachas (*pantal turchin*), tendo um poncho branco sobre elas, acompanhado por um reduzido núcleo de 86 camisas-vermelhas da Legião Italiana, os *montevideanos*, rumou para Roma, onde foi eleito deputado da Assembléia Nacional, a primeira a reunir italianos de todas as partes. Foi um dos instigadores da República Romana, aclamada em 9 de fevereiro de 1849, visando pôr fim ao poder secular que o papado exercia sobre uma parte das terras italianas – os estados pontifícios. Até um triunvirato, com a presença do incansável líder republicano Giuseppe Mazzini, foi eleito para dirigir a nova república. A plataforma, inspirada no lema “Igualdade, Liberdade, Humanidade”, era unificar a Itália, afastar o poder clerical dos assuntos civis e livrar a nação da ingerência estrangeira (os austríacos ocupavam o norte da Itália, as províncias da Lombardia e do Vêneto, e também a Toscana).

Logo, porém, a situação se inverteu. As forças da repressão comandadas pelos austríacos lideraram um contra-ataque ao Reino do Piemonte (a cabeça do projeto de uma Itália unificada), derrotando o seu exército na batalha de Novara, em março de 1849, ação que terminou por sepultar as esperanças dos patriotas italianos. Todas as conquistas obtidas entre 1848 e 1849

mostraram-se nuvem de fumaça, evaporando-se na presença dos canhões e dos mosquetes da contra-revolução.

O Papa Pio IX, por sua vez, lançara um manifesto reclamando a devolução dos seus territórios expropriados pela república revolucionária. Atendendo ao seu apelo, a França de Luís Napoleão, o sobrinho de Bonaparte, enviou, em abril de 1849, um exército com 30 mil homens para ocupar Roma, com a missão de desfazer a república e devolver o poder ao papa. Garibaldi e seus homens da Legião Italiana foram os únicos a resistir dentro da cidade. Na praça de São Pedro, ele arenga aos seus homens perfilados na sua frente:

“Onde nós estivermos, estará Roma. Mas lembrem-se de que vocês não terão nem suas casas confortáveis, nem seus cafés, nem seus jantares. Vocês dormirão freqüentemente sob as estrelas, e algumas vezes sob a chuva... Saio de Roma. Aquele que quiser continuar a guerra contra o estrangeiro venha comigo. Não ofereço nem salário, nem acantonagem, nem provisão. Ofereço fome, sede, marchas forçadas, batalhas e morte.”

(Garibaldi, a força do destino, de Max Gallo, p. 149.)

Fuga e novo exílio

Seguido por 1.500 combatentes, Garibaldi, para não ter que se render ao general Oudinot, que entrara em Roma em junho de 1849, decide pela retirada para o norte, em direção à Veneza. Acompanha-o a sua inseparável Anita, grávida de cinco meses. Perseguidos pelos franceses e austríacos, escalando os montes Apeninos, refugiam-se na minúscula República de San Marino, que lhes dá asilo. Nada o detém. Tomando fôlego, escapa do cerco e navega num barco pesqueiro pelo Mar Adriático até o pequeno porto de Magnavacca, na embocadura do Rio Pó, triste local onde Anita vem a falecer no dia 1º de agosto de 1849.

Garibaldi, então viúvo, engendra outra fuga espetacular. Vários dos seus homens da Legião são capturados e fuzilados, enquanto ele, cruzando a Itália a pé, do Adriático ao Tirreno, caminha por 37 dias, escapando dos inimigos até conseguir novamente partir rumo ao exílio. Tenta ir para Tunis, na África do Norte, mas, visto como “homem-do-diabo”, ninguém quer dar-lhe abrigo. Em 1850, ele decide rumar para os Estados Unidos (curiosamente, embarca num navio chamado *Waterloo*, a batalha final de Napoleão).

Quando o guerreiro deu as costas para as terras da Europa, era um homem derrotado, um fora-da-lei. Perdera Anita, sua companheira de ideais e de lutas, enquanto que seus três filhos ficaram ao encargo da mãe dele, em Nice, cidade onde nascera em 1807. Os seus companheiros camisas-vermelhas, por sua vez, estavam dispersos, presos ou mortos. Decepcionado com a falta de entusiasmo do povo miúdo da Itália, a negativa dos humildes em combater a seu lado para implantar um regime melhor, nacional e democrático, recordou-se da bravura dos cavaleiros farroupilhas, dos guerreiros rio-grandenses que pareciam não temer nada, nem a morte.

No campo da política italiana, tudo regressara à situação anterior. O papa voltara a assumir o poder temporal, os austríacos e os franceses continuaram mandando na Itália, e o país permanecia tão dividido como antes de 1848. Toda a luta dos patriotas revelara-se infrutífera. Tudo parecia ter-se acabado.

Garibaldi não tinha mais os 28 anos de quando atravessou o oceano pela primeira vez para chegar ao Brasil e, em seguida ir lutar com os Farroupilhas. Era um homem maduro, um viúvo de 43 anos, cheio de cicatrizes, e que não sabia direito o que iria fazer na América. No entanto, o destino novamente buscou Garibaldi do exílio distante para alçá-lo em aventuras ainda maiores. No dia em que desembarcou em Nova York, a edição do *NY Times* de 30 de julho de 1850, registrou:

“neste dia chegou , vindo de Liverpool, o Waterloo com Garibaldi a bordo, personalidade de renome mundial, herói de Montevideu e defensor de Roma. Todos aqueles que conhecem o seu caráter cavalheiresco e os serviços que prestou à causa da liberdade lhe reservarão a acolhida que lhe é devida.”

Verdi e a unidade italiana

Num pesado dia do inverno de Milão, 27 de janeiro de 1901, o povo saiu às ruas para prestar uma das mais belas e espontâneas homenagens ao maior compositor italiano de todos os tempos. Giuseppe Verdi morrera aos 87 anos. Com lágrimas nos olhos, naquela data infeliz, milhares de pessoas, sentindo-se na orfandade, vendo o féretro desfilar, cantaram em coro uma das suas mais celebradas passagens: *Va, pensiero*. Com ele, sepultou-se também uma das mais comoventes e heróicas páginas da história da Itália Moderna.

A Itália sofrida

“E chegará um dia em que já não se falará de melodia, de harmonia, de escola italiana ou alemã, do futuro ou passado etc. Então, talvez, poderá estabelecer-se o reino da música.”

Maquiavel, ao encerrar o *Il Principe* (O Príncipe, cap.XXVI, 1521), livro que o perpetuou, exortou para que surgisse na Itália do seu tempo - invadida por forças estrangeiras e dilacerada por brigas internas entre as cidades rivais - um príncipe forte, um bravo, “um redentor”, que, além de afastar “os bárbaros”, restituisse-lhe a integridade perdida desde os tempos dos romanos. Ninguém atendeu ao seu apelo.

Ainda na metade do século 19, mais de trezentos anos após sua morte, a ditosa pátria de Dante e de Petrarca encontrava-se praticamente na mesma situação, a de ser “uma expressão geográfica” dominada por um império estrangeiro (o dos Habsburgos austríacos, que controlavam parte das províncias do norte), por uma dinastia estrangeira (a dos Bourbons espanhóis, que reinavam sobre as do sul) e pelo papado (chefe de uma instituição universal, a Igreja Católica, que mantinha a *podestà*, o domínio, sobre as províncias centrais, os ditos Estados Pontifícios).

Um patriotismo tribal

Além disso, na intrincada geografia político-cultural itálica, predominavam o paroquialismo, o *campanilismo*, a crença arraigada da população de que o seu *paese*, o verdadeiro país, era o lugarejo onde nasciam, no qual batizavam seus filhos, o do dialeto que falavam, e de onde tiravam o sustento. Era-lhes indiferente o destino dos vizinhos, o que facilitava a continuidade da hegemonia estrangeira. Tal atitude levou o historiador napolitano Luigi Blanch a dizer que o patriotismo dos italianos lembrava o dos gregos antigos, parecendo-se mais com um “patriotismo tribal” do que algo próximo à moderna devoção à pátria.

Somente nos seus poros, aqui e ali, como no reino do Piemonte, fronteiro à França, onde o Conde de Cavour suspirava por uma Itália liberta, havia o desejo de alinhar o país aos demais estados europeus, unificados há muito tempo atrás.

Divisão política da Itália pré-1861

Estado	Capital	Situação política
Reino do Piemonte	Turim	Reino do Piemonte (Victor Emanuel I, Conde de Cavour como 1º ministro)
Lombardia	Milão	Província do império Austro-húngaro (Dinastia Habsburgo)
República de Veneza	Veneza	Governo dos Doges, tutelada pelo império Austro-húngaro
Reino das Duas Sicílias	Nápoles	Reino dos Bourbons (ramo espanhol)
Estados Pontifícios	Roma	Governo do Papado
Grão-ducado da Toscana	Florença	Grão-duque d'Áustria
Ducado de Parma	Parma	Duque de Parma
Ducado de Módena	Módena	Duque de Módena

Os três Giuseppi

Ocorreu que o tão esperado e valoroso príncipe, o restaurador da integridade italiana perdida (descartando-se a inadequada e anti-heróica figura do Conde de Cavour), não tomou corpo num homem só. Em termos simbólicos, pode-se dizer que o messias da Itália contemporânea assumiu, isso sim, a forma de três Giuseppi (Josés): Giuseppe Mazzini (1805-1872), Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e Giuseppe Verdi (1813-1901). Um pelas idéias, outro pelas armas e o último por meio da música, dotaram o povo peninsular da teoria, da espada e do hino, para que, nas esteiras do *Risorgimento*, vissem concluído o sonho da unificação nacional.

Foi a ação dos três, em campos distintos, mas complementares, que inspirou os italianos a se recomporem, depois de quatorze séculos de divisionismo, para virem a formar um só corpo político.

O *Risorgimento* ³

A idéia de que a Itália deveria, de algum modo, livrar-se do destino cativo que a infelicitava desde a época de Maquiavel, começou a tomar vulto

³ A popularização da palavra *Risorgimento* decorreu da fundação do jornal "Il Risorgimento", em Turim, em 1847, tendo como um de seus redatores-chefe o Conde de Cavour.

no final do século 18 e princípio do 19. Os ideais da Revolução Francesa de 1789 – com sua proposta de um estado-nação constituído pela soberania popular, oposta ao reino dos príncipes – chegaram à Itália junto com os bivaques do exército do general Napoleão Bonaparte, que ocupou o norte do país em 1796 e 1797. Mesmo com a derrota posterior do império francês, em 1815, a semente da independência dos italianos havia sido lançada.

A guerra desencadeada pelas choupanas contra os palácios (como, metaforicamente, designou-se a luta do liberalismo moderno, nacional e democrático, contra o conservadorismo absolutista), mesmo com a frustração gerada pelas expectativas maiores da Revolução Francesa, estava longe de se encerrar. O *risorgimento* foi o resultado disso.

Se o primeiro renascimento, o dos séculos 15 e 16, emancipara o homem italiano da estética medieval, desembaraçando-o da arte dos godos, o segundo renascimento (denominado *Risorgimento*) foi um movimento político que ambicionava livrá-lo do domínio estrangeiro (dos Habsburgos da Áustria e dos Bourbons da Espanha). Se os tutores do primeiro renascimento foram artistas como Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo e Rafael Sanzio, os do segundo renascimento foram homens como Mazzini, Garibaldi e Verdi.

A Itália cindida

A terra de Dante, ainda no século 19, estava cindida não só em dois grandes campos histórico-culturais distintos (o norte urbano-industrial, “europeizado” e liberal-progressista, oposto ao sul agrário, camponês, bizantino-sarraceno, e tradicionalista), mas também em torno de qual estratégia política deveria ser adotada a fim de alcançar a unificação. O Conde de Cavour, o primeiro-ministro do Reino do Piemonte (1852-1860), e mola propulsora da unificação, acreditava que a integração nacional dependia de uma complicada operação de engenharia diplomática-militar, na qual mesclavam-se medidas visando a obter apoio internacional para a unificação, com operações militares de vulto (participação do Piemonte na Guerra da Criméia ao lado das potências ocidentais em 1855, seguida da guerra contra o Império Austro-húngaro, em 1859-60).

O universo de Cavour era o das embaixadas e gabinetes palacianos, em conluio secretos com generais, bispos e outros chefes de estado, tendo ao seu lado a burguesia não muito numerosa, nem muito empenhada da Itália da época. Como regime ideal a ser adotado no futuro Reino da Itália, o ardiloso ministro piemontês projetava aquele já existente no seu próprio reino (uma estável monarquia amparada num parlamento e no rei Vitória Emanuel II).

O mazzinismo

Oposto ao projeto de unificação constituído “de cima”, tramado pela elite liberal-conservadora liderada por Cavour, havia um outro, “vindo de baixo”, defendido pelo líder patriota, o professor Giuseppe Mazzini. Este grande devoto da unificação era um ex-integrante da sociedade dos carbonários, que, a exemplo dos jacobinos franceses na época da Primeira República da França (1792-1794), esperava que a futura unificação resultasse de um grande levante popular, se bem que estimulado e dirigido pela *intelligentsia* italiana. O seu mundo, bem ao contrário do de Cavour, era o dos conchavos clandestinos nas “catacumbas republicanas”, dos pátios das universidades, das redações dos jornais radicais, freqüentados por escritores, advogados, estudantes e professores, que seguiam Mazzini com devoção apostólica, certos da ação definitiva de *il popolo*.

A *Giovine Italia*

Como fator catalisador, agregando a juventude e a *intelligentsia* em seu projeto, ele fundara, em 1831, a *Giovine Italia* (em Marselha, na França), que, além de substituir os Carbonários (organização patriótica secreta), teria a função de agitar o ambiente peninsular para a causa unitarista.

O regime político de sua preferência, como não poderia deixar de ser, era uma república democrática, o que fez com que Mazzini fosse visto como um radical extremista. Isso levou a outra facção dos unitaristas, a liberal-conservadora de Cavour, a condená-lo à morte. Observa-se que o mazzinismo não deve ser visto apenas no seu contexto peninsular, porque ele, adepto à causa da Europa, imaginava uma confederação de estados europeus convertidos ao republicanismo popular, do qual a *Giovine Italia* era apenas uma célula, que, gradativamente, iria incorporar outros movimentos até atingir a unidade final do Velho Mundo.

Oscilando entre ambos, entre Cavour (a quem detestava) e Mazzini (de quem desconfiava), achava-se Garibaldi, o *condottiero* da unificação, líder dos *mille*, sempre metido em aventuras, misturado com seus companheiros camisas-vermelhas em acampamentos militares, bem longe dos gabinetes ou das redações, e cuja preferência política pessoal, dada sua impaciência para com os procedimentos parlamentares, era por uma ditadura popular com matizes socialistas, que ele, afinal, terminou por não levar a cabo.

Alternativas políticas dos unitaristas

Conde de Cavour	Giuseppe Mazzini	Giuseppe Garibaldi
Monarquia Constitucional-parlamentar. Unificação obtida por meio de acordos diplomáticos e guerras localizadas.	República democrática. Unificação resultante de um levante nacional-popular.	Ditadura popular. Unificação consolidada por ações militares espetaculares.

O nascer de um patriota

De certa forma, vendo-se em retrospecto, dos citados ninguém poderia ser mais patriota do que Giuseppe Verdi. Quando veio ao mundo, em Roncole di Busseto, um lugarejo de nada no Ducado de Parma, em 9 de outubro de 1813, o seu registro de nascimento foi lavrado com um nome francês (Joseph Fortunin François) porque a região ainda estava dominada pela administração napoleônica. Nem um ano tinha quando sua frágil existência esteve seriamente ameaçada, em 1814, pois a soldadesca austro-russa, expulsando os franceses de Parma, invadira a sua aldeia natal entregando-se ao massacre da população civil. Luísa, sua mãe, com o bebê Pepe no colo, conseguiu salvar-se, refugiando-se no alto de uma torre.

Portanto, foi em meio aos registros de franceses em fuga, seguida de tiros e espadas de tedescos e de russos, que Verdi, filho de um modesto taberneiro local, veio ao mundo, assumindo, logo que teve consciência, a tarefa de livrar a Itália dos estrangeiros que tanto a desgraçavam, com as estranhas armas do *bel canto* e da batuta de maestro.

A música e o nacionalismo

O século 19, mais do que qualquer outro, viu o espírito nacionalista adonar-se da música, especialmente naquelas regiões e culturas da Europa que se encontravam oprimidas ou entregues à confusão. Confluíram para essa politização da música, as estéticas românticas que, desde os tempos do filósofo alemão Herder (morto em 1803), mandava os artistas procurarem inspiração nas raízes da cultura popular (abandonando os cânones da cultura clássica) e a **ideologia liberal**, que só reconhecia como governo legítimo àquele que viesse do apoio ou do consentimento do povo (e não mais das dinastias).

Chopin na Polónia, Liszt na Hungria, Smetana na Boémia, Wagner na Alemanha e Verdi na Itália, foram as maiores expressões musicais desse despertar dos sentimentos populares que repudiavam os impérios multiculturais e étnicos que governavam a Europa de então (os dos Romanov, Habsburgos, Bourbons, e outros menores). Muitos desses compositores e concertistas fizeram das óperas autênticos comícios patrióticos, procurando, com isso, agitar a opinião pública ou incitá-la à rebelião.

Ópera e política

"A ópera séria é quase sempre política por natureza e uma interpretação política das mudanças estilísticas..."

Charles Rosen, "A Geração Romântica", São Paulo, 2000

Diga-se que, nessa politização da música erudita, os compositores foram auxiliados pela significativa alteração ocorrida na ópera. No transcorrer do século 19, verificou-se a sua transformação, de uma arte eminentemente aristocrática (que passou todo o século 18 exaltando o absolutismo e a magnificência da corte), numa forma popular, entregue a enaltecer a proeminência do mundo burguês. A Revolução Liberal de 1830, a que depôs o último dos Bourbons em Paris, assinalou o momento histórico da ruptura do gênero com as temáticas que antes eram tão ao gosto da nobreza. Um dos casos mais extremados dessa simbiose, entre ópera e a política da época, aconteceu em Bruxelas, na estréia da "*La mulre de Portici*" (*A muda de Portici*) de Auber. Na noite de 25 de agosto de 1830, ao ver no palco os napolitanos em franca rebeldia, o público não deixou por menos: bastou ser encerrado o acorde final para que, tomado de entusiasmo, o povo saísse pelas ruas da capital, num insurgente tumulto, a reclamar a independência da Bélgica.

A trombeta de Josué

Enquanto Richard Wagner, por exemplo, abeberou-se nas antigas lendas germânicas da época pré-cristã, encontrando nelas um denominador comum entendido e aceito por todos os alemães, Verdi recorreu ao Antigo Testamento (Nabucco), a feitos dos tempos das Cruzadas (Os Lombardos na primeira cruzada), a heroínas nacionais de outros países (Joana d'Árc) ou à literatura de Shakespeare (Othelo, Mcbeth, Fallsfat) e de Victor Hugo (Rigoletto). Ao dar vida musical a uma série de libretos, procurou sempre acentuar uma conotação política por meio dos excepcionais recursos artísti-

cos de que era dotado. Verdi, ainda que seguindo a trilha de Bellini, mais do que nenhum outro compositor daquele século, fez da ópera um instrumento de combate pela libertação nacional, recheando suas composições com apelos à luta direta (como no “*Di quella Pira*”, no *Il Trovatore*).

Metaforicamente, poderia dizer-se que seus vigorosos e comoventes corais, grandiosos, heróicos, foram as trombetas de Josué com que ele esperava reconquistar a prometida terra itálica das mãos profanas dos reis estrangeiros, o que fez com que a censura saísse em seu encalço por toda parte.

A ópera e o teatro grego

Deste modo, graças a Verdi e à agitação do *Risorgimento*, as casas de espetáculo da Itália inteira ativaram-se, como que substitutas das assembléias populares, nas quais a burguesia e o povo, os camarotes, o mezanino e a platéia, em uníssono, confraternizavam no repúdio ao cativo. Os grandes espetáculos musicais de efeito mágico que ele orquestrou, reproduziam, de certa forma, o clima do antigo teatro grego, o da tragédia ática, que, conforme se sabe, também serviu de recurso para que a comunidade dos cidadãos discutisse o seu futuro (A força do destino, 1862). Ele foi o principal responsável – na esfera operística – por criar um clima propício à difusão dos ideais de uma Itália unificada, ganhando, dessa maneira, o coração do povo. Despertou, por todo o país, explorando o conflito entre a afetividade extremada e a harmonia e o autodomínio, recorrendo à rudeza e à “vulgaridade e insensatez”, o sentimento de *italianità*, de italianidade, necessário a que cada *paisano* superasse o sentimento paroquial em favor do nacional.

Va pensiero, hino da unificação

Depois de alguns fracassos iniciais como compositor, acompanhados de situações de aviltada pobreza (em dois meses perdeu a mulher e dois filhos pequenos), a partir de 1839, o jovem ex-organista e *maestro di cappella* da aldeia de Roncoli di Busseto conseguiu afirmar-se na regência do famoso Teatro La Scala, de Milão, onde pulsava um intenso sentimento pró-independência. A Lombardia, província italiana do império austro-húngaro, aspirava à liberdade. Eis que o sinal da futura insurreição dos italianos foi dado por umas poucas estrofes inspiradas no Velho Testamento, que narram os sofrimentos do povo judeu durante o cativeiro da Babilônia (um curto, sentimental e poético trecho que o povo consagrou como *Va, pensiero!*). Verdi disse, bem depois do sucesso alcançado, que fora por puro acaso que vira aqueles versos. Ao ter deixado cair o libreto *Nabuchodonosor*, de Solera, seu autor,

sobre uma mesa, ele abriu-se justamente na passagem do Coro dos Hebreus, cujo saudoso e belo lamento tocou tão fundo os italianos (e em todos aqueles que, pelo mundo afora, sentiam sua pátria espezinhada).

A “Marselhesa” dos italianos

Houve, desde o princípio, uma imediata associação entre as desgraças dos judeus no Eufrates (escravizados pelo rei Nabucodonossor da Babilônia), com as que a maioria dos italianos sofria naquele momento. No dia da estréia da ópera *Nabucco*, o 9 de março de 1842, encerrado o último verso (IIIª Parte, cena IV), no qual os prisioneiros pediam inspiração para resistir com coragem as aflições, a Itália sentiu que ali nascia uma versão muito própria, totalmente sua, da “Marselhesa”.

Desde então, *Va, pensiero* consagrou-se como hino da unificação italiana, enquanto o nome de Verdi circulou entre os patriotas como um anagrama (*Vittorio Emmanuel Rè d'Italia*). A meta unitária, afinal, somente atingiu êxito dezanove anos depois, em 1861, quando Vitorino Emanuel II, do Piemonte, foi proclamado rei da Itália (Roma somente integrou-se a ele em 1871, depois da retirada das tropas francesas que protegiam o papa).

Letra do *Va, pensiero*.

Ópera “Nabuco” (1842)

Parte Terza

Scena IV:

Le sponde dell'Eufrate. Ebrei incatenati e costretti al lavoro.

Coro (Ebrei)

Va, pensiero, sull'ali dorate,

Va, ti posa sui clivi, sui colli

Ove olezzano tepide e molli

L'aure dolci del suolo natal!

Del Giordano le rive saluta,

Di Sion le torri atterrate...

Oh mia patria sì bella e perduta!

Oh membranza sì cara e fatal!

Arpa d'ôr dei fatidici vati

Perchè muta dal salice pendi?

Le memorie nel petto raccendi,

*Ci favella del tempo che fu!
O simile di Solima ai fati
Traggi un suono di crudo lamento,
O t'ispiri il Signore un concerto
Che ne infonda al patire virtù,
che ne infonda al patire virtù,
che ne infonda al patire virtù, al patire virtù!*

Nas margens do eufrates. Hebreus acorrentados e obrigados a trabalhar.

Hebreus

Vai, pensamento, em asas douradas,
Vai, pausa nos declives, nas colinas,
Onde exalam mornas e suaves
As auras doces do solo natal!
Do Jordão saúda as margens,
De Sion as torres destruídas...
Oh pátria minha, tão bela e perdida!
Oh lembrança tão querida e fatal!
Harpa de ouro dos fatídicos vaticínios
Porque muda do salgueiro pendes?
As memórias no peito reaivas,
Nos falas de um tempo que se foi!
Ou semelhante a Solima nos fatos,
Suscites um som de lamento cru,
Ou te inspire o Senhor uma melodia
Que infunda virtude no padecer.
Que infunda virtude no padecer
Que infunda virtude no padecer, ao padecer virtude!

Verdi è morto!

No final de 1900, Verdi, com 87 anos, queixando-se da solidão e das amarguras da velhice, deixou a sua propriedade de Santa Agnes no interior e hospedou-se em Milão. Provavelmente, intuindo a aproximação de seus dias finais, quis estar perto do teatro Scala, onde, mais de 60 anos antes, iniciara sua espetacular carreira. A polícia providenciou para que o trânsito de charretes e carroças não o perturbasse no seu descanso no *Grand Hôtel et de Milano*, no qual ele veio a falecer depois de cinco dias de coma, em 27 de

janeiro de 1901. Morte que provocou uma comoção nacional: *Verdi è morto! Verdi è morto!* O grito ecoou por toda a Itália, deixando em todos a sensação de orfandade, pois o pai da unificação já não estava mais entre eles. A consagração maior deu-se em seguida. A passagem do féretro, levando o corpo de Verdi pelas ruas de Milão, atraiu uma multidão fantástica (estimou-se em 200 mil pessoas). Na sua marcha solene para a *Casa di Reposo*, onde ficaria sepultado com sua esposa Giuseppina Streponi, o povo inteiro em lágrimas pôs-se a cantar *Va, pensiero, sull'ali dorate...* Vai, pensamento, nas asas douradas...

As obras de Verdi

Primeiras obras

Oberto, 1839 (Milan)

Un Giorno di Regno, 1840 (Milan)

Nabucco, 1842 (Milan).

I Lombardi alla prima Crociata, 1843 (Milan)

Ernani, 1844 (Venice)

I Due Foscari, 1844 (Rome)

Giovanna d'Arco, 1845 (Milan)

Alzira, 1845 (Naples)

Attila, 1846 (Venice)

Macbeth I, 1847 (Florence)

I Masnadieri, 1847 (London)

Jérusalem (I Lombardi revised), 1847 (Paris)

Il Corsaro, 1848 (Trieste)

La Battaglia di Legnano, 1849 (Rome)

Luisa Miller, 1849 (Naples)

Stiffelio, 1850 (Trieste)

Rigoletto, 1850 (Venice)

Il Trovatore, 1853 (Rome)

La Traviata, 1853 (Venice)

Obras intermediárias

Les Vepres Siciliennes, 1855 (Paris)

Simon Boccanegra I, 1857 (Venice)

Aroldo (Stiffelio revised), 1857 (Rimini)

Un Ballo in Maschera, 1859 (Rome)

La Forza del Destino I, 1862 (St. Petersburg)

Macbeth II, 1865 (Paris)

Don Carlos, 1867 (Paris)

La Forza del Destino II, 1869 (Milan)

Aida, 1871 (Cairo)

Simon Boccanegra II, 1881 (Milan)

Don Carlo II, 1884 (Milan)

Obras tardias

Otello, 1887 (Milan)

Falstaff, 1893 (Milan)

Dois herdeiros de Verdi

Dois outros grandes artistas italianos no nosso século foram seus herdeiros: Federico Fellini e Bernardo Bertolucci (parmesão como Verdi). Cada um ao seu modo, são os sucessores de Verdi, ainda que na cinematografia, arte que nascia no mesmo momento em que o grande maestro faleceu. Expressaram ambos, nos seus inúmeros filmes, o sentido plástico de magnificência e sentimentalismo do velho Verdi. Essa ligação estética e emocional deles com o compositor é a razão de Fellini encenar o coro do *Va, pensiero* num período apreemiante de pátria em perigo do *La Nave Va* (A nave vai), e de Bertolucci iniciar o seu monumental *Novecento* (1900) com a cena do sofrido lamento: *Verdi è morto! Verdi è morto!* Em verdade, ele não morreu. Verdi perpetuou-se para sempre nas vozes do seu povo e de boa parte da memória do mundo.

Bibliografia

BÉNICHOU, Paul. *El tiempo de los profetas*. México: F.C.E., 1984.

BRUNEL, Pierre e WOLFF, Stéphane. *A ópera*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1988.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

DELLA PERUTA, Franco. *Giuseppe Mazzini e i democratici*. Milão-Nápoles, 1969.

_____. *Mazzini e i rivoluzionari italiani: Il Partito d'Azione, 1830-1845*. Milão, 1974.

DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

GALLO, Max. *Garibaldi, a força do destino*. São Paulo: Scritta, 1996.

- GRAMSCI, Antonio. O Ressurgimento. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRIFFITH, Gwylim. *Mazzini, prophet of Modern Europe*. Londres, 1932.
- HOLT, Edgar. *Giuseppe Mazzini: the great conspirator*. Londres: Dobson Books, 1967.
- JARDIN, André. *Historia del liberalismo político*. México: F.C.E., 1989.
- MACK SMITH, Denis. *Modern Italy*. Michigan Press, 1997.
- MAZZINI, Giuseppe. *Europe: its condition and prospects, essays: selected from the writings, literary, political and religious of Joseph Mazzini*, ed. William Clark. Londres: Walter Scott, 1880.
- MONTANELLI, Indro. *L'Italia del risorgimento*. Milão: Rizzoli, 1972.
- MORELLI, Emilia. *Giuseppe Mazzini: quasi una biografia*. Roma, 1984.
- NEWMAN, Ernest. *História das grandes óperas e dos seus compositores*. Porto Alegre: Globo, 1943, vol. III.
- ROMANO, Sergio. *Histoire de l'Italie du Risorgimento à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.
- ROSEN, Charles. *A geração romântica*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SMITH, Denis Mack. *Modern Italy: a political history*. Michigan: Michigan University Press, 1969.
- WERFEL, Franz. *Verdi, o romance da ópera*. Porto Alegre: Globo, 1942.

Anita e Giuseppe Garibaldi na Revolução Farroupilha

Yvonne Capuano¹

Pesquisadora de História e escritora, autora dos livros "De sonhos e utopias – Anita e Giuseppe Garibaldi" e "Garibaldi – o leão da liberdade"

Meu interesse por Garibaldi vem de minha família. Sou descendente de italianos, que chegaram ao Brasil fugidos da miséria do sul da Itália, em 1890, mas que vinham com uma grande esperança, trazendo uma bandeira e um nome: Garibaldi. Cresci entre as histórias de Garibaldi. Meus familiares me falavam das lutas de Garibaldi na Itália e ainda completavam: ele era casado com uma brasileira, Anita Garibaldi. Quando resolvi pesquisar sobre eles, fui desencorajada por grandes historiadores, meus amigos, que me disseram: "Mas você vai estudá-los? Eles foram uns mercenários. Não merecem sua atenção." Porém, como sou teimosa e muito ligada às histórias dos heróis, resolvi estudá-los mesmo assim.

As diversas opiniões a favor e contra a atividade política do casal levaram-me a procurar diversas fontes, entre elas, jornais da época, depoimentos de participantes dos episódios da época, memórias deixadas por combatentes, ordens do dia, cartas, ou seja, documentos que também foram usados, possivelmente, por outros autores. Não esperava encontrar tantas obras espalhadas pelo mundo inteiro, que narrassem a participação dos dois no Brasil, no Uruguai e na Itália, em todos os locais onde defenderam seus ideais.

Acreditei, então, que seria fácil analisá-los, mas as discordâncias entre os escritores, pesquisadores e historiadores me deixaram, de início, um tanto perdida. O material que recolhi proporcionou-me dados para que eu escrevesse os livros "De sonhos e utopias - Anita e Giuseppe Garibaldi" e "Garibaldi: o leão da liberdade". Ao estudar os dois personagens, a comparação de opiniões divergentes ou semelhantes, como é comum que ocorra a todas as figuras que se destacam, permitiu que eu os compreendesse e os analisasse segundo a época em que viveram e em que lutaram. Certos juízos implacáveis, apresentados por alguns historiadores, não me convenceram.

¹ Texto transcrito da palestra proferida no Seminário Internacional "170 Anos da Revolução Farroupilha - o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita", em 16 de setembro de 2005.

Assim, estudando fatos passados e confrontando-os com os fatos presentes, pude, então, defini-los: idealistas, heróis e guerreiros universais.

Vou me referir a algumas passagens para que possa provar o que estou afirmando. Em uma ocasião, Garibaldi transportou para Constantinopla, no navio *Clorinda*, 12 prisioneiros políticos liderados por Émile Barrault. Eles iam para a Turquia porque eram seguidores das idéias socialistas de Saint-Simon, teorias perigosas para a monarquia, o que resultava sempre na perseguição dos adeptos.

Barrault dizia o seguinte: "O homem que defende a sua pátria, ou que ataca a dos outros, é no primeiro caso um soldado piedoso, e injusto no segundo; mas o homem que, tornando-se cosmopolita, adota a todas por pátria, e vai oferecer a sua espada e o seu sangue ao povo que luta contra a tirania, é mais que um soldado, é um herói." Garibaldi, naquele momento, estava predisposto a adotar todas as nações que fossem ameaçadas, tornando-se, assim, um cosmopolita, um herói.

O papel de Anita e Garibaldi na Revolução Farroupilha deve ser analisado segundo o contexto e as circunstâncias da época. A América do Sul era um laboratório revolucionário gerado pelos antecedentes das lutas e revoluções na América espanhola. Os confrontos ao longo das fronteiras, as guerras Cisplatinas, muito contribuíram para o cenário armado no Rio Grande do Sul. O descaso da Corte em relação à província atiçou o descontentamento que culminou com a Revolução Farroupilha.

Os italianos, nessa ocasião, eram bastante ativos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. Muitos revolucionários foragidos, ou comerciantes bem-sucedidos, auxiliavam os farroupilhas nas lutas, no transporte de cabotagem, vendendo gado, ou como coletores das taxas nas zonas controladas pelos rebeldes.

Em 1834, Giuseppe Stefano Grandona fundou a *Congrega della Giovine Italia*, com o intuito de reunir exilados políticos, divulgar as idéias de Giuseppe Mazzini e os princípios republicanos entre italianos e brasileiros. Pouco depois, em fins de 1835, início de 1836, não se sabe ao certo, chegou Garibaldi ao Rio de Janeiro, após um levante com Giuseppe Mazzini, quando, delatados e condenados à morte, foram obrigados a fugir. Ao chegar ao Brasil, Garibaldi encontrou-se com Luigi Rossetti. Iniciaram um comércio de cabotagem com um pequeno barco fornecido por outro italiano bem-sucedido, Giacomo Picasso, passando também a conhecer Tito Livio Zambeccari.

Tomam conhecimento que Zambeccari e Bento Gonçalves estavam presos em um forte no Rio de Janeiro, desde a Batalha do Fanfa. Rossetti e

Garibaldi vão visitá-los e se impressionam vivamente com a causa da Revolução Farroupilha. Há autores que defendem até a influência do *Risorgimento* italiano na Revolução Farroupilha, mas isso é contestado por outros que afirmam serem as idéias democráticas contrárias aos princípios liberais dos farrapos. Entre esses autores vou citar um dos grandes, Moacyr Flores, a quem respeito.

Moacyr Flores afirma que, do ponto de vista ideológico, foi nula a influência dos italianos, e que Zambecari teve influência apenas na fase preparatória do movimento, até porque foi preso logo no início, e não mais retornou ao Rio Grande do Sul. Diz também que Rossetti contribuiu à causa, mas mais como administrador e soldado do que como jornalista doutrinário, uma vez que suas idéias não encontraram receptividade entre os riograndenses. Sobre Garibaldi, afirma que formou e comandou a Marinha farroupilha, marcando sua participação com muitos atos de heroísmo, mas os efeitos desses atos se desfazem no andamento da guerra. O que vou tentar demonstrar aqui é o contrário.

A participação de Garibaldi na Revolução Farroupilha será sempre discutida, pois, ao mesmo tempo em que encontramos personagens e protagonistas que atestam sua participação, alguns historiadores desclassificam seu empenho, não somente o seu, mas o da maioria dos italianos que lutaram na revolução. Na obra "Modelo político dos farrapos", do historiador Moacyr Flores, ele escreveu: "Quando os mercenários italianos chegaram à fazenda do Brejo, às margens do Camaquã, de propriedade de Antônia Gonçalves, irmã de Bento Gonçalves da Silva, já encontraram dois lanchões em construção, sob a orientação do norte-americano John Griggs. (...) A maior contribuição de Garibaldi ao movimento farroupilha foi a sua atuação como corsário, coadjuvando David Canabarro e Teixeira Nunes na tomada de Laguna. De acordo com sua carta de corso, dada por Canabarro, tocaria três quartas partes da presa ao navio corsário, cabendo deste total a metade ao comandante que era Garibaldi."

Realmente, Garibaldi encontrou-se com João Griggs. Mas, em suas "Memórias", Garibaldi referiu-se às dificuldades de sua tarefa na construção desses barcos, porque até o ferro tinham que forjar. O Governo farroupilha estava bastante preocupado com o atraso na construção das embarcações, fato que Garibaldi comunicou a Rossetti, que imediatamente entrou em contato com Luigi Carniglia, em Montevidéu, para que viessem auxiliá-los com alguns italianos. Confirmando este fato, o jornal O Povo, de 7 de novembro de 1938, traz a notícia: "Expediente pela Repartição da Guerra e Marinha,

outubro, 26: ao capitão-tenente Giuseppe Garibaldi, comunicando-lhe haver sido despachado Edoardo Mutru para a Marinha Republicana, o qual marcha nesta data a reunir-se-lhe”.

Portanto, os barcos necessitavam de auxílio para serem concluídos. Quando Garibaldi recebeu ordens para dirigir-se à Laguna, já existiam quatro barcos, dois operando na Lagoa dos Patos, sobre as ordens do marinheiro Zeferino Dutra, e mais dois que foram para Laguna, o Seival e o Farroupilha. Garibaldi efetivamente auxiliou John Griggs na construção do barco.

Quanto à divisão das cargas da embarcação mineira que eles apreenderam, em 26 de agosto de 1838, citada pelo historiador, foi dividida em oito partes por ordem de Domingos José de Almeida, o encarregado do Tesouro republicano. Quatro partes deveriam ficar para o Estado, uma para Garibaldi, uma para os oficiais, duas para a tripulação. Eram 20 sacos de arroz, 20 sacos de feijão, um saco de salitre, artigos dessa natureza. Como era comum na época, a divisão de produtos apreendidos pelos farroupilhas sempre foi feita de acordo com práticas adotadas desde a Guerra Cisplatina. Garibaldi não foi nenhuma exceção ao receber sua parte. Mas, podemos avaliar seu procedimento pela narrativa que ele deixou nas “Memórias”: “No meio de todos aqueles pequenos acontecimentos, tomamos um barco ricamente carregado, que foi conduzido para a costa ocidental da Lagoa, junto a Camaquã, onde o queimamos, depois de haver retirado tudo que era aproveitável. Foi esta a primeira proeza que fizemos, que valeu o trabalho e alegrou bem a nossa Marinha. Todos tiveram a sua parte e eu, com um fundo reservado, mandei fazer uniformes para todos os meus bravos”.

Garibaldi também pode ser considerado um estrategista. Foi o que ele nos demonstrou quando recebeu a ordem para levar os barcos Seival e Farroupilha para Laguna, com o objetivo de proclamar a República Catarinense, com David Canabarro e Joaquim Teixeira Nunes. Não podendo sair pela Lagoa dos Patos, porque a barra do Rio Grande estava impedida pelos imperiais, Garibaldi teve que ir por terra. Mandou construir duas carretas grandes puxadas por bois, e, em cada uma delas, colocou um barco. E foi até as margens das praias de Tramandaí.

Sobre esse fato, cito um depoimento de Walter Spalding, que escreveu a obra “A Revolução Farroupilha”: “Este memorável projeto executado por Garibaldi - o transporte dos barcos Seival e Farroupilha por terra, desde a Lagoa dos Patos, na foz do Capivari, até as praias de Tramandaí - tornou-se célebre não tanto pelo transporte em si, pois nada de novo nele havia (...) mas pela audácia do feito, desorientando completamente os imperiais, que o

julgavam perdido pelo bloqueio que lhe faziam no saco do Capivari, e pela rapidez do transporte de um a outro ponto.”

Foi em Laguna que Garibaldi encontrou Anita, mas as controvérsias continuam: local de nascimento de Anita, seu nome, casamento, e o encontro com Garibaldi, dados sobre os quais não há consenso. Alguns historiadores questionam ainda sua participação na Revolução Farroupilha. Anita, a heroína silenciosa, mãe sofrida, amante apaixonada, figura esboçada apenas por suas ações concretas, pelos depoimentos dos que com ela conviveram, e por algumas cartas deixadas, contrasta com Garibaldi, que legou aos historiadores um tesouro autobiográfico em suas “Memórias”. Ficaríamos também restritos por vagas descrições se não fosse um retrato, o único, feito em 1845, em Montevidéu, pelo pintor italo-uruguaio Gaetano Gallino, que era o artista predileto das damas e dos militares, e a quem Garibaldi pediu para que pintasse um medalhão aquarelado dele e de Anita. Este é o único retrato que temos dela.

Embora considerada por muitos como símbolo da mulher guerreira no Brasil, há raras opiniões destoantes sobre Anita, como é o caso da historiadora Hilde Flores, que escreve o seguinte:

“Nem china de soldado, nem guerrilheira, nem heroína. Pensamos nós, o essencial é colocar Ana de Jesus no contexto social de sua época, moral rígida, casamento por vontade paterna. Sem amor, a mulher ia arrastando a vida a rezar e a gerar muitos filhos para povoar esta terra sem fim. No momento em que a mulher do sapateiro sonhou com uma vida melhor, e deixou-se levar pelo turbilhão de seus sentimentos dando as costas ao marido, decretou sua sorte. Quebrados os austeros preconceitos sociais, estava marginalizada em sua pacata comunidade. Grávida, só lhe restou seguir o guerreiro que lhe inspirou tantos sentimentos contraditórios, não importava para onde ele a levasse. No fundo, foi uma pobre mulher desvalida que comeu o pão que o diabo amassou.”

Tentarei contestar tal descrição. Anita não acompanhou Garibaldi por estar grávida, mesmo porque eles se encontraram poucos dias depois de proclamada a República Catarinense, que foi em 22 de julho de 1839. E ela deu a luz a Menotti, seu único filho brasileiro, em 16 de setembro de 1840. Então,

quando foi embora com Garibaldi, ela não estava grávida, seguiu-o porque quis. Segundo, ela não deixou o marido, porque logo depois que estourou a Revolução Farroupilha, ele se inscreveu na Guarda Nacional, sumiu e ninguém mais soube dele. Assim, quando Garibaldi encontrou-se com Anita, ela estava só.

Discordo também de um grande amigo que tive, um dos primeiros historiadores de Anita Garibaldi, Valentim Valente, que dizia que Anita fora uma grande heroína por amor. Anita realmente teve um amor inexplicável por Garibaldi, mas ela era uma heroína de fato, todos os atos posteriores ao seu encontro com Garibaldi demonstram esse fato: o batismo de fogo de Imbituba, as travessias que fez em um pequeno barco, levando armas durante o ataque da esquadra de Frederico Mariath, quando perdem Laguna. Garibaldi pede para que ela vá para a praia procurar auxílio, pensando que ela ficaria lá. Mas Anita volta para dizer que não tinha encontrado a ajuda de ninguém, e ainda se propôs a levar todas as armas para a praia para que não caíssem em mãos dos imperiais. E isso ela faz inúmeras vezes no pequeno barco, até o final, quando Garibaldi incendia os barcos farroupilhas, e parte juntamente com ela. Sobre o assunto, há uma correspondência de Frederico Mariath ao Império do Brasil contando os feitos de Garibaldi e Anita.

Quando Anita é presa em Curitiba, depois de muito tempo, o coronel que a prendeu, Antônio de Melo Albuquerque, o Melo Manso, em uma carta que manda ao marechal Leite de Castro, faz a seguinte declaração: "Quando o combate tornou-se mais renhido, via-se que era Anita quem mais animava os soldados do seu marido a serem valentes. Os meus oficiais, especialmente os que estavam na vanguarda, me referiram que era a combatente com a espada em punho e com seus lindos cabelos flutuantes que mais se expunha às nossas balas; que mais trabalhava pela vitória de seu marido, tendo por vezes posto em dúvida a sorte de minhas forças. Finalmente, vendo reduzido o número de seus bravos soldados, pela morte de muitos e ferimentos de outros, como vendo-se completamente cercada por meus comandados, deixou-se aprisionar, seguida de alguns combatentes. Quando me foi apresentada estava mal vestida, desgrenhada, bem como com voz embargada, devido à tremenda luta e ao fato de ficar separada de seu marido; via-se que ela padecia horrivelmente, tendo por tudo conquistado a minha admiração, como a de meus comandados, por nunca termos pensado em ver uma mulher tão valorosa, tendo-nos enchido de maior orgulho porque era uma catarinense, uma compatriota que dava ao mundo tão sublimes provas de valor e intrepidez. Apesar de todo conforto que lhe forneci, apesar de todas

as garantias de vida que lhe concedi com a melhor boa vontade, apesar de lhe haver dado todo o acampamento por menagem, ficando assim em plena liberdade; apesar, ainda mais, da promessa que lhe fiz de restituí-la a seu esposo na primeira oportunidade, a denodada Anita com uma pasmosa coragem conseguiu fugir em noite tenebrosa. Quando este fato teve lugar e chegou ao meu conhecimento, fiquei penalizado por não possuí-la mais como prisioneira, mas tendo desejado que ela encontrasse o seu marido, e tirasse também da dolorosa situação em que se achava, julgando nunca mais vê-lo para sua desgraça. Ainda agora, apesar da passagem de vinte anos, quando me recordo do seu pasmoso heroísmo, dos seus cruéis sofrimentos, das suas angústias, sinto ensoberbecer-me, por haver sido Anita minha gloriosa prisioneira, o mais honroso título da minha longa vida e o principal enfeite da minha fê de ofício."

Realmente a presença de Anita na Revolução Farroupilha foi comprovada por todos os seus atos de bravura e de efetiva atuação. Em 1841, o casal resolveu partir, convencido da inutilidade da continuação da luta entre os irmãos. Entretanto, aqui também há controvérsia. Muitos dizem que Garibaldi foi embora para o Uruguai e se fez pagar por 900 cabeças de gado. Garibaldi registrou em suas "Memórias" que decidiu ir a Montevideu, temporariamente, pedindo licença ao presidente Bento Gonçalves "e que me concedesse uma tropa de bovinos para pagar as despesas", lembrou ele. O pesquisador da Revolução Farroupilha, Alfredo Varela, admite que Garibaldi foi a Montevideu em missão farroupilha, e que levou 900 cabeças de gado para vender uma parte e transformá-la em subsídios para a Revolução Farroupilha.

Portanto, pelas pesquisas por mim realizadas, não há dúvida de que foi efetiva a participação de Anita e Garibaldi na Revolução, porém, creio, será sempre contestada de alguma forma. Mas, temos também o depoimento do ministro farroupilha Domingos José de Almeida, transcrita no jornal *O Povo*, que era uma publicação republicana, e que prova, da mesma forma, o quão profícua foi essa participação. Quando procurado para acertar um pagamento, ele escreveu uma declaração no jornal, dizendo: "Os senhores engenheiros e artilheiros têm tido um procedimento que não se compadece com os defensores de princípios, cuidam que nadamos em ouro. Não é fácil encontrarmos muitos Zambeccaris, Rossettis e Garibaldis."

Para finalizar, e tentar explicar os desencontros de opiniões, lembrarei as palavras ditas por Garibaldi para o seu amigo Candido Vecchi, já na Itália. Garibaldi dividia os seres humanos em dois grupos. Os egoístas, que nunca

sacrificam nada pelo bem comum, e os verdadeiros patriotas que, voluntariamente, sacrificam o que têm de mais caro em benefício de outros. Esses últimos são sempre mal interpretados, insultados e arrastados pela areia, enquanto os primeiros governam o mundo. Tenho sempre a pretensão de, com as pesquisas que faço sobre Anita e Garibaldi, alcançar defendê-los para que nunca sejam mal interpretados ou esquecidos através da história.

Os Garibaldi como símbolo de integração entre a América do Sul e a Europa Mediterrânea

Elma Sant'Ana

Geógrafa, pós-graduada em Ecologia Humana e Folclore, fundadora do Piquete das Anitas

A imensa bibliografia que existe sobre a vida e a obra de Giuseppe Garibaldi, herói de dois mundos e unificador da Itália, talvez não tenha sido suficiente para ressaltar, na Europa, perante seus atuais admiradores, a importância de seu trabalho como guerreiro e articulador político na América, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, justamente aquele que faz fronteira com a Argentina e o Uruguai.

Quando Giuseppe Garibaldi chegou ao Brasil, no final de 1835, mais precisamente a 25 de novembro (em 17 de agosto de 1835 partiu de Marselha direto ao Rio de Janeiro), era um jovem marinheiro, idealista e sonhador, corajoso e ousado, mas praticamente inexperiente. Sua militância era exclusivamente marinheira, pelos portos do Mediterrâneo e até um pouco mais longe. O fator determinante, o *divorcium aquarium*, a mudança radical, a virada na trajetória do herói, o encontro com seu destino, vai se dar exatamente com essa viagem ao Brasil, que foi o caminho definitivo de uma aventura que marcaria luminosamente a vida do italiano nascido em Nice.

Naquela época, a corte do Rio de Janeiro era um mundo de intrigas. A Banda Oriental se constituiu em um Estado independente, com o nome de República Oriental do Uruguai (depois de ser província brasileira por muitos anos). E a Província do Rio Grande do Sul vive duramente a luta entre liberais e conservadores. Os primeiros sofrendo a infiltração da maçonaria de inspiração republicana. Tais maçons e muitos líderes políticos militares, descontentes com o que chamavam de caos na "corte do imperador menino", no Rio de Janeiro, tramavam abertamente a independência da Província que seria a República Rio-grandense.

A 20 de setembro de 1835, explode uma revolução na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: os liberais, liderados por Bento Gonçalves da Silva, contra os conservadores, que tiveram vários chefes ao longo dos dez anos que durou a luta armada. Depois de um ano de revolução intransigente, os farroupilhas desistiram da paz e proclamaram a República, em 11 de setembro de 1836, separando o Rio Grande do Sul do Brasil, com o nome de

República Rio-grandense. Tentaram, ao longo de nove anos, organizar a estrutura de uma nação independente republicana, assolada por muitos problemas, mas repleta de bravura, buscando realizar um Estado completo, com os serviços públicos, o Exército e a Marinha, porque os tempos eram de guerra. Aí é que entra Garibaldi.

O exército republicano teve, antes de mais nada, forças de cavalaria, sendo, como são até hoje os rio-grandenses, famosos como cavaleiros. Mais tarde, na Itália, Garibaldi se lembrará com saudades desses centauros, como Bento Gonçalves, Antonio de Souza Netto, David Canabarro, Joaquim Teixeira Nunes e os lanceiros negros.

O problema maior era a Marinha de Guerra. Os rio-grandenses são homens do lombo do cavalo, não do dorso das ondas do mar. Ademais, a costa atlântica rio-grandense não tem portos naturais. Estaleiros navais, só em Portugal. Garibaldi era um homem do mar, e deveriam aproveitar a sua experiência. Então, para o pequeno estaleiro que possuía a República Rio-grandense, na foz do Rio Camaquã, dirige-se Garibaldi. Em 1º de setembro de 1838, Giuseppe Garibaldi é nomeado capitão-tenente, comandante da Marinha Farroupilha. Começa a construção dos dois lanchões: Farroupilha e Seival.

A ordem recebida por Garibaldi era difícil de ser cumprida: apoiar com seus lanchões as forças de David Canabarro, incumbidas de tomar Laguna, a fim de ali estabelecer um porto, uma vez que a cidade de Rio Grande estava em poder dos imperiais.

No dia 5 de julho de 1839, Garibaldi remonta o pequeno Rio Capivari, onde não podem manobrar os pesados barcos do Império, puxando sobre rodados, para a terra, os dois lanchões artilhados, com 100 juntas de bois, atravessando ásperos caminhos, em direção à Barra do Tramandaí, sob o Oceano Atlântico.

Em 29 de julho, em Santa Catarina, Garibaldi e os farrapos proclamaram a República Juliana, na gloriosa imprudência de quem sonhava transformar todas as províncias do Império Brasileiro em repúblicas autônomas, porém federadas.

Em Laguna, Garibaldi conheceu Anita e o mundo inteiro sabe o que aconteceu. O amor foi imediato e fulminante. Perduraria sem estremecimentos nos poucos anos que viveram lado a lado. Por dez anos esse amor iluminou a história de dois continentes, igualando-se aos grandes romances da História Universal. Em março de 1840, os farrapos voltam ao Rio Grande do Sul. Garibaldi e Anita vêm com eles.

Em 16 de julho, há o combate em São José do Norte, na luta por um porto. Garibaldi participa sob o comando de Bento Gonçalves.

No dia 16 de setembro de 1840, nasce o filho gaúcho de Anita e Garibaldi – Domenico Menotti Garibaldi, na localidade de São Simão, em Mostardas, na casa da família Costa. A primavera chegara mais cedo para os farrapos. Giuseppe e Anita terão outros filhos mais tarde, mas apenas Menotti terá o solo rio-grandense como berço. Diziam que quando falava na nacionalidade dos garibaldinos – muito variada, naturalmente – ele mesmo, Menotti Garibaldi, quando não seu próprio pai, o herói, não deixava de dizer que entre eles havia um brasileiro, condição que jamais esquecerá.

Garibaldi e Anita assumem o compromisso de pai e mãe sem dar tré-gua à epopéia. Somente depois do nascimento de Menotti, Garibaldi sente a necessidade de dar, à Anita e ao filho, uma outra vida. São eles que se convencem, provavelmente sem palavras, de que a romântica revolução acabara e de que era necessário estabelecer a paz entre os farrapos e o Império. Além disso, as privações sofridas por Anita, a pobreza em que viviam e as dificuldades enfrentadas desde o nascimento do filho, fizeram Garibaldi tomar a decisão da partida para o Uruguai. Ao atravessar a fronteira, Giuseppe Garibaldi levava a futura heroína dos dois mundos – Anita, um filho de oito meses, uma formação de guerrilheiro, uma boiada minguada e a sugestão de uma lenda. Após 50 dias, percorrendo aproximadamente 800 km, Garibaldi chega a Montevideu com a família. Estava encerrada sua participação na Guerra dos Farrapos, no dia 17 de junho de 1841.

Garibaldi e Anita saíram da história para dar nome a ruas, praças, escolas, museus, centros de tradições, piquetes de cavalaria. Monumentos levam seus nomes. No Rio Grande no Sul, Garibaldi; em Santa Catarina, Anita Garibaldi. São dois municípios que, respectivamente, em 1961, passaram a levar o nome dos heróis farroupilhas. A cidade gaúcha de Garibaldi orgulha-se de ter o herói como patrono numa justa homenagem àquele italiano que antecede a vinda dos imigrantes para nossa terra, sobretudo pela grandeza e universalidade dos seus ideais. Se o Estado de Santa Catarina é o berço de Anita, o nascimento de Menotti é patrimônio do Rio Grande.

Como símbolo de integração entre Mostardas, no Rio Grande do Sul, e Aprilia, na Itália, onde está sepultado Menotti, foi assinado um acordo de “gemellaggio” (cidades irmãs) entre essas duas cidades, tendo como justificativa a importância da família Garibaldi, o elo comum a unir esses dois municípios, estabelecendo uma identidade gêmea, através de documento oficial, para que as gerações futuras, no Sul da América e na Europa Mediterrânea

saiam mais engrandecidas com o conhecimento da trilha luminosa que a família Garibaldi riscou no mapa do mundo.

Para registrar este acontecimento, há na entrada das duas cidades, Mostardas e Aprilia, uma placa de bronze, doação do "sindaco" Gianni Cosmi, com o registro do documento assinado em 26 de abril de 1996, na ocasião em que a cidade italiana, onde repousam os restos mortais do mostardense Menotti, comemorava 60 anos de fundação.

Também em Aprilia foi inaugurada uma praça, a Piazza Mostardas, onde foi plantada uma muda de figueira, com um punhado de terra da localidade de São Simão, selando um acordo de amizade entre essas duas cidades, através do nome de Menotti, como símbolo de integração.

No balneário mostardense, uma escola leva o nome da heroína Anita Garibaldi. Uma rua e um parque levam o nome de seu filho Menotti.

Capivari do Sul, um município de 4 mil habitantes, é outro exemplo de integração através da família Garibaldi. O rio Capivari foi o cenário da odisséia dos lanchões Farroupilha e Seival. O pequeno e jovem município de Capivari do Sul projetou essa odisséia num grande evento artístico, cultural e turístico, sendo apresentado em importantes solenidades, revivendo a saga garibaldina e promovendo a auto-estima daquela comunidade, que tem como base econômica a pecuária, a agricultura e o reflorestamento. Essa cidade está integrada à cidade italiana de Mentana através de um acordo de cidades irmãs. Também foram inauguradas duas ruas, Mentana e Garibaldi, pelo projeto aprovado pela Câmara Municipal.

Em Mentana (Itália), foi também inaugurada uma via - Via Capivari - Anita Garibaldi. Também possui uma escola com o nome de Giuseppe Garibaldi, que foi visitada em 1999 por uma delegação oficial de Capivari do Sul. Na ocasião os jovens estudantes puderam conhecer os usos e costumes do povo gaúcho, através de conferências e documentário fotográfico. Experimentaram, pela primeira vez, o chimarrão.

Em São José do Norte, para homenagear e lembrar o combate de 16 de julho de 1840, um dos feitos mais notáveis da Revolução Farroupilha, realiza-se todos os anos uma encenação com cavalaria no centro da cidade. A memória de Garibaldi está perpetuada em São José do Norte através de um busto de bronze que se encontra na praça principal e que foi oferecido pela colônia italiana. No Instituto Histórico e Geográfico, existe uma placa de mármore com uma inscrição homenageando Garibaldi. Em 2002, foi acesa a chama crioula em Laguna (SC) partindo esta em direção a São José do Norte no navio-balizador da Marinha do Brasil, Comandante Varella. Era a primeira

Chama Ultramarina da Integração lembrando o feito dos homens da pequena esquadra rio-grandense e, em especial, Giuseppe Garibaldi, depois levada a todas as cidades do Rio Grande do Sul.

A cidade italiana de Velletri está ligada ao nome de Menotti Garibaldi. Os méritos adquiridos por ele durante a sua grande atividade parlamentar como deputado de Velletri (20 anos) e cercanias são realmente notáveis. Entre tantas realizações podemos ressaltar: a construção das ferrovias Velletri-Terracina e Roma-Segni. Mas a mais relevante foi a Cantina Experimental, uma das mais importantes da Itália, instituída em Velletri, em 1891. Em 2002, o Rio Grande do Sul recebeu a visita da representante dessa cidade italiana, que iniciou um projeto de integração com os municípios de Torres e Bento Gonçalves, buscando a união das comunidades e intercâmbio cultural e turístico. Velletri é conhecida como a cidade do vinho, assim como Bento Gonçalves, com seu famoso Vale dos Vinhedos. O projeto entre essas duas cidades faz parte de uma iniciativa sócio-cultural. Busca-se ressaltar as raízes étnicas comuns, com a promoção de políticas de interesse comum. Também integrou-se ao projeto a cidade de Garibaldi.

Em 20 de outubro de 1992, foi fundado o Piquete Anita Garibaldi. Fui uma das fundadoras desse projeto que hoje foi transformado em instituto. Trata-se de uma organização não-governamental que tem como objetivo, entre outros, promover e incentivar pesquisas e trabalhos visando pesquisar a história de Anita e Giuseppe, assim como a de seus descendentes que tiveram participação na formação histórica de suas nações, bem como incentivar a criação de centros de estudos sobre a participação da mulher na região sul do Estado, integrando-se cidades, estados, países que desenvolvam a cultura e a história garibaldina rio-grandense. Atualmente existem núcleos em Mostardas, Capivari do Sul, São Jerônimo, Vacaria, Rosário do Sul. O Piquete Anita Garibaldi desfilou em 1994, em Caprera (Itália), nas homenagens a Garibaldi, em 2 de junho.

O nome Giuseppe Garibaldi tornou-se uma lenda mundial, talvez a maior de sua época. Não foi apenas um herói nacional para seu povo, ele amou a humanidade. "Em seus pronunciamentos e escritos políticos externou pensamentos e escritos que o situavam 100 anos à frente da maioria de seus contemporâneos", analisa o grande escritor Wolfgang Ludwig Rau.

O carisma pessoal de Giuseppe Garibaldi perpetua-se além de sua morte física. Milhares de indivíduos, isoladamente ou em agremiações, pelo mundo afora, movidos por afinidades e identidades de conceitos filosóficos,

que renascem em novas gerações, continuam hoje a cultivar as tradições garibaldinas. Comprovam, dessa maneira, sua importante participação na nossa América, em especial no período da Guerra dos Farrapos, na República Catarinense, nas lutas libertárias do Uruguai e na luta pela reunificação da Itália. Faz parte da Memória Nacional.

A Revolução Farroupilha e os italianos: o federalismo e a fronteira

Maria Medianeira Padoin

*Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
professora adjunta do Departamento de História e vice-coordenadora do Mestrado
em Integração Latino-americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).*

A Revolução Farroupilha é o fato histórico que maior atenção mereceu pela historiografia regional, tanto de caráter tradicional como revisionista ou crítica. Desta forma, a produção histórica, desde o final do século XIX, esteve especialmente sob influência do Instituto Histórico e Geográfico, do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, caracterizando-se, até meados dos anos 80, do século XX, pela continuidade da visão positivista e pelo enaltecimento do nacionalismo (brasilidade) do povo rio-grandense, procurando negar ou omitir a relevância que teve a participação de estrangeiros nesse movimento e as relações permitidas e motivadas pelo fato de o território do Rio Grande localizar-se no espaço fronteiriço platino.

Essa visão está relacionada ao processo de implantação e consolidação da República no Brasil e do estado nacional moderno brasileiro, no qual a pacificação e a definitiva posse das terras do sul e de seus limites políticos, bem como do controle e subjugação de seus habitantes a um "único" poder central eram fundamentais. Essa preocupação, demonstrada e acentuada especialmente no período do governo de Getúlio Vargas¹ (1930-45 e 1950-52), em que sua política nacionalista influenciou na produção histórica (e em sua divulgação) como forma ideológica de convencimento e atrelamento do poder regional ao projeto nacional.

Com isso, compreende-se, de certa forma, a pouca preocupação, nos estudos históricos, em privilegiar a atuação e a influência de personagens não brasileiros, como também a intensidade das relações políticas vivenciadas no espaço fronteiriço platino (território que abarca, principalmente hoje, o Rio Grande do Sul, o Uruguai, Buenos Aires e as províncias litorâneas da Argentina), pois, de certa forma, admiti-las reforçaria o caráter separatista e internacional dos movimentos transcorridos no sul, como foi o

¹ Getúlio Vargas formou-se na estrutura política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR); pertence à segunda geração, onde o positivismo estava presente com um discurso e prática da conciliação, do centralismo e do nacionalismo.

caso da Revolução Farroupilha. Assim, “desqualificaria-se” o rio-grandense no palco da construção da identidade nacional e na conseqüente participação dos benefícios oriundos do poder central brasileiro. Afirma-se, então, que ser gaúcho² é ser brasileiro em primeiro lugar, por opção ou por raízes portuguesas- açorianas e não platinas (entendidas como espanholas)³.

Porém, mesmo sem ater-se ou dar maior atenção à participação de estrangeiros, ou ao “internacionalismo” característico dos diversos movimentos políticos do século XIX, principalmente os que ocorreram em espaços fronteiriços, como o platino, os autores tradicionais⁴ trazem dados, indicações de fontes documentais e preciosos indícios que podem ser averiguados e investigados pelos historiadores, permitindo o aprofundamento, a reflexão, o debate e a revisão histórica.

Nesse sentido, principalmente os estudos realizados a partir da década de 80, do século XX, possibilitaram a revisão e o surgimento de novos elementos e visões históricas, nos quais a temática da Revolução Farroupilha também foi privilegiada. Isso decorre, principalmente, da criação e desenvolvimento dos cursos de Pós-Graduação no Brasil, em que, no Rio Grande do Sul, foram priorizadas as temáticas regionais que permitiram maior acesso às fontes e ao incentivo à pesquisa em arquivos brasileiros e de outros países, como os da Argentina e do Uruguai.

Ao trabalharmos a Revolução Farroupilha, a partir de um olhar que a explica como sendo mais uma variável do processo emancipacionista no século XIX, no espaço fronteiriço platino, destacamos um personagem que também está presente na documentação (correspondências, diários), nos jornais da época e nos livros sobre o tema, ou seja, o italiano Tito Lívio Zambecari, especialmente nos anos que precederam e iniciaram a referida revolução.

A atuação e presença de italianos no Rio Grande do Sul, em especial no período da Revolução Farroupilha, ainda é um tema de estudo a ser mais investigado. A partir disso, pretende-se, com este ensaio, demonstrar qual o espaço reservado na historiografia sobre Tito Lívio Zambecari e quais as

² Termo que, no século XX, passou a designar todo o nascido no Rio Grande do Sul, ou seja, o rio-grandense. Porém, tem sua origem no personagem ou elemento social que se dedicava à caça e trabalho com o gado na região dos pampas uruguaios, rio-grandenses e argentinos.

³ Aqui tem-se como exemplo os autores: Moyses Vellinho, Dante de Laytano, Coelho de Souza Neto, Moacyr Flores, entre outros.

⁴ Exemplos: Dante de Laytano, Moacyr Flores, Morivalde Cavet Fagundes, Coelho de Souza e Walter Spalding.

informações trabalhadas. Assim, apresentar-se-á um breve relato sobre o contexto histórico e a inserção de Tito Lívio na história brasileira, para passar para a revisão e síntese bibliográfica.

Do final do século XVIII ao final da primeira metade do século XIX, o Brasil vivenciou diversos movimentos de caráter liberal com pretensões autonomistas ou emancipacionistas. A independência política do Brasil e Portugal, em 1822, e a convocação de uma Assembléia Constituinte motivaram o surgimento de expectativas, especialmente das elites liberais, na organização de um estado monárquico federal. Porém, a outorga da Constituição brasileira, em 1824, como também a evolução dos acontecimentos, demonstraram a preponderância de um centralismo político-administrativo, concentrando-se as decisões da construção do novo estado de acordo com os interesses da elite regional do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na tentativa de amenizar as insatisfações regionais, foi elaborado o Ato Adicional de 1834, que procurou permitir uma maior autonomia administrativa para as províncias. Mas a decepção com tais medidas e o crescimento das exigências fiscais e de impostos pelo centro, levou, por exemplo, a elite sulina a unir-se, em 1835, e declarar guerra ao Império brasileiro, bem como, em 1836, a proclamar a independência, através da constituição da República Rio-Grandense. Tal movimento, segundo Alfredo Varela⁵, teve características semelhantes aos movimentos emancipacionistas ocorridos no Vice-Reino do Prata, especialmente na região banhada pela Bacia Platina.

A elite farroupilha, composta por estancieiros, charqueadores, militares, comerciantes e sacerdotes, nascidos ou não no Rio Grande, no início da guerra manteve-se unida, porém, nos anos 40, demonstrou divergências internas na disputa pelo poder regional, constituindo-se em duas tendências: o grupo da maioria e o da minoria. O primeiro foi comandado por Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida e Mariano Mattos; o segundo era representado por David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura.

O grupo da maioria possuía um projeto de construção de um estado republicano federal, admitindo vincular-se ao Brasil e demais províncias ou estados vizinhos (Uruguai e províncias litorâneas da Confederação Argentina) através de uma Confederação, garantindo, desta forma a sua independência política. Já o grupo da minoria, que esteve no comando da revolução e da República Rio-grandense a partir de 1843, propunha uma reforma no

⁵ *Política Brasileira - interna e externa*. Porto: Chardrox, 1929.

estado monárquico brasileiro, defendendo um federalismo entendido enquanto maior autonomia provincial, ou seja, propunham uma efetiva descentralização administrativa e não o fim da Monarquia.

A divisão dessa elite regional foi muito bem explorada pelo Império, representado especialmente na figura de Caxias, que propõe uma paz aos farrapos, e que foi aceita pelo grupo da minoria. O tratado de Ponche Verde, assinado em fevereiro de 1845, é construído como um fato glorioso na história do Rio Grande do Sul, pois os farrapos aceitaram o acordo de paz, isto é, a paz não foi decorrência da derrota nos campos de batalha. Desta forma, essa visão é trabalhada e explorada pela historiografia como comprovação de que os rio-grandenses não eram separatistas e sim patriotas brasileiros acima de tudo. Segundo os escritos do autor Dante de Laytano: "... fomos independentes sem o quereremos ser (1983, p.84); "... os revolucionários farroupilhas eram brasileiros em primeiro lugar" (1983, p.83), e no de Coelho de Souza: "A separação era um meio e não foi por isso que o Rio Grande do Sul foi menos brasileiro que antes." (1972, p.68)

O tratado de paz entre o Império e os farroupilhas vem demonstrar o interesse de manutenção e/ou expansão dos limites fronteiriços do Império brasileiro em relação ao sul, que necessitava da elite rio-grandense e de seus agregados como soldados, pois esse período, que se estenderá por quase todo o século XIX, é de constante instabilidade e guerras no espaço platino.

A partir disso, observa-se que é de vital importância, ao se estudar a história do Brasil e, mais especificamente a do sul, levar-se em consideração que o Rio Grande do Sul pertence a um espaço fronteiriço, que é entendido como espaço social e economicamente construído, que adquiriu um perfil de região, não homogênea, enquanto espaço de circulação de homens, de idéias, de culturas e de mercadorias; ou seja, adquiriu um sentido "transnacional", pois não se associa a meras delimitações físicas e políticas. Ao estudar a região ou espaço fronteiriço platino, leva-se em consideração a abrangência territorial, o tempo e o contexto histórico.

O espaço fronteiriço caracterizava-se pela entrada e saída de mercadorias, de pessoas, e assim também de livros, favorecendo a formação de uma mentalidade ou cultura resultante da divulgação, propagação e frutificação de idéias oriundas das universidades européias - especialmente as de Coimbra e de Salamanca -, e também das universidades, faculdades, colégios, seminários do continente americano. Os sacerdotes, os leigos juristas, os

biólogos, os diplomatas e os maçons⁶, sendo que muitos desses fundem-se na mesma pessoa, foram verdadeiros mentores e divulgadores dos ideários de liberdade, igualdade e fraternidade, dos ideários autonomistas, separatistas e também centralistas na região, bem como do Direito das Gentes.

Assim sendo, o espaço fronteiriço platino possibilitou a consciência de autonomia, de liberdade e de necessidade da força e da proteção, aspectos presentes na vida da campanha rio-grandense, que se constituíram em fatores que colaboraram na adesão às idéias federalistas no conturbado processo de construção dos estados nacionais. Foi um espaço, por excelência e não exclusivo, de fermentação de projetos federalistas, que apresentaram propostas de organização de um Estado Federal (monárquico ou republicano), de Confederação de Estados, ou ainda como mero discurso ideológico contra o centralismo do Estado Unitário. Nesse sentido, os jornais "O Continentino", "O Republicano" e "O Povo" foram divulgadores dessas idéias, e possuem textos dos italianos Tito Lívio Zambecari e Rosseti.

A emigração política para o continente americano está vinculada aos acontecimentos históricos da Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. As revoluções italianas tiveram início depois da queda de Napoleão e perduraram de 1820 a 1860, até a unificação italiana de 1861 e a incorporação de Veneza, em 1866, e de Roma, em 1870. Nesse período tiveram atuações especiais as sociedades secretas de inspiração carbonária e mazziniana.

Nos anos 20, do século XIX, Bernardino Rivadavia, um liberal "argentino" apaixonado pela Revolução Francesa, como ministro de Guerra e das Relações Exteriores do presidente Martín Rodríguez (1821-1824), e depois como presidente (1826-27), incentivou a imigração italiana como uma forma de fazer frente à força "montonera gaucha" (exércitos irregulares provinciais vinculados a chefes locais) e com o fim de trazer da Europa "*cerebros para la naciente Universidad de Buenos Aires y las actividades culturales argentinas*"⁷, ou seja, queria fazer de Buenos Aires um centro cultural como as grandes cidades européias. Os vínculos maçônicos fizeram que os encontrassem mais facilmente, especialmente entre os exilados políticos. Vieram muitos

⁶ Podiam ser comerciantes, militares que traziam livros, periódicos etc. Eram verdadeiros divulgadores de seus ideais iluministas. Mas é necessário fazermos uma ressalva: a maçonaria não é una, especialmente quando tratamos de ideários políticos.

⁷ CANDIDO, Salvatore. *La emigración política italiana a la América Latina (1820-1870)*. In: JAHRBUCH fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und gesellschaft Lateinamerikas, n.13, 1976, p.220.

italianos na chamada "imigração política": médicos, químicos e artistas contratados para organizar a vida cultural portenha".

Quase todos esses contratados por Rivadavia eram exilados políticos, porém, entraram muitos outros entusiasmados com a possibilidade de construir uma nova vida e de colocar em prática seus ideais políticos em um contexto de nascentes e/ou novos estados. Segundo Spencer Leitman, "outro motivo que teria atraído tantos italianos fugitivos políticos foi a motivação recebida através de cartas e a divulgação do sucesso econômico obtido por outros italianos que viviam no espaço platino. E é nessa imigração espontânea que se encontra o nome de Lívio Zambecari.

Imigrantes italianos são encontrados em Buenos Aires, Montevidéu e no Rio de Janeiro, em núcleos consideráveis. Já no início dos anos 30, os italianos controlavam o sistema de navegação interna do Rio da Prata e eram membros fixos das tripulações dos barcos de comércio costal de cabotagem da América do Sul. Devido ao número de italianos, especialmente nessas regiões portuárias, Leitman informa que, no Rio de Janeiro, havia a "Congrega della Giovane Itália", organizada por Giuseppe Stefano Grandona com o fim de auxiliar os exilados políticos. Tal associação estava relacionada às operações marítimas e ao comércio portuário, facilitando o contato entre os exilados e a sua circulação nas regiões de Buenos Aires e Montevidéu. Assim, através das atividades marítimas, circulavam informações, idéias, projetos com influência, especialmente das idéias de Mazzini.

A emigração política organizada ou espontânea ocorreu para toda a América e também se destacará no Brasil, quando, por exemplo, em torno de 60 homens, que participaram de movimentos revolucionários na Itália e foram presos na fortaleza de "Civita Castellhana", aceitaram a proposta de virem para o Brasil para trabalharem em uma colônia agrícola na Bahia, chegando em 9 de fevereiro de 1837, alguns acompanhados de familiares. Muitos desses participaram do movimento de 1838, contra o governo imperial brasileiro, querendo tornar a Bahia um estado livre (CANDIDO, 1976, p.224). E na Revolução Farroupilha, segundo dados coletados de autores que trabalham essa temática, assim como nas fontes encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, calcula-se que participaram em torno de 50 italianos.

⁸ Alguns nomes citados por Luce Fabbri Cressatti: Pedro Carta Molino, Carlo Enrico Pellegrini, Pedro de Angelis, Carlos Jose Ferrarris, Mossotti, entre outros.

⁹ *Revolucionários Italianos no Império do Brasil*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *A Revolução Farroupilha : história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. pp.98-109.

Muitos italianos, como Luigi Nascimbene, Napoleone Castellini e Natalio Rusca, eram comerciantes de gado e de seus derivados junto aos rio-grandenses e uruguaios para os portos de Montevideu e do Rio de Janeiro. Segundo Spencer Leitman, "sem os italianos, especialmente aqueles bem relacionados em Montevideu, seria muito difícil praticar o extremamente necessário comércio de gado com o Uruguai, os rebanhos de gado eram trocados por suprimentos de guerra",¹⁰ referindo-se sobretudo ao período da Revolução Farroupilha.

Pode-se observar que o século XIX foi um período de intenso movimento migratório e político também na América do Sul, onde o processo emancipacionista e de construção dos novos estados atraía a atenção e a participação de personagens oriundos dos mais diversos locais, engajados na defesa de ideais e projetos políticos. Assim, a circulação de homens, no Brasil e na região platina, ocorria não só por interesses econômicos e/ou de mercados, mas por interesses ideológicos e/ou crenças ou vínculos políticos, religiosos e/ou maçônicos. Como já foi afirmado, Lívio Zambecari foi um exemplo disso.

O Conde Lívio Zambecari (30.6.1802 - 30.4.1862) nasceu em Bolonha, descendente de família nobre, e possuía uma formação superior que o levou à simpatia pelo pensamento político liberal. Quando tinha 18 anos, ocorreu o movimento de Riego, em Cádiz, provocando revoltas em diversas regiões italianas. Bolonha pertencia aos estados Pontifícios e vivenciava um movimento de caráter conspiratório, porém, mais ameno que em outras regiões. Nessa época, Zambecari, recém filiado à carbonária, é enviado ao reino de Nápoles. Com a derrota desse movimento em Piemonte, e a perseguição a todos os participantes, inclusive com penas que previam a morte, Zambecari foge para a Espanha, local que ainda permanecia sublevado, com carta de recomendação da Carbonária.

Com a derrota desses movimentos, que propagavam a liberdade e a independência dos regimes tirânicos frente às forças da Santa Aliança, Zambecari foi para a Inglaterra e a França, onde, mesmo tendo curso superior na área jurídica, resolveu dedicar-se ao estudo das ciências naturais, especialmente a mineralogia. Assim, fugindo de sua condenação por participar de tais movimentos e de apoiar as idéias de Mazzini¹¹, passou então pela

¹⁰ LEITMAN, Spencer, op. cit., p.104.

¹¹ Segundo Mazzini (apud Nascimbene, 1986, p.27), "Era necessário que o impulso para que houvesse um *Risorgimento* da Itália não se limitasse à ação (...) política e militante (...) de poucos indivíduos ou de estratos sociais restritos, se não que fora uma corrente ampla e profunda de renovação espiritual, de caráter religioso e moral antes de tudo, fundamentada sobre uma fé sólida e profunda em Deus e na Humanidade, depositária da lei divina do progresso, fê que devia investir e arrastar a todo o povo". [Tradução nossa do espanhol]

Espanha, Inglaterra, França e foi, em 1826, para a América do Sul. Viveu em Buenos Aires, Montevideu e, posteriormente, no Rio Grande do Sul.

Segundo Luce Fabbri Cressatti¹², Zambeccari chegou ao porto de Montevideu em 1826, com carta de apresentação para Oribe, que lhe encaminhou para a cidade de Durazno, onde se encontrou com Juan Lavalleja e permaneceu por alguns meses, antes de partir para Buenos Aires. Nesse período, a Banda Oriental ou a Cisplatina, que pertencia ao Império do Brasil, estava sublevada e dividida entre os que apoiavam o Império e os que desejavam a independência ou a união às Províncias Unidas do Rio da Prata. Como a Banda Oriental resolve, no Congresso de Florida, somar-se às províncias Unidas, o Império do Brasil declara guerra aos mesmos. Nesse intento, Lavalleja comandou os 33 Orientais com o apoio de Fructuoso Rivera e do presidente Rivadavia pelas Províncias Unidas do Rio da Prata. Porém, o conflito evoluiu para a independência da Banda Oriental, em 1828.

Zambeccari ficou encarregado de organizar a comunidade italiana, que vivia em Buenos Aires, para arrecadar fundos para as famílias dos mortos ou feridos, como também festejos de apoio ao governo através de apresentação teatral e de cantos. Desta forma, a letra do "Inno alla Libertá" ou "Himno a la Libertad", em italiano (e, após, traduzido para o espanhol), com letra de Zambeccari e música de Estevan Massini, inspirado no canto de Vincenzo Monti (escrito em 1799, por ocasião da execução de Luís XVI),¹³ foi vendido entre a população. Transcreve-se o Hino a seguir:

INNO ALLA LIBERTÁ.

*Libertade bel dono de Numi
Liberta che del Cielo sei figlia,
I immortali tu guida, e consiglia
L'orbe accendi del sacro tuo ardor,
Ma del Plata le spoode ridenti
Fian per sempre tua gloria e tuo regou
Ed eterno Luo templo ben degno
Sia de figli del sud, l'alto cuor.*

¹² *Italianos en Brasil y en el Plata en tiempo de Garibaldi*. in: Revista Garibaldi. Montevideu: Asociación Cultural Garibaldina de Montevideo, n.3, 1988., pp.94-95.

¹³ Informação encontrada em CRESSATTI, Luce Fabbri, op.cit.

*Invan s'adira, e freme
Lo stuol de rei tirauni
Indarno a nostri danni
Lira gli presta ardir:
Vengan, vedran qual altro
Sveglia valor nel petto,
Di patria un dulce affetto
Di gloria un bel desir.*

*Vili Sechiavi, si invano tentate
Brandir l'armi né campi di morte
Solo avezzo a portar te ritorte,
Vostro braccio, trattarle non sá:
Ramentate di Sparta i guerrieri
Ramentate di Persia le genti,
Ugual fato v'attende, o strumenti
Del Tiranno che leggi vi dá.*

*Patria adorata e cara,
I figli tuoi nó mai
Impallidir vedrai
Degli empi al minacciar:
Per Libertade, o morte
Pugnano e fra ruine.
Di nuovi allori il Crine
Sapranno coronar.*

*Dellefurie sull'are temute
Gli argentini snudondo l'acciaro,
Odio eterno ai tiranni giuraro,
E quel giuro ripetono ognor:
Nasceranno le spiche nel Cielo,
Star vedrasi pria stabile il vento,
Ma nó mai che né petti fia spento
E que odio, c di patria l'amor.
L. Zambecari¹⁴*

¹⁴ CRESSATTI, Luce Fabbri. *Italianos en Brasil y en el Plata en tiempo de Garibaldi*. In: Revista Garibaldi. Montevideu, n.3, 1988, p.97.

Observa-se, na letra do Hino, a presença de idéias liberais, onde a defesa da igualdade e da liberdade tem caráter internacionalista e humanitário; portanto, acreditava-se que deveria ser propagado em todos os cantos da Terra e assumido como uma missão “moral universal”.

Lívio Zambecari, por ocasião da posse de Rosas (1829), no poder da Província de Buenos Aires, partiu para o Rio Grande do Sul, onde foi recebido por Bento Gonçalves da Silva, amigo de Juan Lavalleja. Porém, continuou mantendo contato através de viagens constantes entre o porto de Buenos Aires e o Rio Grande do Sul, que, conforme Ferratti, eram explicadas por seus negócios e estudos na área das ciências naturais. Ficou mais permanentemente no Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre, a partir de 1833.

Salvatore Candido, salientando a importância da presença de Zambecari no amadurecimento político da elite rio-grandense, especialmente daqueles diretamente vinculados com o início da Revolução Farroupilha (1835-1845), afirma:

*... donde con fecunda y conciente actividad periodística llegaría a ser uno de los inspiradores y teóricos de la revolución republicana que levantaría aquella provincia en la encarnizada lucha contra el Imperio por su libertad e independencia .Volverá después a Italia y participará hasta 1860 [...] en guerras y revoluciones ...*¹⁵

Zambecari procurou aprender a falar e escrever em português, tornando-se amigo e secretário de Bento Gonçalves da Silva. Provavelmente os dois conheceram-se por meio de Juan Lavalleja e de Ruedas, que eram amigos de Bento Gonçalves, e que, segundo Manuel Caldeira,¹⁶ pertenciam a uma sociedade secreta de Jaguarão e ao Continentino, de Porto Alegre. Além disso, Lavalleja foi quem recebeu Zambecari em Durazno, quando chegou da Europa.

Entre suas atividades, Zambecari participou de medições de terras realizadas na colônia alemã de São Leopoldo, tornando-se amigo de Hermann Von Salish, que muito auxiliou os farroupilhas na Revolução. Autores como Calvet Fagundes, Dante de Laytano e Yvonne Capuano, mesmo sem se aprofundarem sobre a atuação de Zambecari, afirmam que ele foi o intelectual de maior

¹⁵ CANDIDO, Salvatore, Op.cit., pp.222.

¹⁶ Correspondência de Manuel Alves da Silva Caldeira a Alfredo Varela, 5 de maio de 1895, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, CV-3099, pp.334-335.

influência na época, pois não só atuou na organização de estratégias políticas do início da revolução e da guerra, como realizou traduções de autores europeus, principalmente através de seus escritos nos jornais, como "O Continentino", vinculado à Loja "Filantropia e Liberdade", e, mais tarde, no jornal "O Republicano". Também desenhou mapas cartográficos da cidade de Porto Alegre e pintou quadros e aquarelas com cenários rio-grandenses, especialmente dos combates. Segundo Alfredo Varella, Zambecari ainda projetou a bandeira tricolor dos republicanos farroupilhas (verde, amarela e vermelha), em Buenos Aires. Tal afirmação também encontra base no documento pertencente ao Processo dos Farrapos, no depoimento de Manuel Lobo Ferreira Barreto:

Estando em Buenos Aires no mês de outubro de 1835, ali falara com um espanhol morador naquela cidade, onde ele mesmo testemunha, estivera hospedado, de nome Dom Carlos Huergo, e que lhe dissera a ele testemunha que naquela cidade, antes da revolução de 20 de setembro, se havia preparado uma bandeira para a República que os Revolucionários pretendiam estabelecer na Província do Rio Grande e que essa bandeira lhe afirmava, a ele testemunha, o dito Dom Carlos e outros membros da família, que tinha sido mandada fazer delineada por um italiano de nome Lívio Zambecari, o qual se intitulava visconde e que este mesmo italiano sabe ele testemunha viera e fora conduzido a esta Província pelo mesmo Francisco Modesto Franco, em sua embarcação denominada Bela Angélica, para dirigir como sempre dirigiu a revolução desta Província, desde o dia 20 de setembro de 1835 até 4 de outubro de 1836, em que ele, dito Zambecari, foi preso junto com o Coronel Bento Gonçalves, de quem o mesmo italiano foi sempre inseparável¹⁷.

Entre os autores traduzidos por Zambecari e que irão influenciar a elite farroupilha, estão Padre Lamennais ("As palavras de um crente", publicada na França em 1834, e traduzida em 1835), Juan Sismondi ("Novos princípios da economia política") e Mazzini. Zambecari defendia a liberdade

¹⁷ In: *Processo dos Farrapos*, v.1, pp.226-227.

através da república e da federação, e proclamava a soberania dos “povos” (províncias, local, no mesmo sentido do termo espanhol “pueblos”) contra a tirania dos governantes, ideais que aparecem nas correspondências, proclamações e textos dos pertencentes ao grupo da maioria farroupilha, chefiado por Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida.

Morivalde Calvet Fagundes¹⁸ (1984, p.66) registra que o Jornal “O Recopilador Liberal”, que pertencia a Manuel Ruedas, Calvet e Zambecari, já em 1832 pregava os ideais federalistas:

... o Continentista, de Sá Brito e de Calvet, publicou um longo artigo de fundo, defendendo o sistema federativo com uma linguagem violentamente revolucionária, onde, com fundamentos ideológicos democráticos, defendia os princípios pelos quais fora feita a Revolução de 20 de setembro. Esse trabalho foi atribuído por alguns a Zambecari ...¹⁹

Nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela²⁰, também encontramos um relato do farroupilha Manuel Alves da Silva Caldeira, tratando da organização do plano da revolução. Diz que: “... Zambecari, Bento Gonçalves, Onofre e Calvet é que tratavam do assunto da república, sendo Zambecari a primeira cabeça que planejava a marcha que se devia ter mais tarde [sobre Porto Alegre]...”. E, mais adiante, continua “(...) era um homem muito científico e um perfeito republicano”, referindo-se a Zambecari.

A presença atuante de Zambecari e sua participação como elemento pertencente à liderança farroupilha poderá ser averiguada por ocasião de sua prisão junto a Bento Gonçalves da Silva e Onofre Pires na Ilha de Fanfa: “(...) que os liberais detidos em Porto Alegre viram, pela manhã de 7 de outubro, baixar pela escotilha aos infectos porões da Presiganga, onde se achavam, o ex-comandante da Divisão do Norte (Onofre), o secretário de Bento Gonçalves, Zambecari ...”²¹.

Fagundes Calvet informa que Lívio Zambecari, na prisão (de Santa Cruz passou para a de São João e por fim a de Lages), elaborou uma carta

¹⁸ CALVET FAGUNDES, Morivalde, op. cit, pp. 66.

¹⁹ *Ibidem.*, pp. 106-107.

²⁰ Correspondência de Manuel Alves da Silva Caldeira para Alfredo Varela, 5 de maio de 1895, CV-3099, v.5, p. 336.

²¹ CALVET FAGUNDES, Morivalde, op. cit, pp.170

geográfica do Rio Grande do Sul, a partir de outros mapas já existentes, acrescidos de seu conhecimento oriundo das muitas viagens feitas, especialmente com Bento Gonçalves. Tal mapa foi impresso na "litografia Larrée, então existente à rua do Ouvidor, 66, com impressão de J.L. Coelho"²². Também na prisão trabalhou em traduções e na escrita de matérias para folhetos ou jornais liberais do Rio de Janeiro.

Zambeccari também foi quem, na prisão de Santa Cruz, convidou Rossetti e Giuseppe Garibaldi a prestarem serviços à causa republicana dos farroupilhas no Rio Grande do Sul, apresentando os mesmos a Bento Gonçalves da Silva.

Os rio-grandenses presos conseguiram fugir da prisão, com apoio da maçonaria. Zambeccari, porém, por problemas de saúde e por não saber nadar, conforme registros da época, não conseguiu esse intento, permanecendo mais três anos na prisão. Foi liberto em 2 de dezembro de 1839, por anistia concedida pelo governo imperial, na condição que logo que saísse da prisão abandonasse o país. Do Brasil vai para a Inglaterra e, de lá, para a França e a Itália, onde continuou a luta por seus ideais e em defesa da república.

Destacando a participação de Zambeccari, como as de Rossetti e Garibaldi na Revolução Farroupilha, tem-se citação de um dos líderes da Revolução, Domingos José de Almeida, transcrita do Jornal "O Povo": "Os senhores engenheiros e artilheiros têm tido um procedimento que se não compadece com os defensores de princípios; cuidam que nadamos em ouro; não é fácil encontrarmos muitos Zambeccaris, Rossettis e Garibaldis..."

Podemos observar, portanto, que a experiência européia da luta pela valorização das regiões, que poderiam se unir por suas aproximações culturais, através de laços que garantissem a sua liberdade ou a sua autonomia (federalismo), e não a centralização, encontraram eco nas lutas pela independência das províncias e regiões no Continente Americano. Com isso, tais realidades aproximaram e motivaram os sonhos e ideais de muitos homens, nos quais destacamos os italianos, que para cá vieram e participaram, nesse momento, do processo de construção dos estados nacionais na América, e nesse espaço fronteiriço platino.

Assim, percebe-se que a temática que envolve a emigração para a América do Sul, e nesse caso para a região platina e para o Brasil, neste ano de 2005, em que se completam os 130 anos da imigração italiana para o sul

²² CALVET FAGUNDES, Morivalde, op. cit, pp.176.

do Brasil (enquanto projeto político do governo do Império brasileiro de criar colônias) e os 170 anos da Revolução Farroupilha, merece ainda mais atenção, por marcar tanto o processo histórico de formação do Rio Grande do Sul como o de sua identidade cultural e regional, percebidos na denominação de municípios de regiões de colonização italiana, com personagens da Revolução Farroupilha, como Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias.

Referências bibliográficas e documentais:

- ABADIE, W. *Crónica General del Uruguay*. Montevideú: Editores de la Banda Oriental, v.1, n.12.
- BENASSAR, Bartolomé. *Historia de los Españoles*. 2. Siglos XVIII- XX. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. v. III, 2001.
- BURUCÚA, José Emilio. *Nueva Historia Argentina: Arte, Sociedad y Política*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. v. I, 1999.
- BRITO, F. S. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Souza, 1965.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CALDEIRA, M. A. S.. *Apontamentos para a História da Revolução de 1835-1845*. Porto Alegre.
- CALVET FAGUNDES, M. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro; Sulina, 1984.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (org). *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul 1875 - 1997*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.
- CARMAGNANI, Marcello; CHÁVEZ, Alicia Hernández; ROMANO, Ruggiero. *Para una historia de América II. Los nudos 1*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica*. In: "Boletín del Instituto de Historia Argentina Dr. Emilio Ravignani", Buenos Aires: UBA, n.15, 1997.
- CHEVALIER, François. *América Latina: de la Independencia a nuestros días*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- CORTÁZAR, Fernando García de; VESGA, José Manuel Gonzáles. *História de Espanha: Uma Breve História*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- CRESSATTI, L.F. *Italianos en Brasil y en el Plata*. Asociación Cultural

- Garibaldina de Montevideo*. "Garibaldi". Montevidéu, ano 3, 1988.
- CAPUANO, Yvonne. *De sonhos e utopias... Anita e Giuseppe Garibaldi*. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- CANDIDO, S. *La emigración política italiana a la América Latina (1820-1870)*. In: "Revista Jahrbuch fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas", n.43, 1976, p.216-238.
- CABRELLI, A. *Presencia masónica en la Cisplatina*. Montevidéu: Imprensa Álvarez, 1986.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Poder, conflicto y relaciones sociales: El Río de la Plata, XVIII – XIX*. Rosario: Homo Sapiens, 1999.
- DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, v.3.
- DONGHI, Halperin. *História da Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- DUBY, George. *Atlas Histórico Mundial*. Madri: Debate, 1997.
- GILA, Óscar Álvarez. *Euskal Herria y el aporte europeo a la Iglesia en el Río de la Plata*. País Basco: Universidad del País Vasco, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Impressões de Viajantes nos séculos XVI – XIX*. Rio de Janeiro, 1992.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Caxias no Instituto Histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Anais do Congresso de História de Segundo Reinado*. Rio de Janeiro. v.1., 1984.
- JARDÍN, Andrés. *Historia del liberalismo político: De la crisis del absolutismo a la constitución de 1875*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- LAYTANO, Dante. *A História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 2. ed., 1983.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LEITMAN, Spencer. *Revolucionários Italianos no Império do Brasil* In: PESAVENTO (org.): *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LOBATO, Mirta Zaida; SURIANO, Juan. *Nueva Historia Argentina: Atlas Histórico*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821 – 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os Artigos Federalistas 1787 – 1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

OTEIZA, Enrique; NOVICK, Susana; ARUJ, Roberto. *Inmigración y discriminación: Políticas y Discursos*. Buenos Aires: Trama editorial y Prometeo Libros, 2000.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. *O Federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História (PPG História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A invenção da sociedade gaúcha*. In: "Ensaio FEE: a Sociedade Gaúcha", Porto Alegre, ano 14, n.2, 1993.

_____. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Farrapos, Liberalismo e Ideologia*. In: *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga I. L.. *A guerra dos Farrapos e a construção do estado nacional*. In: *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga I. L. (org.). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835-1889*. Porto Alegre, v.1, 1998.

SCOTT, B. *El progreso del Derecho de Gentes*. Madri: Espasa-Calpe, 1936.

SPALDING, Walter. *A Epopéia Farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

SOUZA, J.C. *A Revolução Farroupilha: sentido e espírito*. Porto Alegre: Sulina, 2.ed., 1972.

TARRAGÓ, Myriam N. *Nueva Historia Argentina: Los Pueblos Originarios y La Conquista*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARELA, Alfredo. *Política Brasileira - interna e externa*. Porto: Chardron, 1929.

VELLINHO, Moysés. *A formação histórica do gaúcho*. In: RS: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 2 ed., 1969, p. 51-63.

Documentos:

COLEÇÃO Alfredo Varela. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 12 v.

COLETÂNEA de Documentos de Bento Gonçalves da Silva, 1835-45. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha;

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985.

JORNAL O Povo, Piratini, 1838.

JORNAL O Povo, Caçapava, 1839-40.

II CONGRESO DE ACADEMIAS IBEROAMERICANAS DE LA HISTORIA.
Factores de diferenciación e instancias integradoras en la experiencia del mundo Iberoamericano. Madrid: Real Academia de la Historia; Comisión Nacional V Centenario, 1994.

Porto Alegre sitiada

*Sérgio da Costa Franco*¹

Procurador de Justiça aposentado e historiador

Com alguma surpresa, porque a Revolução Farroupilha não é um assunto de minha preferência, fui convidado para este painel. Tenho pesquisado mais sobre a vida republicana do Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, a Velha República e, depois, a história urbana de Porto Alegre. Entretanto, minha atenção foi despertada para um capítulo pouco estudado da Revolução Farroupilha, que foi o sítio ao qual a cidade de Porto Alegre foi submetida durante quatro anos. Rigorosamente, foram três sítios com duas interrupções, mas que tiveram marcante influência na vida da cidade, cujo desenvolvimento foi paralisado de 1836 até 1840. É um capítulo pouco estudado.

E por quê? Especialmente porque tivemos, na história da Revolução Farroupilha, uma história de glorificação dos farrapos. É curioso, mas essa parte da historiografia gaúcha é marcada pelo mito, pelo imaginário, pelo interesse político. Cabe aqui fazer uma análise dos motivos.

Fim da Revolução Farroupilha. Em 1845, fez-se a paz. Foi muito hábil a pacificação realizada por Caxias, de extrema eficácia, porque, em seguida, as fileiras se misturaram. Farrapos que tinham sido até ministros da República Rio-grandense passaram para o partido dos conservadores, e velhos legalistas com tradição, como o Conde de Porto Alegre, foram integrados depois ao partido dos liberais. O Partido Liberal teve como chefe de uma de suas facções no Rio Grande do Sul o Conde de Porto Alegre e, de outra, o General Osório. Ambos lutaram na Revolução Farroupilha ao lado dos imperiais.

Salvo os generais, Caxias manteve todos os oficiais do exército da República Rio-grandense em seus postos, pagaram-se as dívidas contraídas por ela e, de um modo geral, os atos praticados pela República foram respeitados. Quem estudar a história da Assembléia Legislativa Provincial verá que se fez silêncio depois da pacificação em 1845, ninguém mais falou da Revolução

¹ Texto transcrito da palestra proferida no Seminário Internacional "170 Anos da Revolução Farroupilha - o Legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita" e revisado pelo autor.

Farroupilha, e isso durante 30 anos, de 1845 até 1875, aproximadamente. A Revolução Farroupilha foi um capítulo arquivado.

Quem foi o autor do primeiro livro que surgiu? Tristão de Alencar Araripe, um legalista. A obra era "A guerra civil do Rio Grande do Sul", o autor era um cearense, funcionário do Governo, que veio ao Rio Grande do Sul e o conheceu como presidente da província. Havia uma espécie de contrição pela longa e desastrosa guerra civil.

Foram os jovens estudantes da faculdade de Direito de São Paulo, Julio de Castilhos, Alcides Lima, Assis Brasil e outros que começaram a manifestar interesse pela história da República Rio-grandense e pela história farroupilha. Há uma carta muito interessante, que está no arquivo do Instituto Histórico, dirigida pelo então estudante Julio de Castilhos, ainda em São Paulo, para Apolinário Porto Alegre, pedindo a ele que estudasse e divulgasse a história da Revolução Farroupilha. Lá, eles fundaram o Clube 20 de setembro, com esse interesse específico. Em 1880, quando é publicado um livro de Assis Brasil sobre a história da República Rio-grandense, começa a nascer o interesse político por sua história. Mas não era um interesse científico, com a devida preocupação de objetividade que deve ser o aspecto dominante da historiografia.

O estudo sobre a Revolução Farroupilha nasceu em função da propaganda republicana e da fundação do Partido Republicano. Quando vitoriosa a República, o hino, a bandeira e as armas da República Rio-grandense passaram a ser oficiais. Então, o Rio Grande do Sul incorporou oficialmente o patrocínio da história da República Rio-grandense, um caso raro. A outra exceção, creio, foi Pernambuco, que tem como bandeira a da Confederação do Equador. Mas, de todos os pensamentos federalistas que surgiram durante a Regência apenas o do Rio Grande do Sul se consolidou no imaginário regional e se oficializou, por assim dizer.

Surgiu, então, uma história oficial de culto aos farrapos, mas ignorando o lado dos adversários, que não foi inexpressivo. Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e São José do Norte mantiveram-se fiéis à integridade do Império, e não acompanharam e secundaram os líderes da Revolução Farroupilha. O fato se explica porque todo o comércio do Rio Grande do Sul se dirigia ao Brasil, e não podia perder o mercado brasileiro sob o ponto de vista econômico. Em consequência, a fundação da República Rio-grandense é um paradoxo, já que não tinha fundamento nem objetividade econômica.

Isso traduz toda essa digressão e responde à pergunta de porque o sítio de Porto Alegre é um assunto arquivado em nossa historiografia. Além disso,

temos aqui o estranho caso de cultuar como heróis justamente aqueles que atacaram a cidade com violência. O general Neto, que assestou seus canhões sobre ela e a bombardeou repetidamente durante vários meses, hoje é nome de rua em Porto Alegre. O general Bento Gonçalves, que também bombardeou a cidade e tentou atacá-la várias vezes, também é nome de rua.

Já Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí, que muitas vezes salvou Porto Alegre da fome, trazendo gado para abastecer a cidade quando estava sitiada, não tem seu nome em uma rua sequer dentro de Porto Alegre. Francisco Pedro de Abreu foi exemplo de um dos maiores combatentes de toda a guerra civil, de grande habilidade tática e especialista em surpresas. Derrotou, individualmente, todos os comandantes rebeldes com suas incursões, e terminou sepultando a Revolução Farroupilha no combate de Porongos. Da mesma forma, o major Jorge Mazarredo, comandante do 8º Batalhão de Caçadores, que morreu em combate na Várzea (hoje Parque Farroupilha), mostrou valentia e muito brio. Ambos não receberam qualquer homenagem da cidade. Por sua vez, o coronel-brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, que comandou a cidade durante longo tempo, e depois morreu no Passo de Santa Vitória, na divisa com Santa Catarina, nunca foi lembrado na capital. Tive o cuidado de olhar todo o elenco das ruas de Porto Alegre para ver se aparecia alguma menção aos comandantes legalistas. Apenas o Conde de Porto Alegre, que depois foi chefe político, líder do Partido Liberal, é tratado diferentemente, e isso explica a homenagem que lhe foi feita. Foi a primeira pessoa que recebeu uma estátua em praça pública em Porto Alegre.

Os fatos mostram quanto a nossa historiografia é distorcida. Ela é decididamente inclinada a enfeitar a memória dos farroupilhas e denegrir a memória dos legalistas. Mas o assunto não me interessava tanto sob esse aspecto, não sou afeiçoado à história militar, mas sim pelo ponto de vista da história da cidade.

Porto Alegre foi conquistada pelos farroupilhas em 20 de setembro de 1835, mas mantiveram-na apenas por nove meses, até junho de 1836. Em seu domínio, mostraram-se inábeis e atritaram-se logo com o comércio da capital. Em certos meios, havia uma obsessão anti-lusitana, no que pontificava Pedro Boticário, que era um agitador muito demagogo e chegou a apresentar um projeto para expulsar todos os portugueses de Porto Alegre. Isso representava expulsar todo o comércio da época, que ainda não tinha sido dominado pelos alemães, e se mantinha como um comércio decididamente português.

Ocorreu, então, que a Câmara Municipal se esvaziou, porque havia, pelo menos, três vereadores que eram fortes comerciantes portugueses ame-

açados de expulsão. Eles trataram de tirar férias em Rio Grande, onde era mais tranquilo. As agitações e, sobretudo, o clima de radicalismo criado por Pedro Boticário e sua facção terminaram indispondo a capital, ou grande parte da população, contra seus ocupantes. Isso explica a facilidade com que os legalistas retomaram Porto Alegre em junho de 1836.

Os oficiais que estavam presos articularam-se com alguns que estavam em liberdade, retomaram o quartel do 8º Batalhão de Caçadores, dominaram a guarnição e tomaram conta da cidade. Os farroupilhas procuraram reconquistá-la imediatamente, mas não conseguiram. Já nos últimos dias de junho, Bento Gonçalves dirigiu uma proclamação, ameaçou severamente a guarnição legalista e a cidade, mas ela não se assustou. Porto Alegre já estava sob o comando de alguns velhos marechais bastante experientes, como Francisco das Chagas Santos e João de Deus Mena Barreto, com longo tirocínio na guerra da Cisplatina, alguns desde a expedição de Dom Diogo de Souza, em 1812. Eram militares testados, não se assustaram com a intimação e resistiram, mesmo com grande inferioridade numérica. A cidade tinha aproximadamente 300 homens em armas, mas desde logo abriram-se trincheiras. Ainda que sem artilharia, a população ajudou a resistência e, apesar do violento ataque no dia 30 de junho, os farroupilhas não conseguiram retomá-la. O primeiro sítio prosseguiu até setembro de 1836, durou três meses, sendo que os ataques mais severos foram em 30 de junho e 20 de julho, mas em ambos os casos Porto Alegre resistiu.

O bloqueio não era apenas por terra, mas também pelo setor do lago, no Guaíba. Os farrapos trouxeram embarcações, e com elas obstaculizaram o comércio da cidade através da Lagoa dos Patos, ao fortificarem o estreito de Itapuã. Em conseqüência, até fins de agosto, Porto Alegre ficou completamente isolada do sul da Província, sem poder receber recursos bélicos e auxílio militar de Rio Grande, que mantinha contato com o resto do Brasil.

Mas, em agosto, organiza-se a retomada de Itapuã. Caiu então o fortim que os farrapos tinham estabelecido. Também a ilha do Junco, onde haviam se fortificado, foi retomada pelos legais e, com isso, foi restabelecida a comunicação com a Lagoa dos Patos e com o porto de Rio Grande. Em fins de julho, chegara um reforço importante: Bento Manoel Ribeiro, que começara como farrapo e depois aderira aos legalistas. Ele surgiu defronte à cidade, onde hoje é Guaíba, com uma força de 800 homens. Socorreu Porto Alegre que, naquele momento, encontrava-se numa situação difícil. Trouxe armas, gente, munição e alimentos.

Naquele momento havia grande escassez de carne na cidade, as dificuldades de abastecimento já se fizeram sentir desde o primeiro sítio. Com a chegada do Bento Manoel, Bento Gonçalves, que dirigia o cerco à cidade, pretendeu escapar de uma possível marcha de flanco e de um envolvimento pela retaguarda, e então retirou-se e aliviou o sítio. Na retirada, ele tentou passar o Rio Jacuí, rumo ao sul da Província, e, na batalha de Fanfa, foi vencido e aprisionado, juntamente com grande parte da cúpula dos farroupilhas, em 4 de outubro de 1836.

Deu-se, então, um intervalo de cerca de oito meses, em que a cidade ficou livre de cerco. Até maio de 1837, foram oito meses de intervalo do sítio, mas isso não representou o fim dos problemas. A cidade já tinha cavado trincheiras, e daí foi estabelecido um sistema de entrincheiramento. Duas plantas, de 1836 e 1837, mostram a cidade sitiada e seu sistema de defesa.

O segundo sítio estendeu-se de fins de abril de 1837 até fevereiro de 1838. Um pesado ataque farroupilha ocorreu em 20 de junho de 1837. A cidade tinha recebido reforços e artilharia, e estabelecido cerca de 22 bocas de fogo. Foram montados 15 baluartes. A cidade nunca teve muralha, o que havia eram trincheiras, valas profundas de quatro metros de profundidade. Nos intervalos estavam os baluartes artilhados, com um ou dois canhões em cada um deles. Os baluartes começavam na rua Coronel Vicente, na esquina com a Voluntários da Pátria, subiam até o alto da Santa Casa, passavam por trás da Santa Casa, onde é a Rua Avaí. Hoje, a cidade está toda desfigurada pela abertura da Perimetral, mas as fortificações seguiam em direção ao Pão dos Pobres, onde estava o limite extremo da linha de entrincheiramento.

Após o intervalo do sítio, que levou oito meses, os farrapos voltaram a atacar a capital. Houve, na ocasião, um cerco bem mais agressivo porque o general Antônio Souza Neto trouxe artilharia de campanha e chegou com 1.400 homens, que atacaram repetidamente a cidade. A defesa era composta por 700 infantess, 250 cavalarianos e os civis, voluntários, que tiveram grande importância porque, a qualquer sinal de ataque, os paisanos locais apareciam nas trincheiras e se apresentavam para a luta.

Uma das principais fontes que utilizei em meu estudo foi uma espécie de diário de um paisano, um português que era comerciante e foi, em certos momentos, vice-cônsul do Reino da Sardenha. Seu nome era Antônio Barreto de Queirós. Ele produziu um manuscrito interessante, minucioso ao extremo. Acredito que ele dava ao texto um caráter jornalístico e mandava para o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, como um diário de todos os aconteci-

mentos ocorridos no interior da cidade sitiada. Embora muito prolixo, o diário apresenta observações sobre o caráter da política local, sobre os comandantes, e o que ele entendia serem erros de tática ou estratégia, além de muitas observações e comentários de natureza política. Era um antiliberal declarado, mas, apesar disso, seu diário é bem interessante e informativo.

Num ataque, em 20 de junho de 1837, sete pessoas morreram e 15 casas foram arruinadas, algumas destruídas, outras incendiadas. A verdade é que a artilharia, tanto a dos rebeldes quanto a dos legalistas, era pouco eficiente. Registrei algo interessante nesse diário. O autor observava que, às vezes, não convinha atirar com os canhões de defesa da cidade porque as balas era reaproveitadas pelos atacantes, já que eram do mesmo calibre. Confirmei a afirmação através de uma correspondência do capitão da guarnição, que dizia ser interessante usar apenas os obuses que eram de maior calibre e não correspondiam à artilharia dos farrapos, e, portanto, os projéteis não podiam ser reaproveitados.

A artilharia era fraca, mas produzia alguns danos materiais. A população escondia-se, fugia do ponto de alcance dos canhões rebeldes e, assim, evitavam-se males maiores. O número de mortos e feridos sempre foi pequeno, mas ocorreram vários ataques. Na ocasião, o general Neto tinha convicção de que era importante tomar Porto Alegre, mas ele foi ineficaz nesse ponto e nunca conseguiu vencer as defesas dos legalistas. Como base de apoio aos ataques, manobras e incursões, ele fundou um forte, uma construção fortificada em um agrupamento de casas, onde instalou seu grupo de atacantes.

Esse foi o único vestígio que ficou incorporado à linguagem da cidade de Porto Alegre, que é a estrada do Forte, uma ligação do Passo da Areia com a Avenida Protásio Alves, na Vila Jardim. Ali, na Rua Saturnino de Brito, numa pequena elevação, existia o forte construído pelo general Neto. Restaram apenas as marcas verbais, e aparentemente nenhum vestígio material. Arqueólogos talvez descubram alguma coisa nos locais onde esses baluartes foram montados, mas até hoje não me consta que tenham encontrado coisa alguma. Mas o forte do general Neto legou o nome à Estrada do Forte, que hoje é a Avenida do Forte. Mas, para escapar a uma manobra de flanco planejada pelos legalistas, que contornaria suas forças e cortaria sua retirada, os farroupilhas deixaram suas posições no cerco, dando uma trégua no sítio à cidade no período de fevereiro a junho de 1838.

O terceiro sítio, de junho de 1838 a dezembro de 1840, foi o mais longo e mais frouxo porque foi um cerco praticado à distância, primeiro por Bento

Gonçalves, e depois por David Canabarro. Eles mantinham seus quartéis em Gravataí, São Leopoldo e Viamão, portanto relativamente distantes de Porto Alegre. Do período, fica a impressão de que a tomada da cidade deixara de ser um objetivo estratégico, e fora substituída pela preocupação em reter as forças legalistas em Porto Alegre. Como a revolução se deslocara mais para o interior do Estado, parece que, para os rebeldes, o mais importante era manter uma força numerosa em Porto Alegre, evitando que se deslocasse para o interior da Província no enfrentamento das forças farroupilhas. E alcançaram esse objetivo porque os legais permaneceram aqui em grande número.

Mais de 2.000 homens vieram para cá, incluindo batalhões da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Na época, a guarnição de Porto Alegre teria, segundo Tasso Fragoso, 1.350 homens de infantaria, 131 de cavalaria, 94 de artilharia, mais 500 homens das guarnições das trincheiras, nas baterias que, em geral, eram servidas pelo batalhão provisório e por voluntários.

No terceiro sítio não ocorreram ataques frontais à cidade, ao entrincheiramento. Ao contrário, foram os legais que partiram para o combate fora das trincheiras. Os sitiados promoveram várias incursões, combates na Azenha, na Chácara das Bananeiras, na região da Aparício Borges, dos atuais quartéis da Brigada Militar, e em Viamão, onde Luigi Rossetti morreu em combate. Ele foi o grande jornalista da Revolução Farroupilha, e redigiu o jornal "O Povo".

Daí em diante, até dezembro de 1840, quando se retiram as forças de David Canabarro, que tratou de enfrentar a incursão do general Labatut, que vinha pela Serra, e depois as de Bento Gonçalves, a revolução se aproximou mais da paz. O presidente Alvares Machado e Bento Gonçalves trataram uma conferência de pacificação, e o cerco tornou-se mais simbólico do que outra coisa. O período dos sítios de Porto Alegre terminou em dezembro de 1840. O que temos a destacar nesse período: primeiro, as dificuldades de abastecimento da cidade, a escassez de carne, de charque (disso há várias queixas repetidas na Câmara Municipal, daí a necessidade de racionamento e as encomendas especiais). Além disso, as reclamações dirigidas a Rio Grande para que mandasse os navios, que tinham que vir em comboio.

Isso representava uma grande dificuldade, porque os comboios deveriam ser guarnecidos por embarcações da Marinha. Os barcos de Garibaldi, corsários farroupilhas, atuavam na Lagoa dos Patos e tinham sua base na foz do Camaquã. Havia, também, severos controles da navegação fluvial, para reprimir o contrabando, porque o comércio era feito clandestinamente, atra-

vés de sitiados em acordo com os farrapos. Eram necessários inúmeros documentos de controle, por exemplo, para que um barco saísse da cidade. Era preciso levar um salvo conduto assinado pelo chefe da polícia, e esse foi outro fato marcante no período dos cercos.

Porto Alegre foi, de certa forma, salva por São Leopoldo, que abastecia regularmente a população da cidade através do Rio dos Sinos. Os farrapos desde logo perderam seus barcos, já no primeiro sítio. Depois, eles, que tinham se adonado de algumas embarcações, perderam o controle do rio e de seus acessos, e isso permitiu a ligação com São Leopoldo, quando o abastecimento melhorou.

Cabe notar que a imprensa esteve em grande atividade durante todo o período do sítio. Inúmeros jornais – todos favoráveis ao Governo – foram publicados na época legalista. Havia também uma cultura dos manifestos, nossos arquivos estão cheios de proclamações. Cada oficial, ao assumir o comando da guarnição, baixava uma proclamação; os governadores, quando assumiam, também baixavam suas proclamações, que circulavam dentro e fora das trincheiras.

Quanto à atividade política, deve-se dizer que a Assembléia Legislativa Provincial não funcionou em 1838 e 1839, por não ter havido eleições até 1846. Mas, em 1840, houve vários julgamentos do Tribunal do Júri, quando o cerco ainda não havia cessado. Encontrei sessões do Júri, de setembro de 1840, momento em que a cidade ainda estava sob sítio, mesmo que um tanto distante, frouxo, mas sob sítio.

Assim defendida, a cidade viveu até findar a Revolução Farroupilha. O término do sítio, sob o ponto de vista da história de Porto Alegre, foi um acontecimento, porque logo a cidade começaria a se expandir e iniciaria a regularização da Avenida Independência, da Cristóvão Colombo, da Azenha. Foi uma grande expansão urbana que a cidade viveu a partir de 1844, depois de ter sido reprimida durante quatro anos. Nesse momento, ela começa a se projetar para fora da área das trincheiras, que finalmente foram desfeitas.



 **Banrisul**
www.banrisul.com.br



Ministério
da Cultura





Retrato do General Bento Gonçalves da Silva, doado pela família ao acervo do Museu Julio de Castilhos, de Porto Alegre, por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha



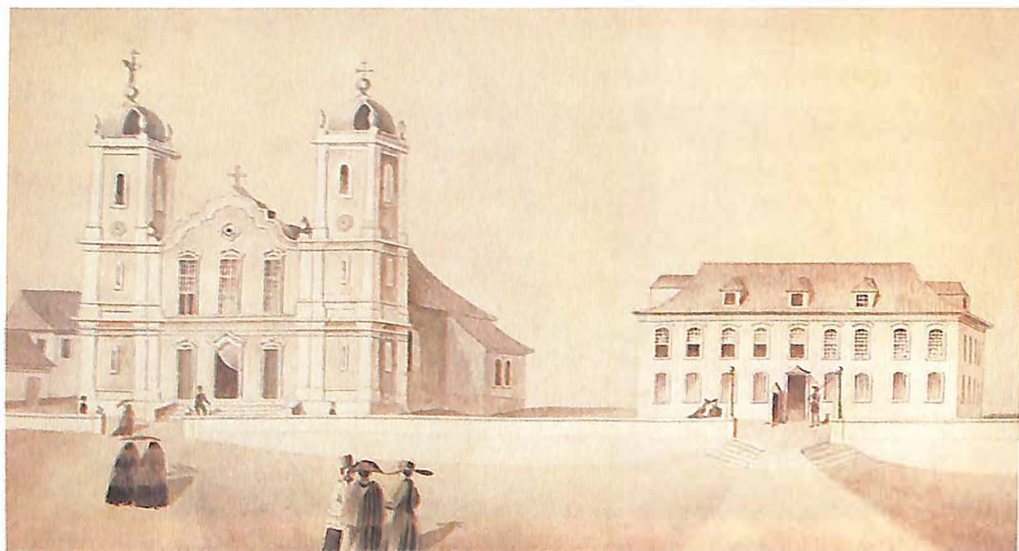
Anita prese parte gloriosa al conflitto,
pintura de Tancredi Scarpelli, Itália, 1932



Garibaldi non è morto! Dall'isola sacra vigila e protegge L'Italia,
pintura de Tancredi Scarpelli, Itália, 1932



Largo do Paço, Rio de Janeiro. Ao fundo, a Capela Imperial e a Igreja do Carmo. Obra de J. Steinmann Bâle, 1839



Matriz e palácio do Governo, Porto Alegre.
Desenho de Rudolf Herrmann Wendroth, 1852



Paço da Presidência e Ministério da Guerra,
em Piratini (imagem de época)



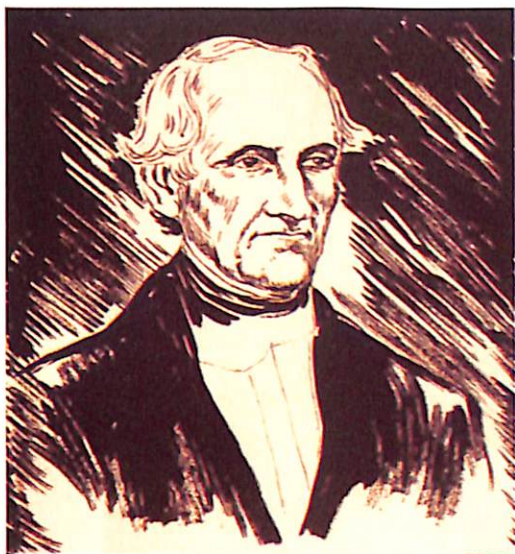
Vista de Rio Pardo, em desenho de Rudolf Herrmann Wendroth, 1852



O Cristal, estância de Bento Gonçalves,
em Camaquã (em imagem antiga)



Transporte de presos, Pelotas, 28 de julho de 1851.
Aquarela de Rudolf Herrmann Wendroth



Domingos José de Almeida, em
desenho de Calmon Barreto



Barão de Caxias, em desenho
de Calmon Barreto



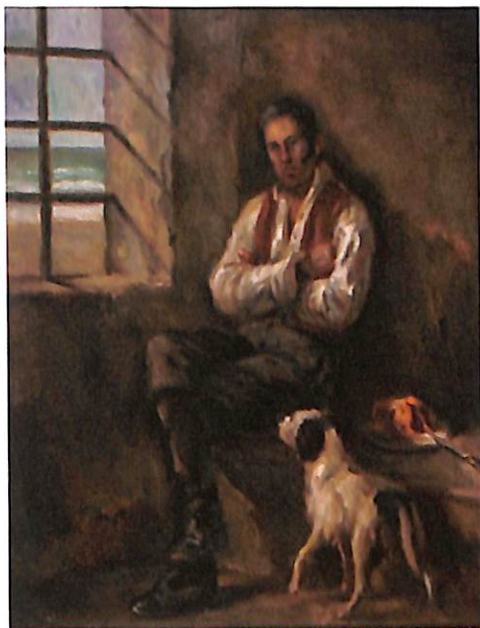
General Canabarro,
em quadro da época



"Fogo no pasto", óleo sobre tela, Guido Mondin



"Transpondo a ponte da Azenha",
óleo sobre tela, Guido Mondin



“Bento Gonçalves no Forte do Mar, na Bahia”,
óleo sobre tela, Guido Mondin



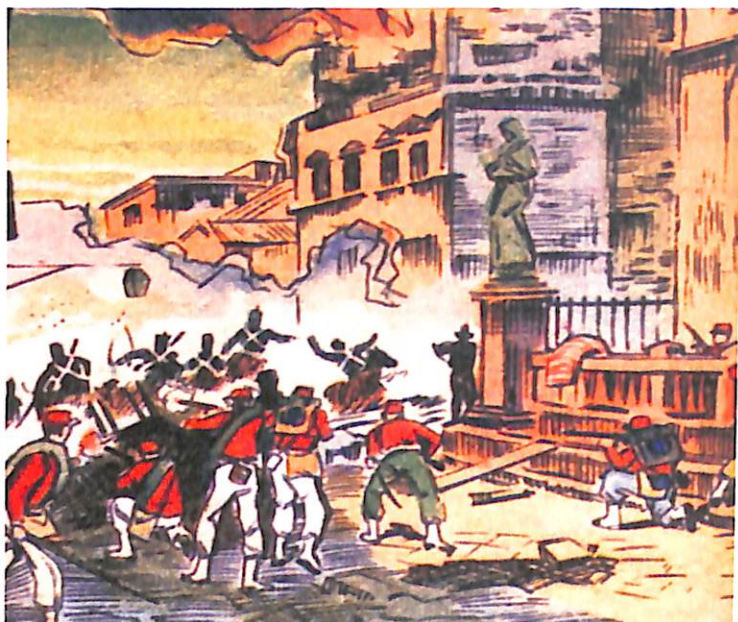
Primo incontro con Anita, de Edoardo Matania, Itália, 1884



Brasão de Armas da República Rio-grandense



Garibaldi e il cavallo Marsala, Giangiaco Spadari, Itàlia, 1975



La spedizione dei Mille, em
quadrinhos de Giorgio Trevisan, Itália





Selo comemorativo ao centenário da Revolução Farroupilha, 1935, acervo de Raul Justino Moreira



Selos comemorativos à *Spedizione Dei Mille*, emitidos na Itália, em 1960, coleção de Carlos E. Vieira dos Santos



Selo alusivo ao cinquentenário da morte de Giuseppe Garibaldi, emitido na Itália, em 1932, coleção do filatelista Carlos E. Vieira dos Santos



Detalhes do painel "Do itálico berço à nova pátria brasileira", de Aldo Locatelli





Morte di Garibaldi a Caprera, por Edoardo Matania, Itália, 1884

Fontes das ilustrações deste caderno: acervos da Associação Família General Bento Gonçalves e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; livro "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", de Lindolfo Collor (Rio de Janeiro: José Olympio, 1938); livro "Garibaldi nell'immaginario popolare" (Génova: De Ferrari, 2007); livro "Cultura italiana 130 anos" (Porto Alegre: Nova Prova, 2005); desenhos e aquarelas de Rudolf Herrmann Wendroth publicados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (gestão José Augusto Amaral de Souza) e acervos particulares de Raul Justino Moreira e Carlos Eduardo Vieira dos Santos.

“A chamada Revolução Farroupilha não foi só uma sucessão de lutas, de combates com vitórias de ambos os lados que se confrontaram. Ela produziu textos importantes e que mostram o seu significado nacional.”

Helga Landgraf Piccolo

“O tratado de Ponche Verde, assinado em fevereiro de 1845, é construído como um fato glorioso na história do Rio Grande do Sul...”

Maria Medianeira Padoin

“O movimento constitucionalista dos farrapos não discrepava de sua matriz brasileira...”

Miguel Frederico do Espírito Santo

“Surgiu então uma história oficial de culto aos farrapos, e que ignora o lado dos adversários, que não foi inexpressivo.”

Sérgio da Costa Franco

“Analisando o contexto político do final do século XIX (...) fica bastante evidente o processo de construção do mito Garibaldi como instrumento de propaganda política.”

Alvaro Bischoff e Cíntia Vieira Souto

“Mais tarde, na Itália, Garibaldi se lembrará com saudades desses centauros, como Bento Gonçalves, Antonio de Souza Netto, David Canabarro, Joaquim Teixeira Nunes e os lanceiros negros.”

Elma Sant'Ana

“Interessante em relação ao episódio da fuga do líder farroupilha é a menção que se fez da existência de uma trama maçônica com a finalidade de libertar Bento Gonçalves.”

Eliane Colussi



Annita Garibaldi Jallet

Enrique Mena Segarra

Spencer L. Leitman

Helga Landgraf Piccolo

Miguel Frederico do Espírito Santo

Eliane Colussi

Núncia Santoro de Constantino

Luíza Iotti

Cíntia Vieira Souto

Álvaro Bischoff

Voltaire Schilling

Yvonne Capuano

Elma Sant'Ana

Maria Medianeira Padoin

Sérgio da Costa Franco

